

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

KELLY DE CONTI RODRIGUES

**A CONSTRUÇÃO DO ACONTECIMENTO NO JORNALISMO GUIADO POR
DADOS: ESTUDO DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO LATINO-
AMERICANOS**

BAURU

2021

KELLY DE CONTI RODRIGUES

**A CONSTRUÇÃO DO ACONTECIMENTO NO JORNALISMO GUIADO POR
DADOS: ESTUDO DE VEÍCULOS LATINO-AMERICANOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FAAC - UNESP), como requisito para obtenção do título de Doutora, sob orientação da Profa. Assoc. Maria Cristina Gobbi. Pesquisa financiada pela Fapesp – Processo nº 2018/05137-8.

BAURU

2021

R696c	Rodrigues, Kelly De Conti A construção do acontecimento no jornalismo guiado por dados : estudo de veículos de comunicação latino-americanos / Kelly De Conti Rodrigues. -- Bauru, 2021 255 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru Orientadora: Maria Cristina Gobbi 1. acontecimento. 2. América Latina. 3. discurso. 4. jornalismo de dados. 5. narrativa. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



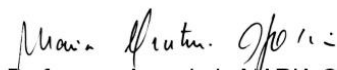
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Bauru



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE KELLY DE CONTI RODRIGUES, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 17 dias do mês de setembro do ano de 2021, às 15:00 horas, no(a) via sistemas de videoconferência e outras ferramentas para comunicação a distância, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de KELLY DE CONTI RODRIGUES, intitulada **A construção do acontecimento no jornalismo guiado por dados: estudo de veículos de comunicação latino-americanos..** A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professora Associada MARIA CRISTINA GOBBI (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design / Universidade Estadual Paulista, Professor Associado MAURO DE SOUZA VENTURA (Participação Virtual) do(a) Departamento de Comunicação Social / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Professor Doutor ARLINDO REBECHI JUNIOR (Participação Virtual) do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Professora Doutora ELIZA BACHEGA CASADEI (Participação Virtual) do(a) Programa de Pós-graduação em Comunicação e Práticas de Consumo / Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM, Professor Doutor EDUARDO BARRETO VIANNA MEDITSCH (Participação Virtual) do(a) Centro de Comunicação e Expressão, Campus da Trindade / Universidade Federal de Santa Catarina. Após a exposição pela doutoranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADA . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.


Professora Associada MARIA CRISTINA GOBBI

"A autora responsabiliza-se pela autenticidade e pela validade do documento, comprometendo-se a encaminhá-lo posteriormente ou a substituí-lo pelo original."

A TODOS QUE FIZERAM PARTE DESTA TRAJETÓRIA

"QUALQUER FORMA DE AMOR VALE A PENA
QUALQUER FORMA DE AMOR VALE AMAR"

MILTON NASCIMENTO

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho não começou em sua data de início. As estradas que levaram ao doutorado foram percorridas de mãos dadas a algumas pessoas especiais. A elas, sempre nutrirei profunda gratidão. Mesmo ao longo do doutorado, há muitas histórias por trás de cada pesquisa, de cada capítulo, de cada leitura... Histórias que não estão diretamente escritas nestas páginas, mas que se encontram subentendidas em cada linha e que estão agarradas à minha memória e dela não sairão.

Agradeço a Deus, aquele que prega amor, compreensão e respeito, independentemente de diferenças pessoais.

Aos meus avós, que também posso chamar de pais, devo a possibilidade de estar aqui. Sem o apoio de vocês, certamente esse caminho seria, no mínimo, mais tortuoso. Agradeço ao meu avô, Ettore (*in memoriam*), e minha avó, Hermínia (*in memoriam*), por serem meus maiores incentivadores e por tantos cuidados ao longo da minha vida. As marcas que levo de vocês são extremamente especiais.

Também à minha mãe, Regina, pessoa que me serve de inspiração e de modelo de amor. E que, além de tudo, viu cada etapa deste processo, incentivando, apoiando, abraçando cada decisão. Ao meu pai, João (*in memoriam*), por muito ter me ensinado nos momentos em que estivemos juntos. E ao meu companheiro Beto, a pessoa com quem mais dialoguei sobre a pesquisa e a vida, com quem divido todos os sentimentos, momentos e pensamentos. Por todo o amor que foi força durante essa e todas as outras caminhadas. E também por ser uma inspiração nessa jornada. Também às minhas tias Rose, Ester e Silvia e meus primos e irmão, que muito me apoiaram nessa trajetória. Agradeço a todo apoio, a todos os momentos que dividimos e por sempre estarem ao meu lado.

Aos meus amigos, em especial Carol, pela compreensão, por ser a palavra de aconchego e apoio; Everton, pelo incentivo, pelas conversas e ouvidos emprestados; e Millena, pelo apoio e por ser uma inspiração nas lutas e dedicação. Também ao Marcelo, Fernando, Victor, Bruno, Felipe, Bianca e Érica pelas conversas e por dividirem momentos importantes comigo. Vocês todos são essenciais para mim. Também agradeço à Jussara por ajudar nos desafios deste período.

Agradeço também à minha orientadora, Cristina. Seu apoio e parceria foram mais que fundamentais em todos os momentos. A gratidão é por aceitar o desafio, ajudar a

norteá-lo e todo o incentivo em todas as situações. Aprendi demais com seus conhecimentos e, ainda mais, com sua capacidade de compreensão e respeito. Você é um exemplo para mim.

Aos professores Dino e Ângelo, pelos conselhos e por me mostrarem olhares críticos, apaixonados e profundos sobre o jornalismo. Dino que também foi meu primeiro orientador. Naquele período, pude perceber o quanto a pesquisa pode ser uma jornada prazerosa. À Juliana, por também ter me apresentado o caminho da pesquisa científica e apoiado desde o começo, além da amizade que nutro com carinho. Também à Eliza, minha orientadora durante o mestrado e com quem aprendi muitas possibilidades de direcionamentos apaixonantes da pesquisa científica e por quem tenho uma grande admiração profissional e pessoal. E aos professores Eduardo, Arlindo, Mauro, Osvando, Pollyana e Nara pelas avaliações e contribuições valiosas para este trabalho.

A todos os funcionários da Unesp, em especial ao Silvio, Ana Paula e Helder. Agradeço a cada pessoa que dedica seu tempo e esforço para que tudo funcione. Cada uma fez com que a Unesp se tornasse uma casa querida para mim.

À Fapesp, um profundo agradecimento pelo apoio, o qual representou uma oportunidade de desenvolver esta pesquisa com tranquilidade e com avaliações periódicas que trouxeram importantes contribuições. A ciência no país tem muito a crescer com esse tipo de apoio.

E, em um momento marcado pelas consequências de uma pandemia, obrigada imensamente a todos que se sacrificaram nessa luta. Tanto a quem batalhou diretamente para buscar soluções de melhoria quanto aos que fizeram o possível para o momento ser mais acolhedor e harmonioso. O mote desta pesquisa é mostrar que os dados e estatísticas não são apenas um conjunto de informações e números, mas representam pessoas, histórias, vivências, personalidades, desafios, lutas, alegrias, sofrimentos... Tudo isso ficou ainda mais evidente neste momento. As pessoas que participaram diretamente desta jornada merecem uma profunda gratidão por tudo que fizeram.

RESUMO

O atual ambiente social conta com uma grande abrangência de dados que circulam e convergem nas mais diversas plataformas. Dentro desse cenário, o Jornalismo Guiado por Dados encontrou meios propícios para ampliar sua presença nas redações. O acesso facilitado a bases de dados, legislações que promovem a transparência de informações públicas, a utilização de tecnologias que rastreiam e armazenam preferências de seus usuários: todas essas circunstâncias fizeram com que a busca por eles se tornasse cada vez maior e, conseqüentemente, surgiu a necessidade de ampliar o conhecimento sobre os modos de organização, interpretação e também de divulgação deles. Com essa prerrogativa, buscamos estudar a construção do acontecimento nas narrativas do jornalismo de dados, observando seus efeitos de sentido e papéis dentro das práticas socioculturais. O problema de pesquisa que norteou este estudo foi: de que modo o jornalismo de dados (re)constrói o acontecimento em suas diversas dimensões? Para respondê-lo, analisamos quatro veículos de comunicação latino-americanos que possuem equipes especializadas nessa área, sendo eles a Folha de S. Paulo e o Nexo (Brasil), além do La Nacion e do Chequeado (Argentina). Ao longo das investigações, observamos como os dados influenciam as caracterizações e projeções dos personagens retratados, a possibilidade de enxergar diversos ângulos de um mesmo acontecimento e como os elementos característicos dessa narrativa são utilizados para mostrar esses prismas e dimensionar a importância de determinados dados dentro de um contexto específico. As análises trazem as relações de (re)construção da memória; de legitimação e credulidade dos enunciados e enunciadore; além das relações de poder-saber normalizadoras e hierarquizantes.

Palavras-chave: acontecimento; América Latina; discurso; jornalismo de dados; narrativa.

ABSTRACT

Currently, there is a large amount of data on different platforms. During its period of rapid growth, data-based journalism is taking root in newsrooms. The improved access to databases, the regulations that promote access and transparency of public information, the ability to track and store data over time: because of that, nowadays the uses of data in journalism has become frequently and, consequently, there was a need to expand knowledge about their organization, interpretation and dissemination. The primary purpose of this research is to provide an in-depth analysis of different ways to write the social events, creating different sense effects using big data analytics. The research problem in this study addressed: how does data journalism construct the event in relation to news as far as the topics dimension is concerned? We analyzed four Latin American journalistic websites: Folha de S. Paulo and Nexo from Brazil and La Nación and Chequeado from Argentina. This study observed how the data influence the characters' particularities and projections, a possibility to read different angles of a news event and analyzed how the elements of this kind of narrative are used to show different perspectives concepts and scale the importance of data within a specific context. The research analyzed memory construction, discursive legitimation in addition to the normative judgement and hierarchical power-knowledge relationships.

Keywords: media events; Latin America; discourse; data journalism; narrative.

LISTA DE FIGURAS

Figuras 1 a 4 – Coleções arqueológicas e etnográficas do Museu Nacional de Antropologia - WSite Museu Nacional de Antropologia (2020)	23
Figura 5 – Educação gratuita na cidade de Manchester - The Guardian (1821)	25
Figura 6 – Modelo actancial - Greimas (1966)	72
Figura 7 – Abaporu – Tarsila do Amaral (1928)	96
Figura 8 – Manto vermelho – Tarsila do Amaral (1923)	99
Figura 9 – Mimese no jornalismo de dados – autoria própria (2021)	102
Figura 10 – Anúncio Gotas Mendelinas – Revista do Rádio (1953)	115
Figura 11 – Anúncio Gotas Mendelinas – Revista do Rádio (1950)	116
Figura 12 – GPS Ideológico – Folha de S. Paulo (2019)	117
Figura 13 – GPS Ideológico, perfis próximos a Alexandre Frota – Folha de S. Paulo (2019)	119
Figuras 14 e 15 – Sandy e Junior – Folha de S. Paulo (2019)	137
Figura 16 – Educação em Buenos Aires – Chequeado (2019)	155
Figura 17 – Salário no Brasil – Nexo (2016)	169
Figuras 18 e 19 – Músicas de Roberto Carlos – Nexo (2021)	171
Figura 20 – Match Eleitoral – Folha de S. Paulo (2018)	172
Figuras 21 e 22 – Trump ou Biden – La Nacion (2020)	174
Figura 23 – Mafalda – La Nacion (2020)	176
Figuras 24 e 25 – Boca x River – La Nacion (2021)	178
Figura 26 – Mortes maternas – Chequeado (2020)	208
Figuras 27 a 29 – Filiados a partidos políticos – Folha (2021)	215
Figuras 30 e 31 – Eleição argentina no Twitter – Chequeado (2019)	217
Figuras 32 e 33 – Eleição brasileira – Folha (2018)	218
Figuras 34 e 35 – Armas no Brasil – Nexo (2020)	219
Figura 36 – Compradores de armas no Brasil – Nexo (2020)	220
Figuras 37 a 39 – Eleitorado brasileiro – Nexo (2020)	221
Figuras 40 a 43 – Variação do dólar – Nexo (2020)	223
Figuras 44 e 45 – Mortes pelo coronavírus – La Nacion (2021)	224
Figura 46 – Países com mais falecidos (Brasil) – La Nacion (2021)	225
Figura 47 – Idosos em abrigos – Folha de S. Paulo (2018)	226
Figuras 48 e 49 – Gráficos idosos em abrigos – Autoria própria (2021)	227

Figuras 50 a 53 – Pessoas que moram sozinhas – Folha de S. Paulo (2018)	228
Figura 54 – Refugiados – La Nacion (2020)	229
Figura 55 – Refugiados por categoria – La Nacion (2020)	229
Figura 56 – Mortes por Covid no Brasil – Nexo (2021)	230
Figura 57 – GPS Ideológico dispersão – Folha de S. Paulo (2019)	232
Figuras 58 e 59 – Escolas de samba – Nexo (2020)	232
Figura 60 – Demanda por creches – Nexo (2020)	233
Figura 61 – Medalhas por milhão de habitantes – Nexo (2021)	234
Figuras 62 e 63 – Atletas LGBTI e competições por continentes – Nexo (2021)	235
Figuras 64 e 65 – Músicas natalinas e de Leci Brandão – Nexo (2020)	236

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mimese e jornalismo de dados – autoria própria (2021)	101
Quadro 2 – Corpus de análise – autoria própria (2021)	108
Quadro 3 – Caracterização Alexandre Frota – autoria própria (2021)	120
Quadro 4 – Ambiguidades de Jair Bolsonaro – autoria própria (2021)	127
Quadro 5 – Caracterização personagens Sandy e Junior – autoria própria (2021)	137
Quadro 6 – Racismo na educação brasileira – autoria própria (2021)	152
Quadro 7 – Desigualdade e educação em Buenos Aires – autoria própria (2021)	159
Quadro 8 – Taxação de livros – autoria própria (2021)	187
Quadro 9 – Taxação de livros – Argumentos – autoria própria (2021)	189

Sumário

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 - O jornalismo guiado por dados: composição e papel na cultura contemporânea.....	17
1.1 O banco de dados: a busca pela verdade na cultura da comunicação instantânea.....	20
1.2 O Jornalismo Guiado por Dados: percepções e complexidade	24
CAPÍTULO 2 - Caracterizações do acontecimento: critérios para definições	31
2.1 Acontecimento, tempo e memória.....	36
2.2 Acontecimento e legitimação: propósito e performance	42
2.3 Acontecimento e relações de “poder-saber”	48
CAPÍTULO 3 - Os estudos narrativos: contextos e sujeitos.....	57
3. 1 Os primórdios dos estudos linguísticos: caminhos para a construção da cientificidade...59	
3.2 Significação e sujeito (in)consciente: entremeios dos estudos discursivos	74
CAPÍTULO 4 - Por uma antropofagia da narrativa do jornalismo de dados	80
4.1 Interpelações: acontecimento, discurso e sujeito	83
4.2 A tessitura da narrativa no jornalismo de dados: por uma antropofagia de sua concepção	91
CAPÍTULO 5 - Alteridade: os sujeitos no jornalismo de dados	110
5.1 O sujeito (re)construído	113
5.2 O leitor participativo ou o personagem-leitor	167
CAPÍTULO 6 - Direcionamentos dos dados: o acontecimento (re)construído.....	181
6.1 Os direcionamentos temáticos e as bases de medidas no jornalismo de dados.....	183
6.2 As escolhas gráficas e a produção de sentido	213
CONCLUSÕES SOBRE A NARRATIVA DO JORNALISMO DE DADOS	240
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	251

INTRODUÇÃO

“Que notícias me dão dos amigos? Que notícias me dão de você?”

Milton Nascimento

O “mundo a descrever” é o lugar onde se encontra o “acontecimento bruto” e o processo de transformação consiste, para a instância midiática, em fazer passar o acontecimento de um estado bruto (mas já interpretado), ao estado de mundo midiático construído, isto é, de “notícia”; isso ocorre sob a dependência do processo de transação, que consiste, para a instância midiática, em construir a notícia em função de como ela imagina a instância receptora, a qual, por sua vez, reinterpreta a notícia à sua maneira (CHARAUDEAU, 2015, p. 114)

É reconhecido o papel dos veículos de comunicação como fontes de informações sobre acontecimentos econômicos, políticos, esportivos, dos fatos sociais do cotidiano, dos movimentos culturais e de tantos outros. Em função desse pressuposto papel de retratar e rememorar situações e ideias, eles são determinantes ao navegar pelas construções discursivas de uma sociedade e remar entre suas manutenções, mudanças, divergências, convergências e todas as possibilidades desses intercâmbios linguageiros.

Devemos lembrar que “[...] a situação de comunicação é como um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui o seu valor simbólico” (CHARAUDEAU, 2015, p.67). Como ato discursivo, o jornalismo também se insere nesse jogo de negociações e práticas sociais.

Esse “fazer jornalístico” pode ser considerado como uma série de “artefatos linguísticos que procuram representar determinados aspectos da realidade e resultam de um processo de produção e fabrico onde interagem diversos fatores” (SOUZA, 2002, p. 13). Com isso, conclui-se que todo discurso é construído de forma intersubjetiva, o que torna essencial compreendê-lo como histórico e subordinado aos enredos sociais e culturais.

Também no Jornalismo Guiado por Dados – ou jornalismo de dados, como iremos nos referir de forma abreviada –, foco desta pesquisa, é necessário considerar os contextos e dar a devida importância ao fato de que essa narrativa, como qualquer elemento discursivo, passa por diversas etapas de elaboração, sendo todas de suma importância para a significação do acontecimento. Como afirma Chaparro (2003) ao abordar o uso da estatística como base argumentativa para afirmação da verdade,

[...] o que está sob ajuizamento, portanto, não é a estatística, mas o uso que dela se faz como base de razões argumentativas – posto que o dado estatístico é sempre e fundamentalmente um elemento argumentativo, com uso inevitavelmente orientado para a movimentação das mentes. As fontes, em especial as políticas e as econômicas, que se servem do jornalismo para difundir e sustentar os próprios interesses ou idéias, usam, freqüentemente, o argumento estatístico como “afirmação da verdade”, e não raro o fazem de forma desonesta (CHAPARRO, 2003).

Ressalvemos, entretanto, que o jornalismo de dados não é apenas uma narrativa escrita por meio de estatísticas. As bases de dados que servem como fonte de informações para a tessitura das histórias podem agregar diversos tipos de dados e serem organizados também de modos bastante variados.

No início do desenvolvimento desta pesquisa, ainda na montagem do projeto, foi essa percepção que serviu de motivação para a investigação. Durante o período de desenvolvimento, novos fatores e acontecimentos nos levaram a refletir sobre os papéis e impactos do jornalismo de dados na sociedade. Entre eles, a pandemia causada pela Covid-19 nos marcou por trazer debates sobre as maneiras de ler e comunicar por meio dos dados. Estes foram usados para mensurar o impacto do acontecimento, estimular ou amenizar a necessidade de cuidados de isolamento social, retratar a evolução da situação em diversos âmbitos, etc. Ao longo desse período, muitas propostas de leituras foram usadas por um grande número de indivíduos, alguns com mais e outros com menos poder de penetração e de impactar os modos de encarar esse momento histórico. Todas essas circunstâncias tiveram sua influência no desenvolvimento deste trabalho.

O *Capítulo 1*, aliás, aborda a concepção das bases de dados enquanto sistemas de armazenagem de formas culturais. Seu papel na sociedade vai muito além de um mero repositório. Elas integram-se ao contexto em que estão inseridas de diversas maneiras e afetam a (re)construção de memórias, o estabelecimento de relações de poder, além das relações sociais em diversos âmbitos. Além disso, consideramos que os dados comunicados em narrativas jornalísticas não são apenas estatísticas e outros conjuntos de informações, mas representam indivíduos, histórias, vivências, personalidades, desafios, enfim, individualidades que entram em uma narrativa.

Outro ponto abordado é que a ânsia da busca pela verdade dos fatos e do retrato da realidade representam uma potência motriz para a utilização das bases de dados. Afinal, não é raro ouvir que “os dados não mentem” ou que, para que um argumento seja mais convincente, “é preciso encontrar dados para confirmar”. Entretanto, consideramos

que essas narrativas vão muito além de considerar “o copo meio cheio ou meio vazio”. Tanto o processo de elaboração quanto o âmbito da interpretação envolvem sistemas e sentidos que devem ser observados com atenção.

Nos *Capítulos 2 e 3*, exploramos essas construções e alguns modos de analisar as narrativas. Primeiramente, elencamos três óticas para nos guiarmos quando consideramos os impactos discursos destas na sociedade: os vínculos entre sentidos, tempo e memória; os discursos e sujeitos em suas relações legitimadoras; o estabelecimento, reforço e quebras das formas de poder, em especial quando observadas sob perspectivas normalizadoras e hierarquizantes.

A partir disso, o terceiro capítulo nos permitiu explorar os estudos a respeito das narrativas ao longo da história. Ele traz aspectos que justificam nossas escolhas metodológicas para responder o problema de pesquisa, a saber: de que modo o jornalismo de dados (re)constrói o acontecimento em suas diversas dimensões? Partimos da hipótese de que ele não se trata apenas do aprofundamento, da confirmação ou da rejeição de uma tese a respeito de uma temática específica, mas o jornalismo de dados reconfigura os sentidos dos acontecimentos. Há a elaboração de olhares por ângulos específicos a respeito dos personagens, das temáticas, dos fatos, etc. Ao longo da pesquisa, utilizamos referenciais teóricos que trabalham com essa linha da abordagem semântica e, como metodologia-guia, a análise do discurso, mas optamos por também manter diálogo com autores e pesquisas de outras perspectivas que colaboram para responder nossa pergunta central. Essas escolhas foram exploradas ao longo do quarto capítulo.

Já nos *Capítulos 5 e 6*, partimos para as análises de produções do jornalismo de dados de quatro sites. São dois brasileiros, a Folha de São Paulo e o Nexô, e outros dois argentinos, o La Nación e o Chequeado. Os âmbitos observados em todos eles consideraram as construções e caracterizações dos sujeitos presentes nas narrativas, além das modulações das temáticas e das bases de medidas que influenciam os sentidos.

Por meio deste trabalho, esperamos trazer contribuições para as formas de produzir e consumir o jornalismo de dados. Consideramos que, em um mundo em que as bases de dados estão por todos os lados e agrupando os mais diversos tipos de informações, devemos avançar nas maneiras de observá-las. Isso significa encará-las em suas características e complexidades dentro dos cenários sociais, culturais, políticos e econômicos.

CAPÍTULO 1

O JORNALISMO GUIADO POR DADOS: composição e papel na cultura contemporânea

“Se você não tem informação, você não
sabe o que existe além de você”

Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de Oliveira

Em um ambiente social em que os dados circulam e convergem nas mais diversas plataformas, fica ainda mais evidente a perspectiva defendida por Canclini (1999, p. 79) ao afirmar que “[...] a interculturalidade existe hoje muito mais através de comunicações do tipo mediáticas do que por movimentos migratórios”. Nesse contexto, está a expansão de computadores, celulares e outros recursos que permitem o armazenamento, acesso, troca e o fluxo contínuo de uma grande variedade de informações e dados.

Tal fato evidencia amplas mudanças nos cenários em que atuamos como consumidores e cidadãos. Como aponta o autor (CANCLINI, 2019, p. 85), muitas das perguntas próprias dessa função social – como o lugar em que me encontro e que direitos isso me dá, como posso me informar, quem representa meus interesses – são mais respondidas no consumo privado de bens e dos meios massivos do que nas regras da democracia e da participação coletiva nos espaços públicos. É possível refletir sobre isso ao considerar que, quando selecionamos o que desejamos consumir e nos apropriamos disso, definimos o que consideramos publicamente valioso, as maneiras como nos integramos e nos distinguimos na sociedade.

Esse consumo se reflete em toda espécie de bens que consumimos, sejam materiais ou também nos produtos de comunicação. Feitas de modo consciente ou não, todas as escolhas e exclusões, as preferências, as opiniões que emitimos sobre determinado tema ou também nossas omissões formam aquilo que nos define e que marca nossa atuação na sociedade.

Circunstâncias essas que, para aqueles que trabalham nos meios de comunicação em massa, geraram mudanças nas rotinas produtivas, nas trocas e percepções com a audiência e também na elaboração dos produtos. Isso ocorre em função desse panorama atual das novas mídias atingir todas essas etapas dos processos de comunicação, afetando a cultura de produção e os modos de consumo. Mesmo os veículos de origem mais longa, como os impressos ou o rádio, utilizam-se desses recursos para buscar e obter informações, para o tratamento das mesmas e, inclusive, para sua produção, edição e, até mesmo, circulação e diálogo com o seu público.

Somado a isso, os novos recursos facilitaram o entendimento das necessidades e expectativas desse público-alvo não apenas por meio dos métodos de pesquisas de opinião, mas também pelos diversos tipos de interações realizadas e outros tipos de dados – rastreados sobretudo na internet por meio de cadastros, uso de aplicativos e redes sociais, compartilhamentos de mensagem etc. – que agregam informações à análise do perfil. Com isso, muitos meios aprenderam a chegar aos consumidores particularizando

suas ofertas, oferecendo algo mais próximo daquilo que englobe seus anseios. Os mais diversos produtores de conteúdos utilizam essas estratégias para serem aceitos por determinados grupos e terem suas ideias disseminadas. Remetendo a Gustavo Lins, Canclini reflete sobre esse “capitalismo eletrônico-informático” que transforma cada um desses rastros em composição de perfis e, conseqüentemente, “insumos mercantilizados”.

[...] além dessa extensão da interatividade, o “capitalismo eletrônico-computacional”, como Gustavo Lins (2018, 49) o denomina, ou “tecnocapitalismo”, segundo a expressão de Eric Sadin (2018), reformula o complexo socioeconômico e cultural ao armazenar e classificar grandes volumes de informações, tornando-as quase universalmente acessíveis parcialmente gratuitas por meio do Gmail, Google Maps, Google Earth, Waze, YouTube, entre outros. Que tipo de trabalho este gerenciamento de palavras, imagens e sons oferece? Como altera os vínculos entre cultura, comunicação e cidadania? As palavras se transformam em signos de busca e se articulam algorítmicamente em um panóptico eletrônico para o mercado, pois as informações que damos aos buscadores sobre nossos comportamentos, desejos e opiniões, nos transformam em insumos mercantilizados (CANCLINI, 2019, p. 81)¹.

Por outro lado, uma das dificuldades que acompanha essas transformações é que a enorme gama de informações que circulam na sociedade leva a certa desconfiança sobre a fidedignidade dos fatos relatados. Muitos receptores – e mesmo jornalistas e outros profissionais da mídia quando recebem ou acessam algum conteúdo – desconfiam se os materiais merecem credibilidade, o que não significa que deixam de retransmitir essas informações. Com isso, a suspeita sobre os mais diversos materiais produzidos, inclusive por empresas de comunicação já tradicionais, tornou-se algo constante.

1 Tradução livre a partir do original: “[...] más allá de esta extensión de la interactividad, “el capitalismo electrónico-informático”, como lo llama Gustavo Lins (2018, 49), o “tecnocapitalismo”, según la expresión de Eric Sadin (2018), reformula el complejo socioeconómico y cultural al almacenar y clasificar enormes volúmenes de información, volverla casi universalmente accesible, en parte gratuita a través de Gmail, Google Maps, Google Earth, Waze, YouTube, entre otros. ¿Qué clase de servicio proporciona esta gestión de palabras, imágenes y sonidos? ¿Cómo altera los vínculos entre cultura, comunicación y ciudadanía? Las palabras se transforman en signos de búsqueda y se articulan algorítmicamente en un panóptico electrónico para el mercado, porque la información que damos a los buscadores sobre nuestros comportamientos, deseos y opiniones, nos convierte en insumos mercantilizados”.

1.1 O banco de dados: a busca pela verdade na cultura da comunicação instantânea

Nesse contexto, as bases de dados representam um dos recursos mais buscados para preencher a lacuna da confiabilidade. Como observaremos adiante, esse fato não é algo inédito, uma vez que tal recurso costuma ser amplamente utilizado em momentos em que a sociedade passa por conflitos, inseguranças, desordens e diversas situações que representam instabilidades. Recorrer a esse recurso configura uma tentativa de usar a suposta precisão dos dados para abordar os acontecimentos de modo que pareçam mais próximos do real, trazendo a percepção de diminuição das incertezas. Com isso, eles provocam nuances de acribia aos relatos. Como aborda Manovich (2015, p.8), uma vez que “[...] o mundo nos aparece como uma infinita e desestruturada coleção de imagens, textos e outros arquivos de dados, é apropriado que sejamos movidos a modelá-lo como um banco de dados” e, a partir disso, “[...] também é apropriado que queiramos desenvolver uma poética, uma estética e uma ética do banco de dados”.

Somado a isso, é preciso compreender o que são essas bases. Devemos considerar que o ser humano buscou armazenar os mais diversos tipos de dados ao longo de sua história. Por esse motivo, criou modos de registrá-los e reuni-los como forma de preservar a memória e realizar consultas. As bibliotecas, por exemplo, são um modelo de base de dados. Contudo, os computadores potencializaram essa capacidade de armazenamento e modificaram os modos de reunir, organizar, classificar, recuperar, utilizar e compartilhar esses dados. Christiane Paul (2004, p. 03) define as bases que utilizam o computador da seguinte forma:

[...] uma base de dados é essencialmente um sistema que compreende o hardware que armazena os dados: o software que permite abrigar os dados em seu respectivo local e recuperá-los, filtrá-los e alterá-los, assim como os usuários podem adicionar outro nível ao entendimento da dados como informação.

Em *The Language of New Media* (2001), Manovich trabalhou de forma pormenorizada para contextualizar o emprego das bases de dados na sociedade. Ele as observa como complexos de armazenagem de formas culturais. Especialmente considerando as bases de dados armazenadas em computadores, ele aponta que não se tratam de coleções tradicionais de documentos, pois esta permite “[...] acessar, classificar e reconhecer rapidamente milhões de registros; pode conter diferentes tipos de mídia e

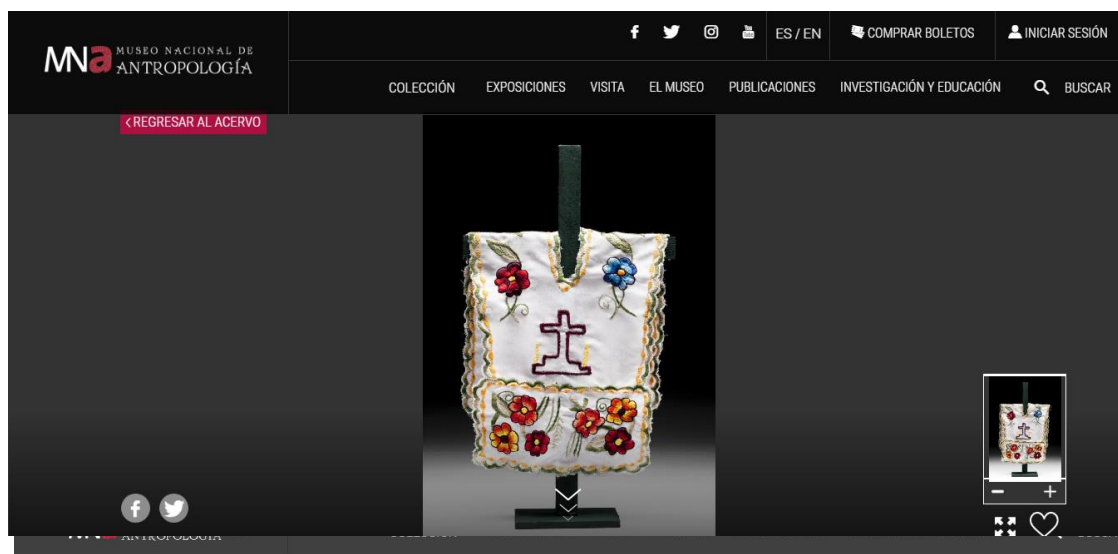
assume indexação múltipla de dados, pois cada registro, além dos dados em si, contém vários campos cujo valor é definido pelo usuário” (MANOVICH, 2001, p.214). Por essa característica, ele compara as bases de dados com uma narrativa literária ou cinemática ou um projeto de arquitetura, uma vez que, assim como eles, apresentam modelos diferentes de como é o mundo. Ou seja, assim como tais narrativas possuem características próprias para fazer recortes do mundo, os bancos de dados também constroem modos de observá-lo a partir das suas especificidades.

Por esse motivo, Manovich (2001) trabalha com a ideia das bases de dados como forma cultural própria. Partindo desse entendimento, podemos considerar que a produção de sentidos começa nas escolhas dos elementos que irão compor as bases de dados e a construção de sua arquitetura. Ao realizar uma pesquisa de opinião, por exemplo, esse modelo de mundo começa a ser elaborado ainda nas metodologias e escolhas das perguntas, uma vez que determino aquilo que desejo conhecer e escolho os meios que considero mais eficientes para isso. Escolho a temática, os questionamentos, o(s) grupo(s) que irá(ão) respondê-las etc. Com a posse dos dados, adicioná-los-ei em seus respectivos campos para elaborar o banco de dados, organizando-o da maneira como suponho que facilitará as consultas. Posteriormente, esses dados podem ser usados em notícias, pesquisas etc. Desse modo, todas as etapas são importantes no recorte e na produção de sentido.

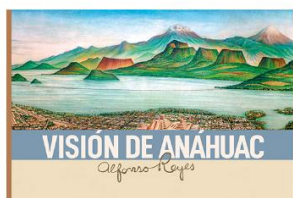
Outro ponto a se ponderar a respeito do conceito trata-se do tipo de conteúdo que as bases de dados podem conter. É comum pensá-las como planilhas repletas de números. Contudo, elas representam algo muito mais amplo. Como destaca Suzana Barbosa (2007, p. 49-50) ao abordar a existência delas na era do computador, reúne “[...] individualmente ou a partir de diversas combinações qualquer tipo de dado ou objeto digital”, os quais podem ser “[...] desde documentos textuais, a fotografias, clipes, sequências de áudio, imagens estáticas, em movimento, ou, ainda, animações, mapas, gráficos, entre outros, que podem ser navegados/acessados de modos variados”.

Como exemplo, Manovich (2015, p.9) faz algumas observações a respeito dos “museus virtuais” contidos nos CD-ROMs. Eles levam o usuário a um passeio virtual. Com isso, “[...] um museu torna-se um banco de dados de imagens, que representa seu acervo e pode ser acessado de diferentes modos – cronologicamente, por país ou por artista”. O CD-ROM – assim como os pendrives, HDs, SSDs e outros dispositivos de armazenamento – é apenas um dos elementos que trouxe tal possibilidade. A própria internet é também um tipo de base de dados. Considerando o exemplo do museu, o mesmo

pode ocorrer em uma página da web. Para ilustrar, podemos observar, abaixo, algumas imagens do site do Museu Nacional de Antropología, situado na capital mexicana. Entre os conteúdos disponíveis, encontram-se imagens e dados técnicos de itens das coleções arqueológicas e etnográficas (Figura 1) e também das exposições atuais e anteriores que passaram pelo museu (Fi 2, 3 e 4).

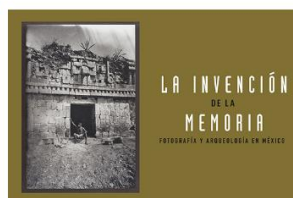


ACTUALES



Visión de Anáhuac. Alfonso Reyes

Sala de exposiciones temporales
DICIEMBRE 2019 - MARZO 2020
[Ver más](#)



La invención de la memoria. Fotografí...

Sala A1
NOVIEMBRE 2019 - ABRIL 2020
[Ver más](#)



Memorias del Templo Mayor

Galería del Primer Piso
ENERO 2020 - MARZO 2020
[Ver más](#)



[HOME](#) / [EXPOSICIONES](#) / [LA INVENCIÓN DE LA MEMORIA. FOTOGRAFÍA Y ARQUEOLOGÍA EN MÉXICO](#)



Horarios:

Martes a domingo de 9:00 a 19:00 horas.

ACERCA DE LA EXPOSICIÓN

La Secretaría de Cultura, a través del Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH) y el Museo Nacional de Antropología, en colaboración con Arte y Cultura Grupo Salinas, presenta la exposición *La invención de la memoria. Fotografía y arqueología en México*, la cual pone al alcance de los visitantes el invaluable legado del pasado prehispánico de México con una visión transversal desde el principio de la fotografía en nuestro país y hasta mediados del siglo xx.

A 180 años de su invención, la fotografía ha tenido una enorme relevancia en el campo de la arqueología al contribuir a la conformación de la memoria histórica y a la construcción de muchos de los rasgos que definen nuestra identidad. La incorporación formal de esta herramienta a la arqueología testimonia tanto la grandeza de las culturas originarias de México como la fascinación que han ejercido a lo largo de los siglos sobre investigadores, humanistas, científicos y artistas del mundo entero.

Con curaduría de Mauricio Maillé, *La invención de la memoria. Fotografía y arqueología en México* muestra una extraordinaria selección de 225 documentos e imágenes que



Figuras 1 a 4 – Coleções arqueológicas e etnográficas do Museu Nacional de Antropologia - WSite Museu Nacional de Antropologia (2020)

Dessa forma, podemos notar como a internet possibilitou a criação de diversos tipos de bases de dados. Para complementar, é preciso lembrar que uma de suas principais características é a natureza aberta. Ou seja, “[...] os websites nunca precisam estar completos; e raramente estão. Eles sempre crescem. Novos links são continuamente adicionados aos que já estão lá. É tão fácil adicionar novos elementos ao final da lista quanto inseri-los em qualquer lugar dela”, como destaca Manovich (2015, p.9).

Contudo, o autor também afirma que “[...] tudo isso contribui muito para a lógica antinarrativa da Web. Se novos elementos são adicionados ao longo do tempo, o resultado é uma coleção, não uma história”. Acreditamos que, na verdade, a internet trouxe um novo tipo de narrativa, novos modos de criá-la e atualizá-la. Os conteúdos que o autor chama de coleção podem ser partes de uma história que será atualizada conforme novos elementos são adicionados ao site, ou podem também conter uma narrativa completa.

Quando temos um website – ou uma página especial dentro de um portal, por exemplo – sobre um evento esportivo, ele poderá reunir os relatos e as estatísticas de cada etapa e da competição completa, além de imagens, vídeos e outros elementos. Esses conteúdos representam as narrativas de cada parte do evento, enquanto o site como um todo caracteriza a história completa. É possível que novas declarações e percepções relativas ao acontecimento sejam elaboradas e divulgadas em outros locais, mas o conteúdo ali registrado retrata uma narrativa completa, a exemplo de um livro que

abordasse o evento ou mesmo a coleção de conteúdos publicados por um jornal impresso ou revista. Isso não significa dizer que se trata da única visão – a “verdadeira” ou “inalterável” – sobre o tema, mas intentamos observar essa correlação com a ideia de um livro.

Abordaremos pormenorizadamente nossas percepções sobre as narrativas em bases de dados ao longo desta pesquisa. Neste ponto, o objetivo foi trazer algumas definições, características e usos no cenário atual. A partir dessas reflexões, podemos observar seu papel dentro do jornalismo.

1.2 O Jornalismo Guiado por Dados: percepções e complexidade

[...] qualquer conhecimento opera por seleção de dados significativos e rejeição de dados não significativos: separa (distingue ou disjunta) e une (associa, identifica); hierarquiza (o principal, o secundário) e centraliza (em função de um núcleo de noções-chave); essas operações, que se utilizam da lógica, são de fato comandadas por princípios “supralógicos” de organização do pensamento ou paradigmas, princípios ocultos que governam nossa visão das coisas e do mundo sem que tenhamos consciência disso (MORIN, 2015, p.10)

Essa inferência de Edgar Morin (2015) nos faz refletir a respeito do Jornalismo Guiado por Dados tanto no que se refere a seus fundamentos conceituais quanto a sua prática na produção de conteúdos noticiosos. Este segundo ponto abordaremos mais adiante na pesquisa. Já sobre suas definições, devemos ponderar a respeito dessas separações, uniões, hierarquizações e centralizações.

Primeiramente, necessitamos reverberar sobre práticas no jornalismo que foram predecessoras do jornalismo de dados como conhecemos hoje. Partindo dessa ideia, destaca-se o fato de que o uso de dados no jornalismo é algo bastante antigo. Não há como precisar uma data exata para isso, mas há muitas evidências de sua utilização em períodos longevos. Ainda em 1821, por exemplo, o *The Guardian* produziu uma reportagem relacionando as escolas da cidade de Manchester ao número de alunos e os custos de cada uma delas. O objetivo era mostrar o verdadeiro número de estudantes que recebiam educação gratuita. O conteúdo apontou que a quantidade era muito maior do que mostravam os dados oficiais (GRAY et al., 2012, p. 31).

mouth end of Edge-hill. In its progress it knocked down several workmen, one of whom was so violently affected in the back of the head, that he re- solutely affected in the back of the head, that he re- solutely affected in the back of the head, that he re-	<table><tr><th colspan="2">DAY SCHOOLS.—Establishments.</th><th>Boys</th><th>Girls</th><th>Total</th><th>Ass. Rep.</th><th>Remarks.</th></tr><tr><td>Grammar School</td><td>155</td><td>155</td><td>310</td><td>1800</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Blue Coat ditto</td><td>80</td><td>80</td><td>160</td><td>2000</td><td></td><td>Taught, clothed and boarded.</td></tr><tr><td>Green Coat ditto</td><td>50</td><td>50</td><td>100</td><td>200</td><td></td><td>Taught and clothed.</td></tr><tr><td>Collegiate Church ditto</td><td>50</td><td>50</td><td>100</td><td>40</td><td></td><td>And ordinary money; do. do.</td></tr><tr><td>Strangeways ditto</td><td>10</td><td>10</td><td>20</td><td>100</td><td></td><td></td></tr><tr><td>St. Mary's ditto</td><td>12</td><td>12</td><td>24</td><td>40</td><td></td><td>(Supposed)—Taught and clothed.</td></tr><tr><td>St. John's ditto</td><td>9</td><td>9</td><td>18</td><td>40</td><td></td><td>Funds arising from Sacramental Offerings.</td></tr><tr><td>St. Paul's ditto</td><td>30</td><td>30</td><td>60</td><td>40</td><td></td><td>(Supposed)—Expenses raised by voluntary Subscription.</td></tr><tr><td>Ladies' Jubilee</td><td>20</td><td>20</td><td>40</td><td>250</td><td></td><td>Taught, clothed and boarded, by voluntary Subscription.</td></tr><tr><td>Back King-street</td><td>21</td><td>21</td><td>42</td><td>40</td><td></td><td>(Supposed)—Taught and partly clothed. This school is supported by the benevolence of a single individual.</td></tr><tr><td>National School, Grosvenor-row</td><td>181</td><td>119</td><td>300</td><td>600</td><td></td><td>Voluntary Subscription, and Collections at Churches.</td></tr><tr><td>Bulwer-street, St. Paul's</td><td>200</td><td>170</td><td>370</td><td>600</td><td></td><td></td></tr><tr><td colspan="7">Disasters.</td></tr><tr><td>Lancaster School, Marshall-st.</td><td>499</td><td>225</td><td>724</td><td>400</td><td></td><td>Voluntary Subscription.</td></tr><tr><td>University, Mosley-street</td><td>35</td><td>35</td><td>70</td><td>20</td><td></td><td>ditto</td></tr><tr><td>Calverley</td><td>198</td><td>121</td><td>319</td><td>104</td><td></td><td>ditto</td></tr><tr><td colspan="7">SUNDAY SCHOOLS.</td></tr><tr><td>Collegiate Church, Shude Hill</td><td>201</td><td>205</td><td>406</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>St. Asa's, Back King-street</td><td>50</td><td>56</td><td>106</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>St. Mary's, Back South Parade</td><td>130</td><td>110</td><td>240</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>St. Paul's, Green-street</td><td>126</td><td>160</td><td>286</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Turner-street</td><td>68</td><td>71</td><td>139</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Jersey-street</td><td>111</td><td>281</td><td>392</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>St. George's, St. George's</td><td>141</td><td>112</td><td>253</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>St. John's, St. John's-street</td><td>118</td><td>162</td><td>280</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>St. James's, St. James's-street</td><td>102</td><td>196</td><td>298</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>St. Michael's, Miller-street</td><td>204</td><td>352</td><td>556</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>St. Peter's, Jackson's-row</td><td>125</td><td>120</td><td>245</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Alport Town</td><td>95</td><td>90</td><td>185</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>St. Clement's and St. Luke's</td><td>325</td><td>1071</td><td>1396</td><td></td><td></td><td>This is, perhaps, the largest School in the Kingdom. It cost about £7,200, of which £212 4 10½ was granted in aid by the Teachers and Scholars.</td></tr><tr><td>St. Stephen's, Bloom-street</td><td>181</td><td>297</td><td>478</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Oldfield-road</td><td>139</td><td>201</td><td>340</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Trinity, King's Head Yard</td><td>220</td><td>300</td><td>520</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Holmes, Duke-street</td><td>162</td><td>189</td><td>351</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>All-Saints, Oxford-road</td><td>185</td><td>191</td><td>376</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Arbuck</td><td>60</td><td>110</td><td>170</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td colspan="7">Total</td></tr></table>	DAY SCHOOLS.—Establishments.		Boys	Girls	Total	Ass. Rep.	Remarks.	Grammar School	155	155	310	1800			Blue Coat ditto	80	80	160	2000		Taught, clothed and boarded.	Green Coat ditto	50	50	100	200		Taught and clothed.	Collegiate Church ditto	50	50	100	40		And ordinary money; do. do.	Strangeways ditto	10	10	20	100			St. Mary's ditto	12	12	24	40		(Supposed)—Taught and clothed.	St. John's ditto	9	9	18	40		Funds arising from Sacramental Offerings.	St. Paul's ditto	30	30	60	40		(Supposed)—Expenses raised by voluntary Subscription.	Ladies' Jubilee	20	20	40	250		Taught, clothed and boarded, by voluntary Subscription.	Back King-street	21	21	42	40		(Supposed)—Taught and partly clothed. This school is supported by the benevolence of a single individual.	National School, Grosvenor-row	181	119	300	600		Voluntary Subscription, and Collections at Churches.	Bulwer-street, St. Paul's	200	170	370	600			Disasters.							Lancaster School, Marshall-st.	499	225	724	400		Voluntary Subscription.	University, Mosley-street	35	35	70	20		ditto	Calverley	198	121	319	104		ditto	SUNDAY SCHOOLS.							Collegiate Church, Shude Hill	201	205	406				St. Asa's, Back King-street	50	56	106				St. Mary's, Back South Parade	130	110	240				St. Paul's, Green-street	126	160	286				Turner-street	68	71	139				Jersey-street	111	281	392				St. George's, St. George's	141	112	253				St. John's, St. John's-street	118	162	280				St. James's, St. James's-street	102	196	298				St. Michael's, Miller-street	204	352	556				St. Peter's, Jackson's-row	125	120	245				Alport Town	95	90	185				St. Clement's and St. Luke's	325	1071	1396			This is, perhaps, the largest School in the Kingdom. It cost about £7,200, of which £212 4 10½ was granted in aid by the Teachers and Scholars.	St. Stephen's, Bloom-street	181	297	478				Oldfield-road	139	201	340				Trinity, King's Head Yard	220	300	520				Holmes, Duke-street	162	189	351				All-Saints, Oxford-road	185	191	376				Arbuck	60	110	170				Total							11, June 9, at 10, at Guildhall, London. A Mr. Tindal and Bennett, The-people street. LEE Jonathan, of Sunderland, in the county Durham, grocer, d. c.; May 12, 19, June 9, 12, at Guildhall, London. Ails. Moss, 68, Huddon and Gatty, Thompson-street. PAYN Thomas, and John Daniel Paine, of Canton-street, in the city of London, warehousemen d. c.; May 5, 14, June 9, at 1, at Guildhall, London. Mr. Hindson, Tinsell-street. SMITH John, now or late of Nottingham, in 1840, in the county of York, grocer, his draper, d. c.; May 11, 12, June 9, at 11, at Day and Back Tavern, Kingston-upon-Hull. Mr. Walsley, Hull. TATE John, of Liverpool, in the county of Lancashire, provision-merchant, d. c.; May 17, June 9, at 1, at the George Inn, Liverpool. Mr. Denton, Liverpool. WARD Joseph, late of Beaulieu, in the county of Oxford, (but now a prisoner in the King's Bench Prison), bereaved, d. c.; May 5, 15, June 9, 12, at Guildhall, London. Ann. Means, Fe and Munday, Beaulieu. WHARTON Robert and Henry Wharton, of Li Chesham, in the county of Lancashire, joiners, house-constructors, late engaged in trade, 1 1/2, 19, June 9, at 11, at the George Inn, Liverpool. Att. Mr. Hodgson, Liverpool. WILKINSON Daniel, of Finsbury-street, Butcher, in the county of Surrey, master-meat merchant, d. c.; May 5, at 10, May 12, at June 9, at 10, at Guildhall, London. Messrs. Paterson and Puley, Old Broad-street. DIVIDED. May 22. Mearns & Atkinson, London, merchants 22. J. Davies, Shrewsbury, tea-planters. 23. W. Bewley, Manchester, brewer. 22. W. and A. Cogg, Exeter, drapers. 22. W. Bower, Exeter, draper and tailor. 22. J. Dobell, Staplehurst, Kent, draper & tailor. 22. J. Loy, London, watchmaker. 22. T. Cassidy, Liverpool, leather-merchant. 22. J. Williams, London, draper. 22. M. B. Schlegel, London, indigo-merchant. June 5. Ryder & Nanseth, London, sugar-refiners. RESOLUTIONS OF PARLIAMENT. John Harrison and Brothers, Manchester, cut spinnets.—Widow Welch and Sons, Manchester common carriers.—Gen. Ransden and Co. M
DAY SCHOOLS.—Establishments.		Boys	Girls	Total	Ass. Rep.	Remarks.																																																																																																																																																																																																																																																																						
Grammar School	155	155	310	1800																																																																																																																																																																																																																																																																								
Blue Coat ditto	80	80	160	2000		Taught, clothed and boarded.																																																																																																																																																																																																																																																																						
Green Coat ditto	50	50	100	200		Taught and clothed.																																																																																																																																																																																																																																																																						
Collegiate Church ditto	50	50	100	40		And ordinary money; do. do.																																																																																																																																																																																																																																																																						
Strangeways ditto	10	10	20	100																																																																																																																																																																																																																																																																								
St. Mary's ditto	12	12	24	40		(Supposed)—Taught and clothed.																																																																																																																																																																																																																																																																						
St. John's ditto	9	9	18	40		Funds arising from Sacramental Offerings.																																																																																																																																																																																																																																																																						
St. Paul's ditto	30	30	60	40		(Supposed)—Expenses raised by voluntary Subscription.																																																																																																																																																																																																																																																																						
Ladies' Jubilee	20	20	40	250		Taught, clothed and boarded, by voluntary Subscription.																																																																																																																																																																																																																																																																						
Back King-street	21	21	42	40		(Supposed)—Taught and partly clothed. This school is supported by the benevolence of a single individual.																																																																																																																																																																																																																																																																						
National School, Grosvenor-row	181	119	300	600		Voluntary Subscription, and Collections at Churches.																																																																																																																																																																																																																																																																						
Bulwer-street, St. Paul's	200	170	370	600																																																																																																																																																																																																																																																																								
Disasters.																																																																																																																																																																																																																																																																												
Lancaster School, Marshall-st.	499	225	724	400		Voluntary Subscription.																																																																																																																																																																																																																																																																						
University, Mosley-street	35	35	70	20		ditto																																																																																																																																																																																																																																																																						
Calverley	198	121	319	104		ditto																																																																																																																																																																																																																																																																						
SUNDAY SCHOOLS.																																																																																																																																																																																																																																																																												
Collegiate Church, Shude Hill	201	205	406																																																																																																																																																																																																																																																																									
St. Asa's, Back King-street	50	56	106																																																																																																																																																																																																																																																																									
St. Mary's, Back South Parade	130	110	240																																																																																																																																																																																																																																																																									
St. Paul's, Green-street	126	160	286																																																																																																																																																																																																																																																																									
Turner-street	68	71	139																																																																																																																																																																																																																																																																									
Jersey-street	111	281	392																																																																																																																																																																																																																																																																									
St. George's, St. George's	141	112	253																																																																																																																																																																																																																																																																									
St. John's, St. John's-street	118	162	280																																																																																																																																																																																																																																																																									
St. James's, St. James's-street	102	196	298																																																																																																																																																																																																																																																																									
St. Michael's, Miller-street	204	352	556																																																																																																																																																																																																																																																																									
St. Peter's, Jackson's-row	125	120	245																																																																																																																																																																																																																																																																									
Alport Town	95	90	185																																																																																																																																																																																																																																																																									
St. Clement's and St. Luke's	325	1071	1396			This is, perhaps, the largest School in the Kingdom. It cost about £7,200, of which £212 4 10½ was granted in aid by the Teachers and Scholars.																																																																																																																																																																																																																																																																						
St. Stephen's, Bloom-street	181	297	478																																																																																																																																																																																																																																																																									
Oldfield-road	139	201	340																																																																																																																																																																																																																																																																									
Trinity, King's Head Yard	220	300	520																																																																																																																																																																																																																																																																									
Holmes, Duke-street	162	189	351																																																																																																																																																																																																																																																																									
All-Saints, Oxford-road	185	191	376																																																																																																																																																																																																																																																																									
Arbuck	60	110	170																																																																																																																																																																																																																																																																									
Total																																																																																																																																																																																																																																																																												

Figura 5 – Educação gratuita na cidade de Manchester - The Guardian (1821)

Já em 1952, algumas técnicas de Reportagem com Auxílio do Computador (RAC) foram usadas pela rede de televisão americana CBS para tentar prever o resultado da eleição presidencial dos Estados Unidos disputada entre o republicano Dwight Eisenhower e o democrata Adlai Stevenson II, vencida pelo primeiro (GRAY et al, 2012, p.30). Para isso, utilizaram um UNIVAC (Universal Automatic Computer), primeiro computador comercial fabricado no mesmo país.

Contudo, o advento de tecnologias acessíveis que facilitaram o armazenamento, consulta e análise dos mesmos foi decisiva para a ampliação e aprofundamento dessa prática. Vale ressaltar que o final da década de 1960 foi determinante na utilização de bases de dados na produção noticiosa. Nesse momento, Philip Meyer, então repórter do Detroit Free Press, ajudou na consolidação do chamado Jornalismo de Precisão (JP), a partir do qual derivaram as técnicas do jornalismo de dados.

O jornalista desenvolveu a reportagem “The People Beyond 12th Street” (posteriormente contemplada com o Prêmio Pulitzer), em 1967, que propunha a utilização de metodologias de pesquisa das Ciências Sociais para conhecer as causas e as características dos participantes de motins urbanos que aconteciam com frequência em Detroit. A cidade passava por um período de distúrbios sociais após uma invasão policial

a um bar clandestino em 23 de julho. Esse acontecimento foi o estopim para que outros moradores locais se inflammassem e promovessem manifestações durante cinco dias. O resultado foi a destruição de várias ruas da cidade, além de mortos e feridos. Não se sabia o motivo exato do que ocorreu, mas duas teorias predominavam: 1) Grupos de camadas econômicas mais baixas e com baixo grau de escolaridade causavam esses motins como forma de expressão; 2) Imigrantes, sobretudo descendentes de africanos, do sul da cidade causavam esses motins pois enfrentavam dificuldades para serem assimilados na cultura do norte (ROSEGRANT, 2011, s.p.).

Após passar um ano estudando Ciências Sociais em Harvard, Meyer participou da cobertura dessas manifestações e sugeriu a aplicação de um questionário baseado em uma amostra representativa da população dos bairros afetados. O resultado mostrou que não havia correlação entre condição econômica e participação nos distúrbios e que os nativos da cidade eram três vezes mais propensos a participar de saques, agressões, homicídios e incêndios do que os imigrantes do sul (TRASEL, 2014, p. 97).

Já na década de 1980, outro trabalho que se destacou pelo uso das bases de dados foi a série de reportagens “The color of money”, publicadas por Bill Dedman. Estas revelaram preconceito racial sistemático nas políticas de empréstimo dos principais bancos locais (GRAY et al., 2012, p. 30).

Mas o conceito “Jornalismo de Precisão” foi proposto quando o mesmo Philip Meyer publicou o livro que leva essa expressão como título – “Jornalismo de Precisão” (MEYER, 2002) –, no qual defende a volta da objetividade às redações por meio da utilização de dados. Isso porque, naquele momento, o New Journalism possuía grande espaço nos veículos de comunicação. O repórter, aliás, defende a cientificidade desse processo.

[...] o novo jornalismo de precisão é um jornalismo científico. (...) Isso significa tratar o jornalismo como se ele fosse uma ciência, adotando método científico, objetividade científica e ideais científicos em todo o processo de comunicação de massa (MEYER, 2002, p.5).²

Essa afirmação de Meyer se torna problemática em função de toda forma de jornalismo possuir métodos de produção e apuração, além de tomar um acontecimento

2 Tradução livre a partir de: “[...] The new precision journalism is scientific journalism. (...) It means treating journalism as if it were a science, adopting scientific method, scientific objectivity, and scientific ideals to the entire process of mass communication”.

como base para transmissão de informações. O jornalismo de dados não possui um privilégio que o coloca como possuidor da verdade única sobre o fato. Mas todas as produções midiáticas que objetivam transmitir informações que tomam a realidade como referência devem prezar pela checagem, análise e busca por elementos narrativos capazes de comunicar os sentidos que o produtor intenta, o que pressupõem o uso de metodologias próprias.

Com o passar dos anos, a incorporação de bases de dados para a produção de matérias jornalísticas ficou mais recorrente e, como vimos nos exemplos mencionados, sempre esteve presente a ideia de validar a legitimidade de um acontecimento e/ou prever seus desdobramentos. Apesar de defender a maior objetividade desse tipo de fazer jornalístico, o próprio Meyer (2002, p.19) cita que “[...] os números são como fogo. Eles podem ser usados para o bem ou para o mal. Quando mensurados, eles podem criar ilusões de certeza e importância que nos torna irracionais”³.

Também por esse motivo, é preciso estar atento a eventuais reducionismos e abstrações que prejudicam o entendimento da complexidade de determinado fenômeno. É o que Morin (2015, p. 12) discorre ao abordar a inteligência cega. Ele afirma que o ideal do conhecimento científico clássico era descobrir, atrás da “[...] complexidade aparente dos fenômenos, uma Ordem perfeita legiferando uma máquina perpétua (o cosmos), ela própria feita de microelementos (os átomos) reunidos de diferentes modos em objetos e sistemas”. Esse conhecimento “[...] baseava seu rigor e sua operacionalidade na medida e no cálculo; mas, cada vez mais, a matematização e a formalização desintegraram os seres e os entes para só considerar como únicas realidades as fórmulas e equações que governam as entidades quantificadas”.

O que queremos apontar é o cuidado para não encarmos o jornalismo de dados como um tipo de jornalismo com o poder da objetividade e da precisão na abordagem dos fenômenos, o que é bastante comum nas redações. Assim como as demais formas de comunicação, ele não pode ser reducionista e ignorar os contextos e demais aspectos que compõem e afetam um acontecimento. Tal modo de observar prejudica o seu próprio desenvolvimento e capacidade de analisar, interpretar, compreender e relatar diferentes vieses e particularidades que interferem no desenvolvimento do fato. Não podemos aderir

3 Tradução livre a partir de: “[...] Numbers are like fire. They can be used for good or ill. When measured, they can create illusions of certitude and importance that render us irrational”.

à inteligência cega, a qual “[...] isola todos os seus objetos do seu meio ambiente” (MORIN, 2015, p. 12).

Assim, não se deve negligenciar o elo entre o observador (o jornalista, comunicador, enunciador) e o objeto observado (o acontecimento e aquilo que o compõe) e suas influências na elaboração da narrativa (a notícia, reportagem, enunciado) e na imagem que fazem do seu público (leitor, ouvinte, enunciatário), a qual influencia a forma como irá compor a história. Ou seja, como qualquer forma de fazer jornalismo, a narrativa com base em dados passa pelas influências dos ângulos pelos quais a história é observada e relatada, as escolhas dos modos de narrar e as expectativas a respeito dos melhores modos de atrair seu público. Todos esses aspectos influenciam na produção de sentidos.

Por esse motivo, preferimos trabalhar com a ideia da complexidade – na definição de Morin – do jornalismo de dados, evitando reduzi-lo à percepção de objetividade completa. Os materiais produzidos a partir do jornalismo de dados não são nem a realidade última nem a desordem, a inexistência de aspectos precisos. É possível fazer um paralelo sobre isso a partir da seguinte passagem.

[...] o mérito da complexidade é o de denunciar a metafísica da ordem. Como dizia muito justamente Whitehead, por trás da ideia da ordem havia duas coisas: havia a ideia mágica de Pitágoras, de que os números são a realidade última, e a ideia religiosa ainda presente, em Descartes como em Newton, de que a inteligência é o fundamento da ordem do mundo. Então, ao se retirar a inteligência divina e a magia dos números, o que resta? Leis? Uma mecânica cósmica autossuficiente? Será a verdadeira realidade? Será a verdadeira natureza? A essa frágil visão eu oponho a ideia da complexidade (MORIN, 2015, p. 104).

Retomando as observações de Meyer (2014), outro ponto que destacamos se refere aos desafios dos profissionais da área da comunicação no momento em que ele iniciou os trabalhos com o Jornalismo de Precisão comparados aos daqueles que atuam atualmente no Jornalismo Guiado por Dados.

[...] quando a informação era escassa, a maior parte de nossos esforços estavam voltados à caçar e reunir dados. Agora que a informação é abundante, processá-la tornou-se mais importante. O processamento acontece em dois níveis: 1) análise para entender e estruturar um fluxo infinito de dados e 2) apresentação para fazer com que os dados mais importantes e relevantes cheguem ao consumidor. Como acontece na ciência, o jornalismo de dados revela seus métodos e apresenta seus resultados de uma forma que possam ser replicados (MEYER, 2014)

Essas considerações são importantes para compreender o funcionamento da produção desses conteúdos e como isso influencia as escolhas da maneira de narrar o acontecimento. É esse ponto que Bradshaw (2014) destaca como o diferencial em comparação ao restante do jornalismo. Para ele, o jornalismo de dados reúne as “[...] novas possibilidades que se abrem quando se combina o tradicional ‘faro jornalístico’ e a habilidade de contar uma história envolvente com a escala e o alcance absolutos da informação digital agora disponível”. Ou seja, é a capacidade de buscar e entender o fluxo de dados e também de como apresentá-los ao consumidor, como observado na citação de Meyer.

Ribeiro et al (2018, p.30) complementam afirmando que o uso de dados “[...] é tão antigo quanto o próprio jornalismo”. Mas salientam que, na sequência, “[...] o peso que eles adquirem na produção jornalística, passando de elementos de base para definidores de pauta, como sustentação da narrativa e estruturadores da informação, é ímpar dentro do campo que abrange o jornalismo de dados”. Para eles, a singularidade está nos “[...] padrões de informação advindos de cruzamentos entre documentos, bases de dados e histórias”.

Para Mancini e Vasconcellos (2016, p. 75), ainda, é preciso diferenciar o Jornalismo *com* Dados do Jornalismo *de* Dados. Enquanto o primeiro utiliza os dados de forma ilustrativa, objetivando agregar uma informação ao fato, o segundo faz uso deles como “[...] próprio fundamento da pauta e a história das relações entre os dados conduziria, neste caso, a reportagem”. A ideia dos autores, com isso, é distinguir as produções que trazem alguns dados apenas para agregar uma informação a uma narrativa – ou seja, os dados são elementos mais acessórios do que centrais – daquelas produções que não existiriam sem aqueles dados.

Por exemplo, uma matéria que aborda uma doença e, em certo ponto, traz o percentual de chances de cura se comparada a outras enfermidades é um jornalismo com dados. Enquanto isso, se o foco for no fato de que ela acomete pessoas com determinados hábitos ou predisposições e que residem em regiões com menor saneamento básico, por exemplo, trata-se de um conteúdo que utiliza o jornalismo de dados. Neste caso, o resultado da análise do cruzamento dessas bases de dados é que determina a narrativa.

Neste primeiro momento, portanto, buscamos abordar algumas das separações, uniões, hierarquizações e centralizações que caracterizaram o jornalismo de dados. Para efeitos didáticos, também consideramos que as etapas de construção desse tipo de conteúdo passam pela consulta, pesquisa ou elaboração de uma base de dados; seguida

da seleção, cruzamento e análise dos dados, o que permitirá a elaboração do relato da narrativa (seja ela textual, imagética, com ou sem representações gráficas etc.). Abordaremos esse aspecto com mais afinco no Capítulo 4.

Na sequência, abordamos as formas de construção do acontecimento e alguns aparatos conceituais importantes para o decorrer desta pesquisa. Também explicamos os três eixos do acontecimento que elencamos para prosseguirmos como delimitações para as análises.

CAPÍTULO 2

CARACTERIZAÇÕES DO ACONTECIMENTO: critérios para definições

“ A verdade nunca se pode dizê-la a não ser pela metade”

Jacques Lacan

Em sua proposta de refletir sobre uma “arqueologia do saber”, Michel Foucault (2017) aborda diversas unidades que constituem o campo discursivo. Para pensar nestas, ele propõe que sejam desconsideradas as formulações pré-definidas. Neste grupo, inclui diferentes abordagens, como as noções de (1) tradição, (2) influência, (3) desenvolvimento e evolução, (4) de mentalidade ou de espírito.

Sobre cada uma delas, aborda os motivos que o faz afirmar serem prejudiciais para a análise. A respeito da primeira (1), destaca que “[...] ela visa a dar uma importância temporal singular a um conjunto de fenômenos, ao mesmo tempo sucessivos e idênticos (ou, pelo menos, análogos)” (FOUCAULT, 2017, p. 25), o que limita a observar o evento em questão a partir da ideia de que tradicionalmente é assim, ignorando outros fatores. Já a influência (2) “[...] fornece um suporte – demasiado mágico para poder ser bem analisado – aos fatos de transmissão e comunicação; que atribui a um processo de andamento causal (mas sem delimitação rigorosa nem definição teórica) os fenômenos de semelhança ou repetição”.

A ideia de desenvolvimento e evolução (3) permite reagrupar “[...] uma sucessão de acontecimentos dispersos; relacioná-los a um único e mesmo princípio organizador; [...] descobrir, já atuantes em cada começo, um princípio de coerência e o esboço de uma unidade futura”. Tal percepção analisaria o fenômeno a partir de uma evolução “natural”, sendo os passos interligados ao mesmo princípio. Foucault completa afirmando que as noções de “mentalidade” ou de “espírito” (4) permitem “[...] estabelecer entre os fenômenos simultâneos ou sucessivos de uma determinada época uma comunidade de sentido, ligações simbólicas, um jogo de semelhança e de espelho” (FOUCAULT, 2017, p. 26).

O objetivo dessa abordagem é questionar as análises que partem dessas unidades já estabelecidas. Por esse motivo, é preciso pôr em questão o que o autor caracteriza como “[...] essas sínteses acabadas, esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame”. Também “[...] é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens”. Tomando como base essas premissas, Foucault questiona, inclusive, as noções de livro e de obra. O primeiro por ir além do conteúdo que se encontra entre o título e seu ponto final e do suporte material que lhe serve de suporte. Ele está preso a todo um sistema de remissões a outros livros, textos ou frases. Ou seja, sempre haverá interligações com outros discursos.

Já a obra pode não ser simplesmente a união de todos os textos escritos por um autor. Será preciso incluir “[...] tudo que é rascunho, primeiro projeto, correções e rasuras dos livros? Será preciso reunir esboços abandonados?”. Além disso, que importância dar às cartas, às notas, às conversas relatadas, aos próprios transcritos por seus ouvintes, enfim, “[...] a este imenso formigamento de vestígios verbais que um indivíduo deixa em torno de si, no momento de morrer, e que falam, em um entrecruzamento indefinido, tantas linguagens diferentes?” (FOUCAULT, 2017, p. 29)

Essa perspectiva de Foucault nos traz a percepção do olhar para as unidades sem considerar suas pré-definições e configurações já em voga como algo estabelecido e imutável. No esteio dessa perspectiva, buscamos analisar a ideia de acontecimento, sobretudo nos campos específicos da Comunicação e do Jornalismo, considerando seus diversos ângulos. Por se tratar de um prisma central desta pesquisa, observamos suas definições mais comuns, os critérios considerados para chegar a elas e também outras perspectivas possíveis, bem como parâmetros importantes a serem considerados em função dos focos específicos tratados neste estudo.

Um ponto habitualmente usado para definir o que pode ser um acontecimento jornalístico é a consideração de que este se refere a um fato “fora do comum”, ou seja, algo que emerge contra a rotina, sendo, portanto, o inesperado ou inusitado. Contudo, para além dessa ideia, a singularidade não deve ser o requisito único e essencial para que aquela ação seja um potencial acontecimento jornalístico. Não é necessário que algo quebre por completo o padrão do cotidiano para isso. Pode-se criar um acontecimento quando este engloba interesses sociais como “[...] pessoas e países de elite; acontecimentos que são dramáticos; acontecimentos que podem ser personalizados para essencialmente evidenciar as características de humor humanas, como tristeza, sentimentalismo, etc.”. Também vale para os fatos que podem trazer “[...] consequências negativas e acontecimentos que são parte ou podem ser parte de um assunto noticiável existente, são todos notícias possíveis” (HALL *et al*, 1999, p. 224).

Para exemplificar tal consideração, podemos citar as notícias sobre um personagem famoso estar em determinado local, como um restaurante, com familiares e amigos ou quando se relata o desempenho dentro do esperado de uma equipe esportiva. O que faz com que esses fatos se tornem acontecimentos jornalísticos não é o inusitado ou “fora do comum”, mas a maneira como o comunicador irá realçar seus elementos para evidenciá-lo como pertinente para conhecimento do público ao qual tal narrativa se

destina. Para isso, poderá destacar algum aspecto para analisar e chamar a atenção, dramatizar, apontar consequências, enfim, contar sua história.

Outro olhar factível ao se abordar o acontecimento dentro do jornalismo se refere a aspectos organizacionais. No âmago destes, inserem-se as rotinas de produção, o perfil do meio – incluindo sua linha editorial, a existência ou não de departamentos especializados em um ou mais assuntos e outros elementos que influenciam esse tipo de escolha – e as categorias a serem consideradas como relevantes por ele. Neste bojo, entra a ideia das editorias, uma vez que a existência delas também é algo que influencia a seleção daquilo que pode ou não representar como um fato pertinente para fazer parte dela.

Nesses pontos mencionados a respeito da proposta organizacional, é possível que se busque adequar as características da narrativa – e também o que será destacado dentro do acontecimento em questão – ao tipo de conteúdo que se encontra nessa seção e também ao público padrão que se interessa por tal temática. Com isso, os modos de tratar o acontecimento também sofrem influência desses aspectos.

Conjugados a esse critério organizacional, vale mencionar também a questão do próprio contexto histórico-social. Isso porque o sistema de pensamento no qual o sujeito está inserido dir-lhe-á a pertinência de um determinado acontecimento. Ou seja, o sistema de valores influenciará a percepção e o reconhecimento se aquele determinado fato possui relevância para a comunidade em questão. Como afirma Charaudeau (2015, p. 99), “[...] o acontecimento nasce, vive e morre numa dialética permanente da ordem e da desordem, dialética que pode estar na natureza, mas cuja percepção e significância dependem de um sujeito que interpreta o mundo”.

A título de exemplo, a percepção sobre uma situação de trabalho escravo hoje é determinantemente distinta se comparado à maneira como seria encarado no século XIX no Brasil, uma vez que tal situação era legalizada naquele momento. Contemporaneamente, despontaria como um acontecimento/notícia de extrema relevância para divulgação como denúncia. Portanto, a configuração como um acontecimento midiático também depende dessas conjunturas. Dessa forma, um acontecimento “[...] só ‘faz sentido’ se se puder colocar num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais”. Com isso, “[...] se os jornalistas não dispuserem – mesmo de forma rotineira – de tais ‘mapas’ culturais do mundo social, não poderiam ‘dar sentido’ aos acontecimentos invulgares, inesperados e imprevisíveis que constituem o conteúdo básico do que é ‘noticiável’” (HALL *et al*, 1999 p. 226).

O acontecimento também não é, necessariamente, um fato que se apresenta instantaneamente, algo que ocorreu no cotidiano, foi testemunhado por alguém e posteriormente relatado em uma notícia, como um acidente, um assassinato, uma eleição ou um evento esportivo, entre outros. Ele pode ser buscado, criado pelo produtor. Não no sentido de inventar uma situação que não ocorreu, mas do próprio jornalista investigar lugares, personagens e outros elementos que possam conter potenciais histórias a serem analisadas e relatadas.

Essa prática, aliás, é algo bastante comum no Jornalismo em Base de Dados, tema central deste trabalho. Muitas das produções deste tomam como ponto de partida conjuntos de dados brutos, a partir dos quais se buscou e analisou significados. Com isso, a emergência do acontecimento midiático pode ocorrer a partir do momento em que um sujeito conferiu uma existência significativa a um fenômeno.

Como destaca Foucault (2003, p. 339) ao abordar a ideia de uma *acontecimentalização*, é preciso mostrar que “[...] ali onde se estaria bastante tentado a se referir a uma constante histórica, ou a um traço antropológico imediato, ou ainda a uma evidência se impondo da mesma maneira para todos, trata-se de fazer surgir uma ‘singularidade’”. Com isso, “[...] não era tão evidente que os loucos fossem reconhecidos como doentes mentais (...), não era tão evidente que as causas da doença deversem ser buscadas no exame individual do corpo”. Notam-se as rupturas das continuidades, das evidências “[...] sobre as quais se apoiam nosso saber, nossos consentimentos, nossas práticas” e é preciso analisar as novas “[...] conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de força, as estratégias etc., que, em um dado momento, formam o que, em seguida, funcionará como evidência, universalidade, necessidade”.

A partir das considerações feitas ao longo deste tópico, buscou-se levantar a ideia de que o acontecimento jornalístico não pode ser tratado como algo pré-definido, que segue apenas um padrão bem delimitado. Há uma diversidade de aspectos que irão influenciar a seleção daquele fato ou aspecto como algo a ser tratado em uma matéria jornalística, tornando-se um acontecimento midiático.

Tal perspectiva propõe colocar em prática essa ideia de que é preciso observar as singularidades do acontecimento, o que levou a ele, o que fez com que se destacasse entre todos os fatos cotidianos, o que gerou a ruptura ou continuidade, quais as vertentes que o envolvem, quais elementos devem ser postos em relação, enfim, analisar suas diversas faces. Portanto, no que se refere a este trabalho, propomo-nos a observar quais são as

unidades particulares que fazem com que aquele tópico desperte interesse social e seja, com isso, um potencial conteúdo jornalístico.

Lembremos, ainda, que é preciso pensá-lo de modo complexo, observando as singularidades dos acontecimentos, mas sem encará-las de modo homogêneo e reducionista. Uma vez que concordamos que “[...] a simplificação é necessária, mas deve ser relativizada”. Isto é, devemos “[...] aceitar a redução consciente de que ela é redução, e não a redução arrogante que acredita possuir a verdade simples, atrás da aparente multiplicidade e complexidade das coisas” (MORIN, 2015, p. 102). Ou seja, não encaramos a análise das construções dos acontecimentos através das produções do jornalismo de dados com a intenção de apontarmos que estas tratam o mundo de modo mais racional e preciso, destacando-se neste aspecto em comparação a outras vertentes do jornalismo. A proposta é observar, justamente, a complexidade presente nas mesmas, as diversas linhas, ordens, desordens e características.

Considerando as abordagens específicas desta pesquisa, traremos algumas perspectivas a respeito da forma de se enxergar o acontecimento jornalístico a partir de três óticas: a memória, a legitimação e o poder. Nos próximos capítulos, essas três dimensões são estudadas no que se refere ao jornalismo de dados e também guiam as escolhas das notícias analisadas.

2.1 Acontecimento, tempo e memória

Quéré (2005) lembra as considerações de Arendt (1980) a respeito do acontecimento enquanto entendimento ou ação. Sobre o primeiro ponto, afirma que privilegia uma contemplação, sendo o acontecimento um fato ocorrido no mundo que pode ser explicado por meio de uma sequência de situações que o causaram. Ou seja, “[...] suscetível de ser explicado como um encadeamento – ele é um ‘fim onde culmina tudo que o precedeu’ – e inscrito em um contexto causal”.

Já na perspectiva da ação, considera-se uma ordem hermenêutica: “[...] por um lado, ele pede para ser compreendido, e não apenas explicado, por causas”; completa afirmando que, por outro lado, “[...] ele faz compreender as coisas – tem, portanto, um poder de revelação. Pode assim revelar uma situação problemática que aguarda resolução, ou descobrir “[...] uma paisagem inesperada de acções, de paixões e de novas potencialidades” (ARENDT, 1980, p.76 *apud* QUÉRÉ, 2005, p. 13). Dessa forma, o

acontecimento não é visto e explicado apenas como uma sucessão de causas e consequências.

Nesta segunda perspectiva, concentra-se a visão de que é um ato de caráter inaugural – por trazer um aspecto novo, seja na mudança ou na continuidade de um evento – ao mesmo tempo que também é o encerramento de outro processo, uma vez que gerou esse algo novo ou revelou uma perspectiva desconhecida (mudando, consequentemente, a forma como se via anteriormente). Com isso, é este “[...] poder de abertura e de fecho, de iniciação e de esclarecimento, de revelação e de interpelação que nos interessa aprofundar” (ARENDT, 1980, p.76 *apud* QUÉRÉ, 2005, p. 13).

Quéré (2005, p. 4) também cita Mead ao abordar uma dualidade do acontecimento no que se refere à continuidade ou descontinuidade. Ele não opõe os pontos de vista do entendimento ao da ação, pois considera que o segundo inclui o primeiro, uma vez que a organização causal (e a organização do passado e do futuro do acontecimento) também influencia no seu esclarecimento e na inteligibilidade que ele constitui. Também para o filósofo, o acontecimento sempre introduz algo de novo, mas não é, necessariamente, descontínuo. É o caso dos acontecimentos esperados. Podemos exemplificar citando o lançamento do novo carro de certo modelo. Esse fato traz algo novo, como as diferenças em comparação com os anteriores, quando estará no mercado, os opcionais disponíveis, o valor etc. Contudo, ele também se caracteriza como contínuo, já que é esperado que o lançamento de um novo modelo ocorra anualmente.

Por outro lado, os acontecimentos inesperados são descontínuos, já que não estão conectados aos que o precederam. Além do algo novo, estes fogem da ordem esperada, gerando alguma surpresa e afetando a continuidade da experiência. Em função dessas consequências, “[...] fazemos tudo quanto está ao nosso alcance para reduzir as descontinuidades e para socializar as surpresas provocadas pelos acontecimentos” (QUÉRÉ, 2005, p. 4). Para criar esse efeito, buscamos a reconstrução, através do pensamento, das condições que permitiram a efetivação do acontecimento com suas características e particularidades. Tenta-se uma ligação entre a ocorrência do acontecimento “[...] a um passado de que ele é o ponto de chegada ou incluindo-o num contexto no qual ele se integra coerentemente e surge como, afinal, previsível”, conferindo-lhe uma espécie de continuidade, uma vez que poderia ser previsto. Com isso, agimos como “[...] profetas virados para o passado” (ARENDT *apud* QUÉRÉ, 2005, p. 5).

Como exemplo dessas percepções, traremos alguns pontos da notícia “Pista cede, fecha marginal de SP e deve afetar trânsito mesmo após o feriadão”⁴, divulgada pela Folha de S. Paulo em novembro de 2018. O acontecimento relatado aponta que o viaduto da Marginal Pinheiros, em São Paulo, cedeu cerca de 2 metros. A notícia traz informações sobre o ocorrido, a interdição da via, a situação do tráfego de veículos, possíveis consequências, previsões sobre a normalização etc.

Há também pontos que demonstram a previsibilidade do acontecimento, como: “Embora ela não estivesse na lista de pontes e viadutos que requerem reforma mais urgente na cidade, especialistas ouvidos pela Folha avaliam que um programa de manutenção rigoroso provavelmente evitaria essa situação”; “O prefeito ressaltou que a obra não estava na lista de 33 pontes e viadutos que, na avaliação da prefeitura, requerem interdição prioritária”; “A prefeitura é alvo de cobranças do Ministério Público há mais de uma década para a reforma de estruturas do tipo”. Essas passagens demonstram a viabilidade de se evitar o fato, além de que outros lugares já chamavam a atenção para a possibilidade da ocorrência. Tais construções criam uma espécie de continuidade ao demonstrar essa previsibilidade, além de indicar a possibilidade de repetição de acontecimentos similares em outras localidades. Todos esses pontos criam ligações de continuidade.

Como destaca Mead (*apud* QUÉRÉ, 2005, p. 5) sobre esse tipo de acontecimento, “[...] a continuidade na qual podemos inscrevê-lo e que quase permite deduzi-lo do seu passado ou do seu contexto, não existia antes dele se produzir (tal como a descontinuidade, aliás)”. Ou seja,

[...] é preciso que o acontecimento tenha lugar, que ele se manifeste na sua descontinuidade e que tenha sido identificado de acordo com uma certa descrição e em função de um contexto de sentido, para que se lhe possa associar um passado e um futuro assim como uma explicação causal. Que emergem graças ao acontecimento. E que são da ordem da representação, ou melhor, da imaginação.

Essas continuidades e descontinuidades nos fazem remeter ao papel da memória no acontecimento. Como observado, este interliga um passado e um futuro, uma vez que são caracterizados como passado/antes e futuro/depois em função da ocorrência do fato em questão. Com isso e por trazer uma novidade, o acontecimento, seja nos casos

4 Disponível em :<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/parte-de-viaduto-da-marginal-pinheiros-cede-e-bloqueia-pista-expressa.shtml>>. Acesso Jun. 2020.

esperados quanto nos inesperados, também cria uma nova percepção semântica, uma vez que sentidos ainda não existentes emergem a partir de sua ocorrência. Esses novos sentidos, aliás, (re)significam esse passado – ao trazer situações semelhantes para fazer comparações ou mostrar sua previsibilidade, apontar causalidades etc. – e também o futuro – uma vez que o acontecimento se torna uma experiência e, a partir dele, são feitas projeções a respeito de consequências, possibilidades de se evitar novas ocorrências e outras percepções.

Da mesma maneira, os usos que se faz do passado e do futuro para contar o presente também afetam os sentidos deste. Recorrer à memória de eventos anteriores e ao seu *continuum* em relação ao hoje inserem o acontecimento dentro de mapas culturais e de uma rede já existente de significações sociais. Trata-se de um meio de alocar o acontecimento dentro de um espaço na história, o que também lhe confere semantizações e, conseqüentemente, afeta a sua identidade dentro de um contexto.

A notícia sobre a pista da Marginal Pinheiros, citada anteriormente, é um exemplo desse tipo de construção ao trazer informações como a existência de uma lista de 33 pontes e viadutos que, na avaliação da prefeitura, requeriam interdição prioritária – mas que não continha a pista em questão – e também que a prefeitura local sofreu cobranças anteriores do Ministério Público para a reforma de estruturas do tipo. Tais considerações colocam que já havia uma apreensão anterior a esse respeito, o que insere o acontecimento na lista dos previsíveis.

Também criam uma percepção de irresponsabilidade da prefeitura, uma vez que poderia ter evitado. Neste ponto, também insere o fato dentro do espaço das cobranças sobre as gestões públicas, já que havia sofrido alertas do MP. Ou seja, remeter aos dados passados traz esses significados citados para o acontecimento, os quais não seriam tidos da mesma maneira se apenas fosse relatado como uma fatalidade imprevista ou se as informações sobre a gestão dessas estruturas fossem distintas, apontando um histórico exemplar, de segurança e qualidade.

Vale apontar também que, ao contrário do que se costuma imaginar, o passado não é algo fixo. Em alguns momentos, busca-se a lembrança deste sobretudo para comparar com um novo acontecimento emergido no presente ligado ou semelhante a ele – para servir de parâmetro e entendimento – ou em função de alguma data que remeta a ele, como o aniversário do falecimento de um personagem representativo ou de alguma conquista. Quando isso ocorre, ele recebe atualizações semânticas, por exemplo, quando

se demonstram as consequências no período seguinte ou outros eventos relativos ou parecidos. Ou seja, acrescentando essas novas percepções.

O mesmo vale quando o objetivo é ressignificar o que se conhecia a respeito de determinado acontecimento, dando novos contornos, ideias e olhares sobre o mesmo. Neste ponto, trata-se do que ocorre no caso de eventos históricos que passam a ser vistos de outra maneira futuramente. Ou então quando a percepção social sobre determinado tipo de discurso sofre alterações. A publicação de um texto com apontamentos que coloquem em dúvida a aptidão de uma pessoa em função de seu pertencimento étnico poderia ser algo normal em determinado momento histórico, mas não ser visto da mesma maneira em outro contexto no mesmo local. Se a derrota de um atleta é atribuída a esse fato em uma época, os motivos dela podem ser buscados e ressignificados em outro momento, mostrando as falhas ou outras razões técnicas ou físicas.

O psicanalista francês Jacques Lacan (1986, p.21) trata dessa retomada do passado no presente ao afirmar que “[...] a história não é o passado. A história é o passado na medida em que é historiado no presente – historiado no presente porque foi vivido no passado”. Assim, a reconstituição da história não é uma simples coleta de dados historiográficos: “[...] a restituição da integralidade do sujeito (...) apresenta-se como uma restauração do passado. Mas o acento recai sempre mais sobre a face da reconstrução que sobre a face da revivescência”, aponta Lacan (1986, p.23) ao rememorar conceitos levantados por Freud.

É importante destacar que o psicanalista traz essas ideias voltadas para a análise do sujeito, da forma como este (re)constitui seu passado. Mas é possível fazer uma analogia com a maneira como o jornalismo também (re)constitui o passado. Todas as retomadas e modos de narrá-lo apresentam novas visões e atributos. Como destaca Gobbi et al. (2017, p.348), o jornalismo “[...] cria registros que destacam do cotidiano determinados acontecimentos, direcionando-lhes a atenção do coletivo. A partir daí, estabelece-se um novo filtro que irá determinar a importância pessoal de cada conteúdo (...). Portanto, configura-se um processo que é individual e, ao mesmo tempo, socialmente construído”. Também Pilar Calveiro (2017, p.1) pontua sobre essa construção: “[...] as memórias predominantes socialmente se reconstroem e modificam, se desestabilizam

incessantemente, da mesma maneira que as memórias individuais”⁵. A esse respeito, a autora completa:

[...] é certo que essas duas formas de memória – como continuidade e como novidade – não se repelem, mas se articulam em uma atualização da experiência; ambas partem dela e vão até ela. Certamente, a experiência é primordial em qualquer processo de conhecimento, não porque se refere a uma pequena elaboração do que foi vivido, mas porque está na base do conhecimento [...] A memória, seja como restituição de certas continuidades (sempre limitadas), seja como irrupção de outro tempo no presente, permite novas atribuições de sentido e, assim, resulta a conservação e, sobretudo, atualização da experiência; de experiências comuns, que se vivem e significam socialmente (CALVEIRO, 2017, p. 2)⁶.

Abordando essas percepções discursivas sobre o acontecimento, vale também recorrer ao conceito de memória discursiva, definido da seguinte maneira por Pêcheux:

[...] memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

Ou seja, aquilo que já se conhece, o “já dito”, é a condição para se compreender o novo. A partir desse “pré-construído”, como denomina o autor, é que se operam as retomadas, os acréscimos, as ressignificações e demais formas de abordar o acontecimento. Portanto, quanto o fato novo emerge, ativamos a percepção sobre ele a partir de nossas experiências anteriores, daquilo que já conhecemos. Pêcheux (1999) também traz algumas considerações de Achard para explicar a tendência de se buscar a regularidade causal dos fatos e os efeitos provocados pelas novas significações sobre o acontecimento.

5 Tradução livre: “[...] las memorias socialmente predominantes se reconstruyen y modifican, se desestabilizan incesantemente, de la mismas manera que las memorias individuales.”

6 Tradução livre: “[...] Es cierto que estas dos formas de la memoria – como continuidad y como novedad- no se repelen, sino que se articulan en una actualización de la experiencia; ambas parten de ella y van hacia ella. Ciertamente, la experiencia es primaria en todo proceso de conocimiento, no porque refiera a una escasa elaboración de lo vivido sino porque está en la base del conocimiento, como se ha señalado desde la fenomenología en adelante. [...] La memoria, ya sea como restitución de ciertas continuidades (siempre limitadas), o como irrupción de otro tiempo en el presente, permite nuevas asignaciones de sentido y, de tal suerte, resulta la conservación, y sobre todo la actualización de la experiencia; de experiencias comunes, que se viven y se significan socialmente”.

[...] essa regularização discursiva, que tende assim a formar a lei da série do legível, é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória: a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

O exemplo citado anteriormente a respeito das mudanças da percepção social em torno de determinados tipos de enunciados demonstra parte do que o autor menciona nessa ideia. Existe uma tendência a se buscar um encadeamento causal dos fatos. Contudo, o novo acontecimento pode desmanchar essa “regularização” e produzir uma ideia completamente diferente sobre o começo dessa série. Na situação do ocorrido na Marginal Pinheiros, o encadeamento natural – se a pista não houvesse cedido – seria que a prefeitura local promovesse interdições e melhorias em algumas pistas. Com isso, a sequência mais imediata seria a deterioração das pistas, o diagnóstico da necessidade de melhorias, a interdição para realizá-las e a liberação para o fluxo natural. A partir desse aspecto, haveria uma percepção positiva sobre os cuidados com esse tipo de infraestrutura urbana. Com o acontecimento inesperado, houve uma quebra da série e os significados tornaram-se outros.

Tomando-se as considerações exploradas anteriormente, foi possível abordar a ideia do acontecimento enquanto memória. Ou seja, quais os papéis desta na construção do novo fato, bem como os papéis do acontecimento na ressignificação do passado. Foi possível notar como essas ideias influenciam, determinantemente, também os modos de enxergar o presente e o futuro.

2.2 Acontecimento e legitimação: propósito e performance

Buscando conceituar a ideia de “propósito”, Charaudeau (2015, p. 94) classifica como muito vaga se encarada apenas como “[...] aquilo de que se fala, o que está em questão num ato de comunicação”. O autor argumenta que essa noção pode ser diferente

de acordo com as pessoas que recebem a notícia e as circunstâncias nas quais a recebem. Por esse aspecto, a notícia sobre um acidente aéreo pode ser entendida, de acordo com o receptor e o contexto, com mais ênfase na causa (acidental ou criminal), nas consequências (individuais ou políticas), nos detalhes (mórbidos ou técnicos), etc.

Considerando esse fator, o autor prefere ligar essa noção de propósito à ideia de “universo de discurso”, o qual se conecta ao aspecto referencial da linguagem. Ou seja, ao movimento da linguagem que, “[...] ao mesmo tempo em que está relacionado a um ato de troca, volta-se para o mundo para recortá-lo de uma maneira mais ou menos racional através das representações languageiras e reconstruí-lo em categorias de sentido”. O universo de discurso, portanto, considera que todo acontecimento ganhará sentido por meio de uma estruturação que lhe é conferida pelo ato de linguagem. Nessa linha de pensamento de Charaudeau (2015, p.102), o acontecimento “[...] nunca é transmitido à instância de recepção em seu estado bruto; para sua significação, depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim sendo, o torna inteligível”.

Observando a ideia de acontecimento por esse prisma que abarca a sua construção semântica como algo ligado ao modo como os sujeitos o reproduzem e interpretam, torna-se essencial abordar o aspecto da legitimação. Sobre essa noção, Charaudeau (2015, p.102) traz um possível sentido quando considera que:

[...] de modo geral, [a noção de legitimidade] designa o estado ou a qualidade de quem é autorizado a agir da maneira pela qual age. Pode-se ter sido legitimado ou não a tomar a palavra numa assembléia ou numa reunião, a estabelecer uma lei ou uma regra, a aplicar uma sanção ou a dar uma gratificação. O processo pelo qual alguém é legitimado é o de reconhecimento de um sujeito por outros sujeitos, em nome de um valor aceito por todos.

Nessa proposta, é interessante considerar que o autor traz a perspectiva da legitimação enquanto um processo dentro do qual determinadas características farão com que o indivíduo esteja autorizado – no sentido de ser reconhecido por outros indivíduos – ou não a exercer determinada função. Tal linha de raciocínio leva a ponderar que esse selo de legitimidade é conferido a certos indivíduos ou instituições a partir das normas que regem cada prática social, com suas funções, regras, lugares, costumes, etc. E também é necessário elucubrar a proposição de Eagleton sobre a concessão desse direito de fala:

[...] legitimizar o poder de alguém não significa necessariamente “naturalizá-lo”, no sentido de fazê-lo parecer espontâneo e inevitável a seus subordinados: um grupo ou classe pode muito bem perceber a existência de outros tipos de dominação além daquela de seus senhores e, mesmo assim, endossá-la. Um modo de dominação é geralmente legitimado quando os que estão submetidos a ele passam a julgar seu próprio comportamento pelos critérios de seus governantes (EAGLETON, 1997, p. 59).

A questão que também se coloca refere-se aos modos e circunstâncias que levam os indivíduos a darem ou não essa legitimidade a outrem. Como afirma Foucault (2014) ao introduzir o que chama de procedimentos de imposição de regras aos sujeitos do discurso, “[...] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”. Nesse sentido, ele pontua que nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis, “[...] algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala” (FOUCAULT, 2014, p. 35).

Isso significa que em alguns ramos torna-se mais difícil conferir a legitimidade do discurso, como na medicina ou no meio jurídico. Nessas instâncias, costuma-se conferir mais autoridade àqueles que possuem formação nessas áreas. Por exemplo, em uma notícia abordando certa enfermidade, é natural que se acredite mais na palavra de um especialista se comparada a de um leigo. Contudo, em uma matéria esportiva, é possível que se dê peso de autoridade a pessoas que não possuem formação ou experiência específica na prática em questão, mas que tragam argumentos que pareçam críveis.

Nesse aspecto, é preciso identificar as necessidades para se obter o direito da palavra em determinado ramo. Por exemplo, certo indivíduo pode não possuir formação em administração de empresas. Contudo, seu negócio apresenta um grande sucesso, refletido lucro, geração de empregos, etc. É esse fato que dará ao sujeito a autoridade da prática ou experiência, conferindo a ele maior possibilidade de discursar e ser escutado. Esse é o caso de Luiza Helena Trajano, presidente do conselho de administração da rede Magazine Luiza. Formada em direito, ela conquistou espaço no setor de varejo ao expandir as lojas de Franca, no interior de São Paulo, para grande parte do país. Ao longo dos anos, ganhou grande espaço na mídia pelo sucesso empresarial, mas também conquistou a palavra para tratar de temas como desigualdade social e de gênero. Isso fez,

inclusive, com que integrasse a lista das 100 pessoas mais influentes do mundo da revista Time⁷ em 2021.

A ideia nesse sentido, portanto, é demonstrar que o ato de conferir essa autoridade a alguém poderá se dar a partir de diversos aspectos: a autoridade da especialidade ou cargo (o indivíduo que possui formação, cargo ou algum tipo de característica que lhe traz esse rótulo), da experiência (o conhecimento pela prática durante período suficiente para lhe atribuir essa autoridade), da filiação ou proximidade (quando o sujeito possui o direito por hereditariedade, considerando-se que familiares próximos são/eram possuidores desse direito; ou quando a pessoa possui laços próximos, sejam familiares ou não, com um outro indivíduo que é o tema central do assunto ou acontecimento em questão), por cargo eletivo (há uma eleição que atribui esse direito a alguém), de testemunha (a pessoa presenciou um acontecimento, sobretudo quando não houve registros do momento), entre outros.

Vale lembrar que não é sempre que todos esses pontos funcionarão para conferir o direito de discurso a um indivíduo. Isso dependerá muito do contexto em que se insere, bem como um indivíduo pode se encontrar em mais de uma dessas características. Por exemplo, uma pessoa pode ser detentora de autoridade sobre determinado assunto – como política ou uma modalidade esportiva – quando os receptores são os membros de sua família se esse sujeito é quem mais acompanha os acontecimentos desse ramo no grupo em questão. Contudo, a mesma pessoa pode não possuir essa prerrogativa diante de especialistas ou outros indivíduos que também acompanham com frequência essa temática.

Ainda se deve ressaltar que esse direito pode ser retirado a depender de sua performance e de suas ações. Se um representante de uma determinada religião agir de maneira condenável – segundo os dogmas englobados nela –, este fica sujeito a ter essa autoridade questionada ou mesmo extinta para aqueles que o seguiam.

Entre os procedimentos de imposição de regras aos sujeitos do discurso, Foucault (2014, p. 37) intitula como “ritual” aquele que “[...] define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados)”. Este “[...] define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que deve acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou

⁷ Disponível em: <<https://time.com/collection/100-most-influential-people-2021/6096054/luiza-trajano/>>. Acesso em 20 de setembro de 2021.

imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção”. Assim, os discursos, sejam eles religiosos, judiciários, políticos e outros, determinam aos sujeitos que falam propriedades singulares e papéis preestabelecidos.

Diante dessas considerações a respeito da busca pela legitimação, tentaremos compreender como essas relações podem influenciar a construção do acontecimento. Retomando os apontamentos feitos no início com as ideias de Charaudeau (2015) sobre a ligação entre propósito, universo de discurso e acontecimento, é possível observar o aspecto referencial da linguagem, o qual coloca o movimento desta relacionado ao ato de troca e ao recorte do mundo por meio das categorias de sentido.

Isso significa que, ao produzir um discurso a respeito de determinado acontecimento, o enunciador busca considerar a quem suas palavras se dirigem (o ato de troca) e também os melhores modos de transmitir os sentidos que deseja (o recorte do mundo). Nesse processo, de maneira consciente ou não, há uma busca pelos elementos que conferirão maior credibilidade ao que diz, ou seja, darão legitimidade ao discurso. É esse ponto que afeta a construção do acontecimento. Como defendem Berger e Luckmann (1985, p. 129), a legitimação não apenas “[...] diz ao indivíduo porque deve realizar uma ação e não outra; diz também porque as coisas são o que são. Em outras palavras, o conhecimento precede os valores na legitimação das instituições”.

Para conquistar o direito de fala em determinada circunstância, o indivíduo buscará os melhores recursos de linguagem e performance. Para exemplificar, podemos citar um professor de Educação Básica e um jurista. O primeiro poderá angariar mais autoridade em seu discurso se possuir formação especializada na área (para ministrar aulas de matemática, o professor que estudou esta terá maior legitimidade se comparado a alguém formado em história) e também se utilizar de uma linguagem didática, uma vez que os receptores esperam compreender de forma mais facilitada o conteúdo. De modo contrário, aqueles que integram a área jurídica costumam utilizar uma linguagem mais técnica, o que leva a crer que esse profissional possui domínio sobre esse tipo de conhecimento e, com isso, pode conquistar maior autoridade perante seus interlocutores.

Nesse movimento, os meios de comunicação também dependem, de modo essencial, da autoridade que seu público conferir-lhes-á para abordar um acontecimento. Há diversos aspectos que influenciam essa atribuição. Destacamos aqueles que acreditamos ser mais ligados ao foco deste trabalho. Entre eles, está o modo como a linguagem é utilizada. Por exemplo, algumas editoriais permitem o uso de adjetivações, lirismos, diversas figuras de linguagem, como no caso do esporte. Em outras, a predileção

é por termos que caracterizem maior “objetividade”. Nesse aspecto, também influencia se o veículo em questão é especializado naquela temática. Esse fator faz com que o produtor do discurso busque produzir conteúdos que demonstrem tanto domínio (ou mais) sobre o assunto quanto aqueles a quem se destina. Se ele demonstra desconhecimento do linguajar básico daquela área, a sua autoridade pode sofrer um ruído.

Também nesse esforço para legitimar o discurso, o comunicador busca as fontes de informação que darão maior confiabilidade ao seu conteúdo. Esse aspecto é influenciado pelo tipo de acontecimento e também pelos recortes semânticos que deseja dar a ele. Sobre isso, a escolha de pessoas entrevistadas dependerá da necessidade levantada naquela circunstância. Pode ser uma pessoa formada em determinada área (filósofos, antropólogos, médicos, advogados, economistas), alguém com longa experiência (como um jogador de futebol aposentado que se torna comentarista), um indivíduo com laços próximos com as pessoas envolvidas no acontecimento (familiares de alguém que cometeu ou sofreu uma violência), alguém que ocupa um cargo eletivo (Presidente da República, presidente de um partido, Papa, representante do bairro etc.). Bem como a fonte pode ser um relatório técnico (perícia do local do acontecimento, um laudo de necropsia, uma pesquisa encomendada ou de uma instituição de referência em determinado assunto), um site governamental ou de uma empresa, etc.

Os recortes semânticos do conteúdo também influenciam essas escolhas e a autoridade conferida. Isso vale tanto quando esses recortes são feitos em função do perfil e da escolha editorial do veículo quanto do tipo de abordagem. No primeiro, pode haver a predileção por fontes que tenham determinadas linhas de pensamento que se assemelhem ao público a quem se destina. No segundo, refere-se ao ponto do acontecimento que se deseja enfatizar ou a maneiras como se busca relatar cada um deles. No exemplo trazido por Charaudeau (2015) que mencionamos no início, um acidente aéreo pode ser abordado a partir das causas (acidental ou criminal; profissionais designados para investigar o ocorrido podem ser fontes entrevistadas), das consequências (individuais ou políticas; os entrevistados podem ser sobreviventes, familiares, advogados), dos detalhes (mórbidos ou técnicos; testemunhas ou engenheiros, respectivamente). Todas essas escolhas também são elementos que determinam a autoridade de um veículo ou indivíduo. Seleções de fontes que não pareçam credíveis para abordar a temática fazem com que o receptor fique menos propenso a confiar no que é transmitido.

Outro fator determinante é a postura empregada de acordo com a circunstância. Trata-se do modo, dos gestos, da forma de abordagem que o comunicador deve utilizar em cada situação. Continuando no exemplo do acidente aéreo, espera-se que o jornalista tenha um comportamento de maior seriedade se comparado ao que é permitido na cobertura de um festival musical. Ou seja, existem alguns códigos preestabelecidos que, quando quebrados, podem causar desconforto. E todas essas ponderações também valem para todos os tipos de personagens que fazem parte das narrativas. De acordo com os direcionamentos e as formas de construção deles, é possível que sejam (des)legitimados a partir dos critérios estabelecidos pela matéria.

Todos os tópicos mencionados ao longo do texto são quesitos considerados, conscientemente ou não, pelos enunciadores para conferir maior autoridade para si e seu discurso. Com isso, tal busca pelo direito de fala e os recursos utilizados para conquistá-lo são pontos determinantes na maneira como o acontecimento será relatado.

2.3 Acontecimento e relações de “poder-saber”

Entre o sofrimento amoroso de final eloquentemente trágico do jovem Werther, personagem de Goethe, e a ansiedade por alcançar o amor idealizado por Madame Bovary, de Flaubert, há uma simbiose temática, mas também uma clara distinção do modo como é vista. A paixão de Werther engloba todo o enredo em torno do sofrimento pelo fato de Charlotte já estar comprometida a se casar com Albert. O protagonista descreve todos os sublimes momentos de seus encontros com a amada ao mesmo tempo que relata o sentimento de impossibilidade de seguir sua vida sem ela: “[...] tenho tanto! E o sentimento que tenho por ela devora tudo. Tenho tanta coisa, mas sem ela tudo para mim é como se nada existisse” (2014, p.84), declara, referindo-se a Charlotte, em uma das passagens marcantes do romance. O livro “Os Sofrimentos do Jovem Werther”, lançado em 1774, é considerado uma das referências do Romantismo na Europa, que vivia mudanças em relação ao período anterior. Enquanto o século XVIII fora marcado pelo Iluminismo, pela objetividade e razão, o início do período posterior foi carregado de lirismos, subjetividades e emoção.

Em outra direção, a obra de Flaubert, “Madame Bovary”, traz Emma Bovary e suas leituras de contos românticos, os quais foram importantes influenciadores no seu modo de observar a vida e construir seus desejos. Enquanto ansiava por viver as paixões

arrebataadoras que lia em seus livros, casa-se com Charles e se depara com um cotidiano entediante. A partir disso, busca o preenchimento de suas necessidades por meio do consumismo e do adultério, fracassando no objetivo. Tal construção faz parte de uma crítica ao materialismo da burguesia da época, impulsionado pela Revolução Industrial.

A obra, publicada em 1856, é considerada ponto inaugural do Realismo europeu, o qual fora marcado pela representação de figuras humanas profundas, sem a idealização de sentimentos e de heróis ou vilões, como comumente ocorria no movimento antecessor. O período, marcado – entre outras características objetivistas – pela difusão do pensamento positivista e pelo determinismo científico, deixou suas influências nas produções de autores do movimento.

A escolha por essas duas obras se deve à facilidade de se notar a semelhança temática (o sofrimento amoroso) e seus distintos direcionamentos. Observar essas marcas permite-nos refletir sobre o poder simbólico das escolhas discursivas. Para a percepção de um amor perfeito, os personagens tendem a ser construídos de forma heroica e sem imperfeições, sobretudo o objeto desse amor; os momentos em que se encontram trazem cenários que agregam romantização ao contexto; entre outros aspectos. Já a desconstrução desse amor ideal utiliza elementos que demonstram imperfeições, como é o caso da descrição de Charles⁸, e comportamentos considerados desviantes, a exemplo dos casos extraconjugais de Emma. Os respectivos contextos vivenciados pelos autores também impactam diretamente em suas obras, agindo como um poder determinante nas elaborações das perspectivas e julgamentos que se deseja passar sobre a temática, comportamentos, desejos etc.

O que intentamos destacar aqui é que todo discurso utiliza códigos de representação, os quais compõem e organizam uma visada de mundo. Ou seja, o “dado” ou “fato” – no caso dos exemplos, o sofrimento amoroso – é semelhante em ambas as obras, mas há divergência na intencionalidade de seus autores, nos valores que desejam transmitir. Para atingir seus respectivos objetivos, um traz o sofrimento amoroso como um valor nobre, seus personagens principais conseguiram encontrar o amor ideal em meio a toda a multidão. O outro trata esse sofrimento quase como uma patologia, a qual gerou desilusões e fuga da “realidade” por parte dos retratados. Ao abordar a temática a partir

⁸ Exemplo disso é a descrição de seu desempenho escolar. Mesmo estudando, Charles não era um protagonista, conseguindo notas medianas: “[...] à força de ser aplicado, conseguiu manter sempre notas médias na classe; uma vez obteve até uma distinção em História Natural. Mas, no fim do 3º ano, os pais retiraram-no do colégio para o mandar estudar Medicina, convencidos de que ele poderia chegar sem auxílio até ao bacharelato” (FLAUBERT, 2015, p.8).

de seus respectivos focos, essas obras disseminam valores, estabelecem os lugares da normalidade e da patologia, julgam comportamentos naturais ou desviantes, dimensionam os limites dos sentimentos e se são nobres ou refutáveis etc.

Como destacado quando tratamos do contexto em que tais romances foram redigidos, muitos desses ideais são reflexos do momento histórico ao mesmo tempo que essas produções culturais podem ajudar a sedimentá-los ainda mais, construir novas percepções ou mudar outras existentes. Com isso, desejamos observar que essa mutabilidade de crenças, modos de agir, costumes, etc. influencia as produções discursivas e é influenciada por estas.

Abordando a construção e reconstrução da realidade, Mayra Rodrigues Gomes (2003, p. 38-39) traz um exemplo que elucida bem essa volubilidade: o caso do mercuro cromado e do merthiolate. Durante meio século, “[...] o discurso da higiene e da profilaxia nos comandou o uso desses medicamentos em feridas superficiais”. Em 2001, povoou a mídia brasileira a divulgação de que essa dupla de remédios “[...] impõe riscos por conter em sua fórmula o elemento mercúrio que, como se sabe, é altamente tóxico”.

Como destaca Gomes, “[...] nossa tranquilidade confiante na mancha vermelha sobre a pele adivinha tão somente de um discurso em seu poder de construção das verdades que se sucedem”. Ou seja, observar aquela “mancha vermelha” e sua ardência sobre ferimentos eram fatores que tranquilizavam, geravam a sensação de segurança. Isso ocorria pelo poder da crença que se instaurou sobre o medicamento por especialistas, mas também pela tradição passada entre gerações. Toda essa crença revelou-se incorreta naquele momento, o que gerou incertezas. Havia aqueles que compreenderam a decisão da proibição e se sentiram prejudicados pelos anos utilizando o composto, mas também outros desejavam a manutenção do medicamento por acreditarem que ele sempre foi e continuaria eficaz.

Mesmo após a proibição do uso do sal de sódio do mercúrio, o laboratório Eli Lilly, que produzia o Merthiolate no Brasil, resolveu manter o nome, mas com outra composição. Ou seja, manteve-se o nome em função desse poder conquistado pela palavra ao longo de tantas décadas, pelo poder da crença de que aquele composto seria eficiente para a limpeza de ferimentos e, com isso, a consistência da marca no mercado farmacêutico.

Tudo isso faz parte do poder simbólico. Há, como explica o sociólogo Pierre Bourdieu (1989), um tipo de funcionamento do poder menos aparente ou mesmo invisível, “[...] o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem

saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7). Nessa concepção, o processo de comunicação não se constitui apenas pela pura troca de signos, mas também pelas relações de força e modos como os sistemas simbólicos são apropriados pelos grupos sociais. Como aponta o autor, o poder simbólico “[...] se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos”, ou seja, “[...] na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença”.

Isso significa que, dentro de um campo, há trocas discursivas que podem contribuir para a manutenção ou subversão da ordem operante. O que confere esse poder aos enunciados é a crença na legitimidade dos mesmos e daqueles que o proferem. Esse poder de manutenção ou transformação exercido pelos sistemas simbólicos é comparado por Bourdieu (2010) ao que o poder da força física ou econômica também têm capacidade de desempenhar. Contudo, o simbólico o faz de forma quase “invisível”, influenciando formas de ver, agir e crer.

[...] o poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico da mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 2010, p. 15).

O poder simbólico exerce influência sobre as vivências mesmo quando se nega o poder vigente. No exemplo da passagem para o Realismo, é nítido o desejo de Flaubert de romper com a tradição, as características e as ações do Romantismo na literatura e na experiência cotidiana social. Não ao acaso, desenhou uma protagonista intensamente embriagada pelos ideais de tal escola, denotando-os como motivos preponderantes para a infelicidade e os infortúnios na trajetória de Emma. Ou seja, para amparar suas próprias convicções e vislumbrar mudanças, utilizou-se da estratégia de demonstrar as negatividades de viver em torno do Romantismo, sendo este um mecanismo repleto de simbologias “negativas” na visão da obra de Flaubert.

Nessa linha, Foucault (2018, p. 30) afirma que esse poder deve ser observado mais atentamente pelo seu exercício do que pela sua posse, uma vez que ele “[...] não é o ‘privilégio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados”, como destacamos com o exemplo anterior. Ou seja, trata-se da

consequência das estratégias usadas para tê-lo. Foucault (2018) completa, ainda, apontando que esse poder não se aplica simplesmente como uma obrigação ou uma proibição aos que não o têm:

[...] ele os investe, passa por eles e por meio deles; apoia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apoiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança. O que significa que essas relações se aprofundam dentro da sociedade, que não se localizam nas relações do Estado com os cidadãos ou na fronteira das classes e que não se contentam em reproduzir ao nível dos indivíduos, dos corpos, dos gestos e dos comportamentos, a forma geral da lei ou do governo; que se há continuidade (realmente elas se articulam bem, nessa forma, de acordo com toda uma série de complexas engrenagens), não há analogia nem homologia, mas especificidade do mecanismo e de modalidade. [...] A derrubada desses “micropoderes” não obedece portanto à lei do tudo ou nada; ele não é adquirido de uma vez por todas por um novo controle dos aparelhos nem por um novo funcionamento ou uma destruição das instituições; em compensação nenhum de seus episódios localizados pode ser inscrito na história senão pelos efeitos por ele induzidos em toda a rede em que se encontra (FOUCAULT, 2018, p.30).

Todas essas observações levam a refletir sobre as relações de “poder-saber”. Como avulta o autor, para existir “saber” não é fundamentalmente necessário que não haja relações de poder envolvidas, da mesma forma que a renúncia ao poder não é uma das condições para que se possa se tornar sábio. Ele assevera que “[...] temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil)” (FOUCAULT, 2018, p.31). Continua o pensamento apontando que “[...] não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”.

O sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos entrelaçam-se nos efeitos da relação poder-saber e suas transformações históricas: “[...] resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento” (FOUCAULT, 2018, p.31).

Com tal elucidação, queremos destacar o poder dos discursos na sociedade e no âmago das formações e transformações do cotidiano. Mesmo quando discordamos de alguma temática, norma, ideologia ou qualquer outro aspecto, a existência destes já exerce influência nos pensamentos, ações e enunciados. Assim, as concepções sobre aquilo que

considero o real ideal – e, também, o que creio inverossímil ou nocivo – determinam a maneira como externo esse discurso.

Considero o ideal as realizações ligadas “[...] ao meu próprio costume (a tradição a qual pertença)” e que “[...] o único realismo autêntico é aquele em cujo espírito eu me eduquei”, como aborda Jakobson (1971, p. 167). O mesmo autor destaca como os membros de cada uma das tradições encaram a si mesmos e aos outros. Aqueles que desejam mudar possuem a tendência a se considerar “[...] um revolucionário em relação aos hábitos artísticos em curso e percebo sua deformação como uma aproximação à realidade”. Ou seja, as inovações que propõem são mais verossímeis. Enquanto isso, os membros da escola que já existia anteriormente atuam com a percepção conservadora e observando “[...] a deformação dos hábitos artísticos em curso como uma alteração da realidade”. Obviamente que existem autores que buscam um balanceamento, mas essas definições trazem interpretações dos comportamentos nesses processos de transição das tradições.

Para o exemplo anterior do Realismo em oposição ao Romantismo, os primeiros defendem que suas propostas trariam mais verossimilhança para as produções artísticas. Enquanto isso, os românticos alegavam que as características de sua escola traziam mais veracidade, maior aproximação com a realidade dos fatos.

A atuação do jornalismo na sociedade também está diretamente vinculada a esses jogos de “poder-saber” e realismo. A passagem do “jornalismo industrial” para a primeira geração da imprensa popular (penny press), por exemplo, reflete consideravelmente isso (SOUSA, s.d., p.152). O primeiro sofreu influência da urbanização, da socialização da política, da cultura de mercado, dentre outros, caracterizando-se por um perfil mais sóbrio. Já a penny press trouxe produções com preços mais baixos, conteúdos multifacetados – capazes de agradar a vários estratos de audiência –, promoção de textos com “interesse humano”, como crimes, e linguagem mais emotiva. Ou seja, resultou disso uma “[...] espécie de fronteira simbólica, cívica e moral, entre a ‘qualidade’ jornalística, que apela à razão” e o jornalismo que trabalha com as sensações e a emoção (SOUSA, s.d., p. 153).

Dessa forma, Sousa conclui que “[...] a história do jornalismo é acumulativa e que os diferentes modelos jornalísticos que foram surgindo ao longo da história não tiveram (nem têm) fronteiras rígidas”. Segundo ele, “[...] houve sempre, tal como acontece hoje em dia, uma interação entre as diversas formas de encarar o jornalismo”. Partindo dessas observações, é possível traçar similaridades com o que esboçamos a respeito do Realismo

e do Romantismo (além de outras escolas literárias e produções culturais), tanto nas disputas entre razão e emoção quanto na maneira como os membros de cada vertente se percebiam na escala de representação do real e das técnicas utilizadas para essa finalidade.

Nessa abordagem, os efeitos e simbologias das práticas do jornalismo também devem ser considerados. O foco da presente pesquisa traz um tipo de jornalismo que costuma se colocar em maior proximidade com a razão. Dentro de suas formas de abordagem, é legítimo afirmar que o jornalismo de dados também possui intrínseca relação com as formas de exercício de poder na sociedade. Ele funciona, por exemplo, como uma espécie de poder disciplinar. Este não se trata do controle coercitivo e corretor do Estado. Pelo contrário, como dimensiona Foucault (2018, p. 167), esse tipo de poder em vez de se “[...] apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. (...) separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes”. O autor ainda argumenta que o sucesso do poder disciplinar sobrevém muito em função do uso de instrumentos simples: “[...] o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame”.

O que Foucault (2018) denomina como uma “vigilância hierárquica” trata-se de um mecanismo que exerce a disciplina pelo jogo do olhar. Ou seja, a maneira como se enxerga o outro configura-se como um instrumento de poder. O autor utiliza o exemplo das arquiteturas dos palácios, das fortalezas e dos acampamentos militares como efeito de comparação. Os palácios eram projetados com algumas características que permitiam aos nobres se exibir para o público. Enquanto isso, as fortalezas foram projetadas para vigiar o espaço do exterior, observar os inimigos que se aproximassem. Já o acampamento militar configurou um “[...] diagrama de um poder que age pelo efeito de uma visibilidade geral” (2018, p.169). Neste, define-se exatamente a “[...] geometria das aleias, o número e a distribuição das tendas, a orientação de suas entradas, a disposição das filas e das colunas; desenha-se a rede dos olhares que se controlam uns aos outros” (2018, p.168). Ou seja, todos os espaços são projetados em função dos olhares sobre cada espaço. Esse “encastramento” foi reproduzido em muitos outros locais, como hospitais e prisões. Então, Foucault (2018) detalha o espaço ideal de vigilância e exercício de poder pelo olhar, cuja arquitetura deveria

[...] agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até ele os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los. [...] O velho esquema simples do

encarceramento e do fechamento – do muro espesso, da porta sólida que impedem de entrar ou de sair – começa a ser substituído pelo cálculo das aberturas, dos cheios e vazios, das passagens e das transparências (FOUCAULT, 2018, p. 169)

Dessa maneira, a vigilância pelo olhar projeta-se com maior efetividade quando abolimos a observação coercitiva. O estabelecimento de hierarquias e controle é mais eficaz no cálculo de tais aberturas, cheios e vazios, passagens e transparências, como observa o autor. Com isso, “[...] as instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento”; sendo que as divisões tênues e analíticas “[...] por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento” (FOUCAULT, 2018, p. 170).

Essa aparelhagem de olhar hierárquico, que funciona como um microscópio do comportamento, está consideravelmente presente na obtenção e uso de dados atualmente. As tecnologias permitem que se tenha acesso às mais variadas informações pessoais, como registros, preferências, localizações, espaços visitados, hábitos, etc. Todos esses conteúdos armazenados são modos de observar e, de acordo com a forma de utilizá-los, exercer poder. Quando uma empresa os manuseia para elaborar anúncios publicitários mais direcionados aos consumidores que fazem uso de seus produtos ou serviços, esta exerce o poder conferido por esse armazenamento de informações.

A própria Lei de Acesso à Informação (LAI) trata-se de um olhar hierarquizante, uma vez que se pressupõe que um governo democrático tem nos cidadãos os líderes da estrutura social. Por meio da LAI, estes têm assegurado o direito de acesso às informações produzidas ou armazenadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Ou seja, trata-se de uma forma de exercer a vigilância e o poder sobre as ações desses órgãos e entidades e dos membros que os compõem. Tais observações e modos de funcionamento desse olhar hierárquico serão mais detalhados no capítulo que reúne as análises desta pesquisa.

Somada a essa vigilância, existe uma espécie de mecanismo penal: é o que o autor chama de sanção normalizadora. Esse mecanismo reprime diversos tipos de desvios, como os relacionados ao tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), maneira de ser (grosseira, desobediência), discursos (tagarelice, insolência), corpo (atitudes 'incorretas', gestos não conformes, sujeira), sexualidade (imodéstia, indecência) (FOUCAULT, 2018, p. 175).

Essa vertente disciplinar visa reduzir tais desvios por meio tanto de punições aos comportamentos “inadequados” quanto da gratificação aos que se destacam positivamente. Uma das maneiras citadas por Foucault para a criação das normas está no sistema de hierarquização. Por exemplo, por meio da avaliação daqueles que são “bons” ou “maus” indivíduos. Dessa forma, além da própria diferenciação dos atos, realiza-se uma valoração dos “próprios indivíduos, de sua natureza, de suas virtualidades, de seu nível ou valor” (FOUCAULT, 2018, p.178).

Para ele, todo jogo de classificações ou gradação tem duplo papel: “[...] marcar desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões; mas também castigar e recompensar. Funcionamento penal da ordenação e caráter ordinal da sanção” (FOUCAULT, 2018, p.178). Toda essa rede que atravessa os sistemas disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Ou, “[...] em uma palavra, ela normaliza” (FOUCAULT, 2018, p.180).

Em certa medida, algumas vertentes do jornalismo de dados também atuam produzindo sentidos que se ligam a tal forma de disciplina. Isso ocorre, por exemplo, quando as bases de dados são manejadas para criar classificações de desempenho, qualidade, preferências, assim como quando estas aparecem como indicadores das ações mais adequadas para se atingir determinado objetivo, diferenciando os indivíduos segundo determinados critérios, dentre outras formas.

Assim, o jornalismo de dados também é um modo do que Foucault (2018, p.181) chama de “exame”, já que este combina “[...] as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir”. Ou seja, “[...] estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados”. É no exame que vemos “[...] a demonstração da força e o estabelecimento da verdade”. Essas constatações permitem afirmar que o “exame” trabalha com as simbologias e as relações de poder que permitem “[...] obter e constituir saber” (FOUCAULT, 2018, p.181).

Na sequência desta pesquisa, observaremos o jornalismo de dados dentro dessa ótica dos processos de “poder-saber”. Buscaremos analisar como essa vertente do jornalismo utiliza as bases de dados de modo a interagir com a sociedade nessas relações aqui abordadas.

CAPÍTULO 3

OS ESTUDOS NARRATIVOS: contextos e sujeitos

“Quando consideramos um livro, não devemos
perguntar o que diz, mas o que significa”

Umberto Eco

Nos capítulos anteriores, discorremos sobre os aspectos constitutivos e conceituais do jornalismo de dados e, logo na sequência, a respeito das formas de construção dos acontecimentos em alguns eixos centrais para esta pesquisa. Em ambos, buscamos delimitá-los sem amarras que tornem rígida sua aplicabilidade.

Pelo contrário, almejamos que os caminhos traçados sirvam de pontes de reflexão para as observações e empregos desses objetos em diferentes contextos, formas e por distintos sujeitos. Enfim, a direção é pensar sua complexidade, uma vez que, como afirma Morin (2015, p. 5), “[...] os modos simplificadores de conhecimento mutilam mais do que exprimem as realidades ou os fenômenos de que tratam”, assim, “[...] torna-se evidente que eles produzem mais cegueira do que elucidação”. Proceder dessa forma permite exercer um pensamento que não pretende controlar e dominar o real, mas que se mostra “[...] capaz de lidar com o real, de com ele dialogar e negociar” (MORIN, 2015, p. 6).

Consideramos relevante destacar tal aspecto neste momento porque, nas próximas páginas, trabalharemos com os modos de investigação das narrativas, sobretudo das chamadas “referenciais”, entre as quais se encontra o jornalismo. Como afirma Ricoeur (2000, p.89), um texto “[...] pode comparar-se a um objeto que é possível ver de vários lados, mas nunca de todos os lados ao mesmo tempo”. A complexidade da análise das construções narrativas reside, em grande parte, nessa aldeia composta por tantos prismas, cujos lados são observados por diferentes sujeitos com suas roupagens pessoais e culturais e submetidas aos contextos históricos.

Não se trata de menosprezar a importância de examinar algumas estruturas específicas que compõem determinadas narrativas. Mas de traçar um modo de investigação que permita caminhos mais abrangentes e, dessa forma, resulte em elucubrações que não simplifiquem a complexidade da investigação das construções do real nas narrativas em diferentes contextos. O fechamento excessivo da narrativa em estruturas limitar-nos-ia a um caminho delimitado e excluiria, por exemplo, a influência do momento e dos sujeitos nas produções analisadas, como veremos mais adiante.

Para trabalharmos melhor essa perspectiva, partiremos dos estudos que deram atenção para o fato de que as narrativas não se tratam de estruturas aleatórias, produzidas empiricamente sem traços constitutivos. Como veremos, essas pesquisas trouxeram visões mais fechadas e acrônicas da composição narrativa, o que não nos ajudaria na dimensão de nossa reflexão sobre o jornalismo de dados. Contudo, abordaremos as contribuições desses primeiros estudos para o percurso das investigações dessa área e

também para o nosso foco e, na sequência, destacarmos os modos que construiremos o caminho teórico.

3. 1 Os primórdios dos estudos linguísticos: caminhos para a construção da cientificidade

Primeiramente, se retomarmos os primórdios dos estudos das estruturas narrativas, encontraremos na Poética de Aristóteles – compilação de escritos realizada por volta de 335 a.C. – uma considerável profundidade na análise da composição, influenciando inúmeras produções e estudos ainda nos dias de hoje. Ela traz uma reunião de novos conceitos – entre eles a mimese, sobre a qual nos atentaremos posteriormente – , personagens literários e propostas de sistematização dessas produções, em especial a tragédia.

Entre as contribuições das reflexões de Aristóteles, destaca-se o olhar para as narrativas não como discursos acidentais ou casuais, mas a observação como articulações simbólicas que intencionalmente significam dentro de uma estrutura. Destacamos uma passagem bastante retomada desta obra. Situada em seu Capítulo IX, Aristóteles cita o geógrafo e historiador grego Heródoto para fazer um paralelo entre as obras de um historiador e um poeta. Para o estagirita, as narrativas ficcionais como a poesia podem se aproximar mais das “verdades universais” do que as narrativas referenciais, como é o caso da história, citada por ele, ou mesmo do jornalismo.

[...] não é em metrificar ou não que diferem o historiador e o poeta; a obra de Heródoto podia ser metrificada; não seria menos uma história com o metro do que sem ele; a diferença está em que um narra acontecimentos e o outro, fatos quais podiam acontecer. Por isso, a Poesia encerra mais filosofia e elevação do que a História; aquela enuncia verdades gerais; esta relata fatos particulares (ARISTÓTELES, 1988, p.28).

Já no século XX, Vladimir Propp também revolucionou os modos de enxergar as narrativas ao analisar os contos de fada russos, propondo-se a fazer uma morfologia dos mesmos. As bases dessa investigação influenciaram a atual narratologia⁹. Destaca-se que

⁹ “Ramo das ciências humanas que estuda os sistemas narrativos no seio das sociedades [...] é a *teoria da narrativa e os métodos e procedimentos empregados na análise das narrativas humanas*” (MOTTA, 2013, p. 75-78)

o autor entende como “morfologia” o estudo das partes constitutivas e as relações destas entre si e com o conjunto do conto. Luiz Gonzaga Motta (2013, p. 73) relata que “[...] a obra de Propp é considerada fundadora da narratologia moderna por causa do esforço dele para conferir status científico à crítica literária (até então de caráter humanista e intuitivo)”. Esse esforço levou à busca pela decomposição dos elementos da narrativa para, assim, compreendê-los, processo que desvela “[...] a forma comum e constante das histórias populares maravilhosas¹⁰” (MOTTA, 2013, p. 76).

Dessa forma, seria possível criar uma classificação taxonômica dos elementos da narrativa. Propp chega a afirmar que essa categorização é uma das principais etapas de investigação, uma vez que “[...] basta lembrar a importância que teve para a Botânica a primeira classificação científica de Lineu. Em nossa ciência, porém, encontra-se no período anterior a Lineu” (PROPP, 2001, p.12).

Entre os passos que Propp se propõe a seguir, então, se encontra a análise das funções dos personagens, o que significa olhar “[...] a ação de uma personagem definida do ponto de vista de significado na intriga da história”. Para ele, “[...] no estudo do conto, a questão de saber o que fazem as personagens é a única coisa que importa; quem faz qualquer coisa e como o faz são questões acessórias” (PROPP, 2001, p. 59).

Ele enumera sete esferas de ação dos personagens: o antagonista (ou malfeitor), que compreende o dano, o combate e outros meios de luta contra o herói e a perseguição; o doador (ou provedor), que prepara a transmissão do objeto e o fornecimento deste ao herói; o auxiliar, que compreende o deslocamento do herói ao espaço, a reparação do dano ou da carência, o salvamento durante a perseguição, a resolução de tarefas difíceis, a transfiguração do herói; a princesa (personagem procurado) e seu pai, que abarcam a proposição de tarefas difíceis, a imposição de um estigma, o desmascaramento, o reconhecimento, o castigo do segundo malfeitor e o casamento; o mandante, que inclui o envio do herói; a esfera de ação do herói, que se refere à partida para realizar a procura, a reação perante as exigências do doador, o casamento; o falso herói, abrangendo também a partida para realizar a procura, a reação perante as exigências do doador, sempre negativa, e, como função específica, as pretensões enganosas (PROPP, 2001, p.45)

Nessa linha de pensamento, ele chega a algumas teses principais, as quais enumera da seguinte maneira:

10 Os contos de fada são chamados de “contos maravilhosos” por Vladimir Propp em sua obra *Morfologia do Conto Maravilhoso*, a respeito da qual tratamos neste ponto.

I) Os elementos constantes permanentes, do conto são as funções das personagens, quaisquer que sejam estas personagens e qualquer que seja o modo como são preenchidas estas funções. As funções são as partes constitutivas fundamentais do conto. II) O número das funções do conto maravilhoso é limitado. III) A sucessão das funções é sempre idêntica. IV) Todos os contos maravilhosos pertencem ao mesmo tipo no que diz respeito à estrutura (PROPP, 2001, p.16).

O autor se utiliza dessa taxonomia para apontar as 31 estruturas que ele disserta estarem presentes em todos os contos. Estas se combinam e formam os componentes básicos que constituem tais produções. Como exemplo, podemos citar a parte preparatória do conto, composta pelas seguintes funções: I – um dos membros da família afasta-se de casa; II – Ao herói impõe-se uma interdição; III – a interdição é transgredida; IV – o agressor tenta obter informações; V – O agressor recebe informações sobre sua vítima; VI – o agressor tenta enganar a sua vítima para se apoderar dela ou dos seus bens; VII – a vítima deixa-se enganar e ajuda assim o seu inimigo sem o saber (PROPP, 2001, p. 19)¹¹. Ou seja, a classificação de Propp se propõe a estabelecer as estruturas encontrada em todos os contos maravilhosos. O autor defende que o coroamento de toda ciência é a descoberta de leis. Se o “empírico-puro”, como ele denomina, não vê senão fatos desligados, o “empírico filosófico” já vislumbra o reflexo de uma lei.

A obra de Propp (2001) trata-se, com isso, de uma contribuição notória para os estudos da narrativa. Refletir sobre as estruturas e os papéis que elas exercem no desenrolar da história representou um passo precursor para um olhar analítico sobre elas, revelando que não existe aleatoriedade em suas construções. Uma observação importante do trabalho do autor é a concepção orgânica da estrutura baseada em Goethe, a qual situa a forma como ele conceitua e pondera sobre o termo “morfologia”, como explica Casadei (2013, p. 85):

[...] a inserção de Goethe em seu trabalho, segundo o próprio autor, tinha uma finalidade bastante específica: a de situar o termo “morfologia” não tal como o utilizado nos manuais de botânica (ligados à sistemática) nem tal como posto nos tratados gramaticais (como mera classificação), mas sim, a partir dos contornos dados por Goethe.

11 As 31 funções descritas por Propp são as seguintes: 1. Afastamento; 2. Interdição; 3. Transgressão; 4. Interrogação; 5. Informação; 6. Engano; 7. Cumplicidade; 8. Dano/vilania; 9. Mediação; 10. Início da ação contrário; 11. Partida; 12. Função do doador; 13. Reação do herói; 14. Recepção do objeto mágico; 15. Deslocamento; 16. Luta; 17. Marca; 18. Vitória; 19. Reparação; 20. Volta; 21. Perseguição; 22. Socorro; 23. Chegada incógnita; 24. Pretensões falsas; 25. Tarefa difícil; 26. Tarefa cumprida; 27. Reconhecimento; 28. Desmascaramento; 29. Transfiguração; 30. Punição; 31. Casamento.

Com isso, o conto maravilhoso russo, não obstante suas diversas formulações, “[...] nos é apresentado como a metamorfose contínua de um tipo primitivo de composição – se entendermos por composição uma entidade singular feita a partir da sucessão de funções genéricas”. Dessa forma, “[...] todos os contos teriam sido derivados desse conto primordial que, embora não exista empiricamente, mostra a estruturação da narrativa” (CASADEI, 2013, p. 85-86). Isso significa dizer que o foco da análise está nas transformações dos elementos que se repetem, ou seja, há uma espécie de estrutura-guia dentro da qual os componentes da narrativa se constroem.

Vale destacar que o trabalho de Propp exerceu considerável influência nos estudos linguísticos, como na consolidação do estruturalismo. O autor, aliás, acumulou polêmicas com o antropólogo francês Levy Strauss a respeito do pertencimento a essa corrente. Strauss lia Propp com as lentes da linha estruturalista, mas este se rotula na corrente formalista.

Ressalta-se que o formalismo possuiu grupos distintos, os quais chegam a ser bastante antagônicos. Vladimir Propp pertencia à vertente “orgânica”, a qual se baseava em uma analogia entre biologia e teoria literária. Como destaca Steiner (1984, p. 19): “[...] assim como cada organismo individual compartilha certas características com outros organismos do seu tipo, a obra individual é parecida com outras obras de mesma forma e formas literárias homólogas pertencem ao mesmo estilo”. Já autores como Roman Jakobson e Lev Jakubinsky se filiavam à corrente “linguística”. Estes separavam a linguagem prática – aquela usada na comunicação cotidiana – da linguagem poética, cujo “[...] objetivo prático torna-se segundo plano e as combinações linguísticas adquirem ‘valor nelas mesmas’. Quando isso acontece, a linguagem torna-se desfamiliarizada e o discurso torna-se poético”, como levantava Jakubinsky (STEINER, 1984, p. 22). Enquanto isso, os teóricos da corrente “mecanicista”, como Viktor Chklovsky, comparavam as obras literárias a máquinas, afinal “[...] elas são o resultado de uma atividade humana intencional na qual uma habilidade específica transforma matéria bruta num mecanismo complexo adequado para um propósito particular” (STEINER, 1984, p. 18).

Já a corrente estruturalista tem seu embrião nos trabalhos de Ferdinand de Saussure, que buscou delimitar, em seu Curso de Linguística Geral, o objeto de estudo da Linguística: a língua. A respeito desta, destaca-se sua circunscrição em relação à linguagem:

[...] mas o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. (...) A língua constitui algo adquirido e convencional”. (SAUSSURE, 2000, p. 17)

Essa separação entre língua e linguagem é importante em seu trabalho por abrir caminho para delimitar as relações dicotômicas por ele estabelecidas, a começar pela bifurcação língua (*langue*) e fala (*parole*). A primeira precede a segunda, uma vez que a língua é uma instituição social, enquanto a fala configura um ato individual. Esta representa o colocar em prática a língua – o código socialmente compartilhado – pelo falante. Por ser esse produto social que acontece em determinada comunidade linguística e possuir um código homogêneo é que Saussure caracteriza a língua como o objeto de sua área do conhecimento. Enquanto a fala é um mecanismo psíquico-físico individual, a língua possui seus padrões de combinação com “[...] um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, num cérebro dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo” (SAUSSURE, 2000, p. 21).

Outra dicotomia determinante nos estudos desse linguista, aliás, refere-se ao par “sincronia” e “diacronia”. A primeira estuda a língua e suas estruturas em determinado momento. A diacronia se refere à perspectiva que investiga as transformações ao longo do tempo. Saussure debruçava-se sobre o primeiro modo para investigar as estruturas linguísticas em determinado recorte temporal.

A partir dessas percepções, ele pôde desenvolver a formulação do signo linguístico, o qual “[...] une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica” (SAUSSURE, 2000, p.80). O autor, posteriormente, denominá-los-á de significado e significante, respectivamente. Este confere à língua uma instância psíquica, afinal, os falantes não são capazes de uma execução idêntica dos sons. O que permitiria o reconhecimento mútuo desses sons é a identificação dos fonemas, “[...] a imagem sensorial que temos da produção física dos sons”. Então, ocorrem psiquicamente “[...] representações dos sons fazendo que, mesmo que foneticamente não sejam iguais, possa haver um mecanismo psíquico que permite o reconhecimento desses sons em torno de uma mesma unidade da língua, os fonemas” (DEZERTO, 2010, p.66). O papel da língua, portanto, é “[...] servir de intermediário entre o pensamento e o som, em condições tais

que uma união conduza necessariamente a delimitações recíprocas de unidades.” (SAUSSURE, 2000, p. 131). Ou seja, a associação entre significado e significante não pode ser mudada pela vontade individual, pois essa relação é indissolúvel.

Pontuados alguns dos contornos básicos da noção de signo para Saussure, também é importante discorrer brevemente a respeito da teoria do valor. Esta pressupõe que os signos linguísticos se encontram em uma relação relacional e negativa dentro do sistema da língua. Tangendo o primeiro, Saussure (2000, p. 133) afirma que o “[...] valor de um resulta tão-somente da presença simultânea de outros”, o que aponta na direção de que um signo adquire valor na medida em que não é outro signo. Ou seja, ele ganha valor a partir daquilo que o diferencia dos outros elementos do mesmo sistema.

Destaquemos dois exemplos, a começar pela diferenciação entre o português “carneiro”, o francês “mouton” e o inglês “sheep”. Eles podem ter a mesma significação, mas não o mesmo valor. Isso ocorre por várias razões. Neste caso, ao se referir a uma porção de carne do animal especificado, o inglês não diz “sheep”, mas sim “mutton”. A diferença de valor, portanto, se deve ao fato do primeiro ter ao seu lado um segundo termo (“mutton”), fato que não ocorre na palavra portuguesa e na francesa.

Saussure também elucida que, no interior de uma mesma língua, as palavras que exprimem ideias vizinhas se limitam reciprocamente: “[...] sinônimos como recear, temer, ter medo só têm valor próprio pela oposição; se recear não existisse, todo seu conteúdo iria para seus concorrentes” (SAUSSURE, 2000, p. 134-135).

Os dois exemplos ligam-se ao entendimento de que os valores são de caráter diferencial, ganhando seus contornos por suas relações negativas com os outros elementos do sistema. Ou seja, “[...] um signo é o que o outro signo não é na totalidade do sistema linguístico” (DEZERTO, 2010, p. 66). Nota-se o mérito da proposta de Saussure, especialmente na abertura de caminhos para os estudos linguísticos. Suas investigações trouxeram fecundidade em resultados e aberturas de novos questionamentos. Contudo, sua proposta também traz algumas limitações. Destacamos alguns pontos levantados por Fiorin (2002, p. 29), apoiando-se em Ceroni, ao se referir à relação língua/fala:

[...] a) não ter um modelo de atualização (de conversão da *langue* em *parole*) (...); b) não perceber que existem leis de organização do discurso, ao afirmar que a *parole* é o reino da liberdade e da criação; c) excluir da Linguística os componentes da comunicação que não o código.

A questão da conversão da língua à fala é um ponto fulcral em função das escolhas feitas pelo indivíduo dentro das possibilidades do sistema. Entre todos os elementos da língua, há motivações para selecionar determinadas formas em detrimento de outras, sendo que estas se articulam com a formação do “eu” e suas relações com o mundo. Ou seja, para a conversação à parole, há interligações que vão muito além das combinações entre si dos códigos que fazem parte do sistema da língua.

Partindo dessa conjectura, Benveniste estuda o objeto da Linguística, mas com ótica distinta da saussuriana. Sua principal contribuição foi, justamente, levantar a questão: como se passa da língua à fala?

Um primeiro ponto que merece saliência se refere ao fato de ver a língua como medularmente social: “[...] somente a língua torna possível a sociedade. A língua constitui o que mantém juntos os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade.” (BENVENISTE, 1989, p. 63). Assim, Benveniste estuda a língua dentro da sociedade e da cultura, o que já significa uma mudança profunda em comparação ao trabalho saussuriano. Isso influencia, inclusive, nas distintas maneiras como ambos enxergam a língua. Se o primeiro a considera um código fechado e socialmente compartilhado, o segundo traz uma perspectiva bem diferente, a começar pela divisão do signo nos planos semiótico e semântico.

O semiótico está ligado ao pensamento de Saussure na observação do signo como unidade dentro do sistema da língua, considerando sua relação com os demais signos. A significação semiótica “[...] consistirá em identificar as unidades, em descrever suas marcas distintivas e em descobrir os critérios cada vez mais sutis da distintividade [entre os signos]” (BENVENISTE, 2006, p.65).

No viés semântico, reflete-se sobre a expressão do sentido resultante da relação signo-contexto, ou seja, a ideia é observar a língua em seu funcionamento engendrado pelo discurso. Ela não representa apenas a sucessão de unidades (signos) e, com isso, deve-se considerar a significância da enunciação, o que insere o sujeito de forma determinante nos estudos linguísticos.

Sobre a enunciação, aliás, Benveniste a define como o “[...] colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”, portanto trata-se da passagem do virtual (da língua) ao realizado (à fala). A enunciação, com isso, representa a instância de mediação entre a língua e o discurso (FIORIN, 2017, p.971). É importante salientar que sua condição é “[...] o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado” (BENVENISTE, 2005, p. 82).

Nesse viés, para o autor, o homem é um ser de linguagem. Ela não representa apenas um instrumento, como outros utensílios criados ao longo do processo de sua existência. Ambos se concebem em uma mesma gênese: “[...] não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a”, já que “[...] é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito: porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (BENVENISTE, 2005, p. 285-286). Neste ponto, destacamos que o autor não considera a subjetividade como impressões ou sentimento individuais sobre determinada circunstância, mas como “[...] a capacidade do locutor para se propor como sujeito” (BENVENISTE, 2005, p. 286).

Assim, a capacidade de dizer “eu” se dá pela linguagem, nas trocas com um outro. Ao produzir um ato de fala, ocorre a apropriação do conhecimento linguístico e, neste momento, o indivíduo institui-se como “eu”. Simultaneamente, para dizer “eu” também é necessário que haja um “tu”, que se põe no outro ponto da interlocução. Tal propriedade é a base da linguagem para Benveniste, uma vez que ela só se torna possível porque cada sujeito pode se apresentar como sujeito (“eu”) no seu discurso. O “ego” sempre se encontra em uma posição de transcendência em relação a “tu”, ou seja, “[...] é em torno da primeira pessoa que o discurso se organiza, ou seja, a própria posição como ‘eu’ organiza em torno dessa primeira pessoa todo seu discurso. Isso faz com que a organização da linguagem, por sua vez, seja marcada pela subjetividade” (DEZERTO, 2010, p. 68)

[...] por isso, eu propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a “mim”, torna-se o meu eco – ao qual digo tu e que me diz tu. A polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental, cujo processo de comunicação, de que partimos, é apenas uma consequência totalmente pragmática (BENVENISTE, 2005, p. 286)

A linguagem só é possível nessa reversibilidade dos papéis eu/tu, uma vez que cada locutor se coloca como sujeito, referindo-se a si mesmo como “eu” em seu discurso. Assim, “[...] a categoria de pessoa é essencial para que a linguagem se torne discurso”, com isso, neste contexto, “[...] o eu não se refere nem a um indivíduo nem a um conceito, ele refere-se a algo exclusivamente linguístico” (FIORIN, 2002, p. 41). Isso leva a uma compreensão da ideia de subjetividade para Benveniste e como esta organiza a linguagem, uma vez que, como já destacado, é colocando a língua em funcionamento que o indivíduo

se constitui como sujeito. O testemunho objetivo da língua está em seu exercício, no fato de o eu enunciar-se (BENVENISTE, 1966, p. 261-262).

Por ser esse ponto de referência na linguagem, a relação do sujeito com a enunciação também traz demarcações de tempo e espaço. O sujeito, ao enunciar, encontra-se em um “aqui” e “agora”. Com essa orientação, profere marcadores que sinalizam essa referência. Estes marcadores dêiticos estão em passagens como “ali”, “amanhã”, “isso”, “ano passado”, nos tempos verbais e outros índices de tempo-espaço.

Essa organização do momento e do espaço sempre parte do “eu”, que se torna a referência. Como aponta Fiorin (2002, p.42) “[...] o aqui é o espaço do eu e o presente é o tempo em que coincidem o momento do evento descrito e o ato de enunciação que o descreve. A partir desses dois elementos, organizam-se todas as relações espaciais e temporais”.

Ou seja, os enunciados proferidos pelo sujeito trarão esses marcadores, sendo que este se coloca como referência para proferi-los. O “eu” é o eixo em torno do qual se organizam as referências de pessoa, tempo e espaço. Essas categorias constituem o que Benveniste denominou como “aparelho formal da enunciação” (BENVENISTE, 2005, p. 79-88).

Com este resultado, Benveniste respondeu como ocorre a passagem da língua à fala e mostra que esta também é um produto social. Dessa forma, ele traz um novo objeto para a linguística: o discurso. Como destaca Fiorin (2017, p. 93), “[...] o discurso é a produção social da linguagem. Ao dar um estatuto científico ao exercício da língua, Benveniste volta a inseri-la na vida social, na cultura e na história”.

Outro estudioso que opera nesses termos do sujeito, espaço e tempo nas relações entre língua e fala é Greimas. O objeto de suas pesquisas volta-se para a significação do discurso. Apropria-se do conceito de enunciação de Benveniste, mas ressignifica sua dimensão. Como observa Fiorin (2017, p. 975) com base na proposta de Greimas, se considerarmos que “[...] o discurso é o lugar da singularização de universais culturais, devemos entender a enunciação como a instância de mediação entre os elementos mais abstratos e universais e aqueles mais concretos e singulares, que são próprios de cada um dos discursos”.

Para estudar essa produção e compreensão das narrativas para além das unidades lexicais, a semiótica francesa concebe o “percurso gerativo de sentido”. Enquanto um “simulacro metodológico”, ele caracteriza-se como “[...] uma sucessão de patamares, cada um dos quais suscetível de receber uma descrição adequada, que mostra como se

produz e se interpreta o sentido” (FIORIN, 2002, p. 17), nivelando-se em três profundidades: fundamental, narrativo e discursivo¹².

Fiorin (2017, p. 976) pontua que a enunciação representa um conceito-chave para que esse percurso seja um modelo harmônico e coeso, uma vez que permite a passagem da estrutura ao acontecimento, dois elementos que ordenam o discurso. Dessa forma, “[...] a enunciação é um ato, como os outros, e, portanto, comporta uma intencionalidade¹³” (FIORIN, 2017, p. 976). Quando o sujeito coloca a linguagem em funcionamento, portanto, ele abarca “[...] uma ‘visada do mundo’, como uma relação orientada, transitiva, graças à qual o sujeito constrói o mundo enquanto objeto ao mesmo tempo em que se constrói a si próprio (GREIMAS; COURTÈS, 1979, p. 147).

É dessa maneira que Greimas foca as marcas da enunciação no enunciado, as quais se inscrevem em mecanismos que instauram os sujeitos, o espaço e o tempo: a debreagem e a embreagem. Greimas e Courtès (1979, p. 95) buscam definir a debreagem como a operação pela qual a instância da enunciação desatreia “[...] e projeta para fora de si, no ato de linguagem e com vistas à manifestação, certos termos ligados à sua estrutura de base, para assim constituir os elementos que servem de fundação ao enunciado-discurso”. E seguem: “[...] o ato da linguagem aparece assim, por um lado, como uma fenda criadora do sujeito, do lugar e do tempo da enunciação, e por outro, da representação actancial, espacial e temporal do enunciado” (GREIMAS E COURTÈS, 1979, p. 95).

Os marcadores aparecem de dois modos na debreagem: enuncivos ou enunciativos. Neste, os actantes¹⁴ da enunciação (eu/tu), o espaço da enunciação (aqui)

12 O fundamental estabelece as oposições semânticas (exemplo: progressismo x conservadorismo), dentro das quais os discursos são construídos e operacionalizados. O nível narrativo aborda as relações e transformações ou, como descreve Fiorin (2017, p. 976), “um simulacro da ação do homem no mundo e de suas relações com outros homens”. Divide-se em quatro fases: manipulação, competência, performance e sanção). O discursivo traz planos de expressão que conferem concretude ao nível narrativo, ou seja, são a manifestação discursiva.

13 Não se deve confundir intencionalidade com intenção, uma vez que deve considerar também a dimensão inconsciente da enunciação.

14 Sobre esse conceito, Greimas e Courtès (1979, p. 12-13) discorrem da seguinte maneira: “O actante pode ser concebido como aquele que realiza ou sofre o ato, independentemente de qualquer outra determinação. Assim, para citar L. Tesnière, a quem se deve o termo, ‘actantes são os seres ou as coisas que, a um título qualquer e de um modo qualquer, ainda a título de meros figurantes e da maneira mais passível possível, participam do processo’. Nessa perspectiva, actante designará um tipo de unidade sintáctica, de caráter propriamente formal, anteriormente a qualquer investimento semântico e/ou ideológico. [...] O conceito de actante substitui com vantagem, mormente na semiótica literária, o termo personagem, e também ‘dramatis persona’ (V. Propp), visto que cobre não só seres humanos mas também animais, objetos e conceitos”.

e o tempo da enunciação (agora) estão claramente instalados no enunciado. Observemos o funcionamento em um caso jornalístico no texto em homenagem ao centenário do Grupo Folha¹⁵, extraído da coluna de opinião de Gregório Duvivier. Por meio dele, é possível ilustrar as debreagens enunciativas:

[...] na Folha sinto-me naqueles botequins com caça-níqueis. Sei que o que dá dinheiro ali é a maquininha. Mas ainda assim fico pela companhia dos bebuns. [...] Na Folha, me sinto a última bolacha do pacote. Amassada, esfaqueada, esquecida. A verdade é que minha história aqui tem sido um conto de fadas. Precisamente dos irmãos Grimm, cheia de abandono e experiências de quase-morte.

A instalação do eu enunciativo (o próprio Duvivier) ocorre em recursos como os tempos verbais (“sinto-me”, “sei”, “fico”, etc.) e pronomes (como “minha” história). Encontra-se também a debreagem temporal (agora), visíveis nos tempos verbais, a exemplo da indicação de que a história de Duvivier “aqui tem sido um conto de fadas”. Esse “aqui”, aliás, configura-se como debreagem espacial. Nota-se, assim, um sujeito que se torna a referência da enunciação e, entorno dele, instauram-se também o “aqui” e “agora”, a partir dos quais as outras pessoas, lugares e tempos se baseiam. Neste ponto, observa-se, por exemplo, que a expressão “na Folha” demarca o espaço da enunciação – subentende-se a “aqui na Folha” – e esta passa a ser a referência de lugar, como se constata em “naqueles botequins” e “dá dinheiro ali”.

Com isso, observa-se que, nos enunciados da debreagem enunciativa, estão instalados os actantes da enunciação, o tempo da enunciação e o espaço da enunciação. Enquanto isso, na debreagem enunciativa, os actantes do enunciado (ele), o espaço do enunciado (algures) e o tempo do enunciado (então)¹⁶ são instaurados pelo próprio enunciado. Ou seja, não é o sujeito (no caso mencionado, o colunista Gregório Duvivier) quem aparece e serve de referência.

Vejamos em um exemplo também dentro do jornalismo e com a temática dos 100 anos completados pela Folha: “‘Diz que é da Folha!’, pedia Cleusa Turra, que trabalhou no jornal por mais de 30 anos”. Analisando o título, nota-se que o actante enunciativo é

15 Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/gregoriioduvivier/2021/02/na-folha-me-sinto-em-casa-passo-o-dia-falando-mal-de-cada-detalle.shtml?origin=folha> >. Acessado em: 12 maio de 2021.

16 “Cabe lembrar que *algures* é um ponto instalado no enunciado; da mesma forma, o *então* é um marco temporal inscrito no enunciado, que representa um tempo zero, a que se aplica a categoria topológica *concomitância* vs *não-concomitância*” (FIORIN, astúcias, p.44).

Cleusa Turra. Por meio do pretérito imperfeito do verbo “pedir” e do perfeito de “trabalhar”, demarca-se o a debreagem enunciativa de tempo. Assim, não é o “eu” Cleusa que enuncia a partir do seu aqui e agora, mas “ela” dizia em dado momento não datado.

Esse recurso enuncivo é bastante comum no jornalismo e também no discurso científico em função da transmissão de um efeito de sentido de objetividade, uma vez que elimina as marcas de enunciação. Já aqueles que trazem claramente estas marcas, confere-se efeito de subjetividade, como exemplifica-se no relato de Duvivier sobre sua experiência na Folha.

O mecanismo da embreagem funciona de maneira distinta, causando um efeito de retorno à enunciação, “[...] produzido pela suspensão da oposição entre certos termos da categoria pessoa e/ou do espaço e/ou do tempo, bem como pela denegação da instância do enunciado” (GREIMAS E COURTÈS, 1979, p. 140). Isso significa dizer que há uma espécie de substituição dos elementos. Quando um indivíduo se refere a si utilizando a terceira pessoa do singular, por exemplo, há uma embreagem actancial. Esse recurso causa uma espécie de “neutralização” da subjetividade do “eu”. O mesmo ocorre com as embreagens de tempo e espaço.

Continuando nos conteúdos publicados a respeito do aniversário da Folha, esse mecanismo foi utilizado em uma entrevista da cantora Elis Regina ao jornal¹⁷, rememorada em função da comemoração. Um grupo de três jornalistas lançaram perguntas a ela, entre as quais esta que segue: “Durante muito tempo, você se recusou a fazer o ‘Fantástico’, a fazer apresentações em televisão no esquema da Globo. O que é que aconteceu agora? Mudou a Elis, mudou o ‘Fantástico’, mudou a Globo, o que é que mudou?”. Em sua resposta, Elis utiliza a embreagem actancial, conforme verifica-se em algumas passagens como: “Bom, mudou uma porção de coisas, principalmente a Elis mudou de gravadora. Quando eles me propuseram fazer uma série de coisas em televisão, eles perceberam que eu fiquei meio arredia” e também em “Aí pintou a pergunta assim: mas quem são os que não estão fazendo? E foi exatamente nessa hora que eu me dei conta de que estava todo mundo fazendo, só a Elis que não fazia.”. A cantora utiliza seu nome (terceira pessoa do singular) significando “eu”. Ou seja, houve uma neutralização da oposição eu/ele, pois ambos fazem referência ao mesmo actante (Elis Regina).

17 Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/fofha-100-anos/2020/03/fiquei-com-crise-de-mulher-maravilha-disse-elis-regina-a-fofha-em-1979.shtml> > . Acesso em 12 maio 2021.

Nota-se que Greimas insere a enunciação e o sujeito atuante em seus estudos. Com isso, devemos mencionar também algumas observações sobre seu “modelo actancial”. Para introduzir seu pensamento, Greimas cita a dupla definição da narrativa fantástica de Propp, conforme mencionamos anteriormente¹⁸. A proposta de Greimas é “[...] explorar a primeira definição de Propp [as 31 funções e os atuantes/personagens aos quais estas são atribuídas], perguntando em que medida ela pode ajudar na compreensão e justificação de um modelo atuacional mais geral, utilizável num maior número de descrições de micro-universos míticos” (GREIMAS, 1966, p. 251-252).

Partindo dessa investigação, o autor desenvolve seu próprio modelo. É pertinente observar que Greimas inspira-se em propostas que, assim como a de Propp, delimitam uma reduzida quantidade de actantes. Exemplo disso é o estudo de Dumézil, que descreve a população divina em um conjunto de mitos. A partir da investigação, ele constitui um corpus de proposições nas quais o deus em questão entra como atuante. Dentre essas mensagens, observa o que “[...] podemos designar como esfera de atividade da divindade” (GREIMAS, 1966, p. 225). Outro corpus traz “[...] a totalidade de qualificações dessa divindade, tais como as encontramos sob a forma de cognomes, epítetos, atributos (...), o que permite estabelecer a fisionomia moral da divindade considerada” (GREIMAS, 1966, p. 225).

Partindo desse portfólio e outras investigações que se interseccionam, Greimas elabora seu modelo actancial com categorias que podem ser assim visualizadas:

¹⁸ Greimas (1966, p. 251) descreve a concepção de Propp da seguinte maneira: “1. considerando as relações entre as funções assim descritas e os atuantes aos quais estas são atribuídas, ele agrupa as funções em esferas de ação, cada uma definindo um atuante particular. Isso lhe permite conceber o conto como uma narrativa com sete personagens; 2. considerando as funções em si mesmas, na sua sucessão que é constitutiva da narrativa, Propp obtém uma segunda definição do conto popular caracterizado segundo ele: a) por um inventário bastante reduzido de funções (31); b) por sua ordem de sucessão obrigatória.”

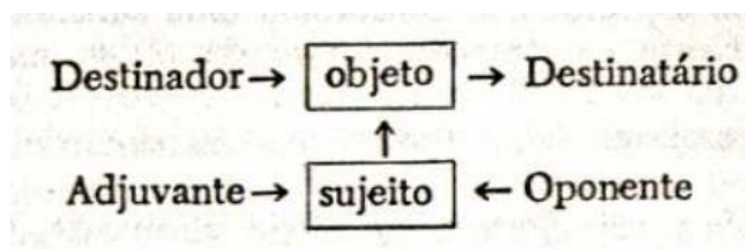


Figura 6 – Modelo actancial - Greimas (1973)

Essencialmente, o modelo se desenvolve, segundo Greimas (1966, p. 230-233), a partir de algumas oposições. Duas delas são o sujeito vs objeto e o destinador vs destinatário. No primeiro aspecto, trata-se de um sujeito que *deseja*, que se manifesta por meio da *procura* por um objeto. A segunda relação opõe um *mandante*, alguém que atribui o bem, a um *obtentor* virtual desse bem. Nos contos em que o herói parte em busca da princesa raptada, o pai/rei se configura como o destinador, o qual envia o mesmo com a missão de recuperá-la para, na sequência, oferece-la em casamento a um destinatário (que pode ser o herói ou outro actante). Já na dupla adjuvante vs opositor, o primeiro tem a função de *auxílio*, “[...] agindo no sentido do desejo, ou facilitando sua comunicação”, enquanto o *opositor* visa bloquear a ação, “[...] opondo-se quer à realização do desejo, quer à comunicação do objeto” (GREIMAS, 1966, p. 233). Em sua, caracteriza-se a combinação de três relações: “[...] de desejo, de comunicação e de ação, cada uma repousando numa oposição binária” (RICOEUR, 2012, p. 79).

Com base nisso, fica nítida a tentativa de uma sistematização da narrativa, seguindo um modelo acrônico. A proposta de Greimas traz vantagens em comparação a anteriores, como o fato de que “[...] a lista dos actantes é mais curta do que a das funções (lembramo-nos da definição do conto russo como narrativa de sete personagens)” de Propp, além disso, “[...] suas interações prestam-se, de imediato, mais a uma representação *paradigmática* do que *sintagmática*. Contudo, ele “[...] manifesta as dificuldades principais de um modelo acrônico quanto ao tratamento do tempo narrativo” (RICOEUR, 2012, p. 78).

O próprio Greimas caracteriza seu modelo como um trabalho de “redução” e de “estruturação” (RICOEUR, 2010, p. 80). Com isso, Ricoeur acrescenta que o esquema actancial “[...] apresenta um caráter de limitação e de fechamento que convém à pesquisa sistemática”, portanto é “[...] tentador extrapolar da sintaxe do enunciado elementar à do

discurso, em virtude do axioma de homologia entre língua e literatura” (RICOEUR, 2010, p. 78).

Dentro desse esquema, “[...] muitas conjunções e disjunções devem ser introduzidas em função das três relações de base do desejo, da comunicação e da ação”. Mas, em suma, “[...] entre privação e supressão da privação, há apenas ‘identidades a unir e posições a desunir’. Toda a estratégia torna-se, desse modo, um vasto empreendimento visando contornar a diacronia”. Tudo isso, portanto, se mantém essencialmente dentro de uma estrutura que busca estabelecer o funcionamento dessas regras sistemáticas. Ricoeur também aponta:

[...] dizer que a língua é sistemática é admitir, ademais, que seu aspecto sincrônico, isto é, simultâneo, pode ser isolado de seu aspecto diacrônico, isto é, sucessivo e histórico. Quanto à organização sistemática, ela pode, por sua vez, ser dominada, se for possível reduzi-la a um número finito de unidades diferenciais de base, os signos do sistema, e estabelecer o conjunto combinatório das regras que geram todas as suas relações internas. Nessas condições, uma estrutura pode ser definida como um conjunto fechado de relações internas entre um número finito de unidades. A imanência das relações, isto é, a indiferença do sistema à realidade extralinguística, é um corolário importante da regra de fechamento que caracteriza uma estrutura (RICOEUR, 2010, p. 57).

Contudo, destaca Ricoeur (2010, p. 80), em um modelo puramente actancial, “[...] essa estratégia não atinge seu objetivo. Contribui, antes, para sublinhar o papel irreduzível do desenvolvimento temporal na narrativa, na medida em que ela própria dá relevo à noção de prova”.

Em suma, o problema da significação deve lidar com outros contornos que não a “[...] mera adequação a um sistema de regras: seguir uma narrativa vai além do mero estabelecimento de uma correlação estática entre os seus componentes, embora não haja fala sem estruturação, nem narrativa sem sistemática” (CASADEI, 2013, p. 92). A abordagem sistêmica e sincrônica desconsidera alguns elementos como o elo entre a significação e as condições sócio-históricas da produção, fatores essenciais a serem elencados quando se intenta compreender a produção de sentido. Dessa forma, aspectos como vinculações ideológicas e a posição do sujeito que comunica – ou seja, os fatores extralinguísticos – perdem seu espaço

3.2 Significação e sujeito (in)consciente: entremeios dos estudos discursivos

“O inconsciente é estruturado como uma linguagem”. O famoso aforismo de Jacques Lacan demonstra a indissociabilidade entre homem e linguagem. Ele parte das descobertas de Freud para analisar, entre outros elementos, as relações do homem com a ordem simbólica, observando os vínculos entre as formações do inconsciente e a linguagem.

É curioso notar o uso do conceito “estrutura” em sua formulação. Lacan toma como um de seus referenciais a proposta de estudo das relações e estruturas da língua de Saussure, a respeito da qual tratamos no item anterior. Contudo, essas bases e seus intercâmbios são reelaborados pelo psicanalista, cuja percepção se distingue, sobretudo, na abertura desse sistema e na criação de novas variantes. Assim, seu modo de observar essas funcionalidades “quebra” as estruturas fechadas.

Saussure desenvolveu sua teoria do signo composto pelo significado e significante, considerando essas duas unidades indissociáveis, ou seja, há uma ligação unívoca entre ambos. Isso representaria dizer que “[...] a significação estaria totalmente dada e garantida no momento em que o signo linguístico fosse isolado da cadeia” (DOR, 1989, p. 37). Qualquer signo, dessa forma, seria interpretado da mesma maneira, não haveria nenhuma diferença de significação. Para ele, a língua é comparável a uma folha de papel, o que significa que o pensamento “[...] é a face, e o som é o verso; não se pode cortar a face sem cortar ao mesmo tempo o verso; assim também, na língua, não poderíamos isolar o som do pensamento, nem o pensamento do som” (SAUSSURE, 2000, p. 157).

Lacan trabalha com uma perspectiva oposta, sugerindo uma quebra dessa união: um mesmo significante pode se ligar a diferentes significados, assim como um mesmo significado pode se conectar a diferentes significantes. Ou seja, há um deslizar do que o autor chama de “cadeia significante” (a sequência de significantes). A relação entre significante e significado é, na visão do autor, “[...] sempre fluida, sempre prestes a se desfazer” (, 1988, p. 297).

Com isso, Lacan inverte o foco para uma teoria do significante, cujo algoritmo pode ser representado como S/s¹⁹, lido como “[...] significante sobre significado,

19 O algoritmo de Saussure é representado como So/Se = conceito/imagem acústica.

correspondendo o ‘sobre’ à barra que separa as duas etapas” (LACAN, 1998, p. 500). Essa leitura coloca o significante em posição privilegiada em relação ao significado. Isso pode ser observado quando se considera que um significante não pré-indica uma significação. Pelo contrário, ela está ligada à cadeia significante tomada em sua totalidade. Ou seja, a significação ocorre após a enunciação, depois de todos os significantes serem enunciados.

Como exemplo desse processo, tomemos a seguinte frase: “[...] irei emprestar dinheiro a você, mas espere até o dia 30 de fevereiro”. Quando o enunciador profere a primeira parte, o indivíduo que pediu a quantia emprestada pode concluir que a receberá. Contudo, no “deslizar da cadeia significante”, a significação muda após a enunciação se concluir, uma vez que a data informada não existe. Como afirma Lacan (1998, p. 508), “[...] o que essa estrutura significante revela é a possibilidade que eu tenho, justamente na medida em que sua língua é comum com outros sujeitos, isto é, em que a língua existe, de me servir dela para expressar algo completamente diferente do que ela diz”. Ao contrário do algoritmo saussuriano, cuja estrutura já trazia previamente os elementos de sua composição de forma indissociável²⁰, o lacaniano preza por essa variação significante e sua imersão no contexto.

É partindo dessa vertente que Lacan elabora o conceito de ponto de estofo, caracterizado como aquilo que para esse “deslizar” une significantes a significados. Isso não quer dizer que essa união seja imutável, uma vez que pode ser atualizada. Este ponto pode ser exemplificado pelo que trabalhamos a respeito do acontecimento e a memória em capítulo anterior, no qual observamos que as (re)construções não cessam.

O psicanalista também aponta a dimensão do ponto de estofo na significação, mostrando que a sucessão da enunciação é paralisada por ele, que gera um efeito “retroativo”, ou seja, de condensação dos significantes em uma significação:

[...] vocês encontram a função diacrônica desse ponto-de-estofo na frase, na medida em que esta só fecha sua significação com seu último termo, cada termo sendo antecipado na construção de todos os outros e, inversamente, selando seu sentido por seu efeito retroativo (LACAN, 1998, p.10)

Por essas incursões, nota-se que o modo pelo qual Lacan isola o advento do sentido “[...] reside não na concatenação dos signos em frases, mas sim, por um lado,

naquilo que escapa à materialidade significante, ou seja, à **pontuação**, e, por outro, no efeito de **retroação** inerente à série significante”, conforme explica Marco Antonio Coutinho Jorge (2005, p. 82). Assim, continua o autor, o psicanalista resgata a “[...] noção freudiana de **só-depois** ou **a posteriori** (Nachträglichkeit)” (grifos do autor). Nesse aspecto, a pontuação é o elemento que estabiliza o sentido, assim como a enunciação o faz na fala, uma vez que a forma escolhida altera os enunciados e, desse modo, revela o sujeito da enunciação. Tal perspectiva insere, de modo definitivo, o sujeito e o papel do inconsciente na linguagem. Nota-se que a teoria lacaniana, assim, não se insere em uma caracterização estruturalista de análise, pelo contrário:

[...] o termo estrutura, comparecente em sua assertiva “o inconsciente é estruturado em linguagem”, não deve ser tomado no sentido estruturalista, mas sim no sentido psicanalítico. Trata-se, na estrutura em jogo na linguística, de uma estrutura de exclusão do sujeito, ao passo que, na psicanálise, de uma estrutura de inclusão do sujeito. Assim, tal assertiva lacaniana deve ser compreendida à luz daquela outra que afirma que “o inconsciente é o discurso do Outro”, na qual se depreende, por um lado, a necessária referência à fala, ao discurso do sujeito, e, por outro lado, ao Outro enquanto lugar de absoluta alteridade dos significantes (JORGE, 2005, p.79)

Essa alteridade entre significantes demonstra a importância do inconsciente em todo o processo languageiro. É ela quem tira o sujeito do centro do psiquismo, uma vez que o (grande) Outro – o psicanalista usa a inicial maiúscula intencionalmente para o efeito de distinção – compõe-se pelo conjunto de significantes que sustentam os desejos, ideais e outros aspectos que marcam as “fantasias” imaginárias. Eles não são plenamente acessíveis, o que aponta para o fato de o sujeito não ser autônomo, plenamente dominador de seus atos, vontades, etc., mas também ser determinado pelo Outro do inconsciente. Este muitas vezes se manifesta por meio de sonhos, chistes e sintomas, que mostram a verdade desse Outro.

Um exemplo disso, trazido por Freud a partir da obra de Heymans sobre o cômico, ocorre quando o agente de loteria Hirsch-Hyacinth afirma o seguinte: “[...] E tão certo como Deus há de me prover todas as coisas boas, doutor, sentei-me ao lado de Salomon Rothschild e ele me tratou como um seu igual – bastante *famíliarmente*”. Este deslize do pensamento une os componentes “familiarmente” e “milionário”. Revela-se, com isso, que Hirsch-Hyacinth sentiu que Salomon Rothschild tratou-o bastante familiarmente, tanto quanto é possível para um milionário. Este Outro, portanto, pode ser compreendido em um “[...] grau secundário da alteridade, que já o situa, a ele mesmo, numa posição de

mediação em relação a meu próprio desdobramento de mim comigo mesmo como também com o meu semelhante”, como aponta Lacan (1998, p. 529).

Nesses processos, há os deslizamentos da cadeia significante, os quais podem ser representados pelos processos metafóricos e metonímicos. Lacan parte da teoria do linguista Roman Jakobson sobre as afasias e também da “ciência dos sonhos” de Freud para reelaborar alguns contornos sobre esses dois elementos. Pela ótica da sua teoria do significante, observa que o processo metafórico engloba uma condensação, ocorrendo substituições de significantes por outros significantes. Ela é a estrutura “[...] de superposição dos significantes em que ganha campo a metáfora, e cujo nome [...] indica a conaturalidade desse mecanismo com a poesia, a ponto de envolver a função propriamente tradicional desta” (LACAN, 1998, p. 515).

É importante ressaltar que, na visão lacaniana, a metáfora não se refere apenas a uma “comparação abreviada” entre significantes, mas a uma identificação. O trabalho de Adriana Amado (2019, p. 16) exemplifica o uso dessa figura de linguagem na identidade jornalística. A autora aponta, entre outras, que a ideia de produção de conteúdo como tarefa de jornalistas se refere ao fato da colação destes como “[...] trabalhadores que fabricam produtos que contêm bens imateriais” dentro da indústria cultural. Isso se reflete em nomes como “El comercial”, “El constructor”, ou na semelhança com animais trabalhadores, “The Sacramento Bee” (1857); “The Fresno Bee” (1922). Ocorrem também “[...] metáforas usadas pelos jornalistas para equiparar sua tarefa a cuidar de uma criança: sentir fome de notícias, cuidar da fonte, amadurecer a história, deixar o texto adormecer” (AMADO, 2019, p. 17). Todas essas comparações se inserem na identidade do sujeito-jornalista e no estabelecimento de um lugar de fala.

Enquanto isso, a metonímia envolve um deslocamento. Ou seja, não há substituição de um significante por outro, mas um remetimento a outro. Segundo Lacan (1998, p. 515), “[...] a *Verschiebung* ou deslocamento é o transporte da significação que a metonímia demonstra e que, desde seu aparecimento em Freud, é apresentado como o meio mais adequado do inconsciente para despistar a censura”. Na teoria lacaniana, ela estabelece uma conexão entre significantes que remete ao objeto do desejo. Por esse motivo, o psicanalista aponta para “[...] os trilhos eternamente estendidos para o desejo de outra coisa” (LACAN, 1998, p. 522). Quando alguém se refere a uma obra pelo nome de seu autor, por exemplo, intui-se não apenas a figura da pessoa, mas toda a relação que o envolve com esta e seu modo de fazer arte.

Todas essas observações nos levam a compreender as relações entre os sujeitos e a linguagem. Elas mostram o quanto a enunciação não traz significações aleatórias. As causas dos elementos escolhidos para representar as ideias, conscientes ou inconscientes, estão presentes e são determinantes em todas as etapas do processo de comunicação. O sujeito não possui pleno domínio sobre suas manifestações, como demonstrou Freud ao tirá-lo do centro do psiquismo. A língua(gem), em suas diversas formas de manifestação, carrega essas diversas marcas do sujeito, além das implicâncias histórico-sociais.

A partir disso, a análise do discurso encontra seu entremeio. Ela não analisa a língua e sua estrutura como um jogo de xadrez no qual as peças se deslocam conforme regras rígidas e movimentos pré-definidos; observa, pelo contrário, as variações que se processam e deslizam conforme os sujeitos, os ordenamentos sociais e outros aspectos que influenciam simbologias.

Para exemplificar o deslizamento dessas visões, podemos considerar um jogo de videogame de esporte. O indivíduo pode jogar contra a “máquina” e, com isso, enfrentar algoritmos pré-definidos que orientam os movimentos da equipe adversária de acordo com a circunstância da partida, o nível de dificuldade, a qualidade técnica (medida em pontuação) dos clubes e atletas etc. Ou seja, se o jogador controla um time com nível mais elevado em comparação ao da máquina mas está perdendo no final da partida, o adversário tende a ficar mais defensivo para garantir a vitória se assim estiver programado no código. Contudo, ao jogar contra um adversário humano, a circunstância da partida é mais imprevisível, pois este irá atuar de acordo com suas escolhas. Há alguns padrões possíveis de serem apreendidos a respeito do comportamento deste, mas a dinâmica/troca depende de fatores que vão além do código, da estrutura.

A ideia de olhar para o Jornalismo em Base de Dados a partir do foco discursivo traz essa possibilidade de considerar que os dados não darão caminhos narrativos limitados, pré-programados, próximos da realidade/objetividade. Pelo contrário, esses dados são elaborados, lidos, narrados, interpretados por sujeitos que transbordarão significações sobre eles.

Dezerto (2010, p. 75) aponta para algumas dessas bases que mostram os deslocamentos em relação a uma perspectiva mais estruturalista. Para ele, “[...] a linguagem não funciona como um código que se presta à transmissão de informações entre locutores ou ainda à comunicação entre locutores ideais em situações também ideais”. Outro ponto abordado pelo autor é o sujeito que “[...] não representa o ponto de partida do que diz sendo o ponto de partida dos sentidos, ou seja, o dizer não se inaugura

no sujeito”. A ideologia também “[...] não pode ser descartada dos processos discursivos (ela é constitutiva deles)”, além de que “não há, nos processos de linguagem, a possibilidade de haver o/um sentido, como se a literalidade fosse o ponto de partida para o trabalho semântico”.

Neste ponto da pesquisa, pudemos elencar algumas possibilidades dos estudos linguísticos que nos permitiram delinear as motivações de nossas escolhas. No próximo capítulo, discorreremos mais sobre a narrativa e as delimitações e propostas dentro do nosso objeto de estudo.

CAPÍTULO 4

POR UMA ANTROPOFAGIA DA NARRATIVA DO JORNALISMO DE DADOS

“ Encontrei em Minas as cores que adorava em criança.
Ensinaram-me depois que eram feias e caipiras.
Mas depois vinguei-me da opressão, passando-
as para as minhas telas: o azul puríssimo, rosa
violáceo, amarelo vivo, verde cantante”

“ Fiquei surpreendida ouvindo minha própria voz”

Tarsila do Amaral

O reconhecimento de que a ação de transformar fatos em histórias não se sucede aleatoriamente, mas também se molda a partir de estruturas e normas que transpassam tais relatos, representou avanço fulcral para os estudos narrativos. Após essas incursões iniciais, o conseqüente progresso das análises linguísticas pôde reconhecer, ainda, outros fenômenos que fincam presença nas narrações e merecem atenção nas investigações.

Nessa linha, perspectivas variadas de estudo surgiram na passagem de modelos exclusivamente estruturais e acrônicos – que observavam a língua sem considerar o fator histórico – para estudos que colocam o extralinguístico como elemento substancial. Linguagem, história, ideologia e sujeito se interpelam dentro desse enfoque. Ou seja, o trabalho do analista não se encontra na descrição do movimento interno da língua, posta em funcionamento por sujeitos ideais. Ele passa a observar o campo linguístico a partir de sua materialidade e do fator histórico-ideológico, considerado como processo ininterrupto que se insere na produção de sentidos.

Conforme capítulo anterior, uma das pontas da análise discursiva veio da linha psicanalítica, a qual traz dimensões importantes a respeito do processo de troca comunicacional. As formulações de Freud e Lacan representam algumas daquelas que dissolvem os contornos que limitam a análise linguística mais ligada a observações dentro do sistema fechado da língua, passando a ampliar os horizontes da significação. Além de contribuir para tirar o sujeito da posição de ideal da racionalidade – sobretudo com as formulações a respeito do inconsciente –, o deslizar da cadeia significante concebe um processo elementar nessa abordagem.

Com isso, pode-se notar que, com tal descentramento do sujeito, este determina o que diz, mas também é determinado pela sua relação com o exterior, dentro das quais se inscrevem as produções de sentido sócio-históricas e ideológicas nas quais se encontra inserido. Considerando que ele não tem o domínio irrestrito de sua enunciação e não é apenas um ser biológico – mas também histórico –, é preciso inserir a noção de assujeitamento discursivo. O sujeito deixa de se encontrar como o “[...] eu-consciência *mestre do sentido*” (PÊCHEUX, 2015, p. 156) e, com isso, as formas de existência histórica da discursividade ganham atenção. O “assujeitamento” não se trata de um sinônimo de “passividade” na enunciação, mas de considerar a relevância de outros elementos que vão além da consciência. Como descreve Orlandi (2015, p. 189), comparando o sujeito dentro de diferentes sistemas de produção:

[...] vale reafirmarmos aqui que assim é que compreendemos o que a análise de discurso chama “assujeitamento”: para ser sujeito *de*, o indivíduo, afetado pelo simbólico, está sujeito à ideologia, ou seja, é interpelado pela ideologia, fazendo funcionar o imaginário que dá liga a nossas condições reais de existência. Se nascêssemos na Idade Média, seríamos sujeitos medievais, e não capitalistas, e teríamos outra forma histórica e outros modos de constituição (pela religião, por exemplo, e não pelo direito).

Para abordar essa incidência da ideologia e o funcionamento do imaginário na interpretação, Orlandi (2015, p. 189) utiliza a palavra “diferente” para demonstrar o que chama de “efeito de evidência”, referindo-se ao fato de, muitas vezes, o sentido de algo parecer óbvio: “[...] ora, na realidade, diferente significa de um jeito em certas condições de produção, e, em outras condições, pode significar de maneira totalmente distinta”. Orlandi aplica essa diferenciação de acordo com os contextos: “[...] para uma pessoa com deficiência, por exemplo, a palavra ‘diferente’, dita a seu respeito, pode estar significando algo que não vai significar para outra pessoa, em outras condições”. Assim, sujeitos e sentidos constituem-se, pois, em processos complexos nos quais se entrelaçam a ideologia, o imaginário social, o político visto como divisão do sujeito e dos sujeitos entre si, conforme pontua a autora.

Mas vale ressaltar que essas exemplificações trazidas por Orlandi (2015) apontam determinações históricas na constituição do discurso e seus sentidos, mas isto não deve ser confundido com o determinismo (no sentido biológico, antropológico) que carrega uma relação de causa e efeito inexorável. Pelo contrário, essas postulações a respeito do sujeito são centrais nas análises discursivas em função das articulações entre essa noção e as interfaces com a produção simbólica.

Por esse motivo, antes de adentrarmos a questão do acontecimento e suas construções, buscaremos retomar brevemente como o sujeito foi dimensionado em distintos momentos das análises discursivas, até se chegar a esse campo que considera os entremeios citados anteriormente. Isso nos permitirá dimensioná-lo diante de suas produções e, conseqüentemente, poderemos abordar mais precisamente a construção do acontecimento no jornalismo de dados e suas significações.

4.1 Interpelações: acontecimento, discurso e sujeito

Em “Semântica e discurso” (2014, p. 114), Pêcheux discorre a respeito de uma suposta oposição entre Lógica e Linguística. A primeira configurar-se-ia como o “preenchimento” dos lugares de argumentos, enquanto o outro lado incidiria na articulação entre enunciados, sobre a passagem à discursividade.

O autor destaca que a Lógica supostamente constituiria o núcleo da “ciência” com o “[...] necessário engano idealista que coloca a independência do pensamento em relação ao ser, na medida em que toda designação sintaticamente correta constrói um ‘objeto’... de pensamento, isto é, uma ficção lógica”. Ele traz o exemplo da filosofia neopositivista por reforçar uma preocupação com a libertação em relação aos “seres metafísicos”. Ou seja, essa linha de raciocínio consideraria a possibilidade de um grau de anulação/apagamento das ideologias do sujeito no discurso.

Contudo, Pêcheux (2014, p. 114) argumenta que o duplo funcionamento lógico-linguístico não é “neutro” ou “indiferente” no que diz respeito à ideologia: “[...] podemos dizer que ele realiza espontaneamente o acobertamento ideológico da descontinuidade [entre ciências/ideologias], simulando-a ideologicamente”. Deste modo, o autor constrói seu trabalho em torno das relações constitutivas do “pensável” sob a forma “[...] de uma abordagem teórica materialista do funcionamento das representações e do ‘pensamento’ nos processos discursivos” (PÊCHEUX, 2014, p. 115).

O autor menciona pares de oposições que o pensamento idealista, como o neopositivista, englobam. O par necessidade/contingência se encontra atravessado pelo par objeto/sujeito, o qual toma no empirismo lógico a forma de oposição a dois “construção lógica”/“observáveis”, onde um dos termos é “[...] constituído pelo corpo de observações de um sujeito descritas na linguagem ‘concreta’ de ‘situação’ [...] e onde o outro termo corresponde às relações hipotético-dedutivas concebidas como a própria base da abstração científica”.

Nessa perspectiva, a língua “logicamente perfeita”, na qual existiriam relações pensadas, esvaziadas de todo “ser”, traria a Lógica como núcleo da ciência, conforme destacamos anteriormente. O sujeito e sua relação com aquilo que o representa, aliás, é tratado por Pêcheux com um olhar de “sempre-já dado” pela concepção idealista. Mas o autor defende que não se deve observar o sujeito ideológico dessa maneira. Com isso, não seria possível dispensar uma “teoria (não subjetivista) da subjetividade” (PÊCHEUX,

2014, p. 121), a partir da qual seria possível fundar “[...] uma teoria (materialista) dos processos discursivos e, por essa via, indicar as posições relativas dos caminhos percorridos, ou, para retomar outra imagem, unir os fios entre si” (PÊCHEUX, 2014, p. 125).

A concepção idealista do sujeito, mencionada por Pêcheux, está presente no que chama de “primeira época da análise de discurso” (AD-1), na qual este se encontra inserido em uma maquinaria discursivo-estrutural. Metodologicamente, esta fase supõe a possibilidade de dois gestos sucessivos. O primeiro buscaria, segundo Pêcheux (1997, p. 312), “[...] reunir um conjunto de traços discursivos empíricos (‘corpus de sequências discursivas’) fazendo a hipótese de que a produção desses traços foi, efetivamente, dominada por uma, e apenas uma, máquina discursiva (por exemplo, um mito, uma ideologia, uma episteme)”. O segundo possibilitaria “[...] construir, a partir desse conjunto de traços e através de procedimentos linguisticamente regulados, o espaço da distribuição combinatória das variações empíricas desses traços”, assim, “[...] a construção efetiva desse espaço constitui um gesto epistemológico de ‘ascensão’ em direção à estrutura desta máquina discursiva que supostamente as engendrou”.

Essa ideia de uma “maquinaria discursiva” reside, justamente, na visão do discurso como o resultado de determinadas condições de produção estáveis e homogêneas, o que torná-lo-ia algo fechado em si. Ao observar um corpus de sequências discursivas (por exemplo, discursos políticos sob a forma de discursos teórico-doutrinários), poder-se-ia notar suas características e sua autodeterminação. A implicação disso é que os sujeitos “[...] acreditam que ‘utilizam’ seus discursos quando na verdade são seus ‘servos’ assujeitados, seus ‘suportes’” (PÊCHEUX, 1997, p. 311). O sujeito teria a ilusão da autonomia, de ser a origem de seu dizer. Mas quem realmente diz, nesta concepção, é uma instituição, um mito, uma ideologia, e não o sujeito em si, por isso a noção de assujeitamento. Tal período toma a obra de Althusser como base para observar as interpelações ideológicas no sujeito.

Portanto, na AD-1, a partir do procedimento citado, um corpus fechado de sequências discursivas – em condições de produção supostamente estáveis e homogêneas – é analisado em etapas fixas e reguladas teórica e metodologicamente, as quais levam a construir identidades parafrásicas que refletiriam esse sujeito ideológico. Esses elementos parafrásicos permitiram, com isso, encontrar a estrutura geradora desse processo.

O assujeitamento é visto no fato de não poder reduzir o discurso a uma autonomia sobre a própria subjetividade, mas as “máquinas discursivas” seriam a verdadeira origem

predominante delas. Nesta perspectiva fechada em si mesma, o *outro* fica reduzido ao *mesmo*, uma vez que ele seria produto do mesmo processo discursivo do *eu*, da mesma “máquina discursiva”.

Na segunda época da análise do discurso (AD-2), o objeto da AD passa para as relações entre as “máquinas” discursivas, as quais se encontram em uma relação de forças desiguais. Nesse contexto, ganha destaque a noção de formação discursiva (FD), tomada de empréstimo de Foucault, cuja implicação foi começar a explodir a noção de máquina estrutural inexorável.

Isso ocorre pelo fato de que uma FD não é um espaço estrutural fechado, “[...] pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo sob a forma de ‘preconstruídos’ e ‘discursos transversos’)” (PÊCHEUX, 1997, p. 314). Ou seja, a AD desloca-se da análise de uma máquina completamente fechada em si para a consideração que ela se relaciona com o exterior, com outras máquinas. Esta relação passa a integrar os estudos.

Engloba-se também a noção de interdiscurso, introduzida “[...] para designar ‘o exterior específico’ de uma FD enquanto este irrompe nesta FD para constituí-la em lugar de evidência discursiva, submetida à lei da repetição estrutural fechada”, o que leva o autor a considerar que “[...] o fechamento da maquinaria é pois conservado, ao mesmo tempo em que é concebido então como o resultado paradoxal da irrupção de um ‘além’ exterior e anterior” (PÊCHEUX, 1997, p. 314). Essa irrupção apontada pelo autor são os discursos anteriormente assimilados pelo sujeito, os quais influenciam a emergência e as (res)significações naquilo que é dito por este. Implícita ou explicitamente, eles emergem no dizer: “[...] o interdiscurso enquanto discurso-transverso atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído”, sendo que este “[...] fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito falante’, com a formação discursiva que o assujeita” (PÊCHEUX, 2014, p. 154).

Ou seja, a incorporação das noções de FD e interdiscurso deslocam a ideia da máquina produtora de discursos fechada em si (uma ideologia, uma instituição que falariam por si), passando para as relações com outras “máquinas”. Por estas relações, as distintas posições que o sujeito ocupa podem estar presentes concomitantemente no mesmo processo discursivo.

Com isso, pelo viés da AD-2, o sujeito do discurso continua concebido como efeito de assujeitamento, mas agora à maquinaria da FD com a qual ele se identifica. Ele deixa de ser visto como um “suporte” ou “servo” do discurso de uma teoria, instituição, etc., passando-se a considerar que ele pode enunciar a partir de diversos lugares (por exemplo, o lugar do político, do jornalista, do professor, etc.) e, com isso, é interpelado por essas funções desempenháveis em distintas práticas.

O procedimento metodológico pouco se altera em comparação à AD-1. O ponto mais relevante é a mudança da justaposição dos elementos do corpus, passando para um aspecto que irá “[...] trabalhar sistematicamente suas influências internas desiguais” (PÊCHEUX, 1997, p. 315). Ou seja, passa-se da análise de um corpus fechado em si para a avaliação da relação com os outros, o que permite focalizar tais influências desiguais. Apesar da abertura, nota-se, com isso, que ainda há um enclausuramento.

Enclausuramento rompido pelo deslocamento operado na concepção do sujeito, da memória e dos processos de produção na AD-3. A partir desta, ocorre a desconstrução da noção de maquinaria discursiva estrutural, assim como o procedimento teórico-metodológico da AD por etapas. Isso acontece pela percepção da impossibilidade de imaginar condições de produção amplamente estáveis que garantiriam uma homogeneidade enunciativa no corpus.

A desconstrução também passa, de maneira considerável, pela significativa transformação do modo como o sujeito entra nessas relações. A incorporação da noção lacaniana do inconsciente passa a influenciar sobremaneira os estudos da AD-3. Assim, o “outro” entra pertinentemente nos processos de análise, deixando de ser apenas uma extensão do mesmo:

[...] desenha-se a insistência de um “além” interdiscursivo que vem, aquém de todo autocontrole funcional do “ego-eu”, enunciador estratégico que coloca em cena “sua” sequência, *estruturar* esta encenação (nos pontos de identidade nos quais o “ego-eu” se instala) ao mesmo tempo em que a desestabiliza (nos pontos de deriva em que o sujeito passa no outro, onde o controle estratégico de seu discurso lhe escapa) (PÊCHEUX, 1997, p. 316-317)

Dessa maneira, o sujeito não tem o domínio completo sobre seus discursos, assim como não pode ser “enquadrado” em uma estrutura homogênea. E o Outro, como colocado por Lacan, sempre se encontra em relação com o sujeito. Destaca-se o fato de que, ao enunciar, este está submetido às estruturas da língua(gem) e também aos sentidos

construídos pela memória e pelo contexto histórico-social, sendo que todos esses elementos intervêm sobre si. A alteridade está plenamente presente nesse modo de observar os processos discursivos. Da mesma maneira, as repetições, os esquecimentos, os equívocos e diversos outros elementos representam marcas desse inconsciente que se estrutura em linguagem. Vale lembrar também da relevância do deslizar da cadeia significativa, a qual abordamos anteriormente, para a significação e todo o processo discursivo.

Essas questões estão traçadas em “Discurso: estrutura ou acontecimento”, no qual Pêcheux (2008) trabalha a articulação entre os dois elementos pontuados no subtítulo da obra. A questão teórica levantada por ele passa a ser a do estatuto das discursividades “[...] que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc.) e formulações irremediavelmente equívocas” (PÊCHEUX, 2008, p. 28).

Essa relação “resposta unívoca” e “formulações equívocas” fica evidente no exemplo do enunciado “Ganhamos” (“On a gagné”, em francês), que atravessou a França no dia 10 de maio de 1981, após consolidação da vitória eleitoral do candidato François Mitterrand, do Partido Socialista. Considerando o “[...] ângulo em que aparecem através da mídia, os resultados eleitorais apresentam a mesma univocidade lógica”, uma vez que “[...] o universo das porcentagens de resultados, munidos de regras para determinar o vencedor é ele próprio um espaço de predicados, de argumentos e relações logicamente estabilizados”. Ou seja, o resultado em si é um acontecimento lógico, comprovado pela maioria dos votos recebido pelo candidato. Assim, a proposição “F. Mitterrand foi eleito presidente da República” tornou-se uma proposição verdadeira após o encerramento da apuração, este é um fato incontestável (PÊCHEUX, 2008, p. 23). Contudo, o enunciado “On a gagné” é opaco:

[...] Sua materialidade léxico-sintática (um pronome ‘indefinido’ em posição de sujeito, a marca temporal-aspectual de realizado, o lexema verbal ‘gagner’ [‘ganha’], a ausência de complementos) imerge esse enunciado em uma rede de relações associativas implícitas – paráfrases, implicações, comentários, alusões, etc – isto é, em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável (PÊCHEUX, 2008, p. 23).

O que o autor evidencia ao salientar as associações implícitas ao referido enunciado é a opacidade e também as formulações equívocas cabíveis. A respeito do

sujeito, pode-se refletir sobre quem ganhou. Entre as respostas, adentram postulações como “o povo da França”, “militantes dos partidos de esquerda”, “aqueles que apoiaram o Programa Comum” etc. Esse efeito ocorre em função do apagamento do agente no enunciado.

O complemento do enunciado também faz emergir algumas suspeições: afinal, ganhou-se o quê, como, por quê? Mesmo que a vitória seja aclamada sem os complementos, estes não estão alheios. É possível pensar “ganhamos todo o processo eleitoral”, “ganhamos por sorte”, “ganhamos terreno sobre o adversário”, etc. No contexto específico, “[...] a esquerda toma o poder na França” é uma paráfrase plausível do enunciado-fórmula ‘on a gagné’ [‘ganhamos’], no prolongamento do acontecimento” (PÊCHEUX, 2008, p. 26).

O evento em si – neste caso, a eleição presidencial francesa – é o “real”. Sobre este conceito, o autor pondera que o indivíduo não o descobre, mas “[...] se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra” (PÊCHEUX, 2008, p. 29). Contudo, quando atravessado pela percepção e produção languageira, esse real ganha diversos contornos simbólicos. É com base nisso que Pêcheux afirma que mesmo os espaços discursivos “logicamente estabilizados” são transpassados por representações.

Dessa forma, o domínio das matemáticas e das ciências da natureza lidam com o real quando encontram a solução de um problema. As técnicas materiais para resolvê-los se opõem às técnicas de “adivinhação” e “interpretação”, instrumentalizando-os. A elas, ainda, soma-se a multiplicidade de “técnicas” de gestão social dos indivíduos: aquelas que visam “[...] marcá-los, identificá-los, classifica-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos, a fim de colocá-los no trabalho, a fim de instruí-los, de fazê-los sonhar ou delirar, de protegê-los e de vigiá-los” (PÊCHEUX, 2008, p. 30).

Tais espaços criam um tipo de “coerção lógica disjuntiva”, ou seja, é impossível que alguém seja solteiro e casado, que tenha diploma e não o tenha, que esteja trabalhando e que esteja desempregado, etc. Esse tipo de coerção nega a ideia da interpretação, utilizando essas proposições lógicas (Verdadeiro ou Falso) e interrogações disjuntivas (o estado é A ou não-A?). As evidências lógico-práticas desse tipo de enunciado, contudo, são atravessadas por equívocos, “[...] em particular termos como lei, rigor, ordem, princípio, etc que ‘cobrem’ ao mesmo tempo [...] o domínio das ciências exatas, o das tecnologias e o das administrações” (PÊCHEUX, 2008, p. 32).

O efeito dessas construções cria uma “[...] falsa-aparência de um real natural-social-histórico” e fazem com que o sujeito pragmático – ou seja, “[...] cada um de nós, os ‘simples particulares’ face às diversas urgências de sua vida” (PÊCHEUX, 2008, p. 32- 33) – tenha uma enorme necessidade de homogeneidade lógica que se faz presente nos modos de gestão cotidiana (organizações como chaves, agendas, porta-notas etc.) até nas decisões morais (devo fazer isso ou aquilo, como se fossem as duas únicas opções e, necessariamente, excludentes). Consequentemente, cria-se uma falsa aparência de um real que deve se realizar de um modo ou de outro, como uma polarização lógica. Essas construções representam uma espécie de “ciência régia” quase tão rigorosa quanto as exatas-naturais, o que faz com que as percepções sobre o “real” entrem nesse jogo de estruturas:

[...] O projeto de um saber que unificaria esta multiplicidade heteróclita das coisas-a-saber em uma estrutura representável homogênea, a ideia de uma possível ciência da estrutura desse real, capaz de explicitá-lo fora de toda falsa-aparência e de lhe assegurar o controle sem risco de interpretação (logo uma auto-leitura científica, sem falha, do real) responde, com toda evidência, a uma urgência tão viva, tão universalmente “humana”, ele amarra tão bem, em torno do mesmo jogo dominação/resistência, os interesses dos sucessivos mestres desse mundo e os de todos os condenados da terra... que o fantasma desse saber, eficaz, administrável e transmissível, não podia deixar de tender historicamente a se materializar por todos os meios (PÊCHEUX, 2008, p. 35)

Contudo, essas ligações não podem ser encaradas como um simples processo lógico. É preciso refletir sobre o real fora dessas interpretações logicamente estáveis e que levar em consideração, inclusive, que ele pode existir sem ser conscientemente percebido e transmitido. Em outros termos, que o fato apreendido pode produzir efeitos no inconsciente do sujeito e esses efeitos gerarem novas ações e significações.

Os primeiros movimentos que buscaram analisar o entrecruzamento entre linguagem e história trouxeram novas práticas que permitiram “[...] multiplicar as relações entre o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro modo, a fim de se colocar em posição de ‘entender’ a presença de não-ditos no interior do que é dito” (PÊCHEUX, 2008, p. 44).

Pêcheux (2008, p. 45) menciona Althusser para destacar que o movimento das teorias de Freud sobre o inconsciente levou a um entendimento de que, a partir daí, passou-se a “[...] suspeitar do que escutar, logo do que falar (e calar) quer dizer: que este

‘quer dizer’ do falar e escutar descobre, sob a inocência da fala e da escuta, a profundidade determinada de um fundo duplo, o ‘quer dizer’ do discurso do inconsciente”, conforme o filósofo francês. Esse golpe ao narcisismo da consciência humana – sobre a percepção de que o sujeito possuiria domínio sobre o que diz e cala, como abordamos anteriormente –, contudo, leva a caminhos que trazem novas bases e visam impedir o enraizamento a um outro narcisismo: o das análises das estruturas que ignorariam a posição de interpretação. Esta anulação da interpretação que daria a essa perspectiva teórica “[...] ares de um discurso sem sujeito, simulando os processos matemáticos” (PÊCHEUX, 2008, p. 47) passa a ser desmistificada com a recepção de trabalhos como os de Lacan, Foucault e Derrida.

Com os novos meandros, as descrições – de objetos, acontecimentos ou algum arranjo discursivo-textual – “[...] está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua”, conforme pontua o autor. Para ele, isso leva a constatar que “[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”. Ponderação esta que podemos ligar ao deslizar da cadeia significante e aos momentos de parada dos pontos de estofo, os quais entrelaçam a significação. E é nesta instância que a interpretação ganha lugar, já que “[...] todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis”. Nesse espaço é que a análise de discurso irá trabalhar, assim

[...] a descrição de um enunciado ou de uma sequência coloca necessariamente em jogo (através da detecção de lugares vazios, de elipses, de negações e interrogações, múltiplas formas de discurso relatado...) o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa sequência. Esse discurso-outro, enquanto presença-virtual na materialidade descritível da sequência, marca, do interior desta materialidade, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico. E é nisto que se justifica o termo de disciplina de interpretação, empregado a propósito das disciplinas que trabalham neste registro (PÊCHEUX, 2008, p. 54-55).

Pela observação anterior, considera-se que a concepção estrutural de uma discursividade geraria o apagamento do acontecimento, uma vez que haveria uma espécie de interpretação balizada por uma grade de leitura. Como aponta Pêcheux (2008, p. 56), caminhar por uma linha que busca observar aspectos não mensuráveis não se trata de uma pretensão que considera que todo discurso é um aerólito miraculoso, independente da

memória e dos trajetos sociais, mas que os equívocos e deslocamentos mencionados anteriormente estão plenamente inseridos na análise. Com isso, supõe que, “[...] através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto, como efeitos de identificação assumidos e não negados” (PÊCHEUX, 2008, p. 57).

A proposta, com isso, insere uma visada que fura as margens rigorosas de uma suposta ciência régia que determinaria apenas um caminho possível ou pré-determinado. Os acontecimentos, observados segundo sua relação com o espaço e com as interpretações que o envolvem, devem ser analisados considerando os deslocamentos e alternâncias. Em função desses vínculos, passa-se a ter o cuidado de lucubrar a irreducibilidade da linguagem à lógica, assim como é preciso inserir o simbólico em uma relação com o real e o imaginário.

4.2 A tessitura da narrativa no jornalismo de dados: por uma antropofagia de sua concepção

Diante da normatização das relações sociais por tecnologias, Pêcheux (2015, p. 68) sublinha a existência de uma significativa diferença de essência entre a produção de resposta por um mecanismo artificial, o qual possui uma estrutura pré-inscrita, e aquela cuja construção não se encontra prefigurada em nenhuma parte. Para exemplificar esse pensamento, cita Canguilhem (1980, p. 11) em uma comparação que ilustra tal proposta:

[...] calcular a trajetória de um foguete espacial vem do computador. Formular a lei da atração universal é uma performance que não vem dele. Não há invenção sem consciência de um vazio lógico, sem tensão em direção a um possível, sem risco de enganar. Quando perguntaram a Newton como ele tinha encontrado o que ele buscava, ele teria respondido: “pensando sempre nisso”. Qual sentido é preciso reconhecer nesse isso? Qual é esta situação de pensamento em que se visa o que não se vê? Que lugar atribuir a isso em uma maquinaria cerebral que seria montada para colocar em relação dados sob a coerção de um programa? Inventar é criar a informação, perturbar hábitos de pensar, o estado estacionário de um saber.

Essa reflexão se agrupa ao eixo que designamos para esta pesquisa por intentarmos refletir sobre o jornalismo de dados para além da ideia de construção de uma narrativa unívoca. Assim como consideramos que seu material constituinte essencial – as

bases de dados – representam um produto cultural, tanto nas suas etapas de elaboração e organização quanto nas leituras feitas a partir delas.

Conjuntamente a isso, os processos de comunicação se formam de maneira amplamente complexas, no sentido que abordamos anteriormente com base em Morin. Para refletirmos a esse respeito, emprestaremos a perspectiva das três mimeses segundo Paul Ricoeur (2010). O propósito de levantá-la é a busca pela reflexão sobre as diferentes composições e entendimentos que o jornalismo de dados pode suscitar.

O autor elabora tais apreciações aplicando-as à narrativa das Confissões de Santo Agostinho, livro autobiográfico do teólogo e filósofo cristão, e da Poética de Aristóteles. Por mais que se trate de uma construção distinta das analisadas por Ricoeur (2010), consideramos que o jornalismo também se caracteriza como uma narrativa na qual o narrador pode tanto se esforçar para aumentar a distância de sua presença – buscando modos de enunciar que criem um efeito de apagamento, como por meio do uso de terceira pessoa e de argumentos lógicos – quanto encurtá-la ao participar ativamente da narração. As duas maneiras estão presentes em produções do jornalismo de dados. Um exemplo da primeira são as produções que trazem textos em terceira pessoa, muitas vezes com gráficos e ilustrações, entrevistas com especialistas que dão voz aos dados etc. Sobre a segunda, é bastante comum quando jornalistas que trabalham nesse setor emitem suas opiniões em comentários e colunas de opinião.

Nosso foco no presente trabalho está voltado ao primeiro modelo. Sua primazia por elaborações mais descritivas e que cunham efeitos de real e objetividade o caracteriza por fazer com que o jornalista transpareça uma posição de mediador entre o fato e o receptor. Entretanto, como veremos, a criação e a recriação da realidade do acontecimento são processos que envolvem condições muito mais amplas.

Ricoeur (2010, p. 85) aponta o tempo e a tessitura da intriga como determinantes em toda narrativa, mantendo uma relação não acidental, uma vez que “[...] o tempo torna-se humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal”. O modelo das três mimeses trabalha essa dimensão e, importante destacar, não se refere a um sinônimo de imitação ou cópia. Como veremos, representam processos com experiências e mediações mais complexas, que não se atrelam a uma reprodução fiel ao “real”.

No que se refere ao jornalismo, lembremo-nos que ele abarca as relações humanas em seus dramas, tragédias, comédias, enfim, nas mais diversas interações com a cultura – em seus diferentes modos – e com o mundo físico e biológico. Assim, os vínculos entre

suas narrações e a experiência temporal estabelecem conexões com a rede esmiuçada por Ricoeur em seus estudos.

A proposta do autor observa a estrutura interna das obras por ele escolhidas, mas também expõe a potencialidade delas se projetarem externamente. Tal combinação marca profundamente o pensamento de Ricoeur. Abordemos, primeiramente, o funcionamento e as divisões elencadas para compreender esse funcionamento. O núcleo do conceito fica a cargo da mimese II por sua função de mediação entre o antes (a prefiguração do campo prático) e o depois (a refiguração pela recepção da obra).

Esse antes (a mimese I) envolve uma pré-compreensão do mundo e da ação, as quais se envolverão em significações que exigem “[...] a aptidão de identificar o que eu chamo de as *mediações simbólicas* da ação, num sentido da palavra símbolo que Cassirer tornou clássico e que a antropologia cultural, da qual tomarei emprestado alguns exemplos, adotou” [grifo do autor] (RICOEUR, 2010, p.88). Nesse sentido, a compreensão prática dos acontecimentos envolve relações de intersignificação entre elementos que “[...] sobrevivem nas respostas às questões que podem ser classificadas em questões sobre o 'que', o 'por que', o 'quem', o 'como', o 'com' ou o 'contra quem' da ação” (RICOEUR, 2010, p. 89). Questões estas, aliás, que também norteiam parte da composição-base utilizada por jornalistas para identificar as informações essenciais para preparação de suas narrativas.

A competência narrativa também pressupõe, por parte do narrador e do receptor, a familiaridade com a composição estrutural – por exemplo, reconhecendo que “[...] X faz A nestas ou naquelas circunstâncias e levando em conta o fato de que Y faz B em circunstâncias idênticas ou diferentes” (RICOEUR, 2010, p. 90) – e, mais do que isso, com o reconhecimento de traços discursivos que distinguem a narrativa de uma simples sequência de frases de ação. Ou seja, os sujeitos envolvidos nesse processo devem possuir a capacidade de compreender a disposição dos fatos (esse encadeamento de frases) dentro da ação total constitutiva do acontecimento narrado.

Ricoeur (2010, p.91) também salienta o fato de que se “[...] a ação pode ser narrada, é porque ela já está articulada em signos, regras, normas: é, desde sempre, *simbolicamente mediatizada*” [grifo do autor]. Essa percepção sublinha o caráter público da articulação significante, ou seja, o fato de existir um contexto cultural que possibilita a compreensão de uma narrativa, uma vez que existem padrões que balizam seu entendimento. De acordo com a conjuntura cultural, portanto, determinada ação pode receber certas interpretações que não seriam viáveis em outro cenário, inclusive no que

se refere a juízos éticos. Por exemplo, o gesto de levantar a mão pode ser entendido como uma forma de saudação, de chamar um táxi ou de votar, de acordo com a situação (RICOEUR, 2010, p. 93). Da mesma forma, levantar o polegar pode ser um pedido de carona, um aceno de confirmação ou um cumprimento. A recepção de determinada dança religiosa compreende diversas significações para alguém que compartilha dessa crença e não possui as mesmas conotações para quem não conhece a prática.

Com isso, “[...] um sistema simbólico fornece assim um *contexto de descrição* para ações particulares [...] Desse modo, o simbolismo confere à ação uma primeira *legibilidade*” [grifos do autor] (2010, p. 93). A mimese I, portanto, é uma pré-compreensão sobre o que ocorre com o agir humano com sua semântica, com sua simbólica, com sua temporalidade (RICOEUR, 2010, p. 101). Nas análises dos materiais que utilizam o jornalismo de dados, poderemos ver o quanto tais variáveis figuram nas escolhas das bases de medidas e dos direcionamentos temáticos, por exemplo.

A passagem dessa primeira para a configuração da tessitura da intriga abre a mimese II, que se encontra em um papel intermediário por compreender a função de mediação entre a montante (mimese I) e a jusante (mimese III). Ela é a configuração do mundo prefigurado em narrativa. Esse mundo criado a partir da enunciação da narrativa faz mediação “[...] entre *acontecimentos* ou incidentes individuais e uma *história* considerada como um todo”, bem como “[...] *compõe juntos fatores* tão *heterogêneos* quanto agentes, fins, meios, interações, circunstâncias, resultados inesperados etc.” [grifos do autor] (RICOEUR, 2010, p. 103).

Ou seja, essa configuração da narrativa agrupa eventos singulares em um todo narrativo, colocando uma sequência de “incidentes” dentro de uma história, interligando estes dentro de uma significação: “[...] seguir uma história é avançar no meio de contingências e de peripécias sob a conduta de uma espera que encontra sua realização em uma conclusão”, fornecendo um “[...] ponto de vista do qual a história pode ser percebida como formando um todo”. Mas é importante destacar que essa conclusão não representa um todo lógico, mas deve ser “[...] aceitável, como congruente com os episódios reunidos” (RICOEUR, 2010, p. 105).

Sobretudo no caso do jornalismo, salientamos, ainda, que essa conclusão não significa, por exemplo, que uma matéria coloca um fim sobre tudo que se conhece a respeito de uma temática. Mas que, dentro desta narrativa, o agrupamento dos fatos deve ser congruente e levar a conclusões a respeito do que se enuncia. Um conteúdo sobre determinado candidato em uma eleição pode apresentar dados que apontarão certas

tendências (como previsões sobre seu mandato em caso de vitória, histórico político, possibilidades de ganhar o pleito, sobre o perfil de eleitores que deve se identificar com o mesmo etc.). Mas novos conteúdos – novas tessituras narrativas – podem agregar outras conclusões a seu respeito. Preferimos agregar a essa constatação de Ricoeur (2010) as nuances que trabalhamos anteriormente sobre o deslizar da cadeia significante de Lacan (1998).

Nessa mesma linha, outro aspecto aludido por Ricoeur (2010) é a combinação de duas instâncias temporais distintas, sendo uma cronológica e outra não-cronológica. A primeira constitui a [...] “dimensão episódica da narrativa: caracteriza a história como feita de acontecimentos. A segunda é a dimensão configurante propriamente dita, graças à qual a intriga transforma os acontecimentos *em* história” [grifo do autor] (RICOEUR, 2010, p. 104). A dimensão episódica permite perceber a sequência cronológica do evento, com episódios que sucedem um ao outro em uma ordem temporal ou, como afirma o autor, “então-e-então”. Já a configurante transforma a sucessão de acontecimentos em uma totalidade significante. Dessa forma, “[...] graças a esse ato reflexivo, a intriga inteira pode ser traduzida num ‘pensamento’, que é justamente seu ‘assunto’ ou seu ‘tema’” (RICOEUR, 2010, p. 105)

A mediação da mimese II para a mimese III marca a intersecção entre o mundo do texto e o do ouvinte/leitor. Este não consome o conteúdo de forma passiva, mas refigura a narrativa, integrando-se a ela. Nesse ato de interpretar a narrativa, portanto, ele irá atualizar sua configuração ao se identificar, refutar, estabelecer ligações com outros eventos, etc. É o leitor/ouvinte quem irá desenhar seus entendimentos e sentimentos em relação ao conteúdo, influenciado por sua própria inserção cultural e sua constituição enquanto sujeito.

A sistemática desse processo pode ser bem observada se refletirmos brevemente a respeito de uma das maiores artistas latino-americanas: Tarsila do Amaral. Mais precisamente, selecionamos o “Abaporu”, sua obra mais conhecida, para pormenorizarmos as mediações mencionadas acima. A pintora foi bastante influenciada pela arte europeia do período, sobretudo por seus estudos na França e contatos com outros artistas locais, em especial modernistas e cubistas.

Os artistas modernistas brasileiros desse período, aliás, buscavam rupturas e desenvolvimento de maior “brasilidade” nas obras. Nesse contexto, Tarsila entra em sua fase “Pau-Brasil”, incluindo cores e temas mais ligados ao cenário brasileiro e tropical, como a fauna e flora locais e outros símbolos da modernidade urbana que se desenvolvia

naquela época. São os primeiros passos que, posteriormente, desembocariam na fase “Antropofágica”, na qual criou o “Abaporu”, de 1928, principal trabalho de Tarsila.

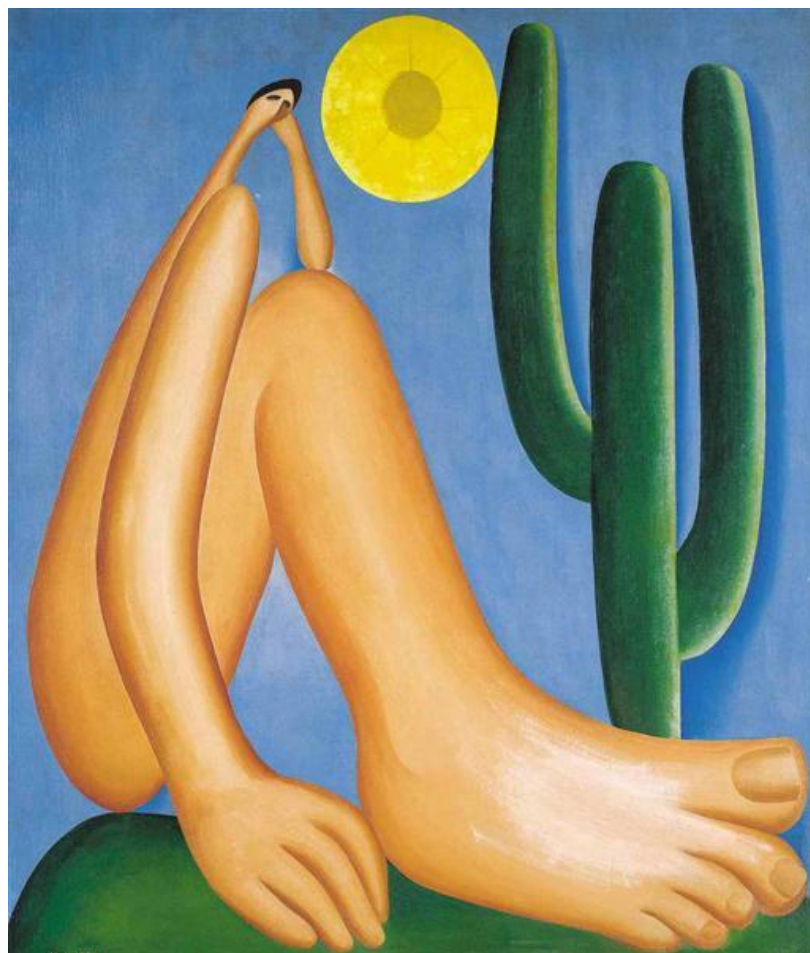


Figura 7 – Abaporu – Tarsila do Amaral (1928)

Tratava-se de um presente de aniversário pintado secretamente durante meses e destinado ao seu marido, o escritor Oswald de Andrade. Ao observar a criação de Tarsila, Oswald teria se surpreendido e declarado se tratar do “homem plantado na terra”. O escritor, então, apresentou o quadro ao poeta Raul Bopp, seu amigo particular, e ambos enxergaram uma espécie de indígena e um “homem antropófago”, uma criatura que seria capaz de devorar a cultura para se apossar da mesma e “degluti-la”, reinventando-a.

Ao ouvi-los, Tarsila teria buscado em um dicionário tupi-guarani as palavras “aba” (homem) e “poru” (que come) e, dessa forma, batizou a obra. O quadro virou símbolo do ato de absorver a arte europeia, sua deglutição e transformação em uma

manifestação com características nacionais. Sobre sua criação, a artista também trouxe algumas influências de situações da vida pessoal:

[...] Tarsila descreve o Abaporu como “uma figura solitária, monstruosa, pés imensos, sentada numa planície verde, o braço dobrado num joelho, a mão sustentando o peso-pena da ‘cabecinha-minúscula’. Em frente, ‘um cacto explodindo numa flor absurda’”. A partir de comentários de uma amiga, que dizia que suas pinturas “antropofágicas” (1928/1930) lembravam-lhe seus pesadelos, Tarsila identifica a origem de sua pintura desta fase: “Só então compreendi eu mesma que havia realizado imagens subconscientes, sugeridas por histórias que ouvira quando em criança, contadas no hora de dormir pelas velhas negras da fazenda. Segui apenas numa inspiração, sem nunca prever os seus resultados.” Aquela figura monstruosa, de pés enormes, plantados no chão brasileiro ao lado de um cacto, sugeriu a Oswald de Andrade a idéia da terra, do homem nativo, selvagem, antropófago... (AMARAL, 2004, p. 128).

Conjuntamente a isso, Tarsilinha do Amaral, sobrinha-neta da pintora, conta uma versão complementar sobre o processo de configuração de Abaporu, que teria acontecido de maneira bastante peculiar. A obra seria um autorretrato da artista. Seu relato aponta que a inspiração veio quando a pintora notou seu reflexo no espelho inclinado de seu quarto-ateliê: “[...] diante dela, havia um grande espelho [...] O reflexo, distorcido por conta da posição inclinada do espelho, mexeu com a imaginação da artista [...] No espelho, a cabeça da artista aparecia bem pequena. O pé, gigante. Seus olhos de pintora se encantaram com aquela visão inusitada, diferente, e por isso mesmo interessante” (AMARAL, 2015, p. 44). Nesse contexto, teria surgido a inspiração para o presente de aniversário de Oswald.

Por meio dessas observações a respeito da criação de Tarsila do Amaral, podemos fazer algumas breves pontuações sobre a ideia da sistemática das três mimeses. A primeira etapa abordada por Ricoeur (2010) considera o início da legibilidade por meio do sistema simbólico, o qual também é atravessado pela temporalidade. Pelo olhar da criadora da obra, isso fica nítido nas duas nuances apresentadas. Tanto a perspectiva da influência das histórias que ouviu na infância (e deixaram marcas inconscientes) quanto na visão do espelho, a artista expressou a sua legibilidade desses fenômenos, transpassando o seu real para a tela. Esse real não é uma figura com traços copiados de imagens do cotidiano – com a proporcionalidade que teria uma figura humana e mesmo as representações da natureza –, mas o real da narrativa que o sujeito Tarsila (em todas as suas instâncias) enxergava quando se colocou a enunciar.

A configuração da obra em si é a mimese II, refletindo a visão da autora sobre os acontecimentos que a marcaram e que levaram à criação, o que inclui marcas consideráveis da temporalidade. Ou seja, ocorre a tessitura dos “incidentes” vivenciados por Tarsila, considerando a costura de todos os elementos que a compõem. Entre estes, além da figura com a cabeça pequena e os pés imensos, a própria natureza e as cores utilizadas também são importantes componentes para, por exemplo, representar as características nacionais. Essas escolhas de elementos, cores e proporções também significam a busca de uma nova linguagem que marcava o movimento modernista, materializando-se na obra em questão.

Ao receber o presente de aniversário, Oswald faz a passagem para a mimese III, interpretando-a segundo sua perspectiva, assim como ocorre quando a apresenta para Raul Bopp. As interpretações que os levam a observar o “homem plantado na terra” ou o “homem antropófago”, aquele que devoraria a cultura para reinventá-la, refletem consideravelmente a busca de ambos por inserir marcas nacionais na arte.

Com isso, é possível encontrar laços entre as mimese I e III ao notar questões de identidade, representatividade nacional, inovações na linguagem etc. Contudo, evidencia-se também a intersecção entre o mundo da obra (mimese II) e do receptor (mimese III), o qual agrega novas interpretações a partir de suas perspectivas. Fato este, aliás, que auxiliou no batismo da obra e que deixou marcas consideráveis em produções artísticas posteriores. Vale ressaltar que sua narrativa continua a gerar novas interpretações por parte dos mais diversos sujeitos em diferentes contextos, temporalidades e individualidades.

Se considerarmos a versão de Tasilinha do Amaral a respeito do Abaporu, aliás, podemos trazer o “Manto Vermelho”, um autorretrato da artista, para notar as consideráveis diferenças de representação daquela que seria a mesma pessoa. Nela, Tarsila aparece trajando um vestido de camurça vermelho, do estilista Jean Patou, usado durante uma festa em homenagem a Santos Dumont em Paris. Nota-se considerável diferença em comparação ao Abaporu, sobretudo por seus traços mais proporcionais ao que se costuma denominar como “real”, assim como os padrões de cores bastante distintos.

O fato de possuir essa característica mais próxima a uma fotografia não significa que se trata de uma visão proporcionalmente mais precisa de quem é a artista em comparação à figura do Abaporu. Neste, como apontado anteriormente, Tarsila expressa, por exemplo, sua identificação com as cores e outras simbologias nacionais. Nessa linha

de raciocínio, é possível notar duas narrativas distintas a respeito do mesmo sujeito, como uma mesma história observada por ângulos distintos. O que intentamos com essa referência não é buscar exatamente o que se passou na mente da artista no momento da elaboração da obra para mostrar suas reais inspirações e intenções, mas notar as distintas possibilidades existentes em todo o processo narrativo. A antropofagia do estudo das narrativas refere-se à saída da busca por uma estrutura capaz de conduzir todas as obras, assim como considerar a importância de seu contexto temporal e cultural de produção e também de recepção.



Figura 8 – Manto vermelho – Tarsila do Amaral (1923)

Nesse sentido, por mais que sejam vieses distintos, também podemos refletir sobre o funcionamento do jornalismo de dados nessa sistemática. O desenvolvimento passa pelas próprias bases de dados (BDs) que guiam essas produções e também por sua

recepção que levará à construção do material jornalístico. A sistemática da mimese, portanto, passa pelas duas etapas.

Primeiramente, com as questões, fatos, incidentes, conteúdos ou outras acepções (mimese I) que levarão à percepção de necessidade e/ou potencialidade de criação de uma BD. Esta pode ser feita por um instituto de pesquisa, órgão governamental, veículo de comunicação ou desenvolvidas por outras instituições ou sujeitos. Posteriormente, a materialização das BDs (mimese II) por meio de sua configuração (como os dados serão coletados, quais metodologias serão utilizadas para isso, a ordenação das categorias para sistematização e a própria confecção), passando para a recepção e interpretação dessas BDs, que pode ser realizada com a finalidade jornalística.

A etapa da configuração em conteúdo engloba o contato com essas bases de dados e outros elementos (mimese I) que irão compor ou influenciar a elaboração do material jornalístico. Pode ser um ou o conjunto de elementos, como fatos, eventos, leitura de outros conteúdos, entrevistas, comentários sobre a temática etc. que levaram a refletir sobre o assunto. A escolha dos dados dentre todo o universo disponível, os cruzamentos, a escolha dos entrevistados, personagens, gráficos e a própria redação do conteúdo (mimese II) traduzir-se-ão na tessitura da narrativa. Esta passará pelos receptores (mimese III), os quais agregarão seu próprio contexto e suas virtualidades à concepção da notícia.

Quadro 1 – Mimese e jornalismo de dados – autoria própria (2021)

	BASES DE DADOS	JORNALISMO DE DADOS
MIMESE I	Questões, fatos, incidentes, conteúdos que configuram as acepções que levarão à percepção de necessidade e/ou potencialidade de criação de bases de dados.	O contato com as bases de dados e outros elementos que irão compor ou influenciar a elaboração do material jornalístico. Pode ser um ou o conjunto de elementos, como fatos, eventos, leitura de outros conteúdos, entrevistas, comentários sobre a temática etc. que levaram a refletir sobre o assunto.
MIMESE II	A materialização das bases de dados por meio de sua configuração. Incluem-se a forma como os dados serão coletados, quais metodologias serão utilizadas para isso, a ordenação das categorias para sistematização e a própria confecção da base de dados.	A escolha dos dados dentre todo o universo disponível, os cruzamentos entre eles, a escolha dos entrevistados, personagens, gráficos e a própria redação do conteúdo traduzir-se-ão na tessitura da narrativa.
MIMESE III	A recepção e interpretação dessas bases de dados, que pode ter a finalidade jornalística.	O material será consumido pelos receptores, os quais agregarão seu próprio contexto e suas virtualidades à concepção da notícia.

Graficamente, podemos representar esse processo conforme o diagrama abaixo. No que se refere às bases de dados, observamos o surgimento da mimese I (MI-BD), a qual levará à criação da mesma (MII-BD). Esta será interpretada por um sujeito, o que nos guia à mimese III (MIII-BD). Esta última etapa pode representar uma nova MI-BD se o(s) receptor(es) em questão buscar(em) a criação de uma nova base de dados para aquilo que objetiva(m). Outra possibilidade é que a MIII-BD seja o alicerce para a concepção de uma narrativa do jornalismo em base de dados. Neste caso, o sujeito que a interpreta passa para a MI-JD. Com isso, utilizar-se-á das informações desta e/ou buscará mais informações para elaborar uma narrativa (MII-JD), a qual será consumida por outro(s) sujeito(s) (MIII-JD). Este(s) também pode(m) reiniciar o processo, concebendo uma nova base de dados ou uma nova narrativa jornalística em base de dados.

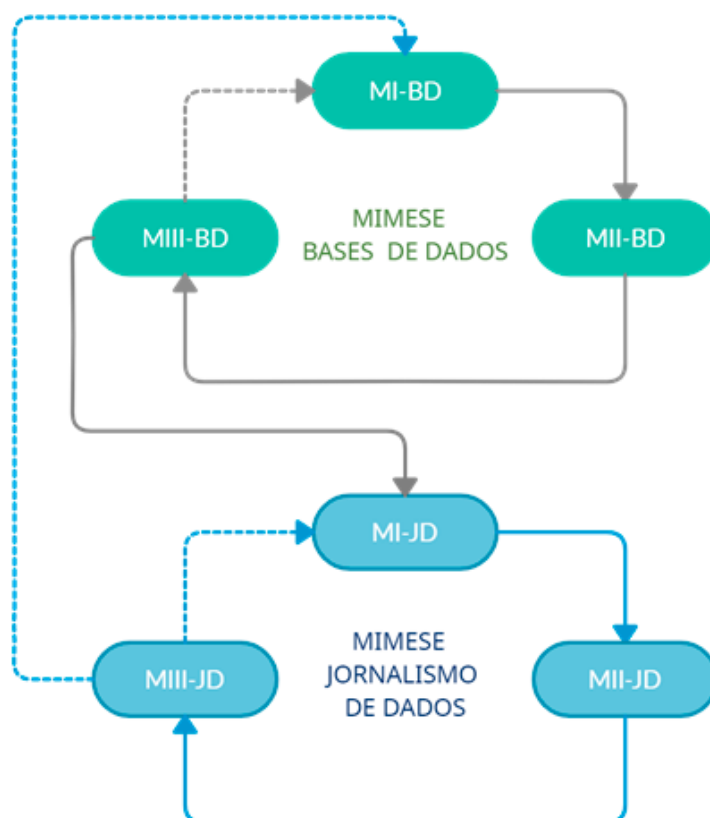


Figura 9 – Mimese no jornalismo de dados – autoria própria (2021)

A reflexão a respeito dessas configurações se liga ao objetivo desta pesquisa ao considerar que o jornalismo em base de dados (re)constrói os acontecimentos a partir de sua narrativa, trazendo novas acepções. Mais do que isso, consideramos que ele passa pelos processos aqui descritos, o que inclui o sujeito e sua constituição em todas as etapas de elaboração.

A analogia de fazer uma antropofagia do jornalismo de dados representa tirá-lo da concepção de maior objetividade em comparação com outras formas de jornalismo, passando a conferir mais atenção a todas as suas etapas de elaboração. Isso permite deglutir tanto a(s) temática(s) quanto toda a sistemática de produção para transformar esse processo. Desse modo, o foco não estará na busca por uma verdade direcionada, mas nos elementos narrativos e na forma como eles, em conjunto com os contextos socioculturais, trabalham na significação e suas possibilidades interpretativas. Ou seja, trata-se de dar a devida atenção à constituição semântica em interação com seu ambiente de produção e recepção.

Não pretendemos criar uma sistemática única que se aplique a quaisquer produções ligadas ao jornalismo de dados de modo que se possa colocar todas elas em

uma mesma estrutura. O que intentamos propor é um modo de observação de suas configurações que considere as características próprias e contextos nas quais se encontram inseridas.

Com esse propósito, no que se refere ao acontecimento, analisamos três instâncias que notamos repetidamente presentes nos materiais observados ao longo do período de realização desta pesquisa: a construção da memória, as relações de poder-saber e os modos de legitimação. Utilizaremos estas relações para fins didáticos, lembrando que não são as únicas possíveis no jornalismo em base de dados. A proposta de elencar essas nuances objetiva investigar se e como as narrativas configuram os acontecimentos.

Dentro desses eixos, notamos como se constroem o direcionamento temático, os sujeitos e instituições envolvidos nessas produções, as bases de medidas para os dados, além da inserção do receptor em algumas das produções. A partir de cada um desses elementos, direcionamos algumas questões capazes de nos revelar as configurações dos acontecimentos em questão.

A respeito dos sujeitos presentes nas matérias analisadas, lançamos as seguintes questões, sempre considerando o papel dos dados: como esses personagens são (re)construídos e de que modo os dados ligam-se a esse processo? Há recursos particulares utilizados para a inserção do leitor na narrativa? As respostas compõem o capítulo 5 deste trabalho.

Sobre os direcionamentos temático, esmiuçado no capítulo 6, a primeira pergunta que norteou as análises foi: quais direcionamentos são dados às temáticas, considerando os dados como elementos centrais nessas narrativas? Na sequência, também observamos esses direcionamentos nos gráficos e infográficos, questionando: as construções gráficas podem produzir sentido dentro do jornalismo de dados? E de que modo isso ocorre?

Já os sites selecionados para fins de análise foram a Folha de S. Paulo²¹ e o Nexo²² no Brasil, além do La Nacion²³ e do Chequeado²⁴ na Argentina. A motivação dessas escolhas se deve ao fato de serem veículos de grande acesso em seus respectivos países, bem como por trabalharem com produções do âmbito do jornalismo de dados com grande frequência e, inclusive, possuírem equipes especializadas na área. Isso proporcionou a possibilidade de selecionarmos notícias de diversas temáticas, o que

21 Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br>>

22 Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br>>

23 Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar>>

24 Disponível em: <<https://chequeado.com>>

permitiu observar seus usos e construções narrativas em variadas situações, conforme veremos nos próximos capítulos. Acompanhamos as produções desses sites entre os anos de 2016 e 2021. A partir disso, fizemos um recorte por eixos temáticos e partimos para uma análise prévia das publicações para observarmos suas características, tendo como princípio norteador a nossa pergunta de pesquisa. Na sequência, apresentamos algumas dessas que serviram de amostragem empírica para testarmos nossa hipótese.

Destacamos, ainda, que o Nexo e o Chequeado se caracterizam por terem como foco principal de trabalho a produção de conteúdo com análise e contextualização de dados. O brasileiro integra o projeto Credibilidade, vinculado ao consórcio global de organizações de mídia Trust Project, cujo “objetivo é implementar padrões de transparência que ajudem o público a avaliar a qualidade e a confiabilidade do jornalismo e, assim, a fazer escolhas bem informadas”, colocando-se como “[...] um jornal digital, lançado em novembro de 2015, com o objetivo de trazer contexto às notícias e ampliar o acesso a dados e estatísticas”. Ainda afirma que sua principal motivação é “[...] produzir um jornalismo que contribua para um debate público qualificado e plural, e que seja capaz de fortalecer a democracia brasileira”, enquanto seus princípios editoriais englobam “[...] equilíbrio, clareza e transparência” (NEXO, 2021).

Também consideramos importante destacar alguns pontos sobre os modos como o Nexo enxerga a construção de suas narrativas: “[...] a escolha dos temas tratados no Nexo atende aos critérios de interesse público do assunto; originalidade da abordagem; oportunidade para oferecer explicação e contexto que qualifiquem o debate público” (NEXO, 2021). Além disso, apontam também considerar a capacidade do leitor: “[...] pluralidade de temas e abordagens; iniciativas ou projetos que possam trazer novas habilidades e/ou conhecimentos ao leitor”. E como consideram os elementos que irão compor suas produções: “[...] a escolha do formato também é decisiva. Para o Nexo, cada história tem uma vocação. Há histórias que só funcionarão se contadas em gráfico. Outras, em vídeo, texto, interativo, áudio ou outro formato”.

Sobre os modos de contar os acontecimentos, o site destaca os elementos que julga essenciais em suas abordagens: “[...] a contextualização dos fatos, o momento em que eles ocorrem e o histórico relacionado a eles são fundamentais para que o Nexo possa qualificar o debate público. O uso de subtítulos e outras peças valorativas, como frases e listas, é recomendado”. Também indicam que a elaboração dos títulos “[...] sempre vão além da descrição simples, como ‘Papa morre’. É recomendável usar as perguntas do lide jornalístico (o que, quem, quando, onde, como e por quê), que adiantam aos leitores o que

encontrarão ao ler uma matéria”. Já o uso de dados é apontado como “[...] uma ferramenta importante na busca por novas narrativas. Seu uso tem necessariamente de expor conteúdo jornalístico que traga reflexão. Um quiz ou um jogo, por exemplo, precisa ser pensado de forma a garantir essa função”. O que também engloba os elementos imagéticos: “[...] a apresentação de dados por meio de gráficos é central na maneira de contar histórias do Nexo. É preciso checar os métodos de pesquisa por trás dos números antes de publicá-los. Os gráficos devem ter funcionalidade e estar de acordo com o projeto gráfico do jornal” (NEXO, 2021).

Enquanto isso, o Chequeado é um projeto independente da Fundação La Voz Pública criado com a finalidade de atuar com o fact-checking. A ideia de sua concepção foi trabalhar para “revalorizar a verdade e elevar o custo da mentira”²⁵. Estas checagens são divulgadas no site em formato de notícias, mas também se desenvolveram, ao longo dos anos, com outras formas de produções jornalísticas com base em dados.

O Chequeado se define como um “[...] site apartidário que tem por objetivo fazer uma compilação informativa de declarações de políticos, economistas, empresários e pessoas públicas, meios de comunicação ou outras instituições formadoras de opinião”. Com essa finalidade, “[...] utilizam-se as fontes mais confiáveis e, quando necessário, especialistas no assunto sob investigação para determinar em que medida as afirmações analisadas são consistentes com os fatos reais ou dados verificáveis a que se referem” (BECERRA, MARINO, 2014, p. 6)²⁶.

Aponta-se, ainda, que a missão do Chequeado corresponde a certas “[...] funções desempenhadas pela mídia em seu estágio ‘objetivista’, mas que estão atualmente em um estado crescente de orfandade” em função de suas ligações políticas que disputam atenção no espaço público. A esse respeito, também considera que o contexto da sociedade atual gerou a demanda pelo tipo de trabalho que executa: “[...] a proposta da Chequeado - La Voz Pública se destaca em um cenário de polarização e multiplicação de tarefas que dificultam a destinação de tempo e recursos jornalísticos para consulta com várias fontes,

²⁵ Tradução livre a partir do original: “Trabajamos para revalorizar la verdad y elevar el costo de la mentira”.

²⁶ Tradução livre a partir do original: “un sitio no partidario que tiene como finalidad hacer un cotejo informativo de las declaraciones de políticos, economistas, empresarios y personas públicas, medios de comunicación u otras instituciones formadoras de opinión. Se recurre a las fuentes más confiables y, cuando es necesario, a los especialistas de la materia que se investiga para poder determinar en qué medida los dichos analizados son consistentes con los hechos reales o los datos comprobables a los que se refieren”.

o que acaba resultando em relaxamento na verificação de discursos públicos”²⁷. Portanto, a organização pretende auxiliar a “[...] melhorar o nível de conhecimento e compreensão e eventos públicos e aumento do nível de transparência, seriedade e profundidade no debate, para enriquecer a qualidade da democracia na Argentina” (BECERRA, MARINO, 2014, p. 7)²⁸.

Já a Folha de S. Paulo e o La Nacion são veículos de comunicação mais antigos. O argentino foi fundado em 4 de janeiro de 1870 por Bartolomé Mitre, cuja trajetória pessoal baseou-se na vida política e militar antes de lançar o jornal. Ele foi presidente da Argentina entre 1862 e 1868 (POMER, 2008, p. 257).

O veículo possui uma equipe voltada para a produção de conteúdos ligados a bases de dado. Esta é composta por jornalistas, engenheiros, designers, programadores e analistas de dados que “[...] se dedicam a inovar no uso de novas tecnologias a partir de dados e documentos públicos para investigações e cobertura jornalística”²⁹ (LA NACION, 2019). Tratam essa atividade como uma forma de “[...] aproveitar as vantagens das ferramentas de colaboração aberta e reutilizar as suas próprias para produzir um conteúdo de qualidade diferenciado que cobre vários tópicos”³⁰.

O La Nacion também já recebeu algumas das principais premiações jornalísticas mundiais, como o de melhor equipe de jornalismo de dados, em 2019, pelo Data Journalism Awards (DJA), organização internacional da Global Editors Network e que conta com o apoio do Google News Lab e do Knight Foundation.

O veículo de comunicação brasileiro Folha de S. Paulo foi fundado por Olival Costa e Pedro Cunha como “Folha da Noite”, em 1921, como alternativa midiática ao O Estado de S. Paulo. Sua versão impressa é, atualmente, a de maior circulação no país, segundo o Instituto Verificador de Comunicação (IVC). Hoje, como um conglomerado de mídia, o grupo controla o site noticioso que estudamos nesta pesquisa, além de possuir

²⁷ Tradução livre a partir do original: “La propuesta de Chequeado – La Voz Pública resalta en una escena de polarización y de multiplicación de tareas que dificultan la asignación de tiempos y recursos periodísticos a la consulta con diversas fuentes, lo que redundo, en definitiva, en el relajamiento en la verificación de los discursos públicos”.

²⁸ Tradução livre a partir do original: “mejorar el nivel de conocimiento y comprensión de los acontecimientos públicos y a aumentar el nivel de transparencia, seriedad y profundidad del debate, para enriquecer la calidad de la democracia en la Argentina”.

²⁹ Tradução livre a partir do original: “dedicados a innovar en el uso de nuevas tecnologías usando datos y documentos públicos para investigaciones y coberturas periodísticas

³⁰ Se trata de aprovechar las herramientas de colaboración abierta y reutilizar las propias para producir un contenido diferencial de calidad que abarque múltiples temáticas”.

outras vertentes, como o instituto de pesquisa Datafolha e a agência de notícias Folhapress.

Em 2012, o grupo criou o blog FolhaSPDados, que utilizava “[...] mapas interativos e infográficos para analisar e visualizar informação presente nas reportagens e artigos do jornal e do site” e que trabalhava com “[...] dados abertos disponibilizados por órgãos de governo, universidades e institutos de pesquisa independentes”. A iniciativa começou com o jornalista Gustavo Faleiros, sendo uma parceria da Folha com o programa Knight International Journalism Fellowships, do Centro Internacional para Jornalistas (ICFJ, na sigla inglês). Como destaque para a medida, a Folha destacou que a iniciativa do blog ocorria “[...] no momento em que jornais e sites em diversos países investem no jornalismo de dados como forma de inovar o acesso à informação” (FOLHA DE S. PAULO, 2012).

Anos depois, em 2017, o blog se tornou uma editoria do grupo jornalístico, aliás, que passou a ser conhecida como DeltaFolha. O foco é a produção de conteúdo voltado para a análise de dados, tendo como editor o jornalista Fábio Takahashi.

A ideia de também selecionar o La Nacion e a Folha de S. Paulo como parte desta pesquisa se deu para observarmos como o jornalismo de dados também penetrou nas redações dos chamados “veículos tradicionais”, que nasceram antes do período pós-tecnologias da informação.

Dentro desses quatro sites, fizemos a observação de conteúdos vinculados à temática do jornalismo de dados, entre os anos de 2016 e 2021, com o objetivo de acompanharmos a produção atual dessa área. Durante esse período, realizamos a leitura, seleção e divisão temática de cerca de quinhentas notícias.

No momento seguinte, recortamos o *corpus* a partir dessa classificação. Assim, não focamos em apenas um tipo de conteúdo – por exemplo, somente política ou meio ambiente –, pois preferimos observar a diversidade das narrativas do jornalismo de dados em uma variedade maior de acontecimentos. Ou seja, escolhemos esse critério para termos uma abundância que nos permitisse analisar a construção do acontecimento – mote desta pesquisa – a partir de múltiplos focos.

Não trazemos a análise detalhada de todas essas notícias em função da repetição de observações muito semelhantes. Nos próximos capítulos, trazemos algumas que nos permitem enxergar os resultados das análises elaboradas ao longo da pesquisa. Os títulos das produções, local de publicação, temática e ano encontram-se no quadro a seguir:

Quadro 2 – Corpus de análise – autoria própria (2021)

NOTÍCIA	SITE	TEMÁTICA	ANO
No Twitter, Frota do PSDB é 'esquerdista' comparado ao Frota do PSL	Folha	Política	2019
O discurso de Bolsonaro: o que ele diz, desdiz e reafirma	Nexo	Política	2018
Bolsonaro: checagem dos discursos de posse do presidente do Brasil	Chequeado	Política	2019
Músicas de Sandy & Junior ficaram mais tristes com o tempo, mostra pesquisa	Folha	Cultura	2019
Indec. Em novembro, uma família precisava de \$37.600 para não ser pobre	La Nacion	Sociedade	2019
Quase 8 milhões de crianças são pobres na Argentina	La Nacion	Sociedade	2019
Racismo estrutural tira dois anos de aprendizado de alunos pretos, mostram exames	Folha	Educação	2020
Radiografia da desigualdade educacional na província de Buenos Aires	Chequeado	Educação	2019
PSOL e Republicanos têm onda de novos filiados após avanço em eleições municipais	Folha	Política	2021
O seu salário diante da realidade brasileira	Nexo	Sociedade	2016
O que você sabe sobre as músicas de Roberto Carlos?	Nexo	Cultura	2021
Match eleitoral	Folha	Política	2018
Trump ou Biden? O quanto você concorda com as frases deles?	La Nacion	Política	2020
Curiosidades. Quanto você sabe sobre a Mafalda?	La Nacion	Cultura	2020
Trivia Boca x River. Quanto você sabe sobre o Super Clássico?	La Nacion	Esporte	2021
Ricos são os que mais deixaram de ler no Brasil desde 2015, mostra pesquisa	Folha	Cultura	2020
Como os leitores do Brasil se distribuem por renda	Nexo	Cultura	2021
Desmate na Amazônia cresce 51% em 11 meses, diz instituto	Nexo	Meio ambiente	2021
Bolsonaro tuita mais sobre economia na Amazônia e soberania do que preservação	Folha	Meio ambiente	2021
É preciso que pelo menos 30% do planeta esteja protegido até 2030 para preservar a biodiversidade	La Nacion	Meio ambiente	2019
Boato tira de contexto estudo com jovens nos EUA para atacar vacina da Pfizer	Folha	Saúde	2021

Ministério da Saúde de Israel nega que seus dados permitam concluir sobre imunidade de infectados	Folha	Saúde	2021
3 boatos verificados sobre a pandemia para você ficar de olho	Nexo	Saúde	2020
Alberto Fernández: ‘Desde a volta da democracia, morreram mais de 3 mil mulheres por essa causa	Chequeado	Saúde	2020
Registros indicam que milhares no Brasil tomaram vacina vencida contra Covid; veja se você é um deles	Folha	Saúde	2021
#DebateNasRedes: Brasil foi o país estrangeiro que mais comentou sobre a eleição presidencial argentina no Twitter	Chequeado	Política	2019
O aumento dos registros de armas no Brasil com Bolsonaro	Nexo	Sociedade	2020
Abstenções, brancos e nulos: os não-votos em 2020	Nexo	Política	2020
O histórico do valor do dólar frente ao real	Nexo	Sociedade	2020
Mortos por Covid-19 na América do Sul	La Nacion	Saúde	2021
Total de idosos que vivem em abrigos públicos sobe 33% em cinco anos	Folha	Sociedade	2018
Emigrantes: radiografia de pessoas forçadas a deixar seu país na última década	La Nacion	Sociedade	2020
200 mil mortes: mais um marco da pandemia no Brasil	Nexo	Saúde	2021
O desempenho das escolas de samba no Carnaval paulistano de 2020	Nexo	Cultura	2020
Qual é a demanda por vagas em creche no Brasil	Nexo	Educação	2020
Infográfico mostra evolução de medalhas dos principais países nas Olimpíadas de Tóquio	Folha	Esporte	2021
A participação de atletas LGBTI na Olimpíada de Tóquio	Nexo	Esporte	2021
Os maiores campeões dos torneios continentais de futebol	Nexo	Esporte	2021
As palavras mais comuns nas canções natalinas	Nexo	Cultura	2020
Compositoras do Brasil e do samba: Leci Brandão	Nexo	Cultura	2020
Resultados da apuração para presidente no 2º turno	Folha	Política	2018
A desigualdade aumentou desde que Macri assumiu o cargo, como disse a página 12?	Chequeado	Política	2016

CAPÍTULO 5

ALTERIDADE: os sujeitos no jornalismo de dados

“ Só posso escrever o que sou. E se os personagens se comportam de modos diferentes, é porque não sou um só”

Graciliano Ramos

“ Você vai ter que encontrar aonde nasce a fonte do ser”

Milton Nascimento

Uma mesma sequência de fatos narrados por diferentes sujeitos originará prismas diversos a partir das escolhas das palavras, detalhes mencionados, pontos salientados e outros vieses determinantes para a produção de sentidos da narrativa, mesmo que tenham vivenciado-a conjuntamente, no mesmo tempo e local. Notar essas modulações nos permite enxergar concretamente a alteridade presente no processo de comunicação.

Aquilo a que chamamos de realidade – o evento em seu desenrolar considerado em todas as dimensões e visões que o compõem – é ficcionalizado por cada sujeito que o apreende. Quando relata para si ou para um outro, edifica os ângulos e contornos que pôde enxergar e que conferirão os sentidos que deseja – conscientemente ou inconscientemente – transmitir a si e/ou a outro(s) sujeito(s). Ou seja, há uma operação de demarcação e modelamento do real que, ao ser refigurado em palavras, partilha consigo e com outro(s) sujeito(s) novas singularidades.

Assim, ocorre a partilha do sensível, conforme discorre Jacques Rancière. Para ele, partilha significa tanto a participação em um conjunto comum quanto a separação, a distribuição dos quinhões. Dessa forma, a partilha do sensível se caracteriza como “[...] o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas” (RANCIÈRE, 1995, p. 7).

Ao abordar o ato da escrita, o autor destaca que ela não pode ser realizada sem significar, ao mesmo tempo, aquilo que realiza. Assim sendo, há uma “[...] relação da mão que traça linhas ou signos com o corpo que ela prolonga; desse corpo com a alma que o anima e com os outros corpos com os quais ele forma uma comunidade; dessa comunidade com a própria alma”. Esse ato, com isso, é “[...] uma maneira de ocupar o sensível e de dar sentido a essa ocupação” (RANCIÈRE, 1995, p. 7).

Por ser essa ocupação, o ato de comunicação intrinca-se ao aspecto político, já que sua experiência estética abarca um “[...] recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência” (RANCIÈRE, 2009, p. 16). O que o autor chama de política como experiência “[...] ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo” (RANCIÈRE, 2009, p. 17).

Como abordamos em outros momentos desta pesquisa, o ato de narrar não se trata de uma natural representação, uma imitação ou uma cópia do real. Na partilha do sensível, o que ocorre é o compartilhamento de narrativas que podem criar efeitos de referencialidade. Adicionamos também a percepção de que as simetrias e assimetrias de

uma comunidade não estão postas em meras dicotomias excludentes (homem ou mulher; razão ou emoção; tomou esta ou aquela atitude etc.), mas se retroalimentam e, muitas vezes, se refazem, gerando um processo. Significa apontar para o fato de que o eu que narra o faz dentro de uma relação sempre inacabada com outro(s) e seu próprio Outro, em interação com as propriedades de seu tempo e espaço. Tomemos emprestado o entendimento de Stuart Hall (2003, p. 39) a respeito da compreensão de identidade:

[...] assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a “identidade” e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude (HALL, 2003, p. 39)

Esses diferentes “eus” são continuamente atualizados na relação com outros, no que se refere à forma como o sujeito se imagina, como vê que os outros o imaginam e como é imaginado pelos outros. Neste capítulo, serão debatidas as identificações e suas construções a partir da narrativa jornalística. Esta insere-se em tais (re)construções do sujeito, sobretudo a partir da construção de sentido sobre seus atos, posturas, históricos etc.

5.1 O sujeito (re)construído

A modulação de um sujeito em personagem de uma narrativa quadricula definições que ressoam na construção social de sua identidade. Os modos de agir, costumes, preferências e outros aspectos que transformam um indivíduo em sujeito definido/recortado constroem as identificações que compõem espelhos de sua identidade. Assim, a imagem do sujeito é estabilizada a partir de seus atos, os quais são transfigurados em qualidades, virtudes, defeitos etc.

Em muitos casos, as narrativas buscam expor essa caracterização estável do sujeito, erigindo os contornos bem demarcados do seu eu, ou mostrar sua constante volubilidade em determinado aspecto, a exemplo de um político que migra com frequência o direcionamento ideológico de suas ações. Neste segundo caso, também é

uma maneira de encontrar uma constância em seu agir, cuja coesão se dá na frequente imprevisibilidade do modo de conduzir seus atos.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 334), em linha semelhante a que mencionamos anteriormente com Hall (2003), observam essas propriedades de concepção do sujeito e acrescentam que “[...] a construção da pessoa humana, que se vincula aos atos, é ligada a uma distinção entre o que se considera importante, natural, próprio do ser de quem se fala, e o que se considera transitório, manifestação exterior do sujeito”. Assim, os atos agregam atribuições à pessoa, uma vez que “[...] a simples repetição de um ato pode acarretar, seja uma reconstrução da pessoa, seja uma adesão fortalecida à construção anterior”. Os autores apontam, ainda, que o sujeito em questão também possui poder de mudar e transformar essa perspectiva, o que faz do homem um objeto de estudo específico:

[...] na argumentação, a pessoa, considerada suporte de uma série de qualidades, autora de uma série de atos e de juízos, objeto de uma série de apreciações, é um ser duradouro a cuja volta se agrupa toda uma série de fenômenos aos quais ela dá coesão e significado. Mas, como sujeito livre, a pessoa possui espontaneidade, esse poder de mudar e de transformar, essa possibilidade de ser persuadida e de resistir à persuasão, que fazem do homem um objeto de estudo *sui generis* das ciências humanas e das disciplinas que não podem contentar-se com copiar fielmente a metodologia das ciências naturais (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 336).

Nessa perspectiva, portanto, a ideia a respeito do sujeito cria um elemento de estabilidade, contudo sempre há a possibilidade de mudança. A relação ato-sujeito sempre é parcial em função dessa característica. Ressalte-se também que “[...] a maneira de construir a pessoa poderá ser objeto de acordos limitados, precários, particulares a um dado grupo, acordos suscetíveis de revisão sob a influência de uma nova concepção religiosa, filosófica ou científica” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 334).

Nesse sentido, “[...] se a pessoa não possuísse o poder de transforma-se, de modificar-se, de converter-se, de dar de certa maneira as costas a seu passado, a formação educativa seria uma léria”, assim como, “[...] a moral não teria sentido e as ideias de responsabilidade, de mérito e de culpabilidade, vinculadas à da liberdade da pessoa, deveriam ser abandonadas em proveito de uma simples apreciação pragmática dos comportamentos” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 336). Acrescentaríamos, neste ponto, a observação de que nem sempre o sujeito possui

completo domínio sobre tais mudanças. Como já discutido em outras oportunidades neste trabalho, apesar da busca pela plenitude de um eu ideal, há uma dupla e intrínseca relação entre as ações conscientes e aquelas inconscientes. Assim como o “dar as costas a seu passado” não significaria que ele deixaria de existir no seu (in)consciente, mas estaria ligado à busca por rever posições e modos de agir.

Ainda na visão desses autores, a influência dos atos sobre a concepção da pessoa não deve ser tratada apenas como indícios do seu eu, mas se configura como um elemento próprio que permite a construção e reconstrução de nossa imagem da pessoa, classificá-la em categorias às quais se aplicam certas qualificações. Dessa maneira, o valor conferido ao ato incita a atribuir um certo valor à pessoa, mas não um valor indeterminado. Este é correlativo “[...] a um remanejamento de nossa concepção da pessoa, à qual atribuiremos, de um modo explícito ou implícito, certas tendências, aptidões, instintos ou sentimentos novos” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 339).

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 341) também afirmam que “os atos anteriores e a boa reputação deles resultante tornam-se uma espécie de capital que se incorporou à pessoa, um ativo que se tem o direito de invocar para a defesa pessoal”. Observar essas questões a respeito da (re)construção do sujeito, no entanto, não significa valorizar ou desvalorizar a pessoa, mas considerar que essas remodelagens implicam os mais diversos juízos sobre suas ações, reações, formas de expressão, etc., os quais podem servir, inclusive, para julgar atos passados e imaginar previsões sobre atitudes futuras.

Também se deve observar que tais reconstruções podem ocorrer tempos depois do ato. Nota-se amplamente a recorrência desse fato ao longo da história, como quando um ato anteriormente legalizado passa a ser proibido por lei, quando algo que não era visto como imoral passa a ter essa conotação, enfim, quando os discursos predominantes em uma sociedade sofrem alterações significativas. A imagem sobre as ações de sujeitos que a cometeram, por exemplo, é reinterpretada de acordo com as novas configurações e também com o sujeito que a interpreta, em seu contexto cultural, social, pessoal, etc.

Apenas a título de exemplo, recortamos duas publicidades do mesmo produto, as “Gotas Mendelinas”, anunciadas em duas edições da Revista do Rádio, ambas da década de 1950. Cada um busca chamar a atenção de sujeitos distintos: uma para mulheres e outra para homens. A diferença na tessitura discursiva de ambos fica bastante evidente desde a maneira de buscar essa atenção. Para o público feminino, elaboram a frase “as

mulheres nervosas não são amadas”. Para o masculino, a chamada busca os “moços – velhos” e as palavras em destaque são “vitalidade perdida” e “fraqueza íntima”.

Ou seja, os “distúrbios” a serem corrigidos e sua importância para cada grupo fica bastante evidente por meio dessas construções, com mulheres em busca de diminuir o nervosismo e a “sensibilidade exagerada” para poderem ser amadas e, assim, não estarem fadadas ao “mais completo fracasso na vida real”, enquanto os homens que tomarem o “remédio” revigoram a energia e recuperam a vitalidade. Tais formas de construção discursiva evidenciam alguns padrões esperados para cada grupo naquele contexto histórico-social, bem como criam coesões e reforçam esses desejos.

Assim, os discursos circulantes servem como moldes para avaliar as próprias características e capacidades, além de bases de medidas para também julgar as de outros sujeitos. Isso não significa dizer que todos os sujeitos concordarão e serão persuadidos pelas ideias postas, mas que se tratam de padrões e visões existentes e considerados relevantes no contexto social e, por estarem vivas nesse debate público, estão sempre sujeitas a mudanças.

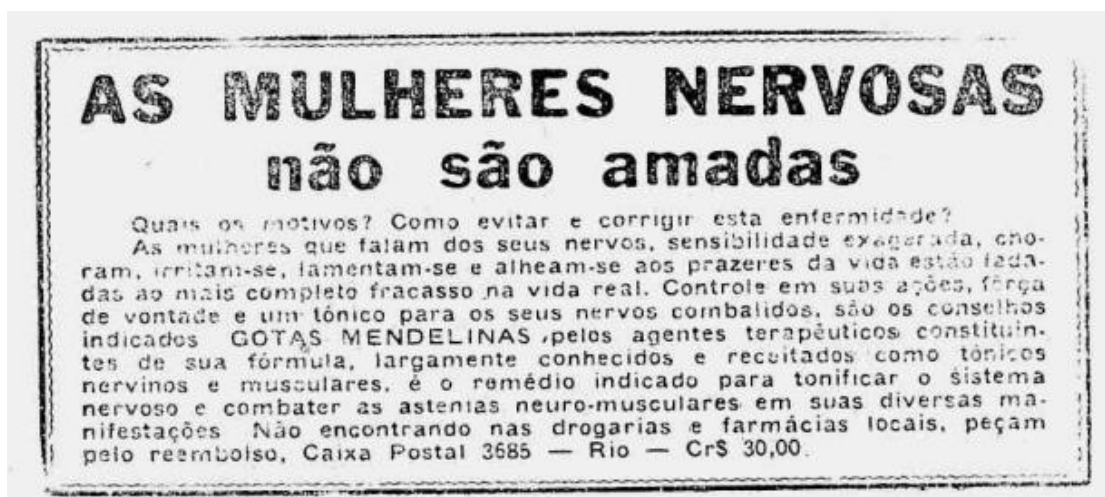


Figura 10 – Anúncio Gotas Mendelinas – Revista do Rádio (1953)



Figura 11 – Anúncio Gotas Mendelinas – Revista do Rádio (1950)

A imensidão de possibilidades de escolhas de formas de narrar a respeito de um mesmo sujeito (ou um grupo, como no exemplo anterior) demonstra o exercício da partilha do sensível ao configurar formas de traçar as relações com um outro e recortá-lo a partir de características, atos, juízos e afins. A elaboração narrativa a respeito dos sujeitos, dessa maneira, ocorre em produções midiáticas como a jornalística e, observando nossos objetos de estudo, nota-se que as bases de dados também se mostram como um dispositivo particular na materialização dessas identidades. Em tais produções, os personagens que consideramos não são necessariamente pessoas individualizadas, mas podem ser grupos representados em categorias (por exemplo, profissionais de determinada área, habitantes de uma cidade) ou instituições (empresas, organizações governamentais).

Para examinar tais modulações, pudemos analisar três instâncias nos conteúdos selecionados: (1) os sujeitos individualizados; (2) grupos ou categorias de sujeitos; (3) instituições e outras representações em suas individualidades. A questão que nos

colocamos no desenvolvimento dessa análise é: como esses personagens são (re)construídos e de que modo os dados ligam-se a esse processo?

Com essa finalidade, analisamos uma publicação jornalística originada do GPS Ideológico, ferramenta elaborada pela equipe de jornalismo de dados da Folha de S. Paulo, a qual indica a posição ideológica de influenciadores no Twitter de acordo com sua base de seguidores. A Folha analisou 1,7 milhão de usuários, utilizando um modelo que demonstra a afinidade entre as contas e sua posição política. Com isso, criou uma “reta ideológica”, do ponto mais à direita (aqueles com posição ideológica de direita) ao mais à esquerda (aqueles com posição ideológica de esquerda), como é possível observar abaixo.

A reta compõe-se de uma distribuição horizontal dos influenciadores, a qual indica o padrão ideológico do seu público no Twitter (seguidores). Ou seja, considera-se se aqueles que acompanham a página estão mais à direita ou à esquerda no aspecto político. Enquanto isso, o eixo vertical indica a maior concentração de influenciadores com padrão de seguidores ideologicamente semelhantes, ou seja, trata-se de uma comparação entre os próprios influenciadores.

Os perfis de Jair Bolsonaro e Deltan Dallagnol estão verticalmente próximos, o que significa que o padrão de seguidores de ambos é semelhante. Já o tamanho dos círculos está relacionado ao número de seguidores de cada influenciador. Quanto maior o círculo, maior é a quantidade de pessoas que seguem aquela página. Essa ferramenta está disponível para consulta no site da Folha, que também a utiliza para elaborar reportagens a partir dessa base de dados.

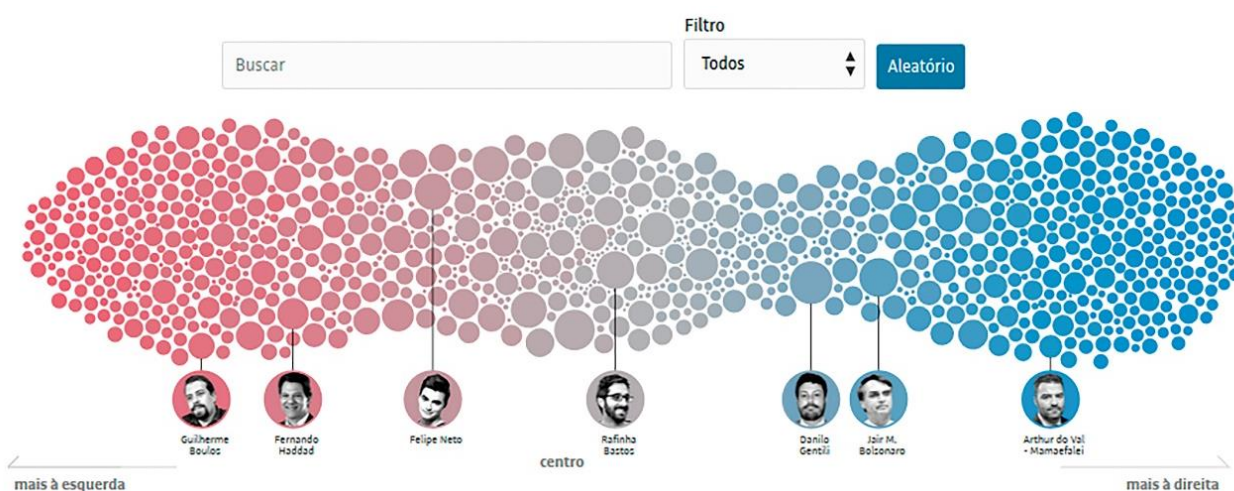


Figura 12 – GPS Ideológico – Folha de S. Paulo (2019)

A reportagem analisada é “No Twitter, Frota do PSDB é 'esquerdista' comparado ao Frota do PSL”, que traça um perfil, utilizando os dados da ferramenta, do deputado federal Alexandre Frota. Ele foi eleito para o cargo, nas eleições de 2018, pelo Partido Social Liberal (PSL), assumindo o cargo em janeiro de 2019. Em meados do mesmo ano, mudou de legenda, passando para o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Inicialmente, destacamos um ponto que indica a orientação seguida pela narrativa para a construção do perfil de Frota: as mudanças de sua trajetória, sendo estas posições bastante diversificadas. A matéria começa com a seguinte colação: “Ex-ator pornô, ex-estrela de reality show, ex-militante do PSL e agora ex-direitista. Pelo menos se levarmos em conta o novo perfil do deputado federal Alexandre Frota (PSDB-SP) no Twitter” (FOLHA DE S. PAULO, 2019). Tal construção já coloca o deputado como alguém que passou por mudanças significativas ao longo de toda a carreira. De ator pornô, passou a ser estrela de reality show para, posteriormente, tornar-se “militante” do PSL e, agora, não é mais um direitoista.

No que se refere à questão política, destaca-se o fato de não classificarem como ex-membro ou ex-deputado do PSL, mas como “ex-militante”, palavra que não designa sua profissão, mas que traz a carga semântica de uma pessoa que combate ou luta por uma causa. O mesmo vale para a colocação de que Frota é “agora ex-direitista”. Essas escolhas apontam o foco para a mudança de pensamento político-ideológico do deputado.

Para provar esses apontamentos, a sequência da matéria traz dados do perfil de Frota no Twitter: “sua conta antiga, de 160 mil seguidores e deletada também em agosto, marcava, em maio, 83,05 de 100 possíveis no GPS Ideológico. Quanto mais próximo a 100, mais à direita se qualifica o perfil”, já a nova conta “[...] de apenas dois meses e 15 mil seguidores, registra, hoje, 40,5 no GPS Ideológico” (FOLHA DE S. PAULO, 2019). A conclusão que trazem sobre esses números é que Frota “[...] orbita agora o que se pode entender como centro-esquerda, ao lado de Fernando Henrique Cardoso, Eduardo Paes e Cristovam Buarque” (FOLHA DE S. PAULO, 2019).

O que se pode observar nessa construção é o uso da base de dados para legitimar a mudança de perfil do deputado. Isso é provado por dois tipos de categorias: o número de seguidores e a comparação com outros políticos que se encontram próximos a ele. Os seguidores demonstram que as pessoas que o acompanham possuem perfil ideológico muito mais à esquerda (de 83,05 passou para 40,5, em uma escala que designa zero como mais próximo à visão esquerdista e 100 mais à direita). Já a citação aos outros nomes

também presentes na escala é uma forma de fazer com que o leitor ligue o tipo de pensamento desses políticos ao que deve ser o mais próximo ao atual Frota, colocando-os como bases de medida.

Contudo, há a seguinte ressalva na sequência: “[...] vale recordar que o posicionamento nessa reta ideológica leva em conta a afinidade entre os seguidores que o perfil-influenciador tem. Ou seja, mostra para qual público o perfil mais fala ou representa na rede, mesmo que o influenciador não tenha intenção de ter esse público” (FOLHA DE S. PAULO, 2019). Essa inferência antecede a tentativa de compreender os motivos da mudança de perfil dos seguidores do deputado. Inicialmente, busca-se um tipo de comparação, utilizando os números do GPS Ideológico para mostrar que outros influenciadores que se encontram próximos da antiga posição de Frota tiveram flutuação muito menor.

A matéria cita o MBL – que “[...] andou apenas 5 pontos à esquerda, apesar de ter se distanciado do governo Bolsonaro e criticá-lo abertamente nas redes sociais” – e a deputada estadual Janaína Paschoal – que “[...] assume uma posição dúbia, com críticas e elogios, o que a fez variar 4 pontos à esquerda” (FOLHA DE S. PAULO, 2019). As considerações sobre o distanciamento do MBL em relação ao presidente e também sobre a atitude da deputada demonstram que, assim como Frota, tiveram certo distanciamento do governo e, ainda assim, não houve uma mudança tão significativa no posicionamento de ambos no GPS Ideológico.

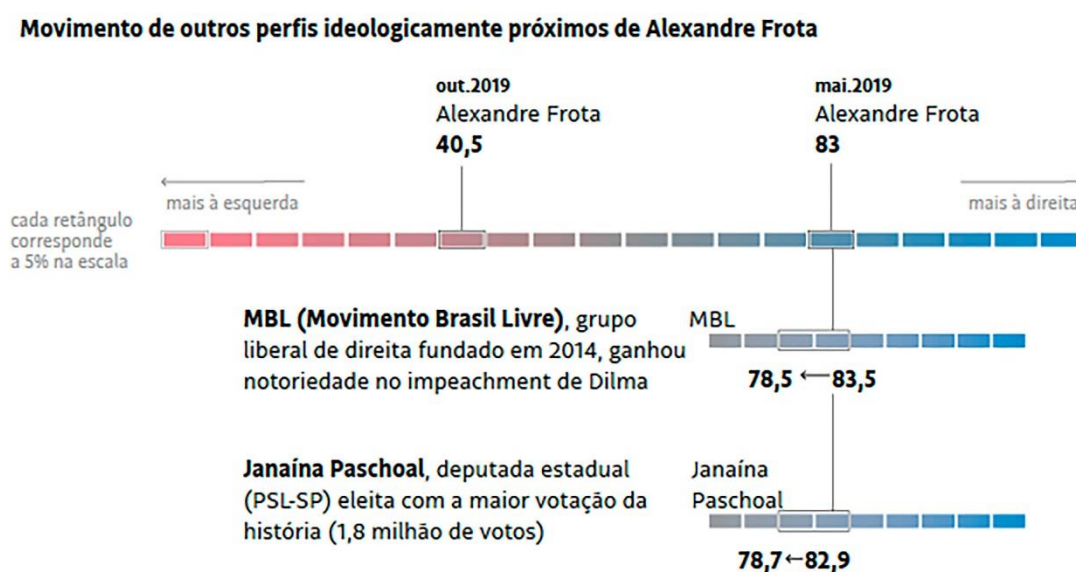


Figura 13 – GPS Ideológico, perfis próximos a Alexandre Frota – Folha de S. Paulo (2019)

O que se apreende sobre essa comparação é que as recentes mudanças do deputado o fizeram atrair um público quase que oposto ao que mantinha anteriormente. Se essa primeira parte da notícia foca na apresentação dos dados, os quais reforçam a mudança de postura do personagem, a segunda traz interpretações, explicações e a caracterização do perfil atual do deputado.

A Folha aponta a mudança de postura extrema como motivo da alteração significativa do perfil de seguidores. Segundo a reportagem, Frota passou de “fiel escudeiro” de Bolsonaro nas eleições de 2018 a crítico ferrenho, a ponto de espremer laranjas “[...] no plenário da Câmara, em alusão ao escândalo do laranjal do PSL, revelado pela Folha”. Sobretudo após a filiação ao PSDB, “[...] sua atuação no Twitter assemelha-se a de um militante disposto a tudo para enfraquecer o governo Bolsonaro” (FOLHA DE S. PAULO, 2019).

O uso de adjetivações nesse ponto da matéria – como “fiel escudeiro” e “militante disposto a tudo” – atribui um sentido ainda mais efusivo e contraditório sobre as mudanças de posições de Frota. Esse recurso discursivo auxilia na transmissão dessa percepção de alterações extremas, objetivada na temática da matéria. Nos trechos abaixo, é possível observar algumas dessas caracterizações, as quais representariam os reflexos da mudança.

Quadro 3 – Caracterização Alexandre Frota – autoria própria (2021)

MARCAS DA CARACTERIZAÇÃO E COMPORTAMENTO DO PERSONAGEM ³¹	ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES SEMÂNTICAS
Os números do GPS Ideológico traduzem o comportamento de Alexandre Frota em 2019, oposto ao de fiel escudeiro nas eleições de 2018. Ainda no início do ano, ele espremeu laranjas no plenário da Câmara, em alusão ao escândalo do laranjal do PSL, revelado pela Folha.	Antes, era um fiel escudeiro. Hoje, destaca investigações ligadas ao governo
Com o tempo, acirrou as críticas , e sua permanência no partido ficou insustentável. Acabou expulso do PSL em agosto. Poucos dias depois, ingressou no PSDB, sob a bênção do governador de São Paulo, João Doria.	Era membro do PSL. Agora, acirrou as críticas e sua permanência ficou insustentável, o que levou a ser expulso do partido
Como tucano, Frota soltou de vez o freio de mão. Sua atuação no Twitter assemelha-se a de um militante disposto a tudo para enfraquecer o governo Bolsonaro. Na última quarta (9), viveu "dia de fúria" , com mais de 80 postagens, feitas ao longo do dia inteiro, com críticas ao presidente e seu entorno . Endossou a hashtag #ImpeachmentdoBolsonaroUrgente, em meio ao agravamento da crise dos laranjas.	A mudança de partido fez com que "soltasse o freio de mão", o que indica uma série de críticas, a ponto de ser comparado a um "militante disposto a tudo"
Em sua nova conta, o deputado retuita com alguma frequência veículos e figuras ligadas à esquerda , como Brasil 247, Henry Bugalho (colunista da Carta Capital), e perfis de humor como Jair me Arrependi e Tesoureiros do Jair.	A mudança foi tão extrema a ponto de divulgar, em sua conta no Twitter, mensagens e ideias de veículos e influenciadores "ligados à esquerda"
Quando apagou seu perfil antigo, um dos motivos alegados por Frota foi o de a conta estar repleta de seguidores fanáticos de Bolsonaro , os bolsominions, que o atormentavam . O agora " comunista " Frota parece ter conseguido sua liberdade nas redes.	Excluiu a conta antiga por haver vários seguidores "fanáticos" pelo atual governo, o que não representa mais seu pensamento, caracterizado como "comunista" (com aspas da própria Folha). Os seus antigos seguidores (pessoas com pensamento semelhante a ele), hoje, o atormentam

31 Os grifos nos trechos destacados objetivam destacar as marcas de mudança e de caracterização do perfil do personagem em questão

Fica evidente a caracterização do personagem pela instabilidade de sua posição política. A percepção que se constrói a respeito de Frota, a partir da narrativa analisada, evidencia a mudança de ideologia política, referendada pelos dados. Contudo, a legitimação do mesmo como uma nova figura ligada “à esquerda” perde força pelos comportamentos mutáveis do mesmo.

Outro ponto que consideramos essencial é o critério utilizado para alocá-lo nessa linha política. A base de medida em questão abarca os seguidores do deputado e a comparação com outros influenciadores. Contudo, se o critério utilizasse uma base de dados que fizesse essa medida a partir de projetos de lei apresentados, o resultado poderia ser distinto no caso do personagem em questão focar em temas mais ligados “à direita”. O que se pretende elucidar com essa ponderação não é uma falha na metodologia da ferramenta em questão, mas que as escolhas das bases de dados darão a direção da narrativa.

Até mesmo utilizando a mesma base de dados, a matéria poderia mudar o ponto de destaque, trazendo os seguidores como “personagens principais”. Isso porque o que esses dados dizem é que o perfil do deputado no Twitter tem atraído mais seguidores “esquerdistas”. O contexto histórico aliado a uma análise das postagens poderia explicar esse movimento. As publicações com ataques constantes ao presidente Bolsonaro, símbolo da extrema direita no país, é um fator ainda mais relevante do que o “real pensamento” de Frota para analisar o comportamento dos seguidores.

Também nessa direção, a matéria “O discurso de Bolsonaro: o que ele diz, desdiz e reafirma”, publicada pelo Nexo em 26 de outubro de 2018, acompanha a linha-fina “Candidato do PSL alterna pregação de tortura e de execução sumária com explicações, desmentidos ou simples ambiguidade”. Se a comparação de Frota foi com ele mesmo e com adversários, a produção do Nexo faz um balanço do então candidato à presidência consigo. Bolsonaro é desenhado a partir de sua constância. Esta é caracterizada por discursos violentos que, em um segundo momento, são contornados de modo ambíguo ou com negações. Esse padrão de comportamento fica evidenciado logo de início:

O candidato à Presidência Jair Bolsonaro (PSL) acumulou ao longo de quase 30 anos de vida pública uma longa coleção de frases chocantes. Algumas, mais antigas, falam explicitamente em “fuzilar” adversários políticos (1999). Outras, mais recentes, em “varrer do mapa” seus oponentes (2018) (NEXO, 2018).

Nota-se a caracterização de suas frases como “chocantes”, ou seja, como um desvio do aceitável dentro da realidade em que está inserido. Isso ocorre quando ameaça praticar violências físicas contra seus adversários, usando termos como fuzilar e varrer do mapa.

Após destacar que o candidato age desse modo ao longo de quase trinta anos no cenário público, o site reforça que, quando questionado sobre as declarações violentas/impróprias, Bolsonaro se isenta ou evita responder, como observado: “[...] Sobre algumas dessas declarações, ele diz que foi mal entendido. Sobre outras, afirma que foi ‘força de expressão’. E, sobre parte delas, Bolsonaro nunca deu qualquer esclarecimento” (NEXO, 2018).

Na sequência, destaca-se que observar o discurso do candidato permite inferir indícios do que o mesmo fará em seu governo caso seja eleito e, “[...] como Bolsonaro lidera a disputa presidencial contra seu adversário de segundo turno, Fernando Haddad (PT), a atenção sobre seu discurso também é maior” (NEXO, 2018).

Para realizar essa análise, o Nexo cria algumas categorias discursivas, divididas a partir dos intertítulos: “A violência no discurso”; “O ataque a minorias no discurso”; “A radicalização reforçada”. A primeira observa a composição de uma entrevista de Bolsonaro, em 1999, para o programa Câmera Aberta, da TV Bandeirantes, a partir da qual enumeram algumas frases classificadas como violentas e uma “coletânea de defesa de ilegalidades”, as quais servem como prova do “vies autoritário e antidemocrático do capitão reformado do Exército”:

[...] nessa entrevista, ele diz que sonega impostos, que daria um golpe, que o Congresso Nacional deveria ser fechado, que é necessária uma guerra civil com milhares de mortos para mudar o Brasil, mesmo que isso provoque a morte de inocentes, e que a tortura é um método legítimo e “que funciona”, embora seja um crime previsto nas leis brasileiras e internacionais, seja em tempos de guerra ou de paz (NEXO, 2018)

A segunda entrevista, de 2017, aponta a defesa de práticas de tortura em uma entrevista do jornal Folha de S. Paulo:

[...] Qual o limite entre bater e tratar com energia? Não tem limite, pô. O cara senta ali, faz a pergunta, ele responde. Se não responde, bota na solitária. Fica uma semana, duas semanas, três meses, quatro meses... Problema dele... Dá comidinha para ele, dá. Dá um negocinho para ele tomar lá, um pãozinho, uma água gelada, um brochante [calmante, um 'boa-noite, Cinderela'] na Coca-Cola, tá tranquilo (NEXO, 2018 apud FOLHA, 2017).

Após essa exposição dos dados, são demonstradas as contradições e desmentidos indicados já no título da matéria, uma vez que “[...] o mesmo Bolsonaro que disse ser ‘favorável à tortura’, em 1999, também disse, em 2017, que ‘ninguém é favorável à tortura’” (NEXO, 2018). Da mesma maneira, em 1999, questionaram-o sobre a possibilidade de fechar o Congresso caso fosse presidente da República, dando como resposta que “[...] não há a menor dúvida. No mesmo dia”. Mas, em 2017, disse que “[...] eu não vou pregar fechar o Congresso nunca” (NEXO, 2018). Já em junho de 2018, Bolsonaro admitiu que levantou essa possibilidade caso fosse chefe do Executivo nacional, mas minimizou o fato: “[...] já falei de fechar o Congresso? Já, sim, há 20 anos. Já dei canelada sim. Cheguei aqui [a Brasília] como capitão do Exército, novo” (NEXO, 2018).

A matéria desmente essa característica que Bolsonaro utiliza para justificar sua fala – era jovem naquele momento – pelo fato de que “[...] já tinha em 1999 44 anos e estava em seu terceiro mandato como deputado federal, pelo PPB (Partido Progressista Brasileiro), atual PP (Partido Progressista)” (NEXO, 2018). E finalizam relatando que o candidato não voltou a defender o fechamento do Congresso, mas exaltou a ditadura militar – ao responder com um “deixa os historiadores para lá”, em entrevista ao Jornal Nacional em 2018, quando confrontado a respeito do golpe de Estado de 1964 – e torturadores, como o destaque dado à biografia do coronel Brilhante Ustra ao programa Roda Viva, da TV Cultura, também nesse ano. Ainda fecham trazendo outro personagem representado pelo vice da chapa de Bolsonaro, o general Hamilton Mourão, que afirmou considerar Ustra um “herói”.

Em “o ataque a minorias no discurso”, o personagem é caracterizado a partir de seu discurso preconceituoso a respeito de “negros, homossexuais e mulheres”. Reforça-se e legitima-se a veracidade de tal modo de agir com o “atestado” de agências de checagem, que, “como a Lupa, entre outras, publicaram mais de uma vez textos nos quais analisam os diversos discursos de Bolsonaro” (NEXO, 2018).

A respeito das falas que provam a característica, a primeira aborda a homofobia: “[...] isso nem passa pela minha cabeça, porque eles tiveram uma boa educação. Eu sou um pai presente, então não corro esse risco”, ao microfone do programa CQC, em 2011, quando questionado o que faria se tivesse um “filho gay”. No mesmo ano, afirmou à Revista Playboy: “[...] seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo”. Já à TV Câmara, em 2014, afirmou: “[...] o filho começa a ficar assim, meio gayzinho, leva um couro, ele muda o comportamento. Olha, eu vejo muita gente por aí dizendo: ainda bem que eu levei umas palmadas, meu pai me ensinou a ser homem” (NEXO, 2018). Outras declarações semelhantes são retomadas na matéria, conforme a tabela abaixo.

O relato continua com outros tipos de ataques a “minorias”, conforme nomeia-se no intertítulo. O Nexo lembra que, em 2014, Bolsonaro afirmou que não estupraria a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) porque ela é “muito feia”. Também sobre mulheres, o atual presidente falou sobre a desigualdade salarial se comparadas a homens: “‘Eu não empregaria [homens e mulheres] com o mesmo salário. Mas tem muita mulher que é competente’, disse Bolsonaro em 2016, numa entrevista à Rede TV!. Mais tarde, disse que era um mal-entendido” (NEXO, 2018). Já sobre questões raciais, algumas declarações aparecem:

[...] Em 2017, Bolsonaro afirmou, em palestra no Rio de Janeiro, que “quilombolas não servem nem para procriar”. Em 2017, ele foi condenado a pagar uma indenização de R\$ 50 mil por danos morais, mas recorreu. Em 2018, teve a denúncia por racismo arquivada pelo Supremo. “Eu não entraria em um avião pilotado por um cotista nem aceitaria ser operado por um médico cotista”, disse Bolsonaro em 2011, na mesma entrevista ao programa CQC na qual falou que bateria num filho se ele fosse gay. [...] “Pode ter certeza que se eu chegar lá [na Presidência] não vai ter dinheiro para ONG [Organizações Não Governamentais]. Se depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa. Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola”, disse Bolsonaro em palestra no Rio, em abril de 2017 (NEXO, 2018).

E volta-se a relatar as ambiguidades e os “desmentidos” do personagem em questão, como “[...] em 9 de outubro de 2018, o candidato disse, em entrevista à TV Bandeirantes, que ‘o ativismo não é benéfico. E nisso nós devemos pôr um ponto final’. Não é possível saber o que seja ‘um ponto final’”, além de que, “[...] um mês antes, o candidato havia prometido ‘fuzilar a petralhada’, em comício no Acre. Logo em seguida,

sua assessoria disse que ‘foi uma brincadeira, como sempre’”. Ainda há o apontamento do fato de que algumas afirmações violentas são imediatamente seguidas de uma atenuação, como em: “‘Quando eu digo, força de expressão, ‘temos que entrar no Ministério da Educação com lança-chamas para tirar simpatizantes de Paulo Freire de lá’, tem que ser assim’” (NEXO, 2018).

Na categoria “a radicalização reforçada”, duas formas são notadas. A primeira refere-se à autenticidade das urnas eletrônicas e, conseqüentemente, das eleições. Os exemplos enumerados são uma entrevista ao programa Roda Viva, em 30 de julho de 2018, e um dos vídeos divulgados pelo próprio Bolsonaro. Na entrevista, disse que “as eleições, de qualquer forma, estão sob suspeição”, referindo-se às urnas. No vídeo, afirma que sua “[...] ‘grande preocupação realmente não é perder no voto, é perder na fraude’, sugerindo, mais uma vez, que as urnas brasileiras são manipuladas” (NEXO, 2018). Como consequência, “[...] em 25 de outubro, o Tribunal Superior Eleitoral determinou a retirada de 55 links com um dos vídeos nos quais Bolsonaro põe em dúvida as urnas eletrônicas, diante da ausência de evidências de que elas têm algum problema”. Aponta-se que, “[...] dentre os 55 links, dois estavam em páginas de Bolsonaro e outros 53 em contas de seus seguidores” (NEXO, 2018).

A outra forma de “radicalização” do discurso do personagem em questão é o ataque contra seus antagonistas, como observado a seguir:

No dia 21 de outubro, num grande ato do PSL, Bolsonaro falou ao vivo, via celular, com o público da avenida Paulista, em São Paulo. O candidato radicalizou ainda mais o ataque a seus adversários. “Vamos varrer do mapa esses bandidos vermelhos do Brasil”, disse Bolsonaro, se referindo aos adversários petistas. “Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou [então] vão para fora ou vão para a cadeia.” O discurso de Bolsonaro não traz detalhes sobre o que seja “varrer do mapa” (NEXO, 2018).

A finalização do tópico destaca que o personagem evitou comparecer em debates depois de sofrer um atentado a faca em setembro, mesmo depois de liberado pelos médicos. Por esse motivo, “[...] restam os discursos, cheios de idas e vindas, para entender o que pode vir a ser um futuro governo Bolsonaro. ‘Não vou arredar em nada, não me arrependo de nada que falei. Não é a imprensa nem o Supremo que vão falar o que é limite pra mim’, afirmou o candidato em 2017” (NEXO, 2018). E ainda consta na matéria a percepção das radicalizações com uma declaração do filho do atual presidente, o deputado

federal Eduardo Bolsonaro, durante uma palestra em Cascavel (PR) em julho de 2018, contra o Superior Tribunal Federal (STF):

[...] “O pessoal até brinca lá: se quiser fechar o STF, sabe o que você faz? Precisa mandar nem um jipe, manda um soldado e um cabo. Não é querer desmerecer o soldado e o cabo. O que é que é o STF? Tira o poder da caneta de um ministro do STF, o que ele é na rua? Se você prender um ministro do STF, acha que vai ter uma manifestação popular a favor dos ministros do STF?”

A ação do pai foi “desautorizar” o filho, deputado mais votado da história, uma vez que “[...] em carta enviada na segunda-feira (22) ao Supremo, falou de ‘manifestações mais emocionais, ocorridas nestes últimos tempos’ como ‘fruto da angústia e das ameaças sofridas neste processo eleitoral’”. Bolsonaro ainda destacou que “[...] ‘Supremo Tribunal Federal é o guardião da Constituição e todos temos de prestigiar a Corte’” (NEXO, 2018).

A matéria traz, ainda, um intertítulo que aborda possíveis ações sobre esse tipo de discurso . Em “o que as instituições podem fazer”, há declarações de responsáveis por instâncias públicas a respeito das ameaças do candidato, como o caso do coordenador da 6ª Câmara Temática de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, responsável por assuntos ligados às populações indígenas, Antonio Carlos Alpino Bigonha

[...] O coordenador da 6ª Câmara Temática de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, responsável por assuntos ligados às populações indígenas, Antonio Carlos Alpino Bigonha, disse que vai ajuizar ações contra um eventual governo Bolsonaro caso ele cumpra a ameaça de interromper a demarcação de terras indígenas. “Quando o poder público não cumpre o papel dele [de demarcar], cabe ao MPF [Ministério Público Federal] provocar a Justiça para obrigar a fazê-lo, cumprir o dever de constitucionalidade”, disse Bigonha ao jornal Folha de S.Paulo (NEXO, 2018).

Em seguida, o Nexo lembra que Donald Trump, “a quem Bolsonaro diz admirar” (NEXO, 2018), sofreu resistência de órgãos públicos, tribunais e imprensa por posicionamentos semelhantes. Além disso, ainda há a recordação de frase do ministro do Supremo, Celso de Mello, em resposta à declaração de Eduardo Bolsonaro, na qual afirma que “votações expressivas do eleitorado não legitimam investidas contra a ordem político-jurídica” (NEXO, 2018).

Como observado, essa narrativa não se compõe de estatísticas, como muito comumente se imagina no jornalismo de dados. A base de dados que se forma, na verdade, são as declarações do personagem principal da narrativa. Para tornar tal afirmação visivelmente mais evidente, observemos uma proposta de organização em tabela, formato tradicionalmente presente na formação dessas BDs e no jornalismo de dados, de algumas das falas elencadas na matéria.

Quadro 4 – Ambiguidades de Jair Bolsonaro – autoria própria (2021)

AMBIGUIDADES DE JAIR BOLSONARO			
O QUE DISSE	CATEGORIA	ANO	OCASIÃO
Através do voto, você não vai mudar nada neste país. Nada, absolutamente nada. Você só vai mudar, infelizmente, quando nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro. E fazendo um trabalho que o regime militar não fez. Matando 30 mil, e começando por FHC [Fernando Henrique Cardoso]	Violência no discurso	1999	Entrevista ao programa Câmera Aberta
Dá porrada no Chico Lopes [ex-presidente do Banco Central]. Eu até sou favorável a CPI, no caso do Chico Lopes, tivesse pau de arara lá. Ele merecia isto: pau de arara. Funciona. Eu sou favorável à tortura	Violência no discurso	1999	Entrevista ao programa Câmera Aberta
Qual o limite entre bater e tratar com energia? Não tem limite, pô. O cara senta ali, faz a pergunta, ele responde. Se não responde, bota na solitária. Fica uma semana, duas semanas, três meses, quatro meses... Problema dele... Dá comidinha para ele, dá. Dá um negocinho para ele tomar lá, um pãozinho, uma água gelada, um brochante [calmante, um 'boa-noite, Cinderela'] na Coca-Cola, tá tranquilo	Violência no discurso	2017	Entrevista ao jornal Folha de S. Paulo

Isso [ter um filho gay] nem passa pela minha cabeça, porque eles tiveram uma boa educação. Eu sou um pai presente, então não corro esse risco	Ataque a minorias no discurso	2011	Entrevista ao programa CQC, da TV Bandeirantes
O filho começa a ficar assim, meio gayzinho, leva um couro, ele muda o comportamento. Olha, eu vejo muita gente por aí dizendo: ainda bem que eu levei umas palmadas, meu pai me ensinou a ser homem	Ataque a minorias no discurso	2014	Entrevista à TV Câmara
Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo	Ataque a minorias no discurso	2014	Entrevista à Revista Playboy
Eu tenho imunidade para falar que sou homofóbico, sim, com muito orgulho	Ataque a minorias no discurso	2013	Entrevista à TV Record
Bolsonaro afirmou que não estupraria a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) porque ela é “muito feia”	Ataque a minorias no discurso	2014	Discurso no plenário da Câmara
Quilombolas não servem nem para procriar	Ataque a minorias no discurso	2017	Palestra no Rio de Janeiro
Eu não entraria em um avião pilotado por um cotista nem aceitaria ser operado por um médico cotista	Ataque a minorias no discurso	2011	Entrevista ao programa CQC, da TV Bandeirantes

Eu não empregaria [homens e mulheres] com o mesmo salário. Mas tem muita mulher que é competente	Ataque a minorias no discurso	2016	Entrevista à RedeTV!
Pode ter certeza que se eu chegar lá [na Presidência] não vai ter dinheiro para ONG [Organizações Não Governamentais]. Se depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa. Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola	Ataque a minorias no discurso	2017	Palestra no Rio de Janeiro
O ativismo não é benéfico. E nisso nós devemos pôr um ponto final	Ataque a minorias no discurso	2018	Entrevista à TV Bandeirantes
As eleições, de qualquer forma, estão sob suspeição	Radicalização reforçada	2018	Entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura
A grande preocupação realmente não é perder no voto, é perder na fraude	Radicalização reforçada	2018	Vídeo divulgado por Bolsonaro
Vamos varrer do mapa esses bandidos vermelhos do Brasil [...] Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou [então] vão para fora ou vão para a cadeia.	Radicalização reforçada	2018	Ato do PSL

Sobre o mesmo personagem, o site argentino Chequeado baseou-se nas agências de checagem brasileiras Aos Fatos e Lupa para analisar o discurso de posse de Jair Bolsonaro. Publicada em 2 de janeiro de 2019, a matéria “Bolsonaro: checagem dos discursos de posse do presidente do Brasil” explica que “[...] o líder do Partido Social Liberal, que venceu o segundo turno em outubro com 55% dos votos contra o candidato Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores), fez ontem um discurso de posse em frente

ao Congresso e outro diante uma multidão na Praça dos Três Poderes em Brasília”³² (CHEQUEADO, 2019).

Na sequência, há três pontos do discurso que passaram por checagem. O primeiro deles, a respeito do uso de armas para legítima defesa, é caracterizado como “falso”. Conforme o Chequeado, Bolsonaro afirmou que “[...] o cidadão de bem merece ter os meios para se defender, respeitando o referendo de 2005, quando optou nas urnas pelo direito à legítima defesa”³³ (CHEQUEADO, 2019). A explicação é apontada na sequência:

[...] Bolsonaro se referiu ao plebiscito, ocorrido em outubro de 2005, e ao previsto no próprio texto do Estatuto do Desarmamento. Naquele ano, os eleitores foram consultados sobre o artigo 35 do Estatuto, que proibia “a venda de armas de fogo e munições em todo o território nacional”, salvo exceções previstas em lei, como no caso dos agentes de segurança. A declaração de Bolsonaro, portanto, é FALSA. O referendo não abordou diretamente o endosso da legítima defesa. O que se discutiu foi o comércio de armas. Nesse plebiscito, 63,9% dos eleitores endossaram o comércio de armas e o artigo que proibia foi revogado, que não entrou em vigor. (CHEQUEADO, 2019)³⁴.

O segundo trecho do depoimento do presidente aborda o financiamento de sua campanha eleitoral, quando afirma que “[...] graças a vocês, fui escolhido com a campanha mais barata da história”³⁵ (CHEQUEADO, 2019), carimbado como verdadeiro. Para legitimar o fato, o Chequeado considera os dados da Justiça Eleitoral:

32 Tradução livre a partir do original: “el líder del Partido Social Liberal, que se impuso en el balotaje en octubre con el 55% de los votos frente al candidato Fernando Haddad (Partido de los Trabajadores), dio ayer un discurso de asunción ante el Congreso y luego otro ante una multitud en la Plaza de los Tres Poderes, en Brasilia”

33 Tradução livre a partir do original: “el ciudadano de bien merece disponer de medios para defenderse respetando el referéndum de 2005, cuando optó en las urnas por el derecho a la legítima defensa”.

34 Tradução livre a partir do original: “Bolsonaro se refirió al plebiscito que ocurrió en octubre de 2005 y estaba previsto en el propio texto del Estatuto del Desarme. En aquel año, los votantes fueron consultados sobre el artículo 35 del estatuto, que prohibía “la comercialización de armas de fuego y munición en todo el territorio nacional”, salvo excepciones previstas en la ley, como en el caso de los agentes de seguridad. La declaración de Bolsonaro, por lo tanto, es FALSA. El referéndum no trató directamente el aval a la legítima defensa. Lo que se trató fue el comercio de armas. En ese plebiscito, el 63,9% de los votantes avalaron el comercio de armas y se revocó el artículo que lo prohibía, que no llegó a entrar en vigencia”.

35 Tradução livre a partir do original: “gracias a ustedes fui elegido con la campaña más barata de la historia”.

[...] os autos da Justiça Eleitoral checam as despesas das campanhas eleitorais apenas a partir de 1994, quando as declarações passaram a ser auditadas pelo tribunal. Nesse período, a campanha de Jair Bolsonaro à presidência é, de fato, a que menos gastou: R\$ 2,47 milhões nos dois turnos das eleições, segundo dados declarados ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral). No total, o novo presidente da República declarou ter arrecadado R\$ 4,39 milhões em doações para campanha (CHEQUEADO, 2019)³⁶.

No último ponto, também falso, Bolsonaro afirma que “[...] temos o grande desafio de enfrentar os efeitos (...) do desemprego recorde³⁷” (CHEQUEADO, 2019). Dessa vez, a base de dados que legitima a caracterização vem do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

[...] a taxa de desemprego trimestral mais recente divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é de 11,9% e refere-se ao terceiro trimestre de 2018. Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios, este índice não pode ser considerado um registro negativo. Ao analisar a série histórica desse indicador, iniciado em 2012, a maior taxa de desocupação aparece no primeiro trimestre de 2017, quando o índice atingiu 13,7%, equivalente a 14,2 milhões de desempregados. Naquela época, o presidente do Brasil era Michel Temer. Questionado pela Lupa, Bolsonaro não respondeu (CHEQUEADO, 2019)³⁸.

Assim como na matéria do Nexó, desenha-se a imagem do presidente brasileiro a partir de seu discurso. As temáticas já dão alguns indícios de seus focos enquanto gestor, como ao defender o uso de armas por parte dos “cidadãos de bem”. A respeito desta

36 Tradução livre a partir do original: “los registros de la Justicia Electoral recopilan los gastos de las campañas que participan de elecciones sólo a partir de 1994, cuando las declaraciones pasaron a ser auditadas por el tribunal. Considerando este período, la campaña de Jair Bolsonaro a la Presidencia es, de hecho, la que menos gastó: fueron R\$ 2,47 millones en los dos turnos de las elecciones, según los datos declarados al TSE (Tribunal Superior Electoral). En total, el nuevo presidente de la República declaró haber recaudado R\$ 4,39 millones en donaciones de campaña”.

37 Tradução livre a partir do original: “tenemos el gran desafío de enfrentar los efectos (...) del desempleo récord”.

38 Tradução livre a partir do original: “la tasa de desocupación trimestral más reciente divulgada por el Instituto Brasileiro de Geografía y Estadística (IBGE) es del 11,9% y se refiere al tercer trimestre de 2018. Según los datos de la Encuesta Nacional por Muestra de Domicilios Continua Trimestral, ese índice no puede ser considerado un récord negativo. Al analizar la serie histórica de este indicador, iniciado en 2012, la tasa más alta de desempleo aparece en el primer trimestre de 2017, cuando el índice alcanzó el 13,7%, equivalente a 14,2 millones de desocupados. En aquel momento, el presidente de Brasil era Michel Temer. Consultado por Lupa, Bolsonaro no respondió”.

proposta, aliás, o personagem se coloca como defensor de um direito do cidadão que, segundo ele, foi desrespeitado, uma vez que, em suas palavras, a população optou pelo uso das mesmas em referendo convocado em 2005.

De modo semelhante, Bolsonaro citar a vitória com “a campanha mais barata da história” pelos dados oficiais passa uma percepção de superação apesar da suposta desvantagem econômica, algo que conseguiu graças “a vocês” (eleitores brasileiros). Colocar-se o desafio de superar os efeitos do hipotético desemprego recorde também pressupõe uma necessidade de vencer um obstáculo.

Se a matéria do Nexo utiliza os discursos do próprio personagem para pressupor incoerências, desvios e mentiras, o Chequeado – como afirmado anteriormente, com base em agências de checagem brasileiras – utiliza bases de dados estatísticos para testar a legitimidade dos discursos. Essa verificação também influencia na construção da confiabilidade do próprio personagem. Como observado, dois dos três pontos selecionados são tachados como “falsos”. Para autenticar essas conclusões, nota-se que os personagens apresentados são instituições consideradas “fontes oficiais”, uma vez que as bases de dados consultadas fazem parte de órgãos públicos. Os escolhidos, aliás, aparecem com constância nos veículos de comunicação por sua credibilidade.

Assim, o uso desse tipo de construção trabalha diretamente com a legitimação das enunciações de um personagem. E a legitimação do que é dito a respeito destas se dá por meio de diversos tipos de bases de dados, fontes oficiais, consulta com “especialistas”, etc., os quais atuam como uma espécie de busca por autoridades

Outra produção da Folha que compôs o conjunto de conteúdos selecionados encontra-se ligado ao tema cultural. A turnê que comemorou as três décadas do início da carreira dos irmãos Sandy Leah Lima e Durval de Lima Junior foi o gancho³⁹ para a matéria “Músicas de Sandy & Junior ficaram mais tristes com o tempo, mostra pesquisa” (FOLHA DE S. PAULO, 2019). O primeiro ponto que destacamos a respeito da identificação dos sujeitos diz respeito à grafia. Nos momentos em que são nominados, a matéria utiliza a expressão “Sandy & Junior”, trocando a conjunção aditiva “e” pelo símbolo ampersand (&), costumeiramente utilizado para designar nomes comerciais. Essa escolha demonstra a percepção de ambos enquanto um conjunto na memória social. A única referência a ambos de modo separado ocorre quando as idades são mencionadas: “[...] é possível dizer que a chegada da adolescência – Sandy então tinha 14 anos, e Junior,

³⁹ Acontecimento(s) que serviu de motivação para a produção do conteúdo.

13 – marcou o momento em que a média das músicas da dupla ficou menos alegre” (FOLHA DE S. PAULO, 2019).

O texto, inclusive, inicia com a legitimação da relevância da dupla no cenário da música brasileira durante o período em que estiveram em atividade (1990 a 2007), bem como o fato de estarem vivos na “memória afetiva” de seus fãs, como evidencia a seguinte passagem:

Um dos temas pop mais importantes do ano vem da década de 1990. A turnê da volta de Sandy & Junior, que chega a São Paulo no fim de semana, marca o ressurgimento da dupla depois de 12 anos longe dos palcos. Não há músicas novas nem intenção de promover as atuais carreiras solo dos irmãos. Com as faixas mais conhecidas, os setlists também não têm pretensão de angariar novos fãs, mas buscam comover os convertidos. Mais que uma retomada da carreira, portanto, a nova turnê é um deliberado aceno à nostalgia. Mais especificamente, quando Sandy & Junior foram um fenômeno adolescente, na virada dos anos 1990 para os 2000 —período de onde vem a maior parte do repertório dos shows (FOLHA DE S. PAULO, 2019).

Assim, o conteúdo pressupõe que a proposta da dupla não era conquistar novos ouvintes, mas apostar na nostalgia daqueles que os acompanhavam anteriormente e o poder de mobilizá-los para a turnê. Em seguida, aparece a variante principal da matéria, apontando que a virada dos anos 1990 para 2000 marcaram uma mudança significativa na trajetória da dupla:

[...] Como mostra levantamento do DeltaFolha, foi bem nessa época que os discos da dupla começaram a ficar mais tristonhos. A diferença é perceptível na virada de “Sonho Azul”, de 1997, para “As Quatro Estações”, de 1999. Segundo as métricas analisadas, entre 13 discos lançados por eles, “Sonho Azul” é o terceiro mais agitado. Já “As Quatro Estações”, além de estar entre os três mais tristes, foi o menos vibrante que haviam lançado até então. [...] A balada “Imortal”, com 0,176 de valência, é a mais triste do setlist padrão da turnê atual. É também a primeira música de “As Quatro Estações”, exatamente o álbum que marcou a virada de ânimo na discografia do duo. Mesmo representando uma cisão na média das músicas, na prática, “Sonho Azul” já apontava os novos caminhos. São desse disco tanto algumas das canções mais animadas —“Beijo É Bom” e “Acho que Pirei”— quanto algumas das mais tristes —“Ilusão” e “Inesquecível”— tocadas no show (FOLHA DE S. PAULO, 2019).

Essas conclusões têm origem no cálculo da valência, o qual mede os níveis de alegria e euforia a partir das batidas de uma música. Aquelas com valência alta são mais alegres e eufóricas, enquanto o indicador baixo significa teor mais melancólico e

depressivo. A matéria ainda busca legitimar a base de dados que realizou tal categorização: o “Spotify, o maior serviço de streaming, que analisa padrões nas canções presentes em sua plataforma” (FOLHA DE S. PAULO, 2019).

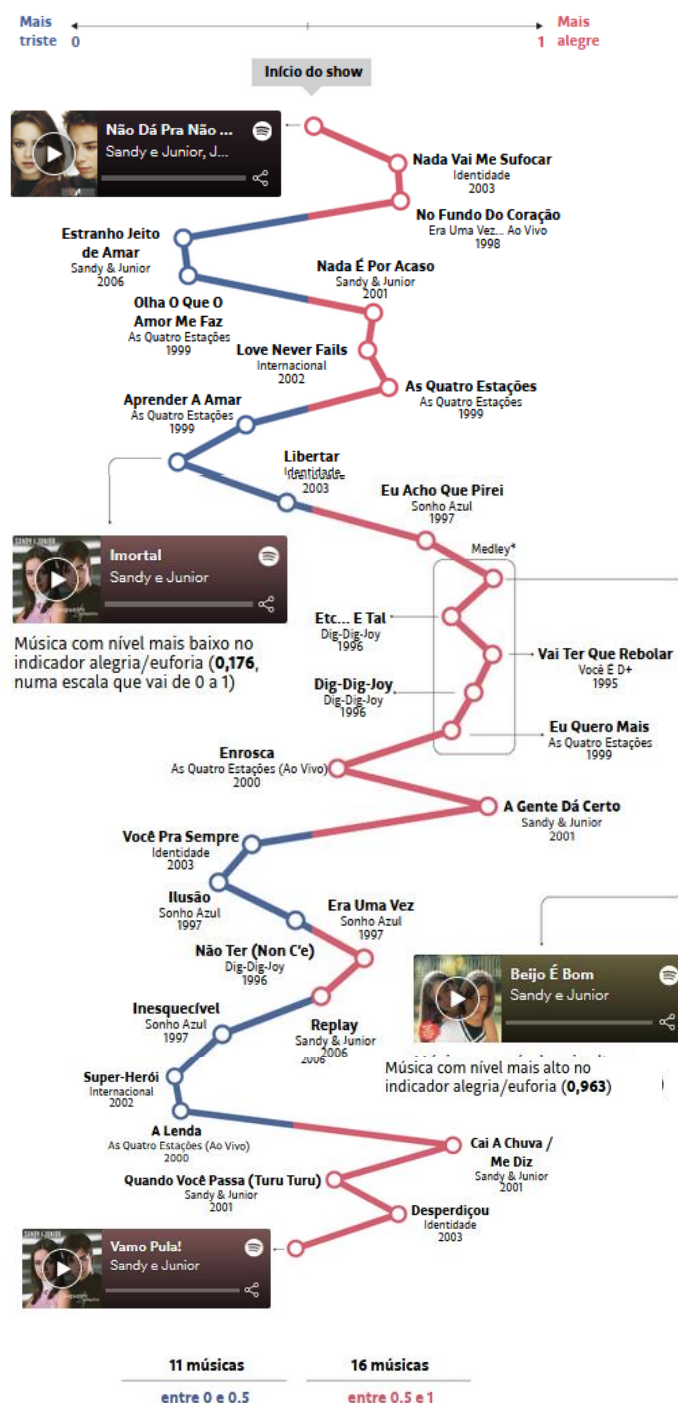
As representações gráficas de tais inferências são feitas de duas maneiras. A primeira traça um caminho da valência das músicas que compõem a turnê, na qual é possível notar equilíbrio entre alegres e tristes, bem como variações ao longo do show, o que corrobora para a argumentação da existência dos dois padrões no trabalho dos cantores. A infografia traz os nomes das canções e as respectivas datas. A expectativa sobre o decorrer da atração também é colocada em palavras, demonstrando essas intercalações:

[...] Até a chegada a São Paulo nesta turnê, os shows de Sandy & Junior tiveram pouca variação no setlist. A grosso modo, as apresentações começam mais intensas, têm momentos mais amenos, chegam a um ápice de euforia, voltam a ficar mais tranquilas e chegam ao fim novamente com a intensidade lá no alto. Por volta da metade da apresentação, há uma sequência de músicas que beiram o ápice da alegria. São elas “Beijo É Bom”, “Vai Ter que Rebolar” e “Dig-Dig-Joy”. Nos shows feitos até agora, a dupla toca logo depois desse pico de alegria uma sequência de músicas com agitação mais branda, como “Super-Herói” e “A Lenda”, o que dá um tom mais intimista a esse momento da performance. No fim, o sentimento das músicas volta a ser mais alegre, com “Desperdiçou” e “Vamo Pula!” (FOLHA DE S. PAULO, 2019).

A segunda representação gráfica elenca uma seleção de músicas organizadas em ordem cronológica – da mais antiga para a mais recente – com o resultado da valência. Segundo a descrição, para categorizar “[...] foram consideradas músicas com valência acima de 0,75, na escala que vai de 0 (nada alegre) a 1 (máximo de alegria)”. Na seleção em questão, é possível notar essa mudança por meio das barras.

O show de Sandy & Junior, segundo nível de alegria/euforia de cada canção

Ápice do indicador de alegria aparece em sequência de músicas no meio do show; em seguida, sessão acústica traz faixas mais calmas. Análise considera métrica fornecida pelo Spotify

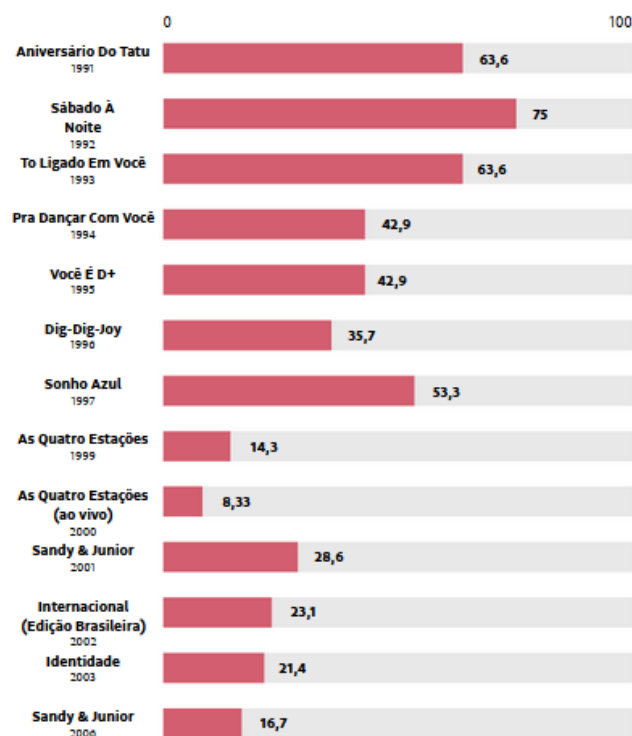


Fonte: Dados do Spotify, tabulados pela Folha; foi considerado o indicador de valência ("valence"), que indica o quanto a música é alegre/eufórica. A métrica vai de 0 (mais triste) a 1 (mais alegre). Lista de músicas considera o show de 3 de agosto, no Rio

* Medley: formato musical em que várias canções são misturadas

A alegria das músicas de Sandy e Junior ao longo da carreira

Proporção de músicas muito alegres da dupla diminui



Fonte: Spotify, com dados tabulados pela Folha. Foram consideradas músicas com valência acima de 0,75, na escala que vai de 0 (nada alegre) a 1 (máximo de alegria)

Figuras 14 e 15 – Sandy e Junior – Folha de S. Paulo (2019)

A matéria traz ainda o que aponta ser o motivo da mudança de valência ao longo dos anos, atribuindo-o a chegada da adolescência dos irmãos. O texto, inclusive, discorre que “[...] psicologicamente falando, a adolescência é a época em que as questões mais complexas da vida —o acúmulo de responsabilidades, as descobertas sexuais— se fazem presentes”. Por esse motivo, “[...] é natural que a chegada dessa fase traga consigo as maiores decepções e, no caso dos irmãos, músicas mais melancólicas e reflexivas”. Outro ponto que teria contribuído seria o fato de que “[...] o período da virada do milênio marcou ainda uma maior abertura da dupla às novas influências musicais. De certa forma, outra faceta do processo de amadurecimento”. A influência paterna também foi um fator levantado:

[...] Quando sob o comando do pai —o sertanejo Xororó, sucesso absoluto nos anos 1990 em dupla com Chitãozinho—, Sandy & Junior faziam cantigas e tinham como referência a estética do country americano. No começo dos anos 2000, a personalidade dos jovens passou a se destacar, dos arranjos roqueiros às batidas eletrônicas do pop (FOLHA DE S. PAULO, 2019).

Também com base em dados, credita-se maior sucesso à segunda fase da dupla a partir da projeção de vendas de álbuns. A fonte destes números, contudo, não são indicadas no texto.

[...] é possível dizer que a chegada da adolescência —Sandy então tinha 14 anos, e Junior, 13— marcou o momento em que a média das músicas da dupla ficou menos alegre. Foi também quando os álbuns começaram a vender ainda mais do que na fase infantil. Até “Sonho Azul”, a dupla não havia batido a marca de 1 milhão de discos vendidos. “As Quatro Estações” não só chegou a cerca de 3 milhões, como rendeu outros dois discos que ultrapassaram 1 milhão de cópias vendidas (a versão ao vivo e a de remixes) (FOLHA DE S. PAULO, 2019).

No quadro abaixo, descrevemos mais direcionadamente como as construções salientadas anteriormente ajudam a caracterizar os personagens, bem como a influência dos dados escolhidos para isso.

Quadro 5 – Caracterização personagens Sandy e Junior – autoria própria (2021)

MARCAS DA CARACTERIZAÇÃO E COMPORTAMENTO DOS PERSONAGENS ⁴⁰	ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES SEMÂNTICAS
Um dos temas pop mais importantes do ano vem da década de 1990. A turnê da volta de Sandy & Junior, que chega a São Paulo no fim de semana, marca o ressurgimento da dupla depois de 12 anos longe dos palcos.	O destaque como um dos temas pop mais importantes do ano caracteriza os sujeitos Sandy e Junior formaram uma dupla de músicos de grande relevância no passado.
Não há músicas novas nem intenção de promover as atuais carreiras solo dos irmãos. Com as faixas mais conhecidas, os setlists também não têm pretensão de angariar novos fãs, mas buscam comover os convertidos .	Mesmo sem nenhuma novidade no repertório, a dimensão de ambos teve proporções tão grandes – sobretudo na

⁴⁰ Os grifos nos trechos destacados objetivam destacar as marcas de mudança e de caracterização do perfil do personagem em questão

Mais que uma retomada da carreira, portanto, a nova turnê é um deliberado aceno à nostalgia. Mais especificamente, quando Sandy & Junior foram um fenômeno adolescente, na virada dos anos 1990 para os 2000 —período de onde vem a maior parte do repertório dos shows.	virada dos anos 1990 para os 2000 – que a turnê aposta na nostalgia dos antigos fãs.
Músicas com indicador alto de valência são mais alegres e eufóricas, enquanto as com indicador baixo soam mais melancólicas e depressivas. [...] É possível dizer que a chegada da adolescência —Sandy então tinha 14 anos, e Junior, 13— marcou o momento em que a média das músicas da dupla ficou menos alegre. Foi também quando os álbuns começaram a vender ainda mais do que na fase infantil.	A trajetória dos irmãos foi marcada por alegria na infância e diminuição da mesma com a chegada da adolescência, o que se refletiu no trabalho de ambos. Foi neste segundo período que tiveram mais vendas, o que pode se ligar a sucesso.
Psicologicamente falando, a adolescência é a época em que as questões mais complexas da vida —o acúmulo de responsabilidades, as descobertas sexuais— se fazem presentes. É natural que a chegada dessa fase traga consigo as maiores decepções e, no caso dos irmãos, músicas mais melancólicas e reflexivas.	Essa mudança verificada por meio dos dados se deve a questões psicológicas, uma vez que a adolescência abarca mais responsabilidades e descobertas sexuais. Conclui-se que Sandy e Junior passaram por esses momentos, tornando-se sujeitos mais reflexivos e melancólicos nesse período.
O período da virada do milênio marcou ainda uma maior abertura da dupla às novas influências musicais. De certa forma, outra faceta do processo de amadurecimento. Quando sob o comando do pai —o sertanejo Xororó, sucesso absoluto nos anos 1990 em dupla com Chitãozinho—, Sandy & Junior faziam cantigas e tinham como referência a estética do country americano. No começo dos anos 2000, a personalidade dos jovens passou a se destacar, dos arranjos roqueiros às batidas eletrônicas do pop.	Enquanto crianças, as características do pai estavam presentes nas músicas da dupla. Com a mudança para a fase da adolescência (abordada como “amadurecimento”), a personalidade de ambos (destaca-se o uso do singular, ou seja, como uma mistura que forma uma única personalidade) passou a dominar o perfil das canções. Perfil este caracterizado como ligados a “roqueiros” e também às “batidas eletrônicas do pop”.

Após a análise da composição da reportagem, notou-se a caracterização da trajetória de Sandy e Junior enquanto dupla. Conforme destacado, não há abordagens sobre o perfil particular de cada um deles, mas a visão de que as músicas foram reflexos das vivências de ambos, o que se percebe pelos dados. A memória que se constrói a respeito deles destaca, sobretudo, uma infância alegre, tendo recebido bastante influência do pai nas escolhas musicais, e uma adolescência cercada de conflitos psicológicos envolvendo escolhas pessoais, descobertas sexuais e também menor participação do pai em função do desenvolvimento da própria personalidade (da dupla). Nota-se também que a narrativa afirma que eles ainda são legitimados entre os fãs que os seguiam nos períodos da infância e adolescência. Este fato é que lhes confere o poder de mobilizá-los para a turnê, composta apenas por canções que fizeram sucesso no passado.

Observamos também essas construções dos personagens que representam grupos em algumas produções que tratam da temática pobreza. Em 18 de dezembro de 2019, o *La Nación* publicou a matéria “Indec. Em novembro, uma família precisava de \$37.600 para não ser pobre”⁴¹. Nela, o valor da cesta básica serve de referência para medir a condição econômica familiar. A partir dessa referência, cria-se a imagem da realidade econômica da população argentina, sobretudo daqueles que podem ser taxados e reconhecidos como pobres.

Os critérios de construção dessa composição iniciam-se pela consideração da estrutura familiar, a qual é tomada como base “uma família típica, composta por dois adultos e duas crianças”⁴². Para não cair na linha da pobreza, esta precisaria de \$ 37.596 em novembro daquele ano, ou \$ 15.099 para comprar alimentos básicos e não entrar no cadastro de indigentes. A fonte legitimadora dessa visão é o Instituto Nacional de Estatística e Censos (Indec).

Mas, “por outro lado, a cesta básica total (TCC), que traça a fronteira com a pobreza, aumentou 5,5% no mês e o mesmo percentual da CBA, 49,2% na comparação anual”⁴³. Com isso, “os preços das cestas aumentaram acima da inflação mensal de

41 Tradução livre a partir do original: “Indec. En noviembre una familia necesitó \$37.600 para no ser pobre”.

42 Tradução livre a partir do original: “una familia tipo, conformada por dos adultos y dos niños”.

43 Tradução livre a partir do original: “Por otro lado la canasta básica total (CBT), que traza la frontera con la pobreza, aumentó 5,5% en el mes y el mismo porcentaje que la CBA, 49,2%, de manera interanual”.

novembro, que foi de 4,3% e de 48,3% na comparação com igual mês de 2018”⁴⁴. Na sequência, trazem outro critério caracterização de personagem para facilitar a compreensão da base de medida para a cesta básica:

[...] a cesta básica (CBA) é determinada levando-se em consideração os requisitos normativos quilocalóricos e protéicos essenciais para um homem adulto entre 30 e 60 anos, com atividade moderada, para cobrir essas necessidades por um mês. Com essa referência, é determinado um percentual das necessidades alimentares de acordo com o sexo e a idade dos familiares (LA NACION, 2019)⁴⁵.

A referência para se construir esse personagem imaginário é a Pesquisa Nacional de Despesas Domiciliares (ENGHo). A partir dela, aponta-se que os alimentos e os valores que os compõem “[...] são apurados com base nos hábitos de consumo da população com base nas informações da Pesquisa Nacional de Despesas Domiciliares (ENGHo). A cesta básica total (CBT) também adiciona o custo de alguns serviços básicos”⁴⁶ (LA NACION, 2019).

A matéria também conclui o que leva essas pessoas a encontrarem a realidade da pobreza. Essa resposta vem do próprio Indec, a partir de seu último relatório sobre a pobreza da gestão Macri na presidência:

[...] inflação elevada, mercado de trabalho precário e perda de poder de compra impulsionaram um aumento significativo da pobreza, que no primeiro semestre deste ano cresceu mais de oito pontos, atingiu 35,4% e afetou 14,4 milhões de pessoas se for feita uma projeção do total da população urbana como referência. Em doze meses, 3,4 milhões de argentinos caíram na pobreza. Según la UCA, al tercer trimestre el 40,8% de la población estaba en esa condición (LA NACION, 2019)⁴⁷.

44 Tradução livre a partir do original: “Los precios de las canastas aumentaron por encima de la inflación mensual de noviembre, que fue del 4,3% y de 48,3% en la comparación con el mismo mes de 2018”.

45 Tradução livre a partir do original: “La canasta básica alimentaria (CBA) se determina tomando en cuenta los requerimientos normativos kilocalóricos y proteicos imprescindibles para que un varón adulto de entre 30 y 60 años, de actividad moderada, cubra durante un mes esas necesidades. Con esa referencia, se determina un porcentaje de necesidades alimentarias según sexo y edad de los miembros de la familia”.

46 Tradução livre a partir do original: “Los alimentos y las cantidades que la conforman se toman en función de los hábitos de consumo de la población a partir de la información provista por la Encuesta Nacional de Gastos de los Hogares (ENGHo). La canasta básica total (CBT) agrega, además, el costo de algunos servicios básicos”.

47 Tradução livre a partir do original: La elevada inflación, la precarización del mercado laboral y la pérdida de poder adquisitivo impulsaron una significativa suba de la pobreza, que en el primer semestre de este año creció más de ocho puntos, llegó a 35,4% y afectó a 14,4 millones personas si se toma como referencia una proyección de la población urbana total. En doce meses, 3,4

A partir dessas considerações, criam-se critérios para estabelecer quem, dentre toda a população local, deve ser considerado pobre ou indigente. Indo mais além, é possível traçar interpretações sobre características, as condições de vida e, sobretudo, alimentares desses personagens. Assim, projeta-se uma visão geral daqueles que se encontram dentro dos requisitos apresentados por meio dos dados, sendo eles vítimas da inflação elevada, mercado de trabalho precário e perda do poder de compra.

A partir da mesma temática, o *La Nacion* detalha as dificuldades da pobreza no país, mas constrói o tipo de personagem de maneira bastante distinta em “Quase 8 milhões de crianças são pobres na Argentina”⁴⁸, de maio de 2019. No caso, predomina a função testemunhal para ilustrar o acontecimento. A matéria inicia com um relato sobre a rotina de Angie Cheuquellán, de sete anos de idade:

[...] Angie Cheuquellán tem sete anos e mora em uma casa precária em Laguna Blanca, localidade na linha sul do Rio Negro. Ele se agasalha com uma jaqueta para sair de casa em direção à latrina, a 10 metros de distância. Ele coloca o capuz, se abraça para se proteger do vento e suas bochechas recebem uma injeção de vermelho pelos -5 ° que fazem. Que caminhar na neve é sua única opção para ir ao banheiro no inverno. Ela encarna o que quase oito milhões de meninos argentinos enfrentam todos os dias: uma infância pobre. Pobre em recursos econômicos, pobre em acesso a serviços básicos. E pobre de oportunidades⁴⁹ (LA NACION, 2019).

A descrição demonstra uma complexidade para utilizar a latrina de sua “casa precária”. Adjetivo, aliás, que evidencia a pobreza da família desse personagem. Constrói-se a imagem de sacrifício quando a criança não tem um banheiro dentro de casa e, por esse motivo, precisa sair, mesmo no frio inverno, para ir até o local. A existência

millones de argentinos cayeron en la pobreza. Según la UCA, al tercer trimestre el 40,8% de la población estaba en esa condición.

48 Tradução livre a partir do original: Casi 8 millones de chicos son pobres en la Argentina.

49 Tradução livre a partir do original: Angie Cheuquellán tiene siete años y vive en una casa precaria en Laguna Blanca, un paraje en la línea sur de Río Negro. Se abriga con una campera para salir de su casa rumbo a la letrina, a 10 metros. Se pone la capucha, se abraza para protegerse del viento y los cachetes se le inyectan de rojo por los -5° que hacen. Ésa, caminar sobre la nieve, es su única opción para ir al baño en invierno. Ella encarna lo que casi ocho millones de chicos argentinos enfrentan cada día: una infancia pobre. Pobre de recursos económicos, pobre de acceso a servicios básicos. Y pobre de oportunidades.

de uma latrina também sugestiona a falta de acesso à higienização, uma vez que não há saneamento básico.

Toda a construção da cena é bastante semelhante a uma narrativa literária. Por exemplo, quando destacam que “suas bochechas recebem uma injeção de vermelho”⁵⁰ ao invés de, como costumeiramente utilizado em uma linguagem dita mais “objetiva”, apenas apontarem que, no inverno, Angie passa frio para utilizar a latrina. Esse tipo de tessitura da narrativa dramatiza a situação, auxiliando que o leitor personifique e tenha imagens mentais do acontecimento. Nesse exemplo, a referência a um personagem concreto atua mostrando um ângulo do sofrimento que passam pessoas em condições semelhantes, o que transforma os dados em experiência cotidiana na narrativa. Trata-se de um tipo de “argumento pelo exemplo”, a partir do qual se formula um “princípio geral a partir de casos particulares ou da probabilidade de repetição de casos idênticos. O caso particular serve, então, para comprovar uma tese” (FIORIN, 2017, p. 186).

Essa construção avança para a exposição dos dados no momento em que apontam que a realidade do personagem é compartilhada por quase oito milhões de crianças argentinas. O cotidiano destes é “[...] pobre em recursos econômicos, pobre em acesso a serviços básicos. E pobre de oportunidades”⁵¹ (LA NACION, 2019).

A tradução dessa situação em números ocorre por meio do relatório do Barômetro da Dívida Social da Criança, o qual apontou que “[...] 62,5% dos menores de até 17 anos têm alguns de seus direitos violados. O número é de 2017 e representa um aumento de 2% em relação a 2016, atingindo o nível mais alto desde 2013”. Esses dados, baseados “[...] na abordagem multidimensional da pobreza, supera os números oficiais, que consideram apenas o aspecto econômico, e indicam que 39,7% das crianças menores de 14 anos têm renda baixa e 4,8% são pobres”⁵².

A ministra do desenvolvimento social, Carolina Stanley, aparece na sequência para analisar a forma como o governo busca trabalhar nessa situação: “[...] ‘a prioridade deste governo é reduzir a pobreza em nosso país. O primeiro passo nesse sentido foi ser

50 Tradução livre a partir do original: “los cachetes se le inyectan de rojo por los -5° que hacen”.

51 Tradução livre a partir do original: “Pobre de recursos económicos, pobre de acceso a servicios básicos. Y pobre de oportunidades”.

52 Tradução livre a partir do original: “El número, basado en el enfoque multidimensional de la pobreza, supera las cifras oficiales, que contemplan solo el aspecto económico, y señalan que el 39,7% de los menores de hasta 14 años son pobres en ingresos y que el 4,8% son indigentes”.

sincero, falar a verdade. Acreditamos que reconhecer o problema é a única maneira de começar a resolvê-lo”⁵³ (LA NACION, 2019). A autoridade surge como uma voz que personifica o governo e sua intenção de melhorar a situação econômica do país. Ao apontar que “ser sincero, falar a verdade” é o primeiro passo para reconhecer e solucionar esse problema, Stanley faz uma autorreferência de sinceridade, uma busca de demonstrar que a população pode confiar nas autoridades que trabalham para isso.

Outras declarações da ministra presentes na matéria também destacam a ideia de olhar para a pobreza para além dos dados, encarando as situações particulares das pessoas que se encontram nesse lugar social, além de olhar para todas as dimensões envolvidas. Também apontam a infância como momento-chave para diminuir essas desigualdades ao dar oportunidades de caminhar para um futuro melhor.

[...] Stanley afirma que “a pobreza é muito mais do que um número. São homens, mulheres, meninos, meninas, famílias em situação de vulnerabilidade da qual não podem escapar. A emergência nos desafia, mas nós também precisamos trabalhar em programas que possam ajudar cada uma dessas famílias a sair dessa situação definitivamente”. Desde a posse, o governo afirma priorizar a primeira infância. “Dar-lhes oportunidades iguais, porque deles depende o futuro do nosso país. É compreender a pobreza em todas as suas dimensões e saber que a educação e o trabalho são os dois pilares fundamentais que permitem a cada criança sair da situação de pobreza”, afirma a ministra⁵⁴ (LA NACION, 2019).

O La Nacion também se coloca como um personagem que irá contribuir para essa busca ao apresentar um projeto desenvolvido por ele para dar visibilidade a esse problema social. O “Fome de Futuro” intenta “[...] tornar visível como vivem e sonham as crianças

53 Tradução livre a partir do original: “Este gobierno tiene como prioridad reducir la pobreza en nuestro país. El primer paso en este sentido fue sincerar, hablar con la verdad. Creemos que reconocer el problema es la única manera de empezar a solucionarlo”, sostuvo la ministra de Desarrollo Social de la Nación, Carolina Stanley”.

54 Tradução livre a partir do original: “Desde el Ministerio de Desarrollo Social, Stanley sostiene que “la pobreza es mucho más que un número. Son hombres, mujeres, niños, niñas, familias atravesando una situación de vulnerabilidad de la que no pueden salir. La emergencia nos interpela, pero también necesitamos trabajar en programas que puedan ayudar a que cada una de estas familias puedan salir definitivamente de esta situación”. Desde que asumió, el gobierno afirma tener puesta la prioridad en la primera infancia. “Para darle igualdad de oportunidades, porque de ellos depende el futuro de nuestro país. Esto es entender a la pobreza en todas sus dimensiones y saber que la educación y el trabajo son los dos pilares fundamentales que permiten a cada niño salir de la situación de pobreza”, afirma la ministra”.

das comunidades mais vulneráveis. Nos próximos cinco meses mostrará, em todas as suas plataformas, como são essas infâncias”. Por meio dessa proposta, “[...] busca propor possíveis soluções para os problemas enfrentados pelas crianças e mostrar quais ações já estão em andamento”⁵⁵ (LA NACION, 2019). Ou seja, trata-se a ferramenta como uma maneira de contribuir para retratar a realidade e, concomitantemente, vigiar as ações governamentais que estão em andamento e buscar novas soluções. Dessa forma, também trabalha como um poder normalizador de tais ações.

Outro ponto destacável se refere ao modo de classificar o cidadão como pobre. Na matéria anterior, a referência se deu, sobretudo, pelo valor da cesta básica, além da composição base de uma família e do consumo calórico, conforme mostrado acima. Neste segundo caso, baseia-se na ferramenta que considera, além da renda necessária para sobreviver, os índices relacionados à alimentação, saúde, moradia, espaços de socialização e acesso a novas tecnologias, entre outros. Dados estes levantados pela Universidad Católica Argentina (UCA). O leitor do conteúdo pode buscar por localidade e, a partir dessa opção, tais estatísticas são reveladas.

Também se apresenta a visão da coordenadora do Barômetro da Criança da UCA, Ianina Tuñón, e do especialista em Monitoramento e Inclusão Social da Unicef Argentina, Sebastián Waisgrais, que responsabilizam o país pela situação de vulnerabilidade das crianças e destacam a situação precária e complexa para garantir os direitos das mesmas. Tuñón afirma que “[...] ‘é claro que ainda temos dívidas pendentes muito significativas, que os desafios são superlativos e estamos muito longe de um exercício efetivo dos direitos da criança’”⁵⁶. Já Waisgrais destaca a necessidade de tomar essas medidas: “[...] ‘Há anos defendemos que a pobreza infantil é uma dívida pendente: é hora de agir. E para isso precisamos dimensionar o problema e torná-lo visível’”⁵⁷. Para dar visibilidade a

55 Tradução livre a partir do original: “Consciente de estas urgencias, La Nación puso en marcha Hambre de Futuro, un proyecto para visibilizar cómo viven y con qué sueñan los chicos de las comunidades más vulnerables. En los próximos cinco meses mostrará, en todas sus plataformas, cómo son estas infancias. El proyecto intenta también plantear potenciales soluciones a los problemas que enfrentan los chicos y mostrar las que acciones ya están en marcha”.

56 Tradução livre a partir do original: “Es claro que todavía tenemos deudas pendientes muy significativas, que los desafíos son superlativos y estamos muy lejos de un ejercicio efectivo de los derechos de los niños”, explicó Ianina Tuñón, coordinadora del Barómetro de Infancia de la Universidad Católica Argentina”.

57 Tradução livre a partir do original: ““Hace años sostenemos que la pobreza infantil es una deuda pendiente: es hora de pasar a la acción. Y para eso necesitamos dimensionar el problema y visibilizarlo. Analizar las privaciones que sufren los chicos, conocer los lugares en los que viven, sus sueños y sus proyectos, es corporizar la desigualdad y traducir las estadísticas en los nombres

esses problemas, para ele, é necessário “[...] ‘analizar as privações que as crianças sofrem, conhecer os lugares onde vivem, seus sonhos e seus projetos é encarnar a desigualdade e traduzir estatísticas em nomes próprios’” (LA NACION, 2019)⁵⁸.

Um dos pontos elencados demonstra que a pobreza pode se manifestar de diferentes modos, havendo a predominância de alguns em certas localidades. Na própria Argentina, afirma-se na matéria que “[...] na Patagônia, por exemplo, eles estão ligados ao frio e ao isolamento. Já em Cuyo, eles se fazem notar no esquecimento dos povos que correm o risco de desaparecer e no colapso das economias locais. Em Impenetrable Chaqueño, o que mais falta é comida e água”⁵⁹ (LA NACION, 2019).

Já os especialistas mencionados atuam como autoridades legitimadoras, direcionando a situação atual dessas crianças às ações do governo, o qual não foi capaz de oportunizar caminhos melhores para essa população. Para conseguir mudanças nesse cenário, destacam a necessidade de ter ações que tornem visíveis o problema e que levem em consideração quais são os obstáculos e privações enfrentados por essas pessoas. Observa-se que Waisgrais afirma que se deve ter contato com elas e os lugares onde vivem, entender suas particularidades e, assim, “traduzir estatísticas em nomes próprios”. Ou seja, essa autoridade percebe a necessidade de transformar o personagem numérico em um sujeito para que se possa ter as respostas e soluções efetivas para a questão. O motivo de defender essa visão também é comentado:

[...] Para ele, quando se mede apenas a pobreza monetária, ficam de fora dimensões vitais como o exame de saúde da mãe e o nível de escolaridade, mas também outras relacionadas ao tempo livre dos filhos. “A medição multidimensional é vital para desenvolver políticas públicas que, além de ajudarem financeiramente, contemplem ações voltadas para outras dimensões, como saneamento ou exposição à violência”, acrescenta Waisgrais⁶⁰ (LA NACION, 2019).

proprios”, reclama Sebastián Waisgrais, especialista en Monitoreo e Inclusión Social de Unicef Argentina”.

58 Tradução livre a partir do original: “Analizar las privaciones que sufren los chicos, conocer los lugares en los que viven, sus sueños y sus proyectos, es corporizar la desigualdad y traducir las estadísticas en los nombres propios”.

59 Tradução livre a partir do original: “En la Patagonia, por ejemplo, están vinculadas al frío y al aislamiento. En Cuyo, en cambio, se notan en el olvido de los pueblos que están en riesgo de desaparecer y en la ruptura de las economías locales. En el Impenetrable Chaqueño, lo que más falta es la comida y el agua”.

60 Tradução livre a partir do original: “Para él, cuando se mide solo la pobreza monetaria, quedan afuera dimensiones vitales como los controles de salud de la madre y su nivel educativo pero también otras vinculadas con el tiempo libre de los chicos. “La medición multidimensional es vital para desarrollar políticas públicas que además de hacer transferencias monetarias directas,

Novamente, um personagem testemunhal retrata o acontecimento. Para isso, caracterizam a família e o modo de vida do adolescente José Sandovare:

José Sandovare tem 15 anos e mora no assentamento Las Talas, a 5 quilômetros da cidade de Caucete, em San Juan. Nem sua mãe nem seu pai terminaram a escola. Em sua casa não tem luz nem água, por isso tem que pegar no rio ou buscar a água armazenada pela prefeitura em pontos de coleta. Mas o que o deixa mais desesperado é que nenhum dos pais tem emprego e eles sobrevivem com o AUH. Ele, como tantas crianças no país, tem parte de seu futuro dificultado⁶¹ (LA NACION, 2019).

Reforça-se a legitimação do “desespero” de José Sandovare quando o especialista Waisgrais afirma que “[...] ‘quais são as piores situações para um menino? Quando o pai ou a mãe não tem emprego porque o AUH, ou qualquer outro seguro social, tira você da miséria, mas não da pobreza’”⁶². Outros especialistas também direcionam a complexidade da situação, reforçando que questões estruturais são ainda mais desafiadoras se comparadas com o aspecto financeiro:

[...] a má notícia é que a situação atual contribui para ampliar as lacunas. Especialistas concordam que a recessão, a inflação, a desvalorização e o aumento das taxas e impostos terão correlação negativa nos níveis de pobreza. “Certamente a pobreza de renda vai ter outra recuperação. Os outros indicadores têm uma evolução lenta, e são claramente as políticas de grande escala que mudam as estatísticas. E o que se vê é que as desigualdades na economia estão se ampliando no país”, diz Tuñón. A mesma tendência negativa é compartilhada pela Unicef. “Quando temos esses choques, aqueles que sofrem com a pobreza estrutural são os mais afetados porque têm menos chance de se defenderem”, explica Waisgrais. Até o governo reconhece que, embora 2018 tenha começado com uma queda na pobreza, algumas previsões indicam que essa tendência pode ser interrompida. “Isso tem a ver com

contemplan acciones focalizadas en otras dimensiones como el saneamiento o la exposición a la violencia”, agrega Waisgrais”.

61 Tradução livre a partir do original: “José Sandovare tiene 15 años y vive en el asentamiento Las Talas, a 5 kilómetros de la ciudad de Caucete, en San Juan. Ni su mamá ni su papá terminaron el colegio. En su casa no tiene ni luz ni agua, por lo que tiene que tomar la del canal o juntar en tachos la que deja la municipalidad. Pero lo que más lo desespera es que ninguno de sus padres tiene trabajo y sobreviven con la AUH. Él, como tantos niños del país, tiene parte de su futuro hipotecado”.

62 Tradução livre a partir do original: “‘¿Cuáles son las peores situaciones para un chico? Cuando su papá o mamá no tiene trabajo porque la AUH, o cualquier plan, te saca de la indigencia pero no de la pobreza”, dice Waisgrais”.

um piso de difícil penetração, como a pobreza intergeracional”, explica a Ministra do Desenvolvimento Social⁶³ (LA NACION, 2019).

Analizando as duas notícias, fica notória a gama de maneiras de construção dos personagens, mesmo se tratando de temática semelhante. Enquanto a primeira matéria foca em relatórios e especialistas, a segunda aponta para a necessidade de incluir o foco dos sujeitos que vivem naquela situação retratada pelos dados. Neste caso, contudo, as vozes dessas pessoas não se fazem presentes por falas, mas pelas descrições de suas realidades cotidianas. Os relatórios e falas de especialistas aparecem como legitimadores de que essas situações específicas são realidades compartilhadas por diversos outros sujeitos no país, além de apontarem para as soluções do problema.

Em novembro de 2020, a Folha também elaborou uma série de matérias sobre o panorama da educação brasileira a partir de levantamento feito pelo Iede (Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional), a pedido do jornal, com dados do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Uma dessas produções, com o título “Racismo estrutural tira dois anos de aprendizado de alunos pretos, mostram exames”, vincula o desempenho dos alunos com a desigualdade racial.

A respeito do uso desse indicador, classificam-no como “[...] o principal termômetro do ensino brasileiro” (FOLHA DE S. PAULO, 2020). A primeira evidência da diferença de aprendizado faz uma comparação entre estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental (do 1º ao 5º ano) da rede pública: “[...] enquanto a média da nota das avaliações de português e matemática de alunos pretos é de 5,26, a de estudantes brancos é de 6,29. A diferença, segundo especialistas, equivale ao que se aprende, em média, em dois anos na escola” (FOLHA DE S. PAULO, 2020).

63 Tradução livre a partir do original: “La mala noticia es que la coyuntura actual contribuye a profundizar las brechas. Los especialistas coinciden en que la recesión, la inflación, la devaluación y el aumento de tarifas tendrán un correlato negativo en los niveles de pobreza. “Seguramente la pobreza por ingresos va a tener otro rebote. Los otros indicadores tienen una evolución que es lenta, y son claramente las políticas de gran escala las que cambian las estadísticas. Y lo que se ve es que se van ampliando las desigualdades en el país”, dice Tuñón. La misma tendencia negativa es compartida por Unicef. “Cuando tenemos estos cimbronazos, los pobres estructurales son los más afectados porque tienen menos posibilidades de defenderse”, explica Waisgras. Incluso el gobierno reconoce que si bien 2018 arrancó con una baja de la pobreza, algunos pronósticos indican que esa tendencia podría frenarse. “Esto tiene que ver con un piso difícil de penetrar, como la pobreza intergeneracional”, explican desde Desarrollo Social”.

Importante destacar que são os “especialistas” que, a partir dos dados, fazem a leitura da diferença de dois anos. A menção a essas autoridades aparece já na linha fina⁶⁴, na qual também se faz um diagnóstico a respeito do que leva a essa defasagem: “[...] menos oportunidade de acesso à creche e apoio pedagógico são apontados por especialistas como fatores para a defasagem, sentida já nos anos iniciais” (FOLHA DE S. PAULO, 2020).

Posteriormente, esses personagens são nomeados. A primeira voz é de Ernesto Faria, diretor-executivo do Iede, que aponta que não se trata de uma diferença de capacidade de aprender, mas de acesso à educação desde o início da vida escolar:

[...] O menor desempenho não se dá porque alunos pretos aprendem menos, mas porque, desde pequenos, têm menores oportunidades educacionais. Essa diferença já ser tão grande no começo da vida escolar mostra que o país está falhando no combate à desigualdade racial”, diz Ernesto Faria, diretor-executivo do Iede (FOLHA DE S. PAULO, 2020).

Reforçam tal afirmação com dados do IBGE, outra instituição que também funciona como autoridade. Considerando números de 2018, a pesquisa do instituto aponta que 39% das crianças brancas de zero a três anos estavam matriculadas em creche, enquanto a taxa chega a apenas 32% entre os bebês pretos dessa idade. Alexsandro Santos, doutor pela Faculdade de Educação da USP, é outro especialista a reforçar o fato: “[...] é o racismo institucional presente já no início da vida das crianças pretas, ao dar a elas já na infância menos oportunidades de estímulo e desenvolvimento” (FOLHA DE S. PAULO, 2020).

Volta-se aos dados do Ideb para mostrar outra característica dos estudantes que influencia o processo de aprendizagem. Segundo a pesquisa, “[...] a diferença de desempenho é ampliada conforme se aumenta o nível socioeconômicos dos estudantes. Entre os alunos de nível ‘muito baixo’, a diferença de nota é de 0,5 ponto, o equivalente a um ano de estudo —pretos têm nota 4,98 e brancos, 5,5”. Enquanto isso, “[...] no estrato social ‘muito alto’, a diferença chega 1,35 —mais de 2,5 anos de estudo— pretos têm nota 5,5 (a mesma dos brancos mais pobres) e brancos, 6,85” (FOLHA DE S. PAULO,

⁶⁴ Texto situado abaixo do título de uma produção jornalística, o qual apresenta mais informações a respeito do acontecimento.

2020). Esse nível socioeconômico tomou como base as características relativas à renda, equipamentos em casa, ocupação, escolaridade de suas famílias.

Novamente, os “especialistas” aparecem para avaliar que o menor desempenho mesmo entre grupos com situação socioeconômica igual aponta também para uma discriminação inconsciente no ambiente escolar pela ausência de discussão sobre o racismo. A esse respeito, a Folha traz a declaração de Alexsandro Santos:

[...] “Mais do que um racismo velado, muitas vezes há um racismo inconsciente dentro da escola. Professores, gestores, educadores não percebem que adotam uma postura diferente em relação a alunos negros, com menos estímulo a eles, menos apoio, menos tolerância a situações de indisciplina. Isso acontece sem que tenham nitidez do que estão fazendo”, diz Santos (FOLHA DE S. PAULO, 2020).

Na sequência, a voz passa para uma personagem que representa uma dessas categorias de estudantes, humanizando os dados mencionados. Rozana Barroso, de 21 anos, relata ter sentido tratamento diferenciado nos seus primeiros anos de escola:

[...] Ela lembra de chegar em casa com as folhas do caderno rasgadas pela professora, como forma de repreender o que considerava falta de capricho da aluna com as lições. “Ela ia corrigir minhas lições e dizia que eu era relaxada, me chamava de porca, dizia que eu sujava o caderno e então rasgava as folhas. Eu ficava muito envergonhada, me sentia mal”, conta a jovem, que na época estudava em uma escola particular e era a única aluna negra na unidade (FOLHA DE S. PAULO, 2020).

Então, a estudante atribui essas formas de relacionamento como preconceito por parte da professora. Mesmo sem esta nunca ter mencionado algo em relação à sua cor, Rozana afirma que “[...] não entendia por que ela me tratava daquela forma, por que não gostava de mim, mas agora entendo que era por preconceito” (FOLHA DE S. PAULO, 2020). A partir do 6º ano, ela passou para uma escola pública, fato este lembrado com detalhes sobre a infraestrutura da escola, comparações e características com outros alunos e de sua trajetória:

[...] Rozana foi estudar em escola pública e lembra da infraestrutura precária da escola e falta de professores. Aos 13 anos, ela começou a trabalhar em meio período para ajudar a família. “Era a mesma situação da maioria dos meus amigos, íamos para escola de manhã e depois para o trabalho.” Ela repetiu o 9º ano e conta que pensou em desistir de estudar, mas, na mesma época, conheceu integrantes do movimento estudantil e diz ter entendido o que a desmotivava. “Eu achava que a culpa era minha por não aprender, mas entendi que era pela falta de

oportunidades.” Hoje, ela estuda em um cursinho popular e vai prestar vestibular para cursar biomedicina. “Quero ser a primeira mulher da minha família a não ser empregada doméstica, a primeira a entrar na faculdade”, diz (FOLHA DE S. PAULO, 2020).

A matéria fecha com mais alguns dados do Ideb e do IBGE que reforçam diferenças entre os estudantes pretos, pardos e brancos, mas no que se refere às demais etapas do ensino básico. Pelas estatísticas, as desigualdades continuam, mas “de forma menos acentuada”:

[...] No 3º ano do ensino médio, alunos pretos tiveram nota de 4,09 e brancos, de 4,21. No entanto, a partir dos anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano), um dos principais desafios da educação brasileira é a grande evasão dos alunos, sendo a maior parte deles negros. Segundo o IBGE, 58,3% dos jovens pretos concluíram o ensino médio até os 19 anos em 2019. Entre os pardos, o índice é de 59,7%. Entre os brancos, a taxa é de 75%. Dos 10 milhões de jovens entre 14 e 29 anos que deixaram de frequentar a escola sem concluir o ensino médio, 71,7% são pretos ou pardos (FOLHA DE S. PAULO, 2020).

O especialista Alexsandro Santos, então, aponta algumas consequências do racismo para os estudantes que o sofrem, como alguns conflitos e indisciplina. Ele também afirma que os profissionais da educação têm consciência teórica do racismo, mas ainda há dificuldade em visualizá-lo.

[...] “O peso do racismo na aprendizagem vai aumentando e impactando cada vez mais o estudante, porque ele começa a perceber de onde vem esse tratamento e não o tolera. É aí que começam os conflitos, a indisciplina, mas a escola não os reconhece como sendo consequência do racismo, da discriminação”, diz Santos. Para os especialistas, a desigualdade racial na educação precisa ser combatida com políticas públicas, com o diagnóstico das disparidades e ações que promovam a equidade. Segundo Santos, escolas e educadores têm consciência teórica do racismo na educação, mas não conseguem enxergá-lo na prática. “Precisamos aumentar o grau de letramento racial dos nossos professores. Muito não enxergam que o preconceito está presente na sala de aula. Precisamos dar a eles subsídio para corrigir a prática pedagógica.” (FOLHA DE S. PAULO, 2020).

A partir de todos os elementos apresentados, é possível traçar algumas caracterizações dos personagens. Há a presença de especialistas e instituições que se apresentam como autoridades para a leitura dos dados, como o Iede, o Ideb e o IBGE, além daqueles que denominam como “especialistas”, a exemplo de Ernesto Faria, diretor-executivo do Iede, e Alexsandro Santos, doutor pela Faculdade de Educação da USP. Mas outra personagem legitimadora é a estudante Rozana Barroso, que reforça as conclusões

a partir de suas percepções em sua própria trajetória escolar, atuando com uma função testemunhal. Neste caso, percebe-se uma “argumento por ilustração”, conforme detalha Fiorin (2017, p. 188), o qual figurativiza uma tese “para dar-lhe concretude, para torná-la sensível, para aboná-la. Por isso, não se destina à comprovação, mas à comoção, volta-se mais para o sentimento”.

O foco principal do conteúdo são as hierarquizações de desempenho a partir das diferenças raciais dos alunos das escolas brasileiras. Todos esses personagens mencionados relatam questões concernentes a essa temática. Entre os aspectos que atribuem a tais diferenciações estão características como: pretos têm menores oportunidades educacionais no começo da vida; o racismo institucional faz parte da infância das crianças pretas; alunos negros recebem menos estímulo, apoio e tolerância a situações de indisciplina de professores, gestores, educadores; racismo gera conflitos e indisciplina em alunos pretos. Já os dados apresentados, juntamente com os conteúdos textuais que os acompanham, também agregam sentidos a essas características que distinguem as oportunidades de pretos e brancos no que se refere à vida escolar. Todos esses elementos constroem imagens a respeito dos personagens, suas características/capacidades, seus desafios, etc.

Quadro 6 – Racismo na educação brasileira – autoria própria (2021)

RACISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA			
ASPECTO ANALISADO	PRETO OU PARDO	BRANCO	OBSERVAÇÕES
Desempenho em Português e matemática entre 1º a 5º ano do EF – dado do Ideb (nota)	5,26	6,29	“A diferença, segundo especialistas, equivale ao que se aprende, em média, em dois anos na escola.”
Alunos em creches – dado do segundo IBGE (%)	32%	39%	“Para especialistas, o menor aprendizado já ao início da trajetória escolar é resultado do menor acesso à educação infantil na população preta e da ausência de ações de apoio pedagógico específico para os estudantes.”

Nível socioeconômico “muito baixo” – dado do Ideb (nota)	4,98	5,5	“A pesquisa mostra também que a diferença de desempenho é ampliada conforme se aumenta o nível socioeconômicos dos estudantes.”
Nível socioeconômico “muito alto” – dado do Ideb (nota)	5,5	6,85	“O nível socioeconômico dos estudantes é calculado com base nas características relativas à renda, equipamentos em casa, ocupação, escolaridade de suas famílias. Diversas pesquisas e estudos já comprovaram forte correlação entre resultados escolares e a condição socioeconômica e cultural em que vivem os alunos.”
Desempenho no 3º ano do EM – dado do Ideb (nota)	4,09	4,21	“A diferença de desempenho entre os estudantes se mantém nas demais etapas da educação básica, ainda que de forma menos acentuada.”
Evasão 6º a 9º ano do EF. Percentual que concluiu EM – dado do Ideb (nota)	58,3	75	“No entanto, a partir dos anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano), um dos principais desafios da educação brasileira é a grande evasão dos alunos, sendo a maior parte deles negros.”
Dos 10 milhões de jovens entre 14 e 29 anos que deixaram de frequentar a escola sem concluir o EM – dado do IBGE (%)	71,7%	28,3	“Dos 10 milhões de jovens entre 14 e 29 anos que deixaram de frequentar a escola sem concluir o ensino médio, 71,7% são pretos ou pardos.”

O Chequeado também elaborou uma narrativa sobre as diferenças das escolas, mas a nível local – no caso, o distrito de Buenos Aires – e focada na distinção entre alunos de instituições públicas daqueles que integram as particulares. O conteúdo “Radiografía da desigualdade educacional na província de Buenos Aires”⁶⁵ foi publicado em fevereiro de 2019 e, já na linha-fina, aponta a diferença socioeconômica como ponto-chave: “os alunos de lugares com nível socioeconômico baixo que estudam em escolas públicas conseguem resultados de quatro a dez vezes piores do que seus pares de NSE algo que estudam em escolas privadas. Quais são os lugares com melhores resultados”⁶⁶.

Inicia-se com a referência a uma reunião do governo de Buenos Aires com a Frente de Unidad Docente de la Provincia (Suteba, FEB, Sadop, UDA, AMET y Udocba). Nesse contexto, discutiu-se sobre a qualidade e as migrações de alunos das escolas públicas para privadas. Partindo de tal acontecimento, traçam a questão que norteia a matéria: “[...] Mas qual é a situação nas distintas partes da provincia e em diferentes faixas econômicas? Abaixo, os dados”⁶⁷ (CHEQUEADO, 2019). Para medir essas diferenciações, apontam como fonte de medida dos dados as provas “Aprender” do Ministério da Educação Nacional, as quais representam os “Operativos Nacionales de Evaluación de la calidad educativa (ONE) inaugurados en 1993”⁶⁸ (CHEQUEADO, 2019).

A primeira conclusão diz respeito a consequências socioeconômicas já mencionadas na linha-fina, mas destacada novamente no texto, uma vez que “[...] os alunos de lugares com nível socioeconômico baixo que estudam em escolas públicas conseguem resultados de quatro a dez vezes piores do que seus pares de NSE algo que estudam em escolas privadas”. Com isso, “a diferença média entre as áreas analisadas é de 7,3 vezes”⁶⁹ (a soma da diferença somada de todas as disciplinas dividido pelo número de disciplinas).

65 Tradução livre a partir do original: “Radiografía de la desigualdad educativa en la Provincia de Buenos Aires”.

66 Tradução livre a partir do original: “los alumnos de hogares de nivel socioeconómico bajo que asisten a escuelas públicas obtienen resultados de cuatro a diez veces peores que sus pares de NSE alto que asisten a escuelas de gestión privada. Cuáles son las localidades con mejores resultados”.

67 Tradução livre a partir do original: “Pero, ¿cuál es la situación en las distintas partes de la provincia y en los diferentes sectores socioeconómicos? A continuación, los datos”.

68 Tradução livre a partir do original: “Operativos Nacionales de Evaluación de la calidad educativa (ONE) inaugurados en 1993”.

69 Tradução livre a partir do original: “los alumnos pertenecientes a hogares de nivel socioeconómico bajo que asisten a escuelas públicas obtienen resultados de cuatro a diez veces

Alumnos por debajo del nivel básico (en %)
Provincia de Buenos Aires, 2017

Nivel	Área	I Escuelas de gestión pública NSE bajo	II Escuelas de gestión privada NSE alto	Ratio I / II
6º grado primaria	Ciencias Naturales	24,7	3,3	7,5
6º grado primaria	Ciencias Sociales	26,7	2,7	9,9
6º año secundaria	Lengua	31,9	4,2	7,6
6º año secundaria	Matemática	62,9	15,6	4,0

Fuente: Aprender 2017: informe de resultados, Secretaría de Evaluación Educativa, Ministerio de Educación
https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/informe_buenos_aires_primaria_2017.pdf
https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/informe_buenos_aires_secundaria_2017_1.pdf

Figuras 16 – Educação em Buenos Aires – Chequeado (2019)

Assim como no caso anterior, a busca por um especialista reforça o que os dados mostram e, ainda, traz interpretações a respeito destes. A diretora de Educação do Centro de Implantação de Políticas Públicas para a Igualdade e Crescimento (Cippec), Alejandra Cardini, aborda a necessidade de direcionamento das políticas públicas: “[...] os resultados mostram um longo caminho a percorrer em termos de desigualdades. Nosso sistema educacional não está sendo capaz de reverter as desigualdades e isso marca a necessidade de colocar o foco de todas as políticas educacionais nos mais vulneráveis”⁷⁰ (CHEQUEADO, 2019).

Os testes realizados em 2016, sua primeira edição, e 2017 também aparecem na matéria e corroboram com a realidade manifesta anteriormente sobre os estudantes. Sobre o primeiro, cita-se um relatório publicado pelo Cippec, no qual assegura que se observam resultados educacionais piores que em outros países da região se se compara o PIB per capita e o investimento em educação feito pela Argentina. Complementam essa observação com um diagnóstico: “[...] ‘as evidências mostram um diagnóstico onde o nível educacional não piora (até melhora), mas também que a educação é mal distribuída e, em termos gerais, é de baixa qualidade’”⁷¹ (CHEQUEADO, 2019).

peores que sus pares de NSE alto que asisten a escuelas de gestión privada”. Com isso, “la diferencia promedio entre las áreas analizadas es de 7,3 veces”.

⁷⁰ Tradução livre a partir do original: ““Los resultados muestran un largo camino por recorrer en materia de desigualdades. Nuestro sistema educativo no está pudiendo revertir las desigualdades de origen y eso marca la necesidad de colocar el foco de todas las políticas educativas en los más vulnerables”, explicó Alejandra Cardini, directora de Educación del Centro de Implementación de Políticas Públicas para la Equidad y el Crecimiento (Cippec), al analizar los resultados nacionales”.

⁷¹ Tradução livre a partir do original: “Las evidencias muestran un diagnóstico donde el nivel educativo no empeora (incluso mejora), pero también que la educación está mal distribuida y, en

Sobre os resultados das provas de 2017, os “expertos” (especialistas) do Cippec atribuíram as diferenças entre os resultados entre o setor estatal e o privado deve-se à desigualdade de nível socioeconômico. Para isso, citam a diferença estatística das características econômicas dos alunos dessas escolas: “[...] ‘de fato, o relatório de resultados mostra que o nível de segregação no sistema educacional é significativo: apenas 36% dos alunos com alto nível socioeconômico frequentam escolas estaduais, enquanto 96% das pessoas de baixo nível socioeconômico o fazem’, concluiu o relatório.”⁷² (CHEQUEADO, 2019).

Na sequência, invoca-se outra especialista, Elena Duro, a secretária de Avaliação Educacional da Nação. Ao apresentar os resultados das provas – neste ponto, trazem um link para a notícia completa – Duro afirma que os alunos de outros países da região também enfrentam essa realidade: “[...] ‘a Argentina não foge da realidade da região. Existe um forte determinismo devido ao contexto de vulnerabilidade ou pobreza’”⁷³ (CHEQUEADO, 2019).

A partir do intertítulo “La provincia, en detalle” (A província em detalhes), são destacadas algumas análises dos resultados das provas. A primeira observação classifica os desempenhos dos alunos segundo o nível socioeconômico, mas sem considerar se estão matriculados em escolas públicas ou privadas. Essa análise objetiva dimensionar o tamanho do impacto de tal aspecto social e financeiro na vida acadêmica, mostrando o que se esperar de estudantes com cada um dos graus elencados:

[...] Um dos capítulos do relatório que analisa os resultados das provas Aprender cataloga os desempenhos de acordo com o nível socioeconómico dos alunos, sem distinguir entre a matrícula em estabelecimentos públicos ou privados. De acordo com esses mesmos dados, na Província de Buenos Aires, 25,9% dos alunos com baixo SES na sexta série do ensino fundamental obtiveram resultados em Ciências Sociais abaixo do nível básico, em comparação com apenas 4,5% dos alunos com alto SES. Fenômeno semelhante é observado em Ciências Naturais, onde 24% dos alunos pertencentes a famílias com baixo SES

términos generales, es de baja calidad”, concluyó Cardini en el informe que publicó con Belén Sánchez y Axel Rivas”.

72 Tradução livre a partir do original: ““En efecto, el informe de resultados muestra que el nivel de segregación en el sistema educativo es significativo: sólo el 36% de los alumnos de nivel socioeconómico alto asiste a escuelas estatales mientras que dentro del nivel socioeconómico bajo, el 96% lo hace”, concluyó el informe”.

73 Tradução livre a partir do original: ““La Argentina no escapa a la realidad de la región. Hay un fuerte determinismo por contexto de vulnerabilidad o pobreza”, resumió Elena Duro, secretaria de Evaluación Educativa de la Nación, al presentar los resultados de las pruebas”.

obtiveram resultados abaixo do nível básico contra 5,1% dos alunos com alto SES (ver relatório)⁷⁴ (CHEQUEADO, 2019)

O mesmo padrão é observado entre estudantes das escolas secundárias da província de Buenos Aires, de acordo com o informe, que indica o seguinte:

[...] O fenômeno também ocorre nas escolas secundárias da província. 30,4% dos alunos do sexto ano apresentaram desempenho abaixo do nível básico em Linguagem, algo que só foi observado em 7% dos alunos de NSE alto. No caso da Matemática, 61,3% dos alunos de lares com baixo SES não alcançaram os níveis básicos de desempenho contra 20,8% dos alunos com alto SES (ver relatório) (CHEQUEADO, 2019).

Outro fenômeno apontado destaca os resultados acima da média em localidades menores. Nestas, “[...] alunos do ensino fundamental e médio que residem em lugares com menos de 100.000 habitantes obtiveram os melhores resultados nos testes Aprender de 2017”⁷⁵ (CHEQUEADO, 2019). Para essa característica, afirmam que o “governo da província” aponta como razões para tal desempenho o “controle social” que ocorre entre “famílias, autoridades e professores”⁷⁶. Além disso, o governo também reconhece que “a infraestrutura escolar nesses bairros está em melhores condições e que o número de alunos por sala de aula permite um vínculo mais estreito entre aluno e professor”⁷⁷ (CHEQUEADO, 2019). Ou seja, as justificativas para serem alunos de melhor desempenho passa pelo controle mais próximo que as “autoridades” possuem sobre eles, a infraestrutura escolar e também pela possibilidade de vínculo mais próximo com os professores em função da menor quantidade de pessoas por turma.

74 Tradução livre a partir do original: “Uno de los capítulos del informe de análisis de los resultados de las pruebas Aprender cataloga los desempeños según el nivel socioeconómico de los alumnos, sin hacer distinción entre asistencia a establecimientos públicos o privados. Según estos mismos datos, en la Provincia de Buenos Aires el 25,9% de los alumnos de NSE bajo de sexto grado de primaria obtuvo resultados en Ciencias Sociales por debajo del nivel básico, contra apenas 4,5% de estudiantes de NSE alto. Un fenómeno parecido se observa en Ciencias Naturales, donde el 24% de los alumnos pertenecientes a hogares de NSE bajo obtuvo resultados por debajo del nivel básico contra 5,1% de estudiantes de NSE alto (ver informe)”.

75 Tradução livre a partir do original: “los estudiantes primarios y secundarios que residen en poblaciones de menos de 100 mil habitantes obtuvieron los mejores resultados en las pruebas Aprender 2017”.

76 Tradução livre a partir do original: “familias, autoridades escolares y docentes”.

77 Tradução livre a partir do original: “la infraestructura escolar en aquellos distritos está en mejores condiciones y que la cantidad de alumnos por aula permite un vínculo más cercano entre alumno y maestro”.

Na mesma linha de raciocínio, o Chequeado traz, após o intertítulo “Casos extremos de desigualdad educativa” (Casos extremos de desigualdade na educação), um cruzamento de dados entre índices socioeconômicos de localidades específicas e o desempenho dos alunos das escolas dos distritos. Para ilustrar “a enorme desigualdade de resultados educacionales entre os distritos de Buenos Aires”⁷⁸, o Centro de Estudios de la Educación Argentina (CEA) da Universidad de Belgrano, dirigido por Alieto Guadagni, “tomou como exemplo os relatórios da primeira prova Aprender, de 2016, que foi entregue a alunos do ensino secundário”⁷⁹. As interpretações do relatório destacam que 61,9% dos alunos das escolas públicas de José C. Paz obtiveram resultado “abaixo do mínimo” nos testes de Matemática, porcentagem esta muito acima dos 10,6% nas escolas privadas de Vicente López. A ligação das situações é destacada: “[...] ‘Essa situação não é nova no Conurbano, pois há anos existe uma correlación entre o nível educacional e o nível socioeconómico’, diz o relatório do CEA.”⁸⁰ (CHEQUEADO, 2019).

Outro ponto que utilizam para caracterizar os alunos das escolas de cada localidade é a taxa de alunos com idade acima da idade teoricamente correspondente ao nível que estão cursando. Sobre esse aspecto, “[...] de acordo com um relatório publicado em 2017 pela Dirección General de Cultura y Educación de Buenos Aires, a taxa de excedentes nas escolas públicas de José C. Paz era de 11,99%, contra 1,61% e 1,78% das escolas privadas de administração em San Isidro e Vicente López, respectivamente”⁸¹ (CHEQUEADO, 2019).

Com isso, nota-se que o Chequeado buscou a compreensão das características segundo fatores socioeconômicos. Já a matéria da Folha construiu os personagens representados pelos alunos a partir da questão racial. Mesmo quando abordada a questão socioeconômica, esta foi vinculada ao critério principal utilizado na narrativa, sobretudo com a voz dos especialistas analisando os números.

78 Tradução livre a partir do original: “la enorme desigualdad de resultados educativos entre distritos bonaerenses”.

79 Tradução livre a partir do original: “tomó a modo de ejemplo los informes de la primera prueba Aprender, de 2016, que se hizo a alumnos de escuelas secundarias”.

80 Tradução livre a partir do original: “Esta situación no es nueva en el Conurbano, ya que desde hace años existe una correlación entre el nivel educativo y el socioeconómico”, asegura el informe del CEA”.

81 Tradução livre a partir do original: “según un informe publicado en 2017 por la Dirección General de Cultura y Educación bonaerense, la tasa de sobreedad en las escuelas públicas de José C. Paz era del 11,99%, comparado con el 1,61% y 1,78% de las escuelas de gestión privada en San Isidro y Vicente López, respectivamente”.

Conforme observado na análise anterior, todos esses elementos vinculados aos personagens elaborados criam hierarquizações e distinções, fatores estes que constroem expectativas a respeito das trajetórias, desafios, níveis de aprendizados, dentre outros aspectos. Evidencia-se, por exemplo, a tendência de quase a totalidade das crianças provenientes de famílias com menor renda se matricularem em escolas públicas; enquanto aquelas de famílias de padrões financeiros elevados possuem maior probabilidade de frequentarem instituições particulares.

Com todos as caracterizações a partir dos dados dos relatórios, a construção da narrativa aponta para o fato dos alunos de classes econômicas mais baixas possuem desempenho inferior, o que destacam mesmo na comparação que não leva em consideração a diferenciação entre escolas públicas e privadas. Já nos momentos em que colocam essa distinção, o direcionamento sugere que os estudantes que passam por particulares é que possuem melhores níveis de aprendizado.

Quadro 7 – Desigualdade e educação em Buenos Aires – autoria própria (2021)

DESIGUALDADE NA EDUCAÇÃO EM BUENOS AIRES			
ASPECTO ANALISADO	ÍNDICE SOCIOECONÔMICO BAIXO	ÍNDICE SOCIOECONÔMICO ALTO	OBSERVAÇÕES
Matriculado em escolas estatais	96%	36%	“En su lectura de la siguiente edición de las pruebas Aprender (de 2017), los expertos de Cippec destacaron que “buena parte” de la diferencia de resultados entre el sector estatal y privado puede deberse a diferencias en el nivel socioeconómico de la población que asiste a cada tipo de escuela”
Alunos da 6ª série do Ensino Primário – nota em Ciências Sociais abaixo no nível básico	25,9%	4,5%	“Uno de los capítulos del informe de análisis de los resultados de las pruebas Aprender cataloga los desempeños según el nivel socioeconómico de los alumnos, sin hacer distinción entre asistencia a

			establecimientos públicos o privados”
Alunos da 6ª série do Ensino Primário – nota em Ciências da Natureza abaixo no nível básico	24%	5,1%	“Cabe destacar, además, que los mejores resultados bonaerenses se dieron en localidades pequeñas: como explica esta nota, los estudiantes primarios y secundarios que residen en poblaciones de menos de 100 mil habitantes obtuvieron los mejores resultados en las pruebas Aprender 2017”
Alunos do Ensino Secundário – nota em Letras abaixo no nível básico	30,4%	7%	“Para el Gobierno de la provincia, entre las razones de los buenos resultados alcanzados por los alumnos en pequeñas comunidades se destaca el mejor “control social” que se da entre familias, autoridades escolares y docentes. Además, las mismas fuentes reconocen que la infraestructura escolar en aquellos distritos está en mejores condiciones y que la cantidad de alumnos por aula permite un vínculo más cercano entre alumno y maestro”
Alunos do Ensino Secundário – nota em Matemáticas abaixo no nível básico	61,3%	20,8%	
ASPECTO ANALISADO	ESCOLAS PÚBLICAS	ESCOLAS PRIVADAS	OBSERVAÇÕES
Alunos que estão abaixo do nível básico em Matemática	61,9%	10,6%	Dados de escolas públicas de José C. Paz e de escolas privadas de Vicente López
Alunos com idade acima da idade	11,99%	1,61% e 1,78%	Dados de escolas públicas de José C. Paz

teoricamente correspondente ao nível que estão cursando			e de escolas privadas de San Isidro e Vicente López, respectivamente
---	--	--	--

No que se refere a instituições no papel de personagens principais da notícia, também observamos como estes são caracterizados e os modos como o uso de base de dados influencia nessas modulações. Em “PSOL e Republicanos têm onda de novos filiados após avanço em eleições municipais”, publicada pela Folha em 4 de julho de 2021, aborda-se o crescimento e queda de filiações a partidos políticos no Brasil.

Segundo apurado pela Folha – utilizando-se de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – “[...] as movimentações de filiações partidárias após as eleições municipais de 2020 apontam que PSOL e Republicanos são os partidos que mais aumentaram o saldo de filiados no período entre dezembro do ano passado e abril deste ano”. O primeiro teve “[...] saldo de 21,3 mil novos filiados no período. O Republicanos ganhou 6.200 novos filiados”. Mas a matéria aponta que se trata de um fenômeno recente, uma vez que “[...] o cenário difere daquele do mesmo período após as eleições de 2018, quando apenas partidos alinhados ao presidente Jair Bolsonaro (à época no PSL) registraram um salto de novas filiações” (FOLHA DE S. PAULO, 2021).

A matéria atribui o crescimento ao “[...] bom desempenho do partido nos grandes centros urbanos. Metade das novas filiações está concentrada nos estados do Pará e de São Paulo, onde o partido teve bom desempenho na disputa a prefeito da capital”. Então, trazem os dois integrantes do partido que conquistaram essas participações notáveis nas eleições.

Em Belém, Edmilson Rodrigues foi eleito prefeito – “[...] única prefeitura de capital conquistada pela sigla em 2020” – e, em São Paulo, o partido teve desempenho “[...] surpreendente ao chegar ao segundo turno com Guilherme Boulos. O professor e ativista do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) teve 40% dos votos válidos, perdendo para o então prefeito Bruno Covas (PSDB)”.

O presidente nacional da legenda direciona outra perspectiva para o desempenho: “[...] ‘Esse crescimento se deve ao papel do PSOL no enfrentamento ao bolsonarismo, à postura correta e ativa para a unidade das esquerdas e à capacidade de ter apresentado propostas concretas para tirar o Brasil da crise’” (FOLHA DE S. PAULO, 2021).

Ou seja, a primeira interpretação dos dados caracteriza o PSOL como um partido que atraiu filiados que se motivaram pelos resultados obtidos nas eleições municipais.

Enquanto isso, o presidente do partido agrega outras características: o papel de grande opositor ao governo federal; de agregador daqueles que se posicionam politicamente à esquerda; e como um partido capaz de liderar o país contra a crise em que se encontra.

Já a respeito do Republicanos, o segundo partido com maior saldo de novos filiados, destaca-se o fato de ser ligado à Igreja Universal do Reino de Deus. Mas que, apesar dessa característica, “[...] tem buscado ampliar seu horizonte de atuação, com a filiação de líderes políticos de fora do universo religioso”. Além disso, “[...] a legenda também tem buscado se posicionar abertamente como um partido de direita e tornou-se um dos mais fiéis aliados de Bolsonaro no Congresso” (FOLHA DE S. PAULO, 2021). Esse fato é reforçado com a menção aos filhos de Jair Bolsonaro:

[...] Com essa aproximação, dois dos filhos do presidente filiaram-se ao partido depois de 2018: o vereador no Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro e o senador Flávio Bolsonaro (RJ) —este, porém, deixou o partido em maio e anunciou filiação ao Patriota, que também está na mira do presidente para disputar a eleição de 2022 (FOLHA DE S. PAULO, 2021).

O crescimento do Republicanos também passa por São Paulo, além de ganhar espaço na Bahia em função da nomeação de um deputado como ministro, o que gerou alguns efeitos, mencionados na matéria:

[...] o Republicanos cresceu majoritariamente no estado de São Paulo, mas também avançou na Bahia, onde ganhou força com a ascensão do deputado federal João Roma, que em fevereiro deste ano assumiu o Ministério da Cidadania do governo Bolsonaro. Roma rompeu com seu padrinho político, o ex-prefeito de Salvador ACM Neto (DEM), e tem buscado construir um grupo político próprio na Bahia. O partido tem conseguido avançar com maior força em cidades do interior, onde teve crescimento no número de prefeitos e vereadores no pleito de 2020 (FOLHA DE S. PAULO, 2021)

A personagem que aparece como especialista nesta matéria é a cientista política Lara Mesquita, pesquisadora da FGV. Ela faz o balanço dos dois partidos em destaque, mencionando que ambos saíram mais fortes das eleições municipais. Para ela, “[...] ‘o Republicanos é um partido muito organizado e já faz um tempo que está se estruturando, fazendo um trabalho de mobilização de base. Este crescimento não é por acaso’” (FOLHA

DE S. PAULO, 2021). Mesquita também afirma que o PSOL tem feito um trabalho de base e conseguiu crescer sobretudo nos grandes centros urbanos.

A matéria aponta que, no caso do PSOL, “esse esforço de mobilização é ainda mais importante, já que é uma das siglas ameaçadas pela cláusula de barreira e que precisará ter um melhor desempenho na próxima eleição para a Câmara dos Deputados” (FOLHA DE S. PAULO, 2021). E, além dos dois partidos, Avante, PT e Novo completam o ranking daqueles com maior saldo de novos filiados.

Após essa hierarquização das perspectivas de novos filiados de cada partido, a matéria faz um balanço do cenário. Mostra-se uma mudança de perspectiva, uma vez que “[...] há avanço tanto no campo da esquerda quanto no campo da direita. Há dois anos, apenas partidos mais alinhados à direita registraram crescimento”. Anteriormente, “[...] entre janeiro e abril de 2019, PSL, Novo e Republicanos foram as legendas que mais ganharam novos filiados. Na época, o PSL chegou a registrar 31 mil novas filiações, embalado pela vitória de Bolsonaro” (FOLHA DE S. PAULO, 2021).

No mesmo período de 2020, o PSL manteve-se como o partido que mais conquistou adesões de filiados, mesmo com a desfiliação do presidente Bolsonaro, que deixou a sigla em novembro de 2019. Entretanto, os primeiros meses de 2021 marcaram uma perspectiva contrária, terminando com o pior saldo de novos filiados. A consequência foi que “[...] a legenda distanciou-se de Bolsonaro e vem perdendo filiados que vieram na onda do bolsonarismo. Teve saldo negativo de 3.600 filiados. Ou seja, mais pessoas deixaram o partido do que entraram” (FOLHA DE S. PAULO, 2021).

O segundo e terceiro colocados em termos de perda de filiados desde as eleições municipais foram PTB e DEM. A matéria também menciona o que considera motivadores para esse acontecimento:

[...] as duas legendas enfrentam um cenário conturbado de disputas internas que resultou na desfiliação de alguns de seus principais líderes nos estados. O DEM perdeu o vice-governador de São Paulo, Rodrigo Garcia, que foi para o PSDB; o governador do Tocantins, Mauro Carlesse, que migrou para o PSL; e o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, hoje no PSD. Cada um desses líderes levou consigo outros quadros que eram filiados ao partido. O PTB, por sua vez, vive uma transformação ainda mais profunda. O presidente nacional do partido, Roberto Jefferson, aproximou-se das franjas mais radicais do bolsonarismo e iniciou um processo de expurgo de seus principais líderes nos estados com a dissolução de diretórios regionais (FOLHA DE S. PAULO, 2021).

Já entre outros partidos, o balanço não mudou tanto os cenários, mas uma estagnação. O MDB continuou como o partido com mais filiados do país, com cerca de 2 milhões de eleitores, seguido por PT, PSDB, PP e PDT.

Dessa forma, o que se evidencia na matéria é a hierarquização dos personagens, representados pelos partidos políticos. Apresentam-se diferentes momentos e mudanças de cenários nessas ordenações, assim como as motivações para esses acontecimentos. Tais fatores são mencionados como aspectos incorporados como características de cada legenda, influenciando a adesão de novos filiados ou a desistência daqueles que se encontravam nos quadros dos partidos. Neste segundo ponto, aliás, observa-se que a matéria também traz essa hierarquização negativa, a qual contempla aqueles que estão em decréscimo no dado considerado como base de medida. Contudo, é destacável a última observação a respeito desses indicadores:

[...] apesar de simbolizar a representação dos partidos entre o eleitorado, o número global de filiados é tido como um indicador questionável para mensurar o tamanho ou a capilaridade dos partidos. Isso porque, no Brasil, nem sempre há participação dos filiados nas decisões do partido. A ausência de taxas e contribuições financeiras na maioria das legendas também é um fator que facilita a filiação. Outra lacuna é o fato de a base de dados do TSE possuir falhas. Existem pessoas que já morreram entre os filiados considerados em situação regular, além de eleitores que são registrados involuntariamente (FOLHA DE S. PAULO, 2021).

A partir de tal consideração, atribuem a esses dados o poder de representar a aceitação dos partidos para o eleitorado, mas não de dimensionar o tamanho exato e a capilaridade deles, uma vez que nem todos os filiados podem participar das decisões dentro da legenda. Também se mencionam as falhas das bases de dados como uma característica que demarca a desorganização do TSE na manutenção atualizada e correta das informações.

Diante das análises dessas notícias, pudemos refletir sobre a forma como os personagens são construídos e de que modo os dados ligam-se a esse processo. Notamos diversas funções assumidas dentro das narrativas. Entre elas, o *sujeito-analisado*, quando as ações, trajetórias, falas e outros elementos são enumerados, destacados e/ou diretamente mensurados para caracterizar pessoas, grupos ou instituições. Exemplos disso foram as matérias sobre Alexandre Frota, as falas de Jair Bolsonaro, os partidos políticos brasileiros, as crianças argentinas etc.

Dessa forma, há a elaboração de novos elementos que afetam a memória a respeito desses sujeitos, assim como eles podem ser legitimados ou deslegitimados a partir dessas análises. No exemplo da matéria sobre o deputado Alexandre Frota, nota-se a clara mudança de comportamento em diversas situações, o que afeta, por exemplo, no sentido de deslegitimar suas ações e a crença na continuidade de suas propostas. Ou seja, tal construção tanto afeta as visões sobre o passado do personagem como pode criar projeções sobre suas tomadas de caminho futuras.

O mesmo ocorre com as falas do presidente Jair Bolsonaro. A caracterização corrobora com a imagem de alguém com postura e ações agressivas e ambíguas. Isso também vale quando grupos ou instituições são os analisados, como notamos no caso das notícias sobre pobreza e desigualdades raciais. Esses grupos são mensurados, analisados e projetados a partir dos dados, ligando-se tais sentidos à memória a respeito destes e à legitimação em relação aos lugares que ocupam na sociedade, atitudes, falas, posturas etc.

Assim, todas essas construções por meio dos dados costumeiramente aparecem hierarquizando ou julgando os sujeitos a partir das normas da sociedade em questão. É nesse sentido que as relações de poder-saber ficam evidenciadas. Ou seja, a hierarquia estabelece qual a posição ou destaque daquele sujeito dentro da categoria estabelecida, assim como as análises o moldam ou o ajuízam dentro das “diretrizes” da sociedade em que se encontra.

Também observamos a presença de *especialistas*, costumeiramente com o papel de interpretar o acontecimento por meio dos dados e outras informações. Suas atribuições aparecem em destaque, como aquelas relacionadas à sua competência, a exemplo da área de formação e atuação, experiência, ocupação de um cargo, etc. Essa consideração também vale quando uma matéria traz especialistas com visões distintas sobre o mesmo tema e/ou dados, uma vez que essas análises divergentes apontam direções específicas, tornando-se, assim, elementos que atuam na construção do acontecimento.

Há, ainda, as *testemunhas*, que aparecem como modelos do que se observou por meio dos dados, como uma parte que ilustra aquilo que é afirmado a respeito do todo. Ou seja, atuam como representações concretas da realidade, dando vida aos dados. Assim, atrelam-se diretamente ao que foi relatado a partir desses dados, também produzindo novos sentidos.

A memória, a legitimação discursiva e as relações de poder-saber também valem para esses outros personagens. Como apontamos anteriormente, ficou bastante evidente que, após o consumo dessas produções, novos sentidos são construídos sobre a imagem

dos personagens representados, o que afeta a memória a respeito dos mesmos, a legitimação de suas posições e discursos e também as relações de poder-saber que os envolvem.

5.2 O leitor participativo ou o personagem-leitor

O dispositivo de transmissão de informações “[...] constitui o ambiente, o quadro, o suporte físico da mensagem, mas não se trata de um simples vetor indiferente ao que veicula, ou de um meio de transportar qualquer mensagem sem que esta se ressinta das características do suporte” (CHARAUDEAU, 2015, p. 104). Por esse motivo, o dispositivo não se trata apenas de um meio de transporte da informação, mas “[...] formata a mensagem e, com isso, contribui para lhe conferir sentido. Seria uma atitude ingênua pensar que o conteúdo se constrói independentemente da forma, que a mensagem é o que é independentemente do que lhe serve de suporte”. Complementamos essa inferência a respeito da característica do suporte com uma observação de Canavilhas (2008, p. 3) sobre a participação do leitor no que se refere ao percurso de leitura em um ambiente hipertextual do jornalismo.

[...] a redação hipertextual – texto com links – é apresentada como libertadora para leitores e jornalistas, pois anula a linearidade do texto impresso e destrói a noção de texto unitário, oferecendo mais liberdade para quem lê e para quem escreve. (Landow, 1995). Esta definição destaca a necessidade de uma participação ativa do leitor que, ao optar por um determinado percurso de leitura, cria sucessões temporais, altera o próprio curso da história e, por isso, pode ser considerado um texto de autoria múltipla, sem princípio nem fim previamente definidos. Esta definição é coincidente com a definição de texto ideal de Roland Barthes (1970), reforçada Pierre Lévy (1993) quando se refere a um conjunto de blocos de informação, sejam eles textos ou imagens, ligados através de links, e que permitem uma leitura tão complexa quantas forem as possibilidades de escolher diferentes itinerários de leitura. Este conceito de hipertexto é retomado por outros autores (Hall, 2001; Noci e Salaverria, 2003), mas já na sua aplicação prática ao jornalismo.

Quando observamos a composição das narrativas, ponderamos que podem existir caminhos diversos de navegação e, conseqüentemente, recepção de conteúdos. Isso não significa dizer que a liberdade do leitor se configura como completa, uma vez que ele está

limitado a um arquivo de conteúdos e suas teias de ligações, os quais são criados por seus produtores. Contudo, os sentidos de participação são mais amplamente presentes nesse tipo de conteúdo se comparado com produções que não permitem tais disposições. Além desse aspecto, torna-se pertinente observar as possibilidades narrativas e seus efeitos de sentido na representação de acontecimentos.

Contemplando tais características dentro das produções do jornalismo de dados, é importante retomar o conceito de arquivo. Essa palavra tem sua raiz no termo grego *arkhê*, o qual, segundo Derrida (2001), remonta à possibilidade de um duplo significado. Ele se refere a uma *arkhê* no sentido físico, histórico ou ontológico do termo, significando origem ou começo. No jornalismo de dados, poderíamos comparar com o início da base de dados, de sua configuração.

A segunda concepção é *nomológica*, que remete à *arkhê* como comando ou ordem, configurando uma ideia de autoridade e poder. Esse segundo sentido advém do termo grego *arkheion*, que faz referência às residências dos magistrados superiores, os *arcontes*, aqueles que comandavam. Estes possuíam o poder de guardar e interpretar os documentos. Ou seja, além de serem uma “base de dados”, cabiam-lhes também o poder hermenêutico dos arquivos.

Para Derrida, o arquivo nasce dessa forma, nesta domiciliação que também “[...] marca essa passagem institucional do privado ao público, o que não quer dizer do secreto ao não-secreto”. Como exemplo, o autor cita “[...] quando uma casa, a última casa dos Freud, transforma-se num museu: passagem de uma instituição a outra” (DERRIDA, 2001, p. 13).

O arquivo traz o cruzamento da função *arcôntica* pela guarda e leitura autorizada de um documento, mas também a passagem a um espaço público e, assim, tal poder *arcôntico* também concentra as funções de unificação, identificação e classificação, fazendo com que caminhe junto com o que o autor chama de poder de consignação. A ideia de consignação não significaria apenas “[...] o fato de designar uma residência ou confiar, pondo em reserva, em um lugar e sobre um suporte, mas o ato de *consignar reunindo os signos*”. Ou seja, “[...] a consignação tende a coordenar um único corpus em sistema ou sincronia na qual todos os elementos articulam a unidade de uma configuração ideal” (DERRIDA, 2001, p. 14).

Essas considerações são centrais para todas as etapas da presente pesquisa ao mergulhar na concepção profunda do arquivo e, conseqüentemente, das bases de dados e como significam nas trocas humanas. Optamos por aprofundar neste ponto por

desejarmos abordar um formato presente nos objetos analisados que exige uma ampla reflexão sobre a ideia de arquivo. Nessas produções em questão, o leitor tem um papel mais ativo, com participação mais próxima ao poder arcôntico. Contudo, é preciso observar atentamente a formatação dessas narrativas.

Partindo dessas considerações, o que objetivamos investigar é a participação do leitor na narrativa do jornalismo de dados. Nos casos que compõem este trabalho, observamos diferentes modos de se utilizar esse recurso da imersão do leitor, considerando a característica do dispositivo no qual esses conteúdos encontram-se armazenados. A pergunta que norteou este ponto da investigação é: há recursos particulares utilizados para a inserção do leitor na narrativa?

Nas produções analisadas, pudemos notar que o uso mais significativo da inserção do leitor faz com que ele seja um personagem ativo da narrativa. Um conteúdo observado ao longo do estudo foi criado pelo Nexo em janeiro de 2016: “O seu salário diante da realidade brasileira”. Os elementos textuais fazem essa referência ao receptor desde o título, passando pela linha-fina – “[...] é senso comum: os rendimentos dos brasileiros são baixos e insuficientes. Mas você tem ideia de quanto o seu salário é próximo ou distante em relação ao da maioria da população?” (NEXO, 2016) – e também na explicação sobre o funcionamento do conteúdo:

[...] o Nexo preparou uma calculadora para você comparar seu salário com o dos habitantes do seu estado e do Brasil. Este interativo foi publicado em 11 de janeiro de 2016 e, em janeiro de 2018, os dados foram atualizados. Você insere o valor do seu salário mensal (bruto) e o compara com a realidade dos demais brasileiros. Além disso, também compara o que você ganha com o salário de um deputado federal, e com os de um juiz de primeira instância, de um médico e de um professor da educação básica de seu estado.

Conforme discutido em outras passagens deste trabalho, a referência a um “tu” sempre está presente no processo de comunicação, ainda mais se considerarmos a produção de notícias, a qual levará em consideração um leitor-modelo. Quando investigamos produções como a notícia analisada anteriormente sobre a mudança de valência no repertório musical da dupla Sandy & Junior, é possível imaginar a leitura por sujeitos que faziam parte do grupo de fãs dos artistas, outros que possuem lembranças ou que as construíram a partir de relatos de outros indivíduos, etc. As construções discursivas levam em consideração e traçam marcas dessas projeções. Mas, neste ponto, abordamos conteúdos que remetem diretamente ao leitor, colocando-o como participante.

No trecho destacado acima, fica bastante nítida essa participação ativa do leitor-personagem. Evidencia-se também a busca por o inserir ao comparar o seu salário com “[...] a realidade dos demais brasileiros”, além de comparar “[...] o que você ganha com o salário de um deputado federal, e com os de um juiz de primeira instância, de um médico e de um professor da educação básica de seu estado”.

As escolhas desses personagens representados pelos cargos também não se tratam de seleções aleatórias. Além de demarcarem o espaço social e o tempo da enunciação, eles denotam representações sobre as profissões, uma vez que os salários dos primeiros costumam ser mais elevado se comparados ao de um “professor da educação básica”, por exemplo. Dessa forma, nota-se também o poder hierarquizante de tal narrativa. Abaixo, apresentamos um modelo de resultado, preenchendo como salário o valor de 2000 reais no estado de Minas Gerais.

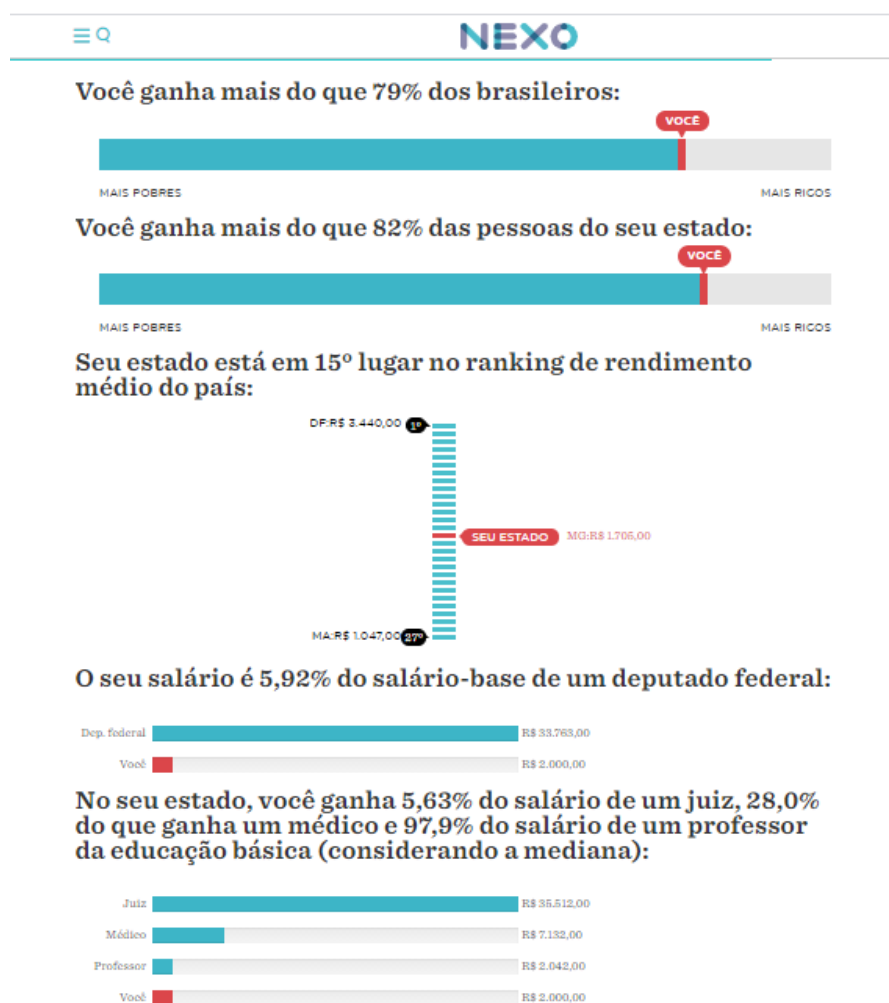


Figura 17 – Salário no Brasil – Nexo (2016)

Outro formato presente em produções do Nexo traz algumas informações sobre uma temática específica e, na sequência, um conjunto de perguntas a serem respondidas pelo leitor. Um desses aborda a produção musical de Roberto Carlos. Em “O que você sabe sobre as músicas de Roberto Carlos?”, a narrativa inicia-se com o destaque para a relevância do cantor e o gancho da publicação: “[...] Com mais de 40 álbuns lançados, Roberto Carlos é o artista com mais discos vendidos na história da música brasileira. Na segunda-feira (19), o músico de Cachoeiro de Itapemirim (Espírito Santo), que nos anos 1960 ganhou de Chacrinha o apelido de rei, completa 80 anos” (NEXO, 2021). Na sequência, abordam detalhes sobre livros produzidos com a biografia de Roberto Carlos, bem como um filme em produção. Então, a narrativa aborda sua trajetória pessoal e profissional.

Posteriormente, segue a questão: “[...] neste quiz, o Nexo faz dez perguntas sobre as músicas de Roberto Carlos. O que você sabe sobre a obra do Rei?” (NEXO, 2021). Neste ponto, o leitor se depara com dez perguntas a respeito do cantor, além de três alternativas de respostas. Ao responde-las, instantaneamente aparece se a seleção foi correta, além de uma breve explicação que contextualiza e aprofunda o tema. Ou seja, a base de dados não está disposta na produção textual ou no formato de um infográfico, por exemplo, mas na elaboração dessas perguntas.

1 Qual é a música que Roberto Carlos fez para sua mãe?

“Maria, carnaval e cinzas”

“Como é grande o meu amor por você”

“Lady Laura”

Resposta:

A música foi composta por Roberto Carlos em 1976 para sua mãe, a costureira Laura Moreira Braga (1914-2010), quando o músico se sentiu sozinho em um hotel em Nova York. Lady Laura também batizou iates do cantor.

2 Roberto Carlos passou mais de 30 anos sem apresentar sua música “Quero que tudo vá pro inferno”, lançada em 1965. Por que ele baniu a canção do seu repertório?

Promessa

Superstição

Direitos autorais

Resposta:

O cantor tem TOC (transtorno obsessivo-compulsivo) e temia falar a palavra “inferno”. O transtorno acentuou manias e superstições do músico, entre elas nunca se vestir de roxo ou de marrom. A pedido de amigos, começou a tratar o transtorno e, em 2016, conseguiu cantar a música no especial de Natal da Rede Globo. Seu site oficial tem um seção especial em que Roberto Carlos responde a perguntas sobre sua relação com o TOC.

Figuras 18 e 19 – Músicas de Roberto Carlos – Nexo (2021)

Construções como essa, portanto, caracterizam o personagem da narrativa, como observado acima. O conteúdo apresenta detalhes sobre a pertinência de Roberto Carlos para a música brasileira, além de aspectos pessoais, como o fato de o cantor possuir transtorno obsessivo-compulsivo e isto influenciar na sua trajetória. Todas essas escolhas participam da construção da memória a respeito do sujeito. Mas também vemos o próprio leitor inserido na narrativa no momento em que pode medir seu próprio conhecimento sobre a temática. A partir de um critério próprio, poderá, assim, medir se é conhecedor, fã ou o contrário.

Todas essas construções também são meios de informar, base do princípio jornalístico. Mas os formatos não utilizam as técnicas das notícias tradicionais. Ao invés disso, aproveitam-se dos recursos dos dispositivos informáticos para inserir o leitor como uma espécie de personagem da narrativa de forma mais evidente.

Também com base em respostas, o “Match eleitoral” foi uma ferramenta criada pela Folha de S. Paulo com a proposta de ajudar o leitor “[...] a encontrar seu deputado federal por São Paulo, Minas Gerais e Rio, além de senadores por São Paulo” no período prévio das eleições nacionais de 2018. Esse auxílio é realizado após o cruzamento das respostas “[...] sobre temas comportamentais, econômicos e políticos com o posicionamento político dos candidatos. Ao final, na tela de resultados, você também

pode alternar os filtros e fazer buscas”. Como resultado, “[...] o preenchimento de todas as questões ajuda a obter o ‘match’ ideal. Ao final, uma lista mostrará quais candidatos se aproximam de como você pensa” (FOLHA DE S. PAULO, 2018).

O primeiro passo é selecionar o estado – Minas Gerais, Rio de Janeiro ou São Paulo – e o cargo desejado, conforme descrito. Na sequência, são apresentadas algumas afirmativas. O leitor deve selecionar uma das opções: concordo totalmente, concordo parcialmente, discordo parcialmente ou discordo totalmente. Abaixo, deve selecionar também a relevância daquele assunto para a escolha de seu candidato: nada importante, um pouco importante ou muito importante.

Entre essas afirmativas estão: o casamento deve ser sempre entre um homem e uma mulher; é importante que a escola de seu filho ensine valores religiosos; a defesa dos Direitos Humanos é fundamental para combater as injustiças da sociedade; a diferença entre ricos e pobres depende do esforço de cada um; privatizações melhoram a vida das pessoas. Após o preenchimento, o usuário também deve informar seu sexo, idade e nível de escolaridade. Na sequência, os resultados são apresentados, como na imagem abaixo.

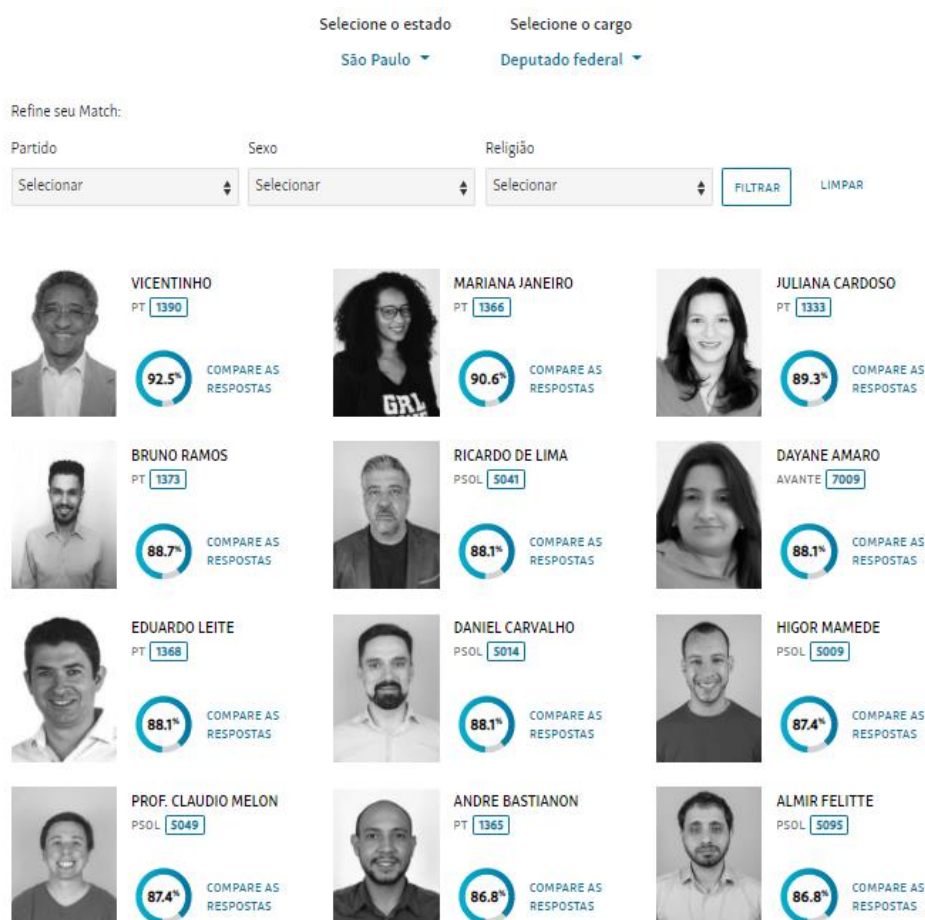


Figura 20 – Match Eleitoral – Folha de S. Paulo (2018)

Ou seja, além dos próprios candidatos, o leitor também é um personagem desse conteúdo, uma vez que os resultados levam em conta suas próprias respostas. Para isso, há um cruzamento da base de dados que agrupa as respostas dos candidatos com as do potencial eleitor (no caso, o usuário que manipula essa ferramenta). Nota-se que, além da lista, o poder hierarquizante se encontra bastante visível pelos percentuais apresentados, os quais significam o nível de compatibilidade entre as respostas. Ou seja, apresenta-se ao leitor a ordem daqueles que, a partir da base de dados, mais se alinham com a sua identidade, modos de agir, etc.

Com proposta semelhante, o La Nacion publicou “Trump ou Biden? O quanto você concorda com as frases deles?”⁸². O foco, contudo, é em apenas dois personagens – no caso, os então candidatos à presidência dos Estados Unidos – e na medição de aderência dos pensamentos do leitor com eles. Na linha-fina, a orientação é “escolher a citação que mais concorda, descobrir quem disse e como votaram outros usuários”⁸³(LA NACION, 2020).

ESTADOS UNIDOS
ELECCIONES 2020

¿Trump o Biden?

¿Qué tan de acuerdo estás con sus frases?

Valorá las expresiones, descubrí quién las dijo y cómo votaron los usuarios

👍 🗳️ 🗳️ 🗳️

"Construiremos la sociedad más inclusiva, la economía más exitosa y el futuro más inspirador que el mundo haya visto jamás. Y lo haremos por ciudadanos de todos los orígenes, razas, religiones, colores y credos."

¿Qué tan de acuerdo estás

MUY ALGO NADA

"Ese es el trabajo de un presidente. Representarnos a todos, no solo a nuestra base o nuestro partido. Este no es un momento partidista. Este debe ser un momento estadounidense."

¿Qué tan de acuerdo estás

MUY ALGO NADA

"Estados Unidos no es solo una colección de intereses en conflicto de los estados rojos o los estados azules. Somos mucho más grandes que eso."

¿Qué tan de acuerdo estás

MUY ALGO NADA

82 Tradução livre a partir do original: “¿Trump o Biden? ¿Qué tan de acuerdo estás con sus frases?”

83 Tradução livre a partir do original: “Valorá las expresiones, descubrí quién las dijo y cómo votaron los usuarios”.



Figuras 21 e 22 – Trump ou Biden – La Nacion (2020)

Conforme as imagens, há alguns “balões de diálogo” com frases e, abaixo, o contorno de um rosto. Ao clicar na opção que “está mais de acordo” – entre “muito”, “um pouco” ou “nada” – o mentor da frase é revelado, assim como a quantidade de pessoas que responderam aquela alternativa. Dessa forma, pretende-se medir a aderência de pensamentos com o candidato. Ao todo, são 12 frases, sendo 6 de cada um deles. Já as temáticas variam entre desigualdades, migrações, segurança, meio ambiente, entre outras.

Já em seu espaço denominado “Trivias” (Curiosidades), o La Nacion publica alguns conteúdos com formato semelhante às perguntas e respostas do Nexo. Em 30 de setembro de 2020, por exemplo, elaborou questionário sobre as histórias de Mafalda, do cartunista Quino, que falecera na data, aos 88 anos.

Em “Curiosidades. Quanto você sabe sobre a Mafalda?”⁸⁴, as questões trazem diálogos que devem ser atribuídos a um dos personagens, características de Mafalda e também de outros personagens, fatos históricos (como o último personagem a se unir ao grupo de amigos e a data da última história publicada), etc. Após finalizar o questionário, o nível de conhecimento do leitor recebe uma classificação de acordo com sua nota.

⁸⁴ Tradução livre a partir do original: “Trivia. ¿Cuánto sabés sobre Mafalda?”.

O La Nacion (2020) descreve a publicação como “[...] uma maneira de rememorar e homenagear Quino”⁸⁵. Também introduz o fato de os quadrinhos de Mafalda serem reconhecidos internacionalmente, além de marcarem gerações no país.

[...] seu criador, Joaquín Salvador Lavado Tejón - mais conhecido como Quino - morreu hoje aos 88 anos, e as memórias de suas criações vêm à tona. Todos os personagens da tira ainda estão presentes na memória coletiva. LA NACION oferece um jogo de curiosidades para que os leitores possam testar seus conhecimentos sobre quadrinhos. Uma forma de lembrar e homenagear Quino (LA NACION, 2020)⁸⁶.

O site também caracteriza a representatividade da publicação, que, criada em 1964, reuniu reflexões sobre a sociedade e a política. O La Nacion dimensiona a “[...] validade dos diálogos e dos perfis de seus personagens é inquestionável”⁸⁷. E o sucesso foi tão evidente que, “[...] depois de desenhar a Mafalda durante 9 anos, Quino nunca mais teve uma personagem fixa”. Mais ainda, “[...] nas diferentes entrevistas, ele se encarregou de destacar o enorme carinho que tinha pela menina do laço, que ousava fazer os comentários mais contundentes”⁸⁸ (LA NACION, 2020).

85 Tradução livre a partir do original: “Una manera de recordar y homenajear a Quino”.

86 Tradução livre a partir do original: “Su creador, Joaquín Salvador Lavado Tejón -más conocido como Quino- murió hoy a los 88 años, y los recuerdos sobre sus creaciones afloran. Todos los personajes de la tira continúan presentes en la memoria colectiva. LA NACION ofrece una trivía para que los lectores puedan poner a prueba sus conocimientos sobre las historietas. Una manera de recordar y homenajear a Quino”.

87 Tradução livre a partir do original: “La vigencia de los diálogos y de los perfiles de sus personajes es indudable”.

88 Tradução livre a partir do original: “Después de dibujar 9 años a Mafalda, Quino nunca volvió a tener un personaje fijo. En las distintas entrevistas, se encargaba de resaltar el enorme cariño que tenía por la niña del moño que se atrevía a los comentarios más agudos”.

Trivia. ¿Cuánto sabés sobre Mafalda?

Una manera de recordar y homenajear a Quino

30 de septiembre de 2020 • 15:31



Figura 23 – Mafalda – La Nacion (2020)

As “Trivias” com perguntas e respostas produzidas pelo La Nacion abordam diversas temáticas, geralmente com algum gancho com o contexto do momento. Outro exemplo é o “Trivia Boca x River. Quanto você sabe sobre o Super Clássico?”⁸⁹, de 13 de maio de 2021, próximo à data do duelo que definiria um dos times como semifinalista da Copa da Liga Argentina.

Na publicação, destaca-se o objetivo de colocar “seus conhecimentos à prova”. E há um preâmbulo do chamado “Super clássico”, com menção ao fato dos Millionarios – apelido do River Plate – terem mais sucesso na história recente em jogos eliminatórios:

[...] no próximo domingo, na Bombonera, o super clássico definirá uma das semifinalistas da Copa da Liga. Será também o primeiro confronto direto entre Marcelo Gallardo e Miguel Angel Russo, Juan Román Riquelme e Jorge Amor Ameal. Na história recente, o Millonario venceu os últimos cinco duelos de eliminação direta: Copa Sul-Americana de 2014 (semifinais), Copa Libertadores de 2015 (oitavas

⁸⁹ Tradução livre a partir do original: “Trivia Boca-River. ¿Cuánto sabés del Superclásico?”.

de final), 2018 (final) e 2019 (semifinal) e Supercopa Argentina 2017. Quem vai comemorar desta vez?90 (LA NACION, 2021).

Entre as questões, há eventos históricos e personagens que marcaram os jogos entre as duas equipes. No final, apresenta-se o nível de conhecimento do respondente. Assim, cria-se uma classificação do quanto o leitor-participante daquele conteúdo conhece o evento esportivo e, mais ainda, pode-se interpretar como uma classificação também do “fanatismo” pelo clube, a ponto de saber mais – ou menos – a respeito do principal jogo do futebol argentino. Exemplo disso é que, no caso de uma pontuação baixa, recomenda-se a compra de um livro que conta a história dos duelos.

SECCIONES BUSCAR

LA NACION

TRIVIA SUPERCLÁSICO

1 / 10 1 ACIERTO

¿Quién es el máximo goleador?

Angel Labruna ✓

Martin Palermo

Paulo Valentín

SIGUIENTE

90 Tradução livre a partir do original: “El domingo próximo, en la Bombonera, el Superclásico definirá a uno de los semifinalistas de la Copa de la Liga. Será, además, el primer cruce mano a mano entre Marcelo Gallardo y el trinomio Miguel Angel Russo, Juan Román Riquelme y Jorge Amor Ameal. En la historia reciente, el Millonario ganó los últimos cinco duelos de eliminación directa: Sudamericana 2014 (semifinales), Libertadores 2015 (octavos de final), 2018 (final) y 2019 (semifinal) y Supercopa Argentina 2017. ¿Quién celebrará esta vez?”.



Figuras 24 e 25 – Boca x River – La Nacion (2021)

Se considerarmos os três eixos trabalhados nesta pesquisa, observamos que o próprio leitor também entra como um personagem dos acontecimentos. A memória a respeito de si é afetada, por exemplo, ao mensurar seus conhecimentos nas perguntas e respostas ou ao “descobrir” com quais políticos mais se alinha. Fatos estes que também servem para (des)legitimar o conhecimento ou a posição do leitor dentro de um tema, de uma ideologia política ou outro aspecto tratado.

Da mesma maneira, o lugar dele em uma hierarquia aparece classificado em certos casos, como ocorre na ferramenta que compara o próprio salário com a média de estados brasileiros e de alguns profissionais. O julgamento de suas ações e – mesmo quando de modo subentendido – algumas normas sociais também se fazem presentes nessas produções, uma vez que muitas das temáticas tratadas abordam esse pertencimento a um contexto social.

Essas formas de observar a presença do leitor nas matérias do jornalismo de dados ficam bastante evidentes pelos aspectos que destacamos ao longo das análises. Mas vale ressaltar que elas também fazem parte de conteúdos como aqueles que trouxemos no primeiro tópico deste capítulo. Quando uma matéria destaca quanto uma família precisa para não ser considerada pobre na Argentina, por exemplo, o leitor pode imaginar em que lugar se encontra dentro dessa hierarquia. Consideramos relevante fazer essa observação para esclarecer que também enxergamos essa presença, mas que, neste segundo tópico, a

proposta foi notar que o jornalismo de dados traz outros formatos específicos para interagir com o leitor de forma direta.

CAPÍTULO 6

DIRECIONAMENTOS DOS DADOS:

O acontecimento (re)construído

“ Não são as notícias que fazem o jornal, mas o jornal é que faz as notícias, e saber juntar quatro notícias diferentes significa propor ao leitor uma quinta notícia”

Umberto Eco

Ao investigar o “como” do poder, Foucault atenta-se aos mecanismos existentes entre dois pontos de referência. Por um lado, “[...] as regras do direito que delimitam formalmente o poder e, por outro, os efeitos de verdade que esse poder produz, transmite e que, por sua vez, reproduzem-no. Um triângulo, portanto: poder, direito e verdade” (FOUCAULT, 2018, p. 278).

Soma-se a isso o destaque de Foucault (2018, p. 45) ao considerar que o poder “[...] permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir”. Ou seja, além do poder coercitivo, existe também aquele que age nas formas de saber, nos desejos e outros elementos dentro de uma sociedade. Este tipo de “poder-saber” atua na construção e busca das verdades, dos anseios, enfim, da própria convivência em sociedade.

Dentro dessa perspectiva de um regime de verdade “[...] há um combate ‘pela verdade’ ou, ao menos, ‘em torno da verdade’ – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer ‘o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar’”, ao invés disso, considera-se “[...] o ‘conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder’” (FOUCAULT, 2018, p. 53).

Dentro dessas regras e efeitos, “[...] qualquer narrativa que relate ‘o-que-se-passa’ (ou o que se passou) institui algo de real, na medida em que se considera como a representação de uma realidade (do passado)”, conforme aponta Certeau (2020, p. 49). Essa narrativa baseia “[...] sua autoridade no fato de se fazer passar pela testemunha do que é, ou do que foi; ela seduz e se impõe através dos acontecimentos dos quais pretende ser a intérprete”. Essa aparência autorizada de verdade pode deixar subentendidos os elementos da práxis que organiza sua tessitura.

Mas devemos salientar que os discursos considerados “verdadeiros” – e as formas como são produzidos para isso – constrói o presente e pode modificar a “verdade” do passado de modos bastante sutis. O discurso chamado verdadeiro “[...] decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder. Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder”.

Assim, esse costurar o “verdadeiro” ocorre de formas diversas de acordo com as características de uma narrativa e de um contexto social. Os enunciados que atribuem a

si esse estatuto de realidade possuem suas leis de verificabilidade e legitimidade, seus efeitos de sentido e modos de exercício de poder. Isso significa dizer que uma narrativa com pretensão de ser reconhecida como verdadeira utiliza mecanismos de certificação que buscam a ideia de um retrato da realidade.

Mesmo que traga diversos pontos a respeito de um acontecimento, por exemplo, não significa que estes sejam os únicos possíveis. Por esse motivo, é preciso considerar que toda narrativa constrói significações de acordo com o real que pretende transmitir seu enunciatório. Além disso, sua tessitura traz esses pressupostos que atribuem contornos aos acontecimentos, mas também existem “vazios” a serem preenchidos. Esses fenômenos ficarão mais evidentes a seguir.

6.1 Os direcionamentos temáticos e as bases de medidas no jornalismo de dados

Em consonância com as considerações sobre as buscas pela verdade e de retratar a realidade, observaremos algumas situações da construção narrativa do jornalismo de dados. Dentro dessa proposta, consideramos todo o aparato teórico mobilizado nos capítulos anteriores sobre esses retratos do acontecimento.

A esse respeito e buscando compreender algumas implicações das escolhas narrativas, Ducrot (1987) define os mecanismos que nominou como pressupostos e subentendidos. O autor utiliza o enunciado “Pedro parou de fumar” para explicitar seus funcionamentos. O que está posto (dito) é a condição de Pedro como ex-fumante, alguém que não fuma atualmente. Essa afirmação também traz um pressuposto que indica que Pedro fumava anteriormente, ou seja, não se trata de uma colocação que está posta no enunciado, mas não se poderia dizer que Pedro parou se ele nunca fumou. Por outro lado, “[...] se esse enunciado é destinado a lembrar a um fumante inveterado sua covardia, pode ser que ele veicule subentendidos como ‘Com um pouco de coragem, pode-se chegar lá’, ‘Pedro tem mais força de vontade que você’”.

Assim, nota-se que o dito se refere ao que se encontra explícito; o pressuposto não precisa estar, necessariamente, presente na afirmação, mas representa uma condição que automaticamente se liga ao posto; e o subentendido acena para as significações que não foram ditas e não estão pressupostas no enunciado, mas que podem ser decifradas de acordo com o contexto. O autor considera, aliás, que o sentido de um enunciado é “[...] a pretensão manifesta de obrigar o destinatário, no momento mesmo da enunciação, a fazer

esta ou aquela coisa, a crer nesta ou naquela proposição, a continuar o diálogo nesta ou naquela direção – ou, o que vem a ser o mesmo, a não continuá-lo nesta ou naquela outra” (DUCROT, 1987, p. 41).

A partir dessa definição, o sentido seria uma espécie de retrato da enunciação. Com isso, “[...] dizer que pressuponho X é dizer que pretendo obrigar o destinatário, por minha fala, a admitir X, sem por isso dar-lhe o direito de prosseguir o diálogo a propósito de X” (DUCROT, 1987, p. 42). Enquanto isso, o subentendido “[...] diz respeito à maneira pela qual esse sentido é manifestado, o processo, ao término do qual deve-se descobrir a imagem que pretendo lhe dar de minha fala”. Ou seja, “[...] é construído como resposta à pergunta ‘Por que ele falou desse modo?’”

Ducrot (1987, p. 42) ressalta que alguns recursos linguísticos facilitam que esses aspectos subentendidos fiquem claros para serem decifrados pelo destinatário, como no caso da modalização de uma asserção por meio de uma indicação de fonte. Na frase “De acordo com alguns, o próximo índice de preços será claramente encorajador”, o locutor pode continuar sua argumentação com um “pois” que deduz as consequências da melhora do índice: “A política do governo começa, pois, a produzir seus frutos”. Dessa forma, o locutor ocultou sua opinião, eximiu sua responsabilidade, atribuindo-a a “alguns”. “É esse processo que ilustra o subentendido: para dizer alguma coisa, faz-se o outro dizer o que disse”.

Na mesma base de raciocínio, Orlandi (2020, p. 81) aplica as noções de “dito” e “não-dito” ao apontar que “[...] consideramos que há sempre no dizer um não-dizer necessário. Quando se diz ‘x’, o não-dito ‘y’ permanece como uma relação de sentido que informa o dizer ‘x’”. Isso significa afirmar que “[...] uma formação discursiva pressupõe uma outra: ‘terra’ significa pela sua diferença com ‘Terra’, ‘com coragem’ significa pela sua relação com ‘sem medo’ etc.”.

A autora ainda destaca que “[...] entre o dizer e o não dizer desenrola-se todo um espaço de interpretação no qual o sujeito se move”. Assim, “[...] é preciso dar visibilidade a esse espaço através da análise baseada nos conceitos discursivos e em seus procedimentos de análise [...] o discurso, não esqueçamos, é o efeito de sentido entre locutores” (ORLANDI, 2020, p. 83).

Esse efeito de sentido sempre dependerá do contexto em função das variações da posição do sujeito, de aspectos ideológicos, históricos e outros elementos que tornam um enunciado legível e, a partir desta interpretação, promovem a significação. Cabe pontuar o papel da memória discursiva na produção de sentido:

[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

A atuação do jornalismo se insere amplamente nessa característica. Todas as produções se constroem com suas colocações postas, mas que carregam pressupostos e subentendidos em suas formulações. Michel de Certeau (2008, p. 260), ao tratar da instituição do real nos meios de comunicação, afirma que estes “[...] articulam nossas existências ensinando-nos o que elas [as histórias contadas] devem ser. ‘Cobrem o acontecimento’, ou seja, *fazem* deles as nossas legendas (*legenda*: aquilo que se deve ler e dizer)”.

Como relatos “do-que-está-acontecendo”, eles “[...] constituem a nossa ortodoxia. Os debates de números são as nossas guerras teológicas. Os combatentes não carregam mais as armas de ideias ofensivas ou defensivas”. Ao invés disso, o poder se exerce sutilmente, “[...] avançam camuflados em fatos, em dados, em acontecimentos. Apresentam-se como os mensageiros de um ‘real’”. Dessa maneira, “[...] esses relatos têm o duplo e estranho poder de mudar o ver num crer, e de fabricar o real com aparências” (CERTEAU, 2008, p. 261).

Ao adentrarmos nessas incursões teóricas, não consideramos que os relatos do jornalismo de dados sejam imprecisos ou que não devemos tê-los como importantes observadores das situações sociais. Pelo contrário, por estarem cada vez mais presentes nas redações em diversas partes do mundo, avaliamos como imprescindível observar os modos de elaboração das narrativas e seus efeitos de sentido, os quais impactam na memória social a respeito dos personagens, temas, modos de conduta, etc. Analisar as formas dessas construções nos permite ter maior compreensão sobre essas características do jornalismo de dados e, conseqüentemente, das possibilidades de observar os acontecimentos e modos de relato.

Sobre essas relações de sentido e a construção da memória discursiva, aliás, também salientamos os jogos de paráfrase e polissemia que tensionam o funcionamento da linguagem. Os processos parafrásicos são aqueles pelos quais em todo dizer há “[...] sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado”. Portanto, “[...] a paráfrase está do lado da estabilização”. Na

polissemia, “o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco” (ORLANDI, 2020, p. 34).

Entre a reiteração do mesmo e a produção da diferença, a paráfrase e a polissemia atuam na relação com sujeitos, sentidos e circunstâncias. Orlandi (1998, p. 15) elabora um esquema que facilita a compreensão dessas relações:

[...] como o sentido é a relação a, tomando-se as condições de produção como a situação imediata ou a circunstância da enunciação, teríamos: a. as mesmas palavras como o mesmo sentido em relação a diferentes locutores; b. as mesmas palavras com o mesmo sentido em relação a diferentes situações; c. palavras diferentes com mesmo sentido em relação a diferentes locutores e d. palavras diferentes com o mesmo sentido em relação a diferentes situações. O mesmo sentido podendo aí ser substituído por “diferentes” sentidos em a, b, c, d, temos a variável polissêmica a', b', c', d' ao esquema de paráfrase que acabamos de colocar. Assim, o que funciona no jogo entre o mesmo e o diferente é o imaginário na constituição dos sentidos, é a historicidade na formação da memória. Teremos assim: A. O Mesmo: apesar da variedade da situação e dos locutores, há um retorno ao mesmo espaço dizível (Paráfrase); B. O Diferente: nas mesmas condições de produção imediatas (locuções e situação) há no entanto um deslocamento, um deslizamento de sentidos (Polissemia).

A autora salienta que se tratam de duas forças que trabalham continuamente o dizer. Elas atuam com um movimento de tensão entre o mesmo (paráfrase) e o diferente (polissemia). Ou seja, é entre o já-dito e o a-se-dizer que sujeitos e sentidos se movimentam, se reforçam, se modificam, se significam. Nesse contexto, Orlandi (2020, p. 35) afirma que “a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados”.

[...] eles estão sempre se fazendo, havendo um trabalho contínuo, um movimento constante do simbólico e da história. É condição de existência dos sujeitos e dos sentidos: constituírem-se na relação tensa entre paráfrase e polissemia. Daí dizermos que os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros. Todavia nem sempre o são. Depende de como são afetados pela língua, de como se inscrevem na história. Depende de como trabalham e são trabalhados pelo jogo entre paráfrase e polissemia (ORLANDI, 2020, p. 35).

É inegável o papel do jornalismo nesse jogo de manutenções e de mudanças dos discursos, uma vez que ele se configura entre os principais instrumentos de circulação de informações. Sua atuação se faz na mimese – não no sentido de imitação exata – dos acontecimentos do cotidiano e, por esse motivo, age na organização deste por meio da

propagação das visões, ideias, nuances, transformações, releituras, enfim, na construção discursiva das realidades.

No jornalismo de dados, as bases que servem como fonte principal de informações para a confecção da narrativa comumente aparecem como alicerce para investigar e, a partir das conclusões, sedimentar ou modificar as crenças sobre determinados discursos, bem como para averiguar situações de momentos passados ou do atual e, até mesmo, para realizar projeções a partir dessas análises. Com tais formulações, naturalmente que se busca a veracidade, construindo visões/crenças, saberes e modos de agir. Além de ser um relato “do-que-está-acontecendo”, como abordado anteriormente com Certeau ao tratar das mídias, consideramos que age também como a projeção “do que acontecerá”, “do que devo crer” e “de como devo agir”.

Considerando essa perceptiva, torna-se pertinente analisar como essas modulações aparecem nas narrativas do jornalismo de dados, além de observar de que maneira são construídas. Ou seja, buscar estudar os sentidos discursivos e entender que bases de medidas são utilizadas para que os dados sejam mensurados e signifiquem dentro do acontecimento relatado.

Dessa forma, consideramos o “direcionamento temático” como os “ângulos” do fato, construídos a partir das escolhas narrativas, criando pressupostos e subentendidos a partir de seus ditos. As “bases de medidas” são os elementos que indiciam as motivações que fazem com que os dados destacados sejam relevantes e quais simbologias se encontram no seu entorno fazendo com que ele seja mais acentuado, criando percepções e subentendidos sobre esses dados. Dessa forma, eles deixam de ser apenas um dado ou número para ter uma significação dentro da narrativa. Assim, questionamos: quais direcionamentos são dados às temáticas, considerando os dados como elementos centrais nessas narrativas?

Partindo de tais considerações, observamos que, como uma polissemia que utilizou dados diferentes a respeito da mesma temática, algumas notícias analisaram a distribuição dos leitores brasileiros a partir da faixa salarial. A motivação para a investigação se deu quando a Receita Federal, em documento a respeito de uma proposta de reforma tributária, projetou a possibilidade de taxar livros⁹¹ e, para defender tal

91 A Constituição brasileira determina a isenção de impostos e tributos para a venda de livros e do papel destinado à impressão. Se aprovado, a alíquota do novo imposto – o qual propõe a unificação da cobrança do PIS/Pasep e do Cofins em um novo imposto sobre valor agregado,

situação, justificou afirmando que as pessoas mais pobres não consomem livros não didáticos. A intenção da tributação seria arrecadar recursos e destiná-los a políticas públicas.

A Receita toma como partida dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2019, elaborada pelo IBGE, para argumentar que a isenção beneficiaria a camada mais rica da população. No documento a respeito da reforma tributária, afirma-se que “[...] de acordo com dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2019, famílias com renda de até dois salários mínimos não consomem livros não didáticos e a maior parte desses livros é consumida pelas famílias com renda superior a dez salários mínimos” (FOLHA DE S. PAULO, 2021).

Em setembro de 2020, a Folha publicou “Ricos são os que mais deixaram de ler no Brasil desde 2015, mostra pesquisa”. O Nexso, na mesma linha, elaborou a narrativa “Como os leitores do Brasil se distribuem por renda” em abril de 2021. A referência de ambos para modificar a visão sobre a temática foi a base de dados da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”. Elas se desenvolvem de modos diferentes para construir uma memória semelhante a respeito do cruzamento das informações sobre mercado editorial brasileiro e a faixa de renda de seus consumidores.

Na matéria da Folha, isso já fica claro logo de início: “[...] desde 2015, a queda mais brusca nos índices de leitura no Brasil ocorreu entre os mais ricos e escolarizados” (FOLHA DE S. PAULO, 2020). Trata-se de uma informação coletada da “[...] quinta edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, iniciativa do Instituto Pró-Livro e do Itaú Cultural, que identificou uma diminuição de 4% no nível geral de leitura no país”.

Antes de prosseguir para os dados sobre a renda, é apresentada a base de medida para identificar quem pode ser considerado leitor: “[...] o que define um leitor, para a pesquisa, é ter lido um livro nos últimos três meses, inteiro ou em partes” (FOLHA DE S. PAULO, 2020). A esse respeito, é importante ponderarmos que se trata de informação de grande relevância para a determinação da narrativa. Este representa o ponto crucial por definir toda a base de dados. Outra forma de construção seria, por exemplo, entender como leitor apenas quem leu ao menos um livro completo nesse período, quem leu outra quantidade de obras em outro intervalo de tempo, etc.

denominado Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), e que também valeria para outros produtos e serviços – seria de 12%.

Essa escolha já representa um ângulo fundamental para os sentidos da narrativa, pois os dados são determinados a partir dela. Por essa observação, não estamos contestando esse delineamento ou a metodologia da pesquisa, mas analisamos como um aspecto fundamental de se considerar tanto por parte do jornalista que elabora a narrativa quando do leitor que recebe o conteúdo.

As próprias matérias da Folha e do Nexo tomam como ponto de partida o debate ao modo como a Receita Federal enxerga a base de medida que levou à conclusão pela taxaço, com destaque para o trecho citado acima no qual afirma que a maior parte dos livros não didáticos é consumido por famílias com renda superior a 10 salários mínimos. Não se trata de um dado incorreto, mas o seu recorte e a visão apresentada na narrativa do relatório do órgão federal desconsideram a proporção de pessoas que fazem parte de cada estrato social. Os dados destacados pelas duas notícias evidenciam essa relação. O quadro abaixo mostra como a Receita faz a leitura da relação entre classes sociais e leitores, comparando com o modo como os sites jornalísticos o fazem. Nota-se uma paráfrase entre a significação dos discursos dos jornais, enquanto ocorre polissemia com a ideia elaborada pela Receita Federal.

Quadro 8 – Taxação de livros – autoria própria (2021)

Receita Federal	Folha	Nexo
De acordo com dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2019, famílias com renda de até dois salários mínimos não consomem livros não didáticos e a maior parte desses livros é consumida pelas famílias com renda superior a dez salários mínimos	Failla afirma que é verdade que, proporcionalmente, as classes A e B leem mais. Mas, quando se olha para número absoluto, de quantas pessoas há em cada estrato, se vê que o número de leitores nas classes mais baixas é maior. “E é esse pessoal que está dizendo que a principal dificuldade para consumo é o preço”.	Os resultados mostram que 67% dos integrantes da classe A (com soma de todos os rendimentos familiares acima de 20 salários mínimos) são leitores (a pesquisa considerou leitor quem leu um livro nos últimos três meses). Eles são 38% nas classes D e E (que recebem de zero a quatro salários mínimos), mas, ao considerar o número de pessoas que há em cada estrato social, é possível concluir que há mais leitores nas classes mais baixas.

A Folha (2020) também seleciona um conjunto de dados que torna o projeto do órgão público ainda mais questionável. Eles indicam que a queda mais brusca nos índices de leitura no Brasil, considerando desde o ano de 2015, ocorreu entre os mais ricos e

escolarizados: “[...] de todas as faixas de renda familiar, a que mais caiu foi a que recebe mais de dez salários mínimos, com uma redução de 12 pontos percentuais, de 82% para 70%. O estrato de cinco a dez salários mínimos caiu 11 pontos”. Enquanto isso, “[...] todas as faixas inferiores tiveram reduções menores, de no máximo quatro pontos percentuais”. Em relação aos níveis de escolaridade, “[...] o percentual de pessoas com ensino superior que se declara leitor caiu de 82% para 68%. Também foi a queda mais acentuada entre todos os níveis de escolaridade”.

A taxa também afetaria o principal motivo que faz com que os leitores brasileiros deixem de investir em leitura. Isso porque “[...] é uma situação que pode se agravar caso a reforma tributária de Paulo Guedes passe a taxar os livros, levando as editoras a aumentarem os preços de capa” (FOLHA DE S. PAULO, 2020). Para a Folha, essa é a tendência, já que “[...] para 22% dos brasileiros leitores, o preço é o principal fator na hora de comprar um livro, um percentual que salta para 28% quando se pergunta a quem recebe de um a dois salários mínimos”. Esses dados também podem ser considerados bases de medidas para defender a manutenção da isenção, uma vez que justamente o valor dos itens aparece no topo das motivações que podem afastar os leitores.

O Nexo (2021) aprofunda o olhar para outros pontos do relatório e, de forma similar ao que faz quando trata da renda do leitor, afirma que eles podem ser contestados. O quadro a seguir traz esses detalhes e o que o Nexo aponta sobre eles:

Quadro 9 – Taxação de livros – Argumentos – autoria própria (2021)

Argumento	Receita Federal	Nexo
Impacto da isenção tributária no preço dos livros	“Não existem avaliações sobre que indiquem que houve redução do preço dos livros após a concessão da isenção da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins. Não foi identificada nem correlação entre uma coisa e outra, tampouco relação de causalidade entre a redução das contribuições e eventual redução do preço dos livros”	Na verdade, a lei de 2004 que reduziu a zero as alíquotas de PIS e Cofins nas vendas de livros permitiu uma redução no preço do produto entre 2006 e 2011 e, com ela, um aumento nas vendas, segundo o Sindicato dos Editores de Livros. 33% foi a redução do valor médio dos livros entre 2006 e 2011, depois de isenções tributárias, segundo o Sindicato dos Editores de Livros
Quem consome os livros	“De acordo com dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2019, famílias com renda de até 2 salários mínimos não consomem livros não didáticos e a maior parte desses livros é consumido pelas famílias com renda superior a 10 salários mínimos”	76,4% do consumo de livros (didáticos e não didáticos) no Brasil é feito por famílias com renda mensal abaixo de R\$ 14,3 mil (cerca de 14 salários mínimos), segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE feita entre 2017 e 2018. De acordo com a pesquisa, 45,7% dos livros são consumidos por famílias com renda mensal de até R\$ 5,7 mil, sendo 18,34% desse total imputável às famílias com renda inferior a R\$ 2.862. Já as famílias com renda acima de R\$ 14,3 mil mensais respondem por apenas 23,6% do consumo de livros no Brasil. Além de criticar o recorte, Raposo Franco argumenta que a afirmação da Receita gera uma distorção, já que a CBS incidirá sobre todos os livros, didáticos e não didáticos.

Outra temática selecionada – e que notamos presença com alguma constância nos veículos estudados – é a preservação ambiental. De modos bastante distintos, diversas notícias buscaram bases de dados e, a partir de suas leituras, concluem a importância desse tipo de cuidado.

Com a matéria “Desmate na Amazônia cresce 51% em 11 meses, diz instituto”, de 19 de julho de 2021, o foco é na aceleração ocorrida em um período de menos de um ano. O dado apresentado no título “[...] representa o maior índice para o período em uma década, segundo dados do instituto de pesquisa Imazon (Instituto do Homem e do Meio Ambiente)” (NEXO, 2021). Nesse intervalo de tempo, o desmatamento é “[...] 51% maior que o registrado no período anterior, de agosto de 2019 a junho de 2020, quando o instituto detectou 5.533 km² de área devastada na Amazônia”. Tais referências históricas servem como base de medida do impacto.

Assim como observamos nas matérias sobre os leitores brasileiros, é importante observar as referências de medidas que fazem o dado significar. O Nexo (2021) afirma que “[...] o calendário do desmate na Amazônia considera o intervalo entre agosto e julho porque esse período abrange tanto as épocas de chuva (no verão) quanto as de seca (no inverno)”. Assim, “[...] o desmatamento, que se intensifica na temporada de seca, também acompanha esse ciclo”.

Outra forma de legitimar e reforçar essa tendência foi a menção ao fato de diferente fonte também apontar essa situação. Nesse caso, uma base de dados ligada a um órgão público, o qual diagnostica uma conjuntura preocupante ao fazer uma comparação não apenas de um ano a outro, mas de uma década: “[...] além do Imazon, o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, mede o desmatamento na Amazônia. Segundo os dados do governo federal, o período encerrado em julho de 2020 teve a maior taxa anual de desmate em 10 anos” (NEXO, 2021).

Também sobre a preservação da Amazônia, a Folha publicou a matéria “Bolsonaro tuita mais sobre economia na Amazônia e soberania do que preservação” em 10 de maio de 2021. O site já havia criado uma ferramenta chamada “Monitor da Política Ambiental”⁹², a qual acompanha atos sobre o meio ambiente publicados no Diário Oficial e também as atividades no Twitter de “autoridades” do país.

⁹² Segundo a Folha, o monitor funciona da seguinte maneira: “Neste monitor você encontra duas formas de acompanhar as atividades sobre o meio ambiente no país. Em uma delas são extraídos automaticamente os atos publicados pelo governo federal, no Diário Oficial, referentes ao tema. Esses atos são analisados por especialistas e parte deles é classificada como “impactante”. O monitor também mostra o que mais de 350 autoridades, do Executivo, Legislativo e Judiciário, além de especialistas, tuitaram sobre meio ambiente.”

O conteúdo em questão foi motivado pelo fato de o presidente Jair Bolsonaro ter afirmado, em discurso para líderes mundiais no mês anterior, que tem orgulho da conservação da Amazônia. A Folha buscou sua base de dados para mostrar uma tendência oposta nas postagens de Bolsonaro em seu Twitter: “[...] análise de suas postagens em rede social mostram, porém, atenção maior a assuntos econômicos e relacionados a uma suposta ameaça à soberania na região do que preservação” (FOLHA DE S. PAULO, 2021).

A Folha (2021) destaca também que o presidente aborda o tema em seu Twitter com mais frequência quando há atenção por parte de críticos do exterior e da imprensa, conforme a seguinte passagem: “[...] os momentos em que o presidente mais fala sobre a floresta: o período seco da Amazônia, no qual o desmatamento e as queimadas são mais intensos e, conseqüentemente, há mais críticas internacionais e atenção da imprensa sobre o assunto”. Essa pressuposição de que há mais interesse por parte do representante do poder executivo nacional nos momentos em que o tema está em evidência pode levar a subentendidos diversos. Estes podem passar por “as manifestações são importantes para que a temática receba atenção das autoridades” até “o presidente não se preocupa constantemente com a preservação ambiental, manifestando-se sobre isso apenas quando há críticas que podem abalar sua reputação”.

A matéria afirma que “[...] foram encontrados 344 tuítes do presidente ligados à área. O assunto a que ele mais dedicou atenção foi transporte (103), seguido de meio ambiente (68), uma categoria abrangente que considera 34 termos, como qualidade do ar, licença ambiental e impacto ambiental” (FOLHA DE S. PAULO, 2021). O fato de o assunto mais comentado pelo presidente ser ligado a “transporte” também pode subentender que sua visão está concentrada na questão da agropecuária – a busca por facilitar o escoamento das produções –, e não na preservação ambiental.

Na sequência destes, “[...] os assuntos sobre os quais ele mais tuitou em seguida foram energia (63) e Amazônia (59) —uma mesma postagem pode ser classificada em mais de uma categoria”. A respeito deste último, “[...] por ser um tema mais específico, o assunto Amazônia permitiu classificação adicional, feita manualmente pela reportagem”. Dos 59 a respeito dessa temática, “[...] 19 falavam sobre desenvolvimento econômico na região e 17 sobre soberania. Juntos (36), receberam mais atenção do que tuítes relacionados à preservação da região (28)”. Assim, reforça-se o subentendido anterior e demonstra-se a tendência do governo a não se ater à preservação do local.

Mesmo quando aborda a preservação, o presidente busca mostrar ações afirmativas, mas a matéria contesta a situação:

[...] As publicações do presidente relacionadas à preservação, em geral, têm tom positivo ou mostram ações pontuais do governo. Outro tuíte, de 13 de abril de 2021, diz: “Desmatamento na região da Amazônia Legal registrou queda de 19,15% entre agosto e março do biênio 2020/2021”. O espaço de tempo (agosto a março) escolhido para falar sobre redução não é costumeiramente usado. Por questões climáticas, o desmate costuma ser observado mensalmente (comparando-se ao mesmo mês do ano anterior) e no período entre agosto de um ano e julho do ano seguinte —período usado para cálculo do Prodes, programa do Inpe que mede o desmate na Amazônia. A postagem atribuía a redução à Operação Verde Brasil 2, pela qual os militares foram deslocados para combate ao desmate. O tuíte, porém, deixa de lado o período completo no qual o Exército esteve na floresta. Desde agosto de 2019, há presença das Forças Armadas na Amazônia, sem, de modo consistente, ter sido observada diminuição da devastação do bioma. O vice-presidente e chefe do Conselho da Amazônia, Hamilton Mourão, é outro que costuma postar quando os dados de desmatamento apresentam queda em um mês (FOLHA DE S. PAULO, 2021).

Já nos meses com desmate crescente ou recorde – a exemplo dos meses de março e abril de 2021 – as publicações diminuem e tomam ares de acusações e luta pela soberania do país sobre essas áreas:

[...] nessas situações, desde 2019, as postagens priorizam acusações de que países estrangeiros estariam tentando interferir na soberania do país ou que os dados divulgados não seriam reais. Um exemplo é o tuíte de 23 de agosto de 2019: “O fogo que mais arde é o da nossa soberania sobre a Amazônia”, classificado como referente a preservação e soberania. Os tuítes sobre soberania se concentraram na época das queimadas de 2019, quando o país foi criticado por líderes mundiais, como Emmanuel Macron (França). “Caso tivesse demarcado mais algumas dezenas de áreas indígenas e orientado pesadas multas nos produtores rurais, o mundo não estaria me acusando, falsamente, de destruir a Amazônia. Soberania da região e suas riquezas são o que, verdadeiramente, está em jogo”, escreveu em 15 de agosto de 2019 (FOLHA DE S. PAULO, 2021).

Enquanto isso, o monitor da Folha descreve uma constância de postagens distribuídas ao longo do ano quando o assunto se refere ao desenvolvimento econômico da região. Nesse ponto, a matéria destaca que, além de Bolsonaro, o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, também fazia diversas postagens contraponto a questão econômica à preservação. Afirma-se que “[...] são comuns falas dessas autoridades

afirmando que é necessário pensar no desenvolvimento econômico da região para depois pensar em preservá-la” (FOLHA DE S. PAULO, 2021). Essa comparação com outra categoria de postagens (preocupação com o meio ambiente x desenvolvimento econômico) atua também como uma base de medida para significar o “tamanho” da preocupação – ou falta dela – por parte do sujeito representado.

Alguns especialistas também ganham voz na matéria para analisar a situação e fazer projeções. Para Gilberto Câmara, ex-diretor do Inpe e diretor do secretariado do GEO (Grupo de Observações da Terra), esse tipo de oposição não se sustenta em evidências, considerando que, nas atividades desmatadoras, “normalmente o dinheiro acaba não ficando na região onde a devastação acontece, principalmente nas áreas mais pobres. ‘Os estudos mostram que a capacidade de preservação e produção não são inimigos. Precisa ter um balanço’, afirma Câmara” (FOLHA DE S. PAULO, 2021).

Já Suely Araújo, especialista sênior em políticas públicas do Observatório do Clima e ex-presidente do Ibama, afirma que “[...] Bolsonaro tem uma visão de desenvolvimento com a floresta caindo” (FOLHA DE S. PAULO, 2021). Ambos também mencionam influências militares para as ações e pensamento do presidente e fazem alertas tanto para o momento presente quanto para o futuro ambiental:

[...] os especialistas enxergam no discurso bolsonarista claras influências militares de décadas atrás, principalmente em relação à questão de soberania. “A visão é atrasada em termos de geopolítica e em relação ao desenvolvimento da floresta”, afirma Araújo. Câmara alerta que a visão dicotômica entre economia e preservação deve ser olhada com atenção, por não ser exclusiva de Bolsonaro ou de um espectro político específico. “Não temos conseguido discutir para onde vamos. Não subestime esse legado porque ele não vem do Bolsonaro”, afirma, destacando a superficialidade do tratamento do tema no momento. “Mas vamos ter que conviver com essas questões muito além de 2022.” Em relação a transportes, assunto tangente ao meio ambiente sobre o qual Bolsonaro mais tuíta, há grande número de publicações em relação à malha ferroviária. Apesar de esse tipo de modelo ter um potencial impacto menor em relação a rodovias, Araújo não vê a administração atual conseguindo avançar de modo estrutural no tema. Ela destaca, porém, os projetos de asfaltamento e criação de estradas na Amazônia. “A cada 20 km de asfalto tem um tuíte”, brinca (FOLHA DE S. PAULO, 2021).

A apresentação dos dados sobre o desmatamento, assim como na matéria anteriormente analisada, caminha na direção da importância da preservação do meio ambiente e, nestes casos, com destaque para a região da Amazônia. Ambas também demonstram que as políticas públicas não estão sendo eficazes para isso. Ainda mais, a

matéria da Folha aborda diretamente o envolvimento do presidente Bolsonaro e do ministro de seu governo com a situação. Além de não demonstrar preocupação constante com a questão da preservação, suas falas estão mais direcionadas à exploração econômica e à soberania do país para controlar a região.

Também sobre a temática ambiente e considerando o apoio das autoridades públicas, o La Nacion aborda a necessidade da preservação em “É preciso que pelo menos 30% do planeta esteja protegido até 2030 para preservar a biodiversidade”⁹³, publicada em outubro de 2019. Trata-se da necessidade de medidas urgentes em função da grande quantidade de espécies de animais e plantas em perigo de extinção.

Os dados foram extraídos de relatório elaborado pela Plataforma Intergovernamental de Ciência e Política sobre Diversidade Biológica e Serviços Ecossistêmicos (IPBES). A base de medida que serve de alerta se refere, sobretudo, à comparação histórica, uma vez que a taxa de extinção global “[...] já é dez a cem vezes superior à média dos últimos 10 milhões de anos e 75% dos ecossistemas terrestres e 66% do meio marinho são severamente alterados pela ação do homem”⁹⁴ (LA NACION, 2019).

Como medida necessária, argumenta-se a favor da criação de áreas de preservação ambiental, algo que vem ocorrendo ao redor do mundo. Na última década, “[...] mais de 3 milhões de metros quadrados de terra, uma área equivalente ao tamanho da Índia, receberam proteção permanente”⁹⁵. Tal afirmação leva a considerar uma preocupação atual e a referência ao território de um país serve como base de medida para dimensionar a proporção dos cuidados que estão sendo tomados. A matéria completa que a preservação da vida marinha também está em pauta: “[...] quase 22 milhões de metros quadrados de oceano receberam o status de área marinha protegida. Hoje, a porcentagem de terras protegidas no planeta chega a 15%, e a dos oceanos chega a quase 8%”⁹⁶ (LA NACION, 2019).

93 Tradução livre a partir do original: “Buscan que al menos el 30% del planeta esté protegido para 2030 para preservar la biodiversidade”.

94 Tradução livre a partir do original: “la tasa global de extinción ya es de diez a cien veces mayor que el promedio en los últimos 10 millones de años y el 75% de los ecosistemas terrestres y el 66% del entorno marino están gravemente alterados por el ser humano”.

95 Tradução livre a partir do original: “En la última década más de 3 millones de m2 de tierra, un área equivalente al tamaño de India, recibieron protección permanente”.

96 Tradução livre a partir do original: “Y a casi 22 millones de m2 del océano se les otorgó el estatus de área marina protegida. Hoy el porcentaje de tierra del planeta protegido ascendió a 15%, y el de los océanos alcanza casi el 8%”.

Esses dados receberam a análise de Greg Zimmerman, diretor de comunicação do Wyss Campaign for Nature, um projeto suíço que trabalha com essa temática a nível global. Ele considerou pesquisas públicas realizadas em 7 países que são, em parte, responsáveis pelo recente pico de expansão de áreas protegidas no mundo: “[...] Argentina, Austrália, Bélgica, Canadá, França, Alemanha e Reino Unido. O que eles têm em comum? Seus cidadãos expressam um grande desejo, nas pesquisas, por medidas mais fortes para proteger a natureza”⁹⁷ (LA NACION, 2019).

A partir desse momento, a matéria direciona como base de medida a comparação de expansão de áreas protegidas entre países e também a preocupação da população e dos governantes locais. Na citação abaixo, faz-se uma referência à própria Argentina:

[...] de acordo com o relatório, a conexão entre o apoio público à conservação das matas e do oceano e as ações dos governantes eleitos é clara. Só em 2018, foram criados quatro parques nacionais e duas áreas marinhas na Argentina, um recorde histórico na criação de áreas naturais protegidas em nosso país. Ao mesmo tempo, uma pesquisa da Elypsis encomendada pela The Conservation Land Trust (CLT), revelou, em março deste ano, que 91% dos argentinos querem que seus líderes eleitos promovam novas áreas protegidas e 81% apoiariam um candidato que promova a criação de parques nacionais ⁹⁸ (LA NACION, 2019).

Outro caso positivo observado é o Canadá. O crescimento de área de preservação marinha e o apoio da população a governantes que considere as questões ambientais também aparecem nos dados:

[...] O caso da Argentina não é o único. Em 2015, menos de 1% do território marinho do Canadá estava permanentemente protegido. Atualmente, quase 14% dos oceanos nacionais estão protegidos. Por sua vez, em 2018 o país anunciou um investimento 1,35 bilhão de dólares canadenses para a conservação da natureza. Ao mesmo tempo, uma pesquisa realizada pela Abacus Data para a Campanha Boreal Internacional revelou que 86% dos canadenses apoiam a proteção e

97 Tradução livre a partir do original: "Argentina, Australia, Bélgica, Canadá, Francia, Alemania y Reino Unido. ¿Qué tienen en común entre ellos? Sus ciudadanos expresan en las encuestas un enorme deseo de contar con medidas más fuertes para proteger la naturaleza”.

98 Tradução livre a partir do original: “Según el informe, la conexión entre el apoyo público para la conservación de la tierra y los océanos y las acciones de los funcionarios electos resulta evidente. Tan solo en 2018, en la Argentina se crearon cuatro parques nacionales y dos áreas marinas, un récord histórico en la creación de áreas naturales protegidas en nuestro país. A la par, una encuesta de Elypsis encargada por The Conservation Land Trust (CLT), reveló en marzo de este año que el 91% de los argentinos quiere que sus líderes electos promuevan nuevas áreas protegidas y el 81% apoyaría un candidato que impulse la creación de parques nacionales”.

conservação de áreas mais naturais e que 96% consideram importante para a garantia da disponibilidade de água potável e ar menos poluído⁹⁹ (LA NACION, 2019).

Os exemplos negativos fazem uma paráfrase do que foi apresentado até este ponto. Os casos taxados dessa maneira foram o Brasil e os Estados Unidos. Estes representam alertas para o mundo, uma vez que os governantes locais não seguiam na direção da preservação do meio ambiente.

[...] no entanto, o relatório também alerta para dois países em particular onde as autoridades eleitas não seguem na linha do apoio para uma maior proteção ambiental. É o caso do Brasil, onde uma pesquisa de agosto mostrou que 95% dos eleitores concordam que a Amazônia é “essencial para a soberania nacional e a saúde ambiental do país”. Porém, o desmatamento por lá dobrou entre janeiro e agosto e, até agora neste ano, já ocorreram 78.383 incêndios florestais, o que representa 85% a mais do que no mesmo período de 2018. Além disso, Jair Bolsonaro, na ONU, até mesmo argumentou que “dizer que a Amazônia é o pulmão do mundo não faz sentido”¹⁰⁰ (LA NACION, 2019).

O consenso que se nota em todas essas notícias corrobora para a preservação do discurso a respeito da conservação das áreas ambientais, assim como a importância da população e das autoridades locais agirem nessa direção. Observa-se o uso de diferentes bases de dados e formas de tornar os índices relevantes. Nessas publicações, notamos como bases de medida para isso o uso do aspecto histórico (o crescimento do desmatamento considerando certa faixa de tempo), a comparação com outras localidades

99 Tradução livre a partir do original: “El caso de Argentina no es el único. En 2015 menos del 1% del territorio marino de Canadá gozaba de protección permanente. Actualmente, casi el 14% de los océanos nacionales están protegidos. A su vez, en 2018 el país anunció una inversión de \$1,35 miles de millones dólares canadienses para la conservación de la naturaleza. Al mismo tiempo, una encuesta realizada por Abacus Data para la Campaña Boreal Internacional, reveló que el 86% de los canadienses apoyan la protección y conservación de más áreas naturales y que el 96% lo considera importante porque asegurará su disponibilidad de agua potable y aire limpio en el tiempo”.

100 Tradução livre a partir do original: “Sin embargo, el reporte también alerta sobre dos países en particular en el que los funcionarios electos no responden al apoyo generalizado de mayor protección ambiental. Este es el caso de Brasil, donde un sondeo de agosto demostró que un 95% de los votantes están de acuerdo en que la Amazonía es “imprescindible para el orgullo nacional y la salud ambiental del país”. No obstante, la deforestación allí se duplicó entre enero y agosto, y en lo que va del año ya hubo en la selva 78.383 incendios forestales, un 85% más que en el mismo período de 2018. Además, Jair Bolsonaro en la ONU, incluso sostuvo que “decir que el Amazonas es el pulmón del mundo no tiene sentido””.

(como outros países lidam com essa situação) e a comparação entre a quantidade e o direcionamento temático das postagens em redes sociais (no caso da matéria com esse tipo de dado).

O papel do Brasil durante o governo de Jair Bolsonaro também está em todas essas narrativas como sinal de alerta, uma vez que os dados apresentados mostram a evolução do desmatamento no país. Até mesmo a matéria da Folha que analisa as postagens do presidente no Twitter segue essa linha de risco ambiental, uma vez que se caracterizam por ligações com a exploração econômica e soberania nacional. De certo modo, o Brasil, assim, tornou-se um tipo de base de medida comum nessas narrativas.

A respeito da análise de declarações e de postagens em redes sociais, aliás, um tipo de conteúdo bastante frequente que leva ao uso de bases de dados é a checagem de informações, o chamado fact-checking. Essencialmente, esse tipo de produção toma como ponto de partida certas declarações, divulgação de dados e outras informações que circulam na sociedade. Estas passam pela verificação de possíveis erros, imprecisões ou mentiras que irão legitimar ou não essas informações.

Tais checagens são comuns em períodos eleitorais, em investigações, declarações de pessoas públicas, informações de interesse público que circulam em redes sociais, entre outros. Durante a pandemia da Covid-19, essas produções apareceram com muita frequência em diversos sites jornalísticos. Intensificou-se a verificação de informações, sobretudo, em função das incertezas sobre o potencial de disseminação, formas de prevenção e tratamento, os impactos sobre a saúde, os melhores modos de agir durante esse período, além das disputas políticas que levaram a mais dúvidas e tensões na disputa pela legitimação dos discursos sobre a doença e os interesses e rumos econômicos.

Observemos duas notícias da Folha com checagens de informações sobre imunização e vacinas: “Boato tira de contexto estudo com jovens nos EUA para atacar vacina da Pfizer” e “Ministério da Saúde de Israel nega que seus dados permitam concluir sobre imunidade de infectados”, ambas de agosto de 2021. O motivador da primeira foi uma postagem na rede social Instagram, com quase 6 mil visualizações até então, que cita relatos de suspeitas de eventos adversos da vacina Pfizer/BioNTech em crianças e adolescentes nos Estados Unidos. A postagem sugere a insegurança dessa vacina. A segunda tomou como gancho diversas postagens que utilizavam supostos dados do Ministério da Saúde de Israel que levavam a crer que pessoas infectadas pela Covid-19 estão sete vezes mais protegidas do que aquelas que não tiveram a doença e foram

imunizadas com a vacina da Pfizer, o que poderia indicar que a chamada “imunidade de grupo ou de rebanho”¹⁰¹ pela via da infecção seria uma saída mais eficiente.

O conteúdo do primeiro foi verificado pelo Projeto Comprova¹⁰², o qual observou que os dados expostos foram tirados de contexto de uma pesquisa do CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças Infecciosas) americano “[...] ao omitir que os relatos de mortes citados no estudo não foram confirmados como consequência da vacinação” (FOLHA DE S. PAULO, 2021). Essa investigação monitorou o registro de suspeitas de reações causadas pela vacina em jovens de 12 a 17 anos entre dezembro de 2020 e julho de 2021. Os autores do documento destacam “[...] que as notificações registradas no Vaers (Sistema de Notificação de Eventos Adversos de Vacinas) americano não implicam necessariamente que a vacina tenha relação causal com os episódios”. No relatório, as “[...] investigações sobre a causa da morte de oito dos 14 casos reportados não indicaram um padrão sugestivo que associe as mortes com a vacina. As outras seis ocorrências ainda são apuradas por especialistas”. O boato também cita supostos dados de subnotificação de eventos adversos para atribuir um tom alarmista sobre a segurança da vacinação.

Cita-se, ainda, que, com base nesse estudo do CDC, o Acip (Comitê Consultivo e Práticas de Imunização) americano “[...] avaliou os riscos e benefícios da vacina e decidiu manter a recomendação para que crianças e adolescentes recebam o imunizante” (FOLHA DE S. PAULO, 2021). Além disso, a postagem enganosa afirma que houve apenas uma morte causada pela Covid-19 no país dentro da faixa etária de 12 a 17 anos ao longo do período citado. Essa afirmação deixa o subentendido de que a doença não apresenta grandes riscos para os indivíduos que se encontram nessa faixa.

Contudo, também houve a verificação dessa informação, que apontou o indício de situação inversa. A plataforma do CDC, a qual compila esses dados, não filtra a faixa de 12 a 17 anos, de acordo com a matéria. A possibilidade de verificação é de zero a 17 e, por meio dela, notou-se que ocorreram 151 óbitos entre janeiro e julho de 2021. A publicação aponta que isso representa uma propensão maior se comparada à informação enganosa de apenas uma morte, mesmo considerando um intervalo etário distinto.

¹⁰¹ Modo de proteção indireta contra doenças infecciosas que podem ocorrer com algumas doenças no momento em que um percentual suficiente da população se torna imune a essa infecção, por vacinação ou infecções anteriores. Essa quantidade de pessoas “imunes” reduziria a probabilidade de infecção para indivíduos sem imunidade.

¹⁰² Projeto Comprova, coalizão que reúne 33 veículos na checagem de conteúdos sobre coronavírus, políticas públicas e eleições.

A notícia afirma que o “[...] responsável pelo post foi procurado, assim como o médico marcado no print e apontado como o autor das afirmações, mas nenhum respondeu até a publicação”. Também apresenta os modos de verificação das informações apresentadas:

[...] inicialmente, o Comprova utilizou o Google para buscar palavras-chave que levassem à origem das afirmações feitas no post, localizando um relatório técnico do CDC sobre a segurança da vacina contra a Covid-19 em adolescentes com idade entre 12 e 17 anos. Em seguida, consultou informações sobre o Vaers e sobre a segurança dos imunizantes, além de analisar outras verificações e artigos sobre os assuntos abordados no post. Foram verificados os dados oficiais do Centro Nacional de Estatísticas de Saúde disponíveis sobre mortes por Covid no país, recortando as informações relacionadas a crianças e adolescentes e consultado o que dizem as agências reguladoras americana e brasileira sobre a vacinação nessa faixa etária. A reportagem procurou o médico que é citado no post como sendo o autor das afirmações, questionando se elas, de fato, são de sua autoria, e verificou todos os stories em destaque no perfil do profissional, onde não consta o conteúdo printado e compartilhado pela conta aqui verificada, também procurada pelo Comprova (FOLHA DE S. PAULO, 2021).

No restante da notícia, são apresentados mais dados sobre a doença e seus efeitos, todos provenientes de fontes caracterizadas como confiáveis. Em diversos pontos, destaca-se a necessidade de leitura correta dos dados e de diversos exemplos de postagens em redes sociais e de pessoas públicas que os divulgam sem o devido cuidado. Sobre esse aspecto, exemplificam com um apresentador de uma emissora de televisão dos Estados Unidos que deturpou os dados de um relatório a respeito da segurança das vacinas:

[...] uma verificação da agência norte-americana FactCheck.org investigou um boato semelhante propagado por um apresentador de uma emissora de TV americana. Além de deturpar um relatório de segurança de vacinas, o apresentador citou um levantamento de 2010 submetido ao Departamento de Saúde e Serviços Humanos, que concluiu que apenas 0,3% (1 a cada 300) dos efeitos adversos eram reportados à agência sanitária americana FDA. Para suspeitas mais graves, a porcentagem foi estimada entre 1-13%. A análise, entretanto, não explicou como calculou esta porcentagem, mostra a verificação do FactCheck.org. O mesmo documento foi utilizado pelo ativista conservador Charlie Kirk em especulações enganosas, conforme artigo publicado pela National Review, que explica a interpretação errada dele e informa que, desde o início da vacinação para a Covid, o banco de dados é alvo de interpretações errôneas, além de abordar pontos do relatório semelhantes aos observados pela FactCheck.org.

A partir dessas considerações, verificamos que o direcionamento temático da notícia parte da deturpação da leitura de dados. O que faz com que a postagem e a verificação tomem caminhos semânticos distintos é que a primeira omite o fato de que os relatos de mortes citados no estudo não foram confirmados como consequência da vacinação. Este ponto é a base de medida para a significação dos dados. Essa omissão torna a publicação alarmista, colocando em dúvida a vacina em questão. Já o destaque para esse ponto faz com que o efeito seja oposto, subentendendo que não há motivo para contestar a vacinação.

O mesmo ocorre em relação à informação sobre as mortes, uma vez que a maioria delas (oito de 14 casos) não indicaram relação com a vacina, além de que os seis casos restantes ainda estavam em investigação. Ou seja, nenhuma das mortes teve relação com a vacina provada cientificamente. Essa maioria de casos e o fato de não haver ligação concreta também servem como base de medida para mensurar a preocupação com a vacina em questão.

A segunda matéria que mencionamos aborda a imunização de pessoas que já foram infectadas pelo coronavírus. Postagens que circularam por sites e redes sociais afirmaram que, com base em supostos dados do Ministério de Saúde de Israel, pessoas infectadas pela Covid-19 estão sete vezes mais protegidas do que aquelas que não tiveram a doença e foram imunizadas com a vacina da Pfizer. Para verificar a informação, buscou-se a fonte citada – o órgão do governo israelense – que respondeu que os dados disponíveis até agora não permitem apoiar ou rejeitar essa afirmação.

[...] questionado se seria correto dizer que os anticorpos advindos da infecção natural são mais fortes do que os criados pela vacina, o ministério declarou que essa informação “não é conhecida no momento”. A pasta ainda reforçou a importância da vacinação e que ela já se mostrou eficaz em prevenir casos graves e hospitalizações.

Já o site Frontliner, “citado como fonte de informação nos posts, foi procurado pela reportagem, mas não respondeu até a publicação deste texto”. Essas ausências de respostas também aparecem na narrativa de forma a deslegitimar tais fontes de informação. E assim como na matéria anterior, há um tópico que descreve como foi feita a verificação das informações:

[...] inicialmente, pesquisamos informações sobre a situação da campanha de vacinação em Israel e a eficácia das vacinas em reportagens nacionais e internacionais. O segundo passo foi contatar, por email, o Ministério da Saúde daquele país. Por mensagens de WhatsApp, falamos com o médico Roberto Zeballos, que postou este conteúdo em seu perfil no Instagram. Tentamos contato, por email, com o site Frontliner, responsável pelo texto, e com o deputado federal Osmar Terra (MDB-RS), que publicou um tuíte sobre o assunto. Em ambos os casos, não houve resposta (FOLHA DE S. PAULO, 2021).

Posteriormente, há também o relato de alguns dados sobre a temática, abordando a situação das infecções no país. Segundo a Folha (2021), “[...] do dia 15 daquele mês até 27 de julho, foram diagnosticadas 24.348 novas infecções. Destes casos, 163 (0,66%) ocorreram em pessoas que já haviam sido diagnosticadas anteriormente com a Covid-19”. Além disso, “[...] nesta conta entram diagnósticos feitos ao menos 90 dias depois do primeiro resultado positivo. Quarenta e sete destas pessoas também já estavam totalmente vacinadas”. Somados a esses, “[...] outros 12.511 (51,3%) novos casos no mesmo período foram observados em pessoas que já haviam recebido a vacinação completa e acabaram infectadas pela primeira vez”.

O ministério israelense também atribuiu o aumento do número de contágios pela diminuição de cuidados preventivos por parte das pessoas vacinadas em janeiro e fevereiro, além de reforçar que ainda não há comprovação de maior imunidade por parte de pessoas que tiveram contato com o vírus. Outro ponto salientado é que “[...] o ministério informou que seus dados ‘claramente mostram’ que a vacinação protege contra casos graves de Covid-19”, além de que “[...] sugerem que o grau de imunidade pode diminuir quando em contato com a variante Delta e de acordo com o tempo passado após a segunda dose da vacina”. Por esse motivo, “[...] o órgão passou a recomendar uma terceira dose para os idosos. O primeiro a receber a dose de reforço foi o presidente, Isaac Herzog” (FOLHA DE S. PAULO, 2021).

Sobre a imunização, também há consulta a divulgações de laboratórios que desenvolvem a vacina, os quais reforçam a importância da vacinação e destacam os avanços dos estudos. Também apresentam dados sobre a taxa de eficácia da vacina da Pfizer, a qual foi envolvida na polêmica das postagens.

Após a consulta a tais fontes “legitimadas”, também há um tópico a respeito do site que divulgou as informações de modo errôneo. A Folha (2021) observa que os princípios editoriais indicam a ideia de um jornalismo independente, “[...] ‘a primazia da realidade — fatos em primeiro lugar, respeito pelas opiniões e aqueles que as expressam,

e o direito de cada indivíduo formar suas opiniões’. Também afirma que suas publicações trazem ‘fatos verificados’ e entregam ‘elementos fidedignos à fonte’”. Contudo, essa não foi a primeira polêmica surgida a partir de suas postagens:

[...] O site já apareceu em outras verificações. Em outubro do ano passado, o Comprova classificou como enganoso um texto que retirava frase de enviado da OMS de contexto para sugerir que a entidade condenava o lockdown. Texto semelhante foi verificado também pelo Estadão Verifica em março deste ano. A reportagem enviou mensagem por email e pelo “fale conosco” do site, mas não recebeu retorno até a conclusão deste texto (FOLHA DE S. PAULO, 2021).

Outro fator elencado é o fato de que o texto do site Frontliner ganhou visibilidade pela divulgação por parte de “pessoas influentes nas redes sociais”. Um deles foi o deputado federal Osmar Terra (MDB-RS). A matéria destaca o histórico do deputado de divulgar informações não confiáveis ao longo da pandemia:

[...] Um deles foi o deputado federal Osmar Terra (MDB-RS), que escreveu no Twitter que “Vacina é feita com o vírus da Covid, inativado, ou partes dele. Seu objetivo é provocar a produção de anticorpos que irão proteger o organismo de uma infecção com vírus ativo. Igual, quem já teve infecção do vírus ativo produz anticorpos, que protegerão bem o organismo!”. Médico de formação, Osmar Terra foi ministro da Cidadania no primeiro ano do governo Bolsonaro. Ele já fez alegações enganosas sobre a pandemia no Rio Grande do Sul e sobre a eficácia das medidas de distanciamento social, checadas pelo Projeto Comprova. Ele também é investigado pela CPI da Covid, no Senado, por supostamente integrar um gabinete paralelo de aconselhamento do presidente Bolsonaro sobre a condução da pandemia. Procurado pela reportagem, não respondeu. Médico de formação, Osmar Terra foi ministro da Cidadania no primeiro ano do governo Bolsonaro. Ele já fez alegações enganosas sobre a pandemia no Rio Grande do Sul e sobre a eficácia das medidas de distanciamento social, checadas pelo Projeto Comprova. Ele também é investigado pela CPI da Covid, no Senado, por supostamente integrar um gabinete paralelo de aconselhamento do presidente Bolsonaro sobre a condução da pandemia. Procurado pela reportagem, não respondeu.

Nota-se que todas essas construções abordam a legitimidade das fontes. Mesmo que não se afirme claramente, por exemplo, que o site Frontliner não é confiável, a menção a outras divulgações erradas que partiram de suas postagens já deixa essa característica subentendida. Enumerar essas situações, bem como a comparação com os dados de outras fontes ditas como confiáveis servem como base de medida de confiabilidade. Destacar a ausência de resposta quando essas fontes foram procuradas

também corrobora com tal conclusão. Vale salientar que essas construções acabam por reforçar o poder das fontes classificadas como confiáveis. Pela narrativa, elas ganham voz como “normalizadoras” das ações que os leitores devem seguir, como buscar a vacinação e, nos casos mencionados, confiar na vacina do laboratório que foi alvo das postagens com informações falsas.

Essa construção normalizadora se encontra presente em diversas notícias relacionadas ao período pandêmico. Como exemplo bem claro disso, o título de publicação do Nexo, em junho de 2020, evidencia essa característica: “3 boatos verificados sobre a pandemia para você ficar de olho”. O comportamento mais apropriado é “ficar de olho” nos “boatos” sobre a pandemia. Além disso, a legitimidade de que a verdade está no discurso do Nexo reforça-se quando, na linha fina, afirma que “O ‘Nexo’ integra o Comprova, coalizão de 24 veículos jornalísticos que busca combater a desinformação sobre o novo coronavírus” (NEXO, 2020). O texto que antecede as três informações a serem desmentidas também reforça a quem o leitor deve conferir credibilidade e que meios merecem desconfiança:

[...] As redes sociais são um importante meio de comunicação para cidadãos e governos, ao divulgar e esclarecer assuntos de interesse público. Mas nelas também se proliferam posts, imagens e vídeos fabricados, manipulados ou retirados de contexto que podem causar danos. É um ambiente em que conteúdos podem ser disseminados rapidamente, sem preocupações com fonte ou veracidade. Para combater a desinformação nas redes surgiu o Comprova, do qual o Nexo faz parte. A iniciativa, que já checkou informações sobre as eleições de 2018 e as políticas públicas do governo federal em 2019, começou a verificar conteúdos sobre a pandemia do novo coronavírus. Esta fase do projeto é resultado de uma coalizão de 24 veículos que se juntaram para apurar informações sobre a crise de saúde pública (NEXO, 2020).

Já os três boatos mencionados foram divulgados por meio de vídeos publicados em redes sociais. O Nexo organiza em tópicos para discorrer a respeito de cada um deles: “É falso que o número de casos de covid-19 seja menor que o oficial”; “É falso que a ação da Polícia Federal reduziu número de mortes pela covid-19 no Ceará”; “É falso que haja provas de que a ivermectina é eficaz para o tratamento da covid-19”.

Assim como nos exemplos anteriores, há a busca das supostas fontes dos dados e faz-se uma análise dos dados. Na primeira, por exemplo, o autor do vídeo divulgado no YouTube atribui os dados apresentados a uma reportagem da Record. O Nexo, entretanto, afirma que a reportagem nunca existiu. O vídeo questionado relata que o número de

mortes pelo coronavírus seria inferior ao divulgado pelas autoridades brasileiras, pois os dados seriam inflados por óbitos causados por outras doenças, como a pneumonia. A investigação do Comprova buscou o Ministério da Saúde e suas bases de dados para questionar como ocorre o registro desses óbitos para, assim, legitimar as informações sobre a gravidade da pandemia.

A respeito da informação que relaciona uma suposta queda do número de mortes no Ceará com uma ação da Polícia Federal, a fonte foi uma postagem de um perfil pessoal no Facebook. Na imagem, afirma-se que o número de óbitos do estado pelo novo coronavírus teria caído 90%, apontando a Operação Dispneia, deflagrada pela Polícia Federal, como causa para essa redução. A ação apurou um possível desvio de recursos públicos federais na compra de respiradores pela Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza.

Para a verificação da legitimidade, o Nexo buscou os boletins técnicos do Ministério da Saúde e dados da Secretaria de Saúde do Ceará, os quais desmentiram a redução de 90%. Observou-se que o número, de fato, foi menor, mas não na dimensão apresentada pela postagem. A ligação com a ação da PF também se trata de uma informação errada, uma vez que a própria instituição “[...] não indicou nenhuma intervenção na gestão da saúde do estado que pudesse justificar uma relação com a queda no número de óbitos, informando apenas que foram cumpridos mandados de busca e apreensão em domicílios, empresas e órgãos públicos em Fortaleza e em São Paulo” (NEXO, 2020).

Já a médica Lucy Kerr foi a responsável pela publicação de um vídeo no YouTube a respeito do uso do medicamento ivermectina no tratamento da Covid-19. Entretanto, “[...] não existem evidências científicas que comprovem a eficácia da ivermectina, medicamento utilizado para tratar infecções causadas por parasitas, no tratamento do novo coronavírus” (NEXO, 2020). No vídeo, “[...] a médica afirma que a covid-19 tem cura e que é possível acabar com a doença em pouquíssimo tempo se utilizado o medicamento”. A médica concedeu entrevista ao Comprova para argumentar a favor do uso da ivermectina:

[...] em entrevista ao Comprova, a médica afirmou que a maioria dos pacientes que ela diz ter “curado” não fez teste para detectar a infecção por covid-19, nem o teste que confirma se o novo coronavírus está ainda no organismo. Quando perguntada sobre as evidências científicas do uso do medicamento, Kerr disse que comprovação da eficácia do remédio é observacional. Até o momento, todos os estudos sobre a ivermectina encontram-se em estágio inicial. Isso quer dizer que nenhum dos dados divulgados até agora pode ser considerado conclusivo (NEXO, 2020).

A narrativa do Nexo constrói a falta de confiabilidade na fala da médica ao destacar alguns pontos. Entre eles, o fato de os pacientes supostamente curados não terem feito testes para detectar a infecção. As aspas utilizadas na palavra “curado” deixam subentendidas essa provável mentira. Além disso, o fato de defender a eficácia por um teste “observacional”, e não científico, também torna questionável a narrativa divulgada pelo vídeo da médica. O Comprova, ao contrário, buscou bases de dados científicas e outras autoridades que caracterizam como mais legitimadas. Entre elas, “[...] a autoridade sanitária dos Estados Unidos, FDA, não aprova o uso de ivermectina para o tratamento ou prevenção da covid-19 e faz um alerta sobre seus possíveis efeitos colaterais”, além de que, no Brasil, a “[...] Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) não reconhece o medicamento para o tratamento da doença” (NEXO, 2020).

A plataforma utilizada para a divulgação do vídeo também foi outra fonte que ajudou na imagem de desconfiança a respeito da médica: “[...] o vídeo foi tirado do ar pelo YouTube no dia 2 de junho. Procurada pelo Comprova, a plataforma afirmou que vídeos que promovem desinformação sobre a covid-19 são contrários às suas políticas” (NEXO, 2020).

O jogo entre paráfrases e polissemias, portanto, está em movimento evidente nessas notícias construídas com base no fact-checking. Considerando as informações a respeito da pandemia da Covid-19, nota-se, por exemplo, o alerta a respeito da ampla circulação de teses incorretas, muitas das quais utilizam discursos bastante semelhantes entre si. O que também chama a atenção em tais produções são as formas de legitimar ou deslegitimar determinados discursos, bem como as fontes de dados buscadas para compor a argumentação. Para apontar os erros dos enunciadores, utiliza-se construções que deixam subentendidas a intenção de disseminar informações incorretas, como ao mencionar a recorrência com que determinado sujeito propaga dados errados. Mas também há menções diretas, como quando o Chequeado (2021) afirma que “[...] circula no TikTok um vídeo no qual Ricardo Delgado Martín, fundador de La Quinta Columna

– um canal de desinformação e teorias da conspiração sobre a Covid-19”. Assim, a credibilidade das fontes e a forma como elas são (des)legitimadas também servem como uma espécie de base de medida dos dados.

Outra característica que observamos em várias das notícias analisadas é um perfil normalizador ao apontar, por exemplo, quais os modos de agir corretos. Nesse ponto, os dados de estudos de instituições ou outras entidades com credibilidade social costumam aparecer como elemento determinante para nortear essas colocações.

Esse agir não se refere apenas ao leitor, mas também a outros sujeitos e instituições. No período em que a Argentina debatia a legalização do aborto, por exemplo, essa temática esteve presente de diversas narrativas midiáticas. As checagens da veracidade de informações e dados foram amplamente divulgadas. Diversas postagens que circularam na internet, estatísticas sobre o aborto no país e em outras partes do mundo, falas de autoridades locais são exemplos de situações que levaram os veículos de informação a verificarem e publicarem notícias com dados sobre o assunto.

O presidente do país, Alberto Fernández, foi um desses personagens cujas falas foram checadas. Em “Alberto Fernández: ‘Desde a volta da democracia, morreram mais de 3 mil mulheres por essa causa’”¹⁰³, de 18 de novembro de 2020, a fala do líder do poder executivo, retirada de um vídeo publicado em sua conta no Twitter, é carimbada como “verdadeira”.

Os dados que legitimam a afirmação foram retirados do Ministério da Saúde. Os relatórios do órgão dão conta de que, “entre 1983 e 2018 (último dado oficial disponível), registraram-se 3105 mortes de mulheres grávidas que buscaram o aborto”¹⁰⁴. Esse total representa “28% do total de mortes de mulheres grávidas nesse período. Na maioria dos anos, foi a principal causa individual de falecimentos de gestantes no país”¹⁰⁵ (CHEQUEADO, 2020). Essa caracterização hierárquica como “principal causa” também atua como base de medida. Outro recorte temporal também traz uma perspectiva de queda das mortes em função da realização do aborto na Argentina:

103 Tradução livre a partir do original: “Alberto Fernández: “Desde la recuperación de la democracia murieron más de 3 mil mujeres por esa causa””.

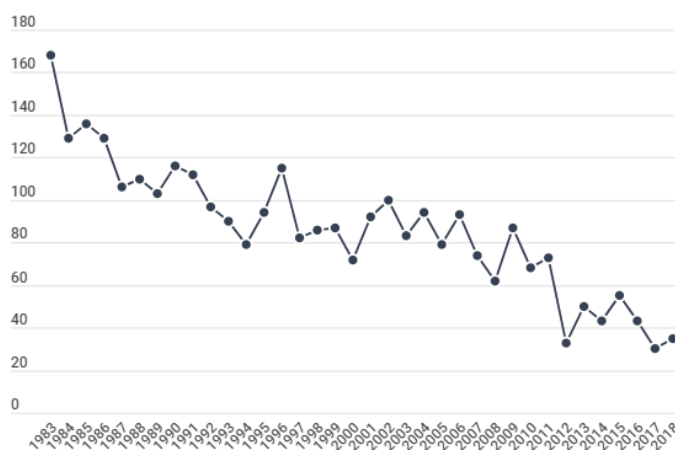
104 Tradução livre a partir do original: “entre 1983 y 2018 (último dato oficial disponible) se registraron 3.105 muertes de mujeres por embarazos terminados en aborto”.

105 Tradução livre a partir do original: “28% del total de muertes de mujeres gestantes en este período, y en la mayoría de los años fue la principal causa individual de fallecimientos de embarazadas en el país”.

[...] ao se olhar a série de dados, o percentual de mortes por abortos registrados (ou seja, mulheres que chegam ao sistema público de saúde) caiu desde 2015 (18,5%). As demais causas de mortalidade em gestantes são divididas em 2 grandes grupos: causas obstétricas diretas, ou seja, complicações decorrentes da gravidez, como hemorragia; e as causas obstétricas indiretas, que em geral são decorrentes de comorbidades pré-existentes da mãe, como problemas respiratórios ou cardíacos¹⁰⁶ (CHEQUEADO, 2020).

O recorte temporal, a exemplo do mencionado acima, também atua como base de medidas importante para a produção de sentido. Mas, como destacado ao longo desta pesquisa, todo o conjunto da narrativa influenciará as significações. Observando o gráfico disponibilizado na matéria (abaixo), com dados entre 1983 e 2018, seria possível fazer outros recortes. Exemplo seria dizer que “entre 2017 e 2018, houve crescimento de mortes causadas pelo aborto, interrompendo a tendência de queda que começou no ano de 2015”. Ou, ainda, “se considerarmos de 2012 até os dias atuais, houve crescimento dos casos de mortes em decorrência do aborto”. Esses recortes mudariam completamente o sentido e a percepção sobre a situação do país.

Muertes maternas por abortos. Período 1983-2018.



Fuente: Ministerio de Salud de la Nación.

Figura 26 – Mortes maternas – Chequeado (2020)

106 Tradução livre a partir do original: “Si se mira la serie de datos, el porcentaje de muertes por abortos registradas (es decir, las mujeres que llegan al sistema público de salud) viene en caída desde 2015 (18,5%). Las otras causas de mortalidad de mujeres embarazadas se dividen en 2 grandes grupos: causas obstétricas directas, es decir complicaciones surgidas del embarazo, como una hemorragia; y causas obstétricas indirectas, que en general se dan por condiciones preexistentes de la madre, como problemas respiratorios o de circulación”.

Para evidenciar ainda mais a dimensão desse tipo de escolha, podemos imaginar uma pauta que objetivasse, justamente, investigar se houve queda ou aumento desse número e realizar projeções. Se o título destacasse o recorte selecionado pelo Chequeado, a percepção seria de melhoria. Nos dois outros casos, mostrar-se-ia uma situação negativa para o país. A busca poderia passar por procurar compreender os motivos, estabelecer cruzamentos com outros dados, eventualmente comparar com outros países, buscar analisar se políticas públicas de educação nessa área surtiram efeito, etc.

Também do Chequeado (2016), “A desigualdade aumentou desde que Macri assumiu o cargo, como disse o Página 12?” analisa a veracidade dessa informação. Para isso, consultam especialistas e a própria base de dados utilizada pelo site jornalístico Página 12. Este comparou os dados do último relatório divulgado pelo INDEC sobre o segundo trimestre de 2016 com os relatórios anteriores.

Contudo, “[...] junto com o novo relatório, o instituto publicou um anexo no qual rejeita a comparação dos novos dados com as séries publicadas entre 2007 e 2015”¹⁰⁷. Isso porque, “[...] na revisão dos dados dos últimos anos (que ainda está em andamento), foram encontrados problemas de cobertura geográfica, projeções populacionais, falta de capacitação de pessoal e uso de práticas tendenciosas para a realização do estudo”¹⁰⁸.

Além desses fatores, um especialista consultado – Leonardo Gasparini, diretor de um centro de estudos da Universidade Nacional de La Plata – também afirmou que houve mudanças metodológicas na última pesquisa. Embora pequenas, elas poderiam causar um impacto significativo nas comparações e, para dimensionar essas diferenças, seria necessário que o INDEC fornecesse mais informações. Contudo, o especialista também ressaltou que as pesquisas do instituto são confiáveis e que não seria possível afirmar precisamente o tamanho do aumento da desigualdade social, mas que há evidências de que ela ocorreu.

Outro exemplo que denota a importância das escolhas e do olhar crítico para interpretar uma base de dados é a notícia “Registros indicam que milhares no Brasil tomaram vacina vencida contra Covid; veja se você é um deles”, de 2 de julho de 2021.

¹⁰⁷ Tradução livre a partir do original: “El instituto oficial publicó junto con el nuevo informe un anexo en el que desestima la comparación de los nuevos datos con las series publicadas entre 2007 y 2015”.

¹⁰⁸ Tradução livre a partir do original: “El organismo estatal señaló que en la revisión de los datos de los últimos años (que aún continúa) se encontraron problemas referidos a la cobertura geográfica, las proyecciones de población, la falta de capacitación del personal y la utilización de prácticas sesgadas para la realización del trabajo de campo, entre otros”.

Inicialmente, o título da matéria era “Milhares no Brasil tomaram vacina vencida contra a Covid; veja se você é um deles”. Contudo, após repercussão em função da possibilidade de milhares de brasileiros terem tomado vacina fora do prazo de validade, verificou-se que, na verdade, o impacto não seria tão grande, já que alguns registros é que estavam errados. Em matéria que comunica o erro do direcionamento temático, a Folha afirma que “[...] a diferença entre as versões é que, na primeira, estava embutida a suposição de que os dados do DataSUS constituem retrato fiel da realidade, ao passo que, na segunda, não há essa suposição”. Ou seja, o que mudou completamente a semântica da matéria foi o direcionamento temático de sua construção. Inicialmente, apontava-se o fato de que todas as pessoas que tomaram vacinas dos lotes indicados estariam em risco. Na segunda construção, existiria esse risco, mas não são todos os casos, uma vez que há erros nos registros.

Todas as observações que pudemos elencar a partir das análises dessas notícias nos fizeram concluir que há grande quantidade de variáveis que atuam diretamente na produção de sentidos da narrativa do jornalismo de dados. A utilização de diferentes bases de dados para abordar uma temática pode levar tanto a ideias iguais ou semelhantes quanto a sentidos opostos. Nesse último exemplo do recorte temporal, nota-se a possibilidade de criar narrativas com polissêmicas a partir da mesma base de dados.

Entretanto, também verificamos que diferentes narrativas que buscaram fontes e construções distintas mostraram caminhos semelhantes. Por exemplo, as matérias que destacaram a importância da preservação ambiental e a responsabilização do governo federal brasileiro pelo aumento do desmatamento na região da Amazônia. Apontaram nessa direção tanto as matérias que se basearam em relatórios de institutos de pesquisa quanto o monitor criado pela Folha para analisar as postagens do presidente Jair Bolsonaro a respeito da questão ambiental.

Tais configurações é que nos levam a considerar que o jornalismo de dados não se caracteriza como um retrato de uma realidade unívoca. Isso não significa dizer que não existe credibilidade ou confiabilidade nesse tipo de jornalismo, mas que sua narrativa merece atenção, uma vez que cada escolha e cada elemento que a compõe irão atuar em conjunto na significação do acontecimento.

Isso ficou evidente nas análises acima, que puderam elencar fatores que criam os direcionamentos dessas narrativas estudadas. Considerando os dados como os elementos centrais, vimos que os sentidos também estão diretamente ligados a eles, uma vez que determinam tais direcionamentos.

Na matéria sobre as postagens que abordam a temática ambiental no Twitter de Jair Bolsonaro (FOLHA, 2021), por exemplo, a tônica se dá pela comparação entre a *proporção* de vezes que aborda a economia em comparação com a preservação ou outros tipos de cuidados com o meio ambiente. Também direcionam os dados as proporções entre determinados grupos, temas, ações ou outras situações.

Já a matéria sobre a necessidade de preservação da biodiversidade (LA NACION, 2019), a *projeção* da urgência de que pelo menos 30% do planeja esteja protegido até 2030 também se utiliza de *proporções* por meio de comparações entre os países para medir essas ações. Dados positivos de Argentina e Canadá são contrapostos aos de Brasil e Estados Unidos, como vimos.

Já o conteúdo sobre as mortes de mulheres ocorridas após realizarem o procedimento de aborto (CHEQUEADO, 2020) também é um exemplo de proporções dando o direcionamento, sobretudo quando aponta que as mais de 3 mil mortes representam 28% do total de falecimentos de mulheres grávidas no período considerado, o que foi a principal causa de mortes de gestantes no país. Ou seja, esta é, proporcionalmente, a maior fatia desse todo, o que transmite a dimensão do problema. Nas notícias da Folha e do Nexo que abordaram a taxação dos livros proposta pela Receita Federal, um dos pontos que diferenciou a narrativa construída pelo órgão público das ideias passadas pelos dois sites brasileiros foi que o primeiro desconsiderou a proporção de pessoas que fazem parte de cada estrato social.

Também nessas matérias, um fator determinante para isso foram as comparações entre *fontes distintas*. Elas contrapõem os argumentos pela tributação ao procurarem informações de uma fonte diferente daquela usada pela Receita Federal. Assim, distintos dados serviram de base para criar um direcionamento em linha oposta. Do mesmo modo como entrevistar sujeitos com visões distintas a respeito da mesma temática irá trazer linhas de pensamentos diversas para a notícia, as bases de dados também suscitam esse olhar crítico.

Outros conteúdos se valem de *comparações entre períodos históricos e evolução* dos dados. Isso também ocorre no conteúdo sobre a necessidade de preservação da biodiversidade do planeta, que destaca o fato de a taxa de extinção global já ser dez a cem vezes superior à média dos últimos 10 milhões de anos. Também na matéria da Folha sobre a taxação de livros, observa-se que a queda mais brusca nos índices de leitura no país, considerando desde 2015, ocorreu entre os mais ricos e escolarizados. Esse é outro ponto que corrobora com o direcionamento.

Já as produções que analisam a veracidade de certas falas ou ideias que ganharam destaque na sociedade ou ditas por algum sujeito de relevância social costumam usar a *cientificidade* para avaliá-las e, assim, direcionar os sentidos. Cientificidade que aparece por meio de comparações da ideia que circulava com outras informações provenientes de bases de dados e fontes tidas como mais credíveis. E essa confiabilidade também é construída ao longo desses conteúdos, como vimos, por exemplo, quando as matérias indicam que houve a procura pelos responsáveis pelo boato sem que estes respondessem o contato ou, então, quando remete ao histórico de mentiras divulgadas pelos mesmos. Essas construções foram observadas nas matérias que apontam boatos sobre a pandemia do coronavírus.

Também nessa linha da cientificidade, podemos citar o conteúdo do Chequeado (2016) sobre o aumento da desigualdade desde que Mauricio Macri assumiu o governo. Nesse caso, eles não apontam o Página 12 – site jornalístico que divulgou a informação – como uma fonte não credível. Mas a ponderação feita se refere ao fato do INDEC – instituto estatal responsável pelo levantamento e divulgação dos relatórios consultados – ter informado a necessidade de revisar alguns dados das pesquisas anteriores em função de problemas encontrados nas mesmas. Aponta-se, ainda, a mudança na metodologia da pesquisa no último relatório divulgado, o que afetaria a leitura comparativa entre aquele momento e os dados dos anos anteriores. Para analisar esses fatores, especialistas são consultados pelo Chequeado. Indica-se que há indícios para se dizer que, realmente, ocorreu crescimento da desigualdade social no país, mas que essas alterações não podem ser precisamente mensuradas por meio da comparação dos relatórios mencionados.

Vimos, dessa forma, que existem diversos modos de realizar o direcionamento das temáticas. Além disso, uma mesma notícia pode contar com mais de um tipo de direcionamento, como dados que abordam proporção e também evolução, assim como há vários modos de construir esses elementos significantes. No próximo tópico, poderemos notar esses direcionamentos temáticos por meio das escolhas imagéticas.

6.2 As escolhas gráficas e a produção de sentido

Ainda nas reflexões sobre as representações da realidade, outro elemento presente com frequência nas narrativas do jornalismo de dados são os gráficos. Se não se trata de

algo raro considerar os dados dentro de uma narrativa textual como “provas” da verdade, a documentação gráfica destes ganha ainda mais contornos de credibilidade.

Dubois (2001, p. 25), ainda na década de 1980, considerando a relação entre a fotografia e a realidade, debate a respeito de sua função testemunhal. Segundo o autor, há uma “espécie de consenso de princípio que pretende que o verdadeiro documento fotográfico ‘presta contas do mundo com fidelidade’. Foi-lhe atribuída uma credibilidade, um peso de real bem singular”. Entre os fatores que contribuem para essa visão está o processo “mecânico” de produção da imagem fotográfica. Para essa linha de raciocínio, não há “mentiras” nela, uma vez que é um retrato “não-subjetivo” de um lugar e um momento.

Citando Baudelaire dentro dessa perspectiva, Dubois (2001, p. 30) aponta que a fotografia se encontra em uma posição de instrumento de uma memória documental do real, tendo como papel “conservar o traço do passado ou auxiliar as ciências em seu esforço para uma melhor apreensão da realidade do mundo”. Essa função recobre, com isso, a ausência do sujeito.

Em um segundo momento, questionou-se essa visão de espelho do real, passando para a perspectiva da “transformação do real”. Ou seja, a imagem fotográfica não seria neutra, “mas um instrumento de transposição, de análise, de interpretação e até de transformação do real, como a língua, por exemplo, e assim, também, culturalmente codificada” (DUBOIS, 2001, p. 26). A fotografia deixa de ser um veículo da verdade empírica, implicando uma verdade “interior”, uma codificação das aparências.

Posteriormente, teorias passaram a observar a fotografia como um “traço do real”, ou seja, encontra-se na ordem do índice¹⁰⁹, diferenciando-se das duas anteriores por implicar “um valor *todo singular* ou *particular* (grifos do autor), pois determinado unicamente por seu referente e só por este” (DUBOIS, 2001, p. 45). O ponto de partida, para Dubois (2001, p. 50), “é a natureza técnica do ato fotográfico, o princípio elementar da impressão luminosa regida pelas leis da química e da física. Em primeiro lugar, o traço, a marca, o depósito”. Assim, a fotografia “aparenta-se com a categoria dos signos em que encontramos igualmente a fumaça (indício de fogo), a sombra (indício de uma presença), a cicatriz (marca de um ferimento), a ruína (traço do que havia ali), o sintoma (sinal de uma doença), a marca de passos etc.”.

¹⁰⁹ O autor utiliza o conceito de Peirce e o define como representação por contiguidade física do signo com seu referente.

Por outro lado, há também gestos “completamente ‘culturais’, codificados, que dependem inteiramente de escolhas e de decisões humanas”. O primeiro momento desse processo começa pela “escolha do sujeito, do tipo de aparelho, da película, do tempo de exposição, do ângulo de visão etc. – tudo o que prepara e culmina na decisão derradeira do disparo”. O “depois” traz todas as escolhas que se repetem “quando da revelação e da tiragem, em seguida a foto entra nos circuitos de difusão, sempre codificados e culturais – imprensa, arte, moda, pornografia, ciência, justiça, família...” (DUBOIS, 2001, p. 51). Dessa forma, o autor observa a fotografia para além da ideia de cópia do real ou de uma deformação arbitrária.

Contudo, por mais que considere os traços culturais, a obra em questão trata a fotografia como um elemento com menor mediação do que a pintura, por exemplo. Ou seja, ela seria um registro do mundo, índice da realidade. Enquanto isso, a pintura seria criada ponto a ponto, ou seja, tem todos os elementos de sua composição fabricados.

Anos depois, com as enormes mudanças nos modos de produção e nos usos das imagens fotográficas, Dubois (2019) passou dessa percepção do registro enquanto memória-lembrança e índice para uma ideia que considera o movimento e o desejo. A função de conservação de rastros da vida perde força para a função de movimento, de mostrar o onde está, o que faz, ou seja, para fazer circular o registro. Além disso, os próprios recursos tecnológicos ampliaram as possibilidades de construir mundos que não guardam elo físico com o real, o que faria com que as fotografias perdessem ainda mais a função de prova.

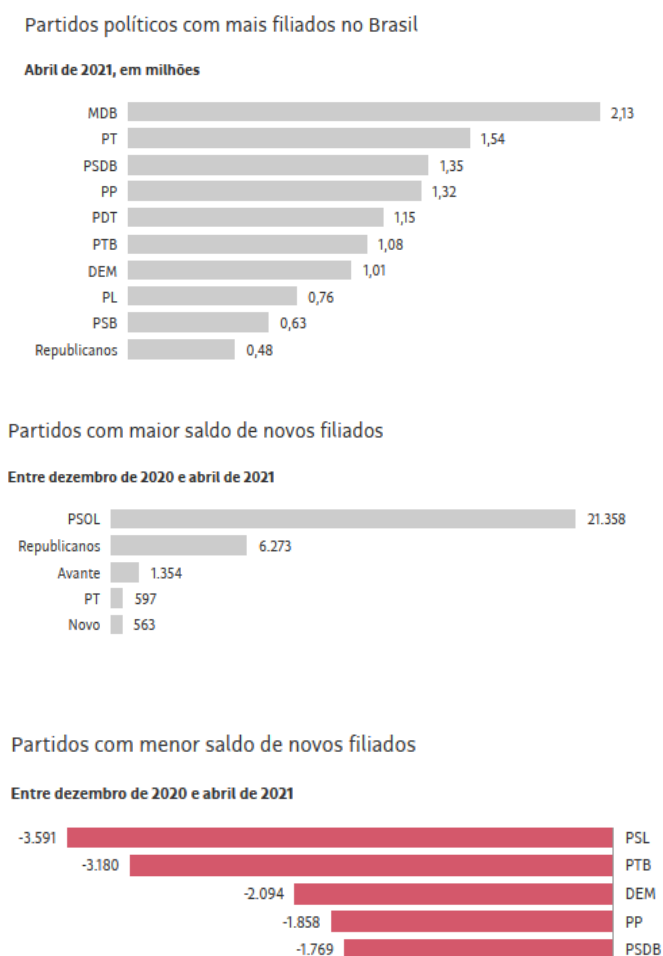
Não vamos adentrar pormenorizadamente nessas discussões por desviarem dos nossos objetivos. O que desejamos discorrer, neste ponto, é o fato de considerarmos que, mesmo nos primórdios da fotografia ou de qualquer registro imagético, a questão da construção discursiva deve receber a devida atenção na produção de sentidos. Mais do que um índice de registros culturais para armazenamento ou para circulação, essas produções sempre tiveram a presença de sujeitos que, ao produzirem os registros, são interpelados por suas ideologias, por seus contextos de produção e por todos os aspectos que afetam as escolhas.

Mesmo que o sujeito se coloque o objetivo de, por meio de uma fotografia, fazer o retrato mais próximo possível da “realidade”, a sua presença e as suas escolhas sempre estarão presentes. Mesmo que não faça uso da edição por meio de softwares ou outros recursos, seu “eu” está nos objetos que ele deseja que apareçam ou que não sejam vistos,

no ângulo escolhido, na percepção da iluminação e em diversos outros elementos que configuram a narrativa. Também estendemos tal visão a outras formas imagéticas.

No jornalismo de dados, as construções gráficas são muito comuns e merecem um olhar atento. Se considerássemos tais elementos como uma simples exposição imagética dos dados, cairíamos em uma interpretação que desconsideraria a presença do sujeito e suas escolhas. Aduzimos que essas escolhas e as formas de construção também são significativas na narrativa. Com isso, nossa pergunta, neste ponto, foi: as construções gráficas podem produzir sentido dentro do jornalismo de dados? E de que modo isso ocorre?

Pudemos observar isso ao longo das análises ao notarmos, por exemplo, os diversos formatos para a organização dos dados. Na matéria “PSOL e Republicanos têm onda de novos filiados após avanço em eleições municipais”, analisada anteriormente, encontramos alguns gráficos de barras, conforme abaixo.



Figuras 27, 28 e 29 – Filiados a partidos políticos – Folha (2021)

Os gráficos organizam o número de filiados dos partidos, a “onda” de novos filiados e também aqueles que tiveram “menor saldo de novos filiados”. O primeiro ponto destacável é a criação de hierarquias e a “competição” entre os partidos.

Com isso, a percepção visual do segundo gráfico corrobora com a proposta da narrativa, mostrando o PSOL e o Republicanos no topo dessa disputa por novos filiados. Se o destaque da notícia fosse para o primeiro (a lista de partidos com mais filiados), contudo, esses dois seriam “figurantes”, uma vez que não aparecem entre aqueles com mais filiados.

Mas uma possível leitura dos dados os coloca como “perseguidores” dessa lista, já que estão diminuindo a diferença com essa “onda”, a qual pode ser interpretada como um movimento impactante (uma “onda” que “destrói” o que estava estável) ou como um movimento passageiro (uma “onda” que passa, apenas uma “moda” momentânea).

Este segundo caso foi o que ocorreu com o PSL, segundo a Folha, que “[...] distanciou-se de Bolsonaro e vem perdendo filiados que vieram na onda do bolsonarismo. Teve saldo negativo de 3.600 filiados. Ou seja, mais pessoas deixaram o partido do que entraram” (FOLHA DE S. PAULO, 2021), como mostra o último gráfico. Assim, essas “ondas” se movimentam nas barras dos gráficos, mas carregam significações de acordo com os contextos apresentados.

No Chequeado, a publicação “#DebateNasRedes: Brasil foi o país estrangeiro que mais comentou sobre a eleição presidencial argentina no Twitter”¹¹⁰ elenca a origem das postagens na rede social mencionada. Há duas representações com esses dados: um mapa de calor (este combina a geolocalização com outras informações, como dados da biografia do usuário ou referências linguísticas) e um de barras (computados entre 8h de domingo, 27 de outubro de 2019, e 8h de terça-feira, 29 de outubro de 2019, com base em palavras-chave e nas contas dos candidatos).

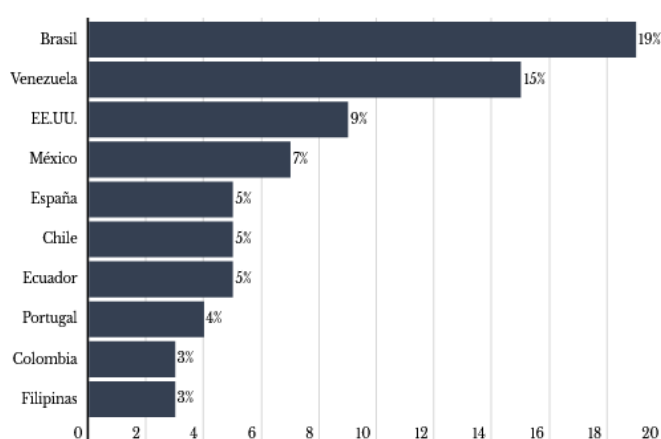
O primeiro se destaca na comparação pela frequência de postagens, medida com base nas cores. O gráfico de barras traz uma hierarquização mais precisa das populações com maior interesse nas eleições presidenciais da Argentina. Assim como no caso anterior, as barras representam essa medida e denotam as diferenças por meio dos percentuais apresentados. O mapa, contudo, agrega a informação da localização e abre

¹¹⁰ Tradução livre a partir do original: “#DebateEnRedes: Brasil fue el país extranjero que más comentó en Twitter la elección presidencial argentina”.

outras interpretações, como a possibilidade de imaginar os motivos de determinados locais do Brasil aparecerem com maior participação.



Tuits sobre la elección presidencial argentina en otros países



Los datos refieren a la actividad en Twitter entre las 8 AM del domingo 27 de octubre de 2019 y las 8 AM del martes 29 de octubre de 2019.

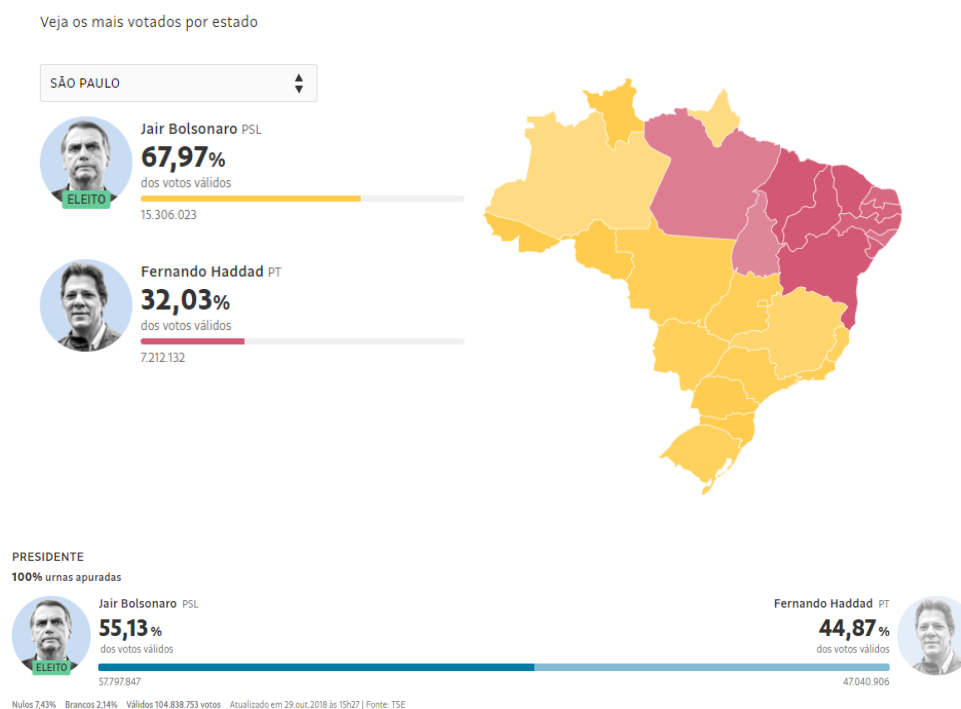
Figuras 30 e 31 – Eleição argentina no Twitter – Chequeado (2019)

A respeito de motivações, aliás, a matéria traz informações que se agregam sentidos aos dados apresentados. Isso ocorre, por exemplo, quando destaca que “[...] vale lembrar que, no Brasil, principal parceiro econômico da Argentina, o presidente Jair Bolsonaro se manifestou, em diversas ocasiões, contrário ao presidente eleito pela Frente de Todos, Alberto Fernández”. E ainda, “[...] na semana passada, ele ameaçou propor a

suspensão da Argentina do Mercosul – cuja presidência temporária está nas mãos do Brasil – caso Fernández ganhe”¹¹¹ (CHEQUEADO, 2019).

Também sobre eleições presidenciais, a Folha (2018) publicou “Resultados da apuração para presidente no 2º turno”, na qual diferentes representações gráficas informam os resultados do pleito. Por meio do mapa, é possível depreender sentidos subentendidos em função da nítida concentração de votos de cada candidato em determinadas regiões. A predominância de Fernando Haddad (PT) no Nordeste e de Jair Bolsonaro (PSL) nas demais regiões são perceptíveis por meio dessa escolha gráfica.

O mesmo resultado é apresentado por meio de barras dispostas horizontalmente de forma a criar uma espécie de “cabo de guerra” entre os dois candidatos, mostrando os percentuais de ambos. O vencedor (Bolsonaro) aparece com cores que o destacam em comparação com o clareamento da imagem do rival derrotado (Haddad).

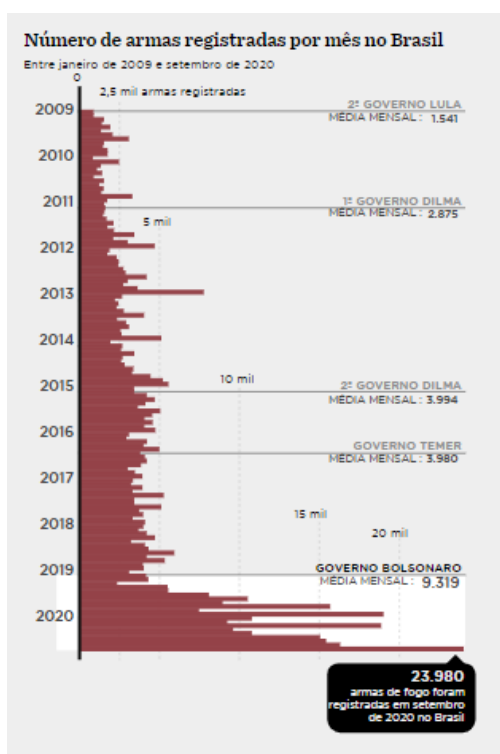
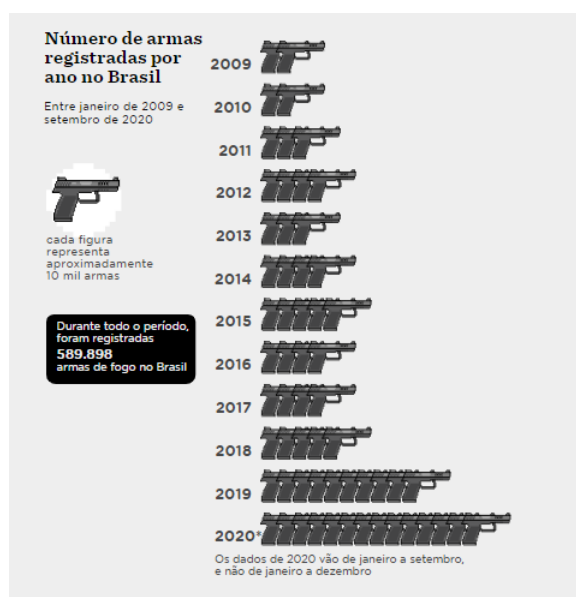


Figuras 32 e 33 – Eleição brasileira – Folha (2018)

¹¹¹ Tradução livre a partir do original: “Hay que recordar que desde Brasil, principal socio económico de la Argentina, el presidente, Jair Bolsonaro, se expresó en varias oportunidades en contra del presidente electo por el Frente de Todos, Alberto Fernández (ver acá y acá). Además, la semana última amenazó con proponer la suspensión de la Argentina del Mercado Común del Sur (Mercosur) -cuya presidencia pro témpore está en manos de Brasil- en caso de que ganase Fernández”.

Nos casos apresentados anteriormente com as barras na vertical, elas encontram-se em ordem decrescente. Mas também há situações em que aparecem de modo distinto. Exemplos desse tipo fazem parte da narrativa “O aumento dos registros de armas no Brasil com Bolsonaro” (NEXO, 2020). Como é possível notar abaixo, o primeiro deles aborda o número de armas registradas no Brasil por ano e é composto por desenhos de armas – cada figura representa, aproximadamente, 10 mil unidades, segundo o gráfico – que se agrupam com o formato de barras. O mesmo ocorre, mas sem o formato do desenho, no segundo gráfico. Este apresenta os dados mais detalhados, mostrando esse avanço ao longo dos meses de cada ano. Além disso, agrupam os dados segundo os mandatos de cada presidente, informação que dialoga com o direcionamento dado para a matéria.

O que observamos em ambas as situações é uma relação de “progressão” ou “tendência”, uma vez que fica nítido o crescimento ao longo do tempo. Nos exemplos anteriores, havia uma ordenação hierarquizada do maior (país ou partido, nos modelos selecionados) para o menor, daí o efeito de “competição”. Nestes outros, observamos as movimentações em progressão ao longo dos anos. Notamos, por exemplo, um recuo de 2015 e 2016 no número de armas registradas, mas um novo avanço nos anos seguintes, o que constrói essa percepção de subentender um provável aumento nas “futuras barras”.



Figuras 34 e 35 – Armas no Brasil – Nexo (2020)

Já o terceiro gráfico em barras apresenta a relação entre o tipo de comprador (pessoa física, segurança privada, loja de armas, órgão público, segurança pública e outros) com o percentual do total de armas registradas, entre janeiro de 2009 e setembro de 2020. O efeito de sentido desse modelo relaciona a proporção da categoria (no caso, o tipo de comprador) com o total da localidade, além da hierarquização na comparação com as demais localidades e também entre categorias. Dessa forma, observamos significativa diferença entre a proporção de compradores “pessoa física” no Rio Grande do Sul com as demais categorias. Este tipo representa a quase totalidade de compras. No Distrito Federal, em processo oposto, observa-se que “órgãos públicos” e “segurança pública” dominam a aquisição de armas. Assim, também notamos a diferença em comparação de um estado com outros e de uma categoria com as outras.

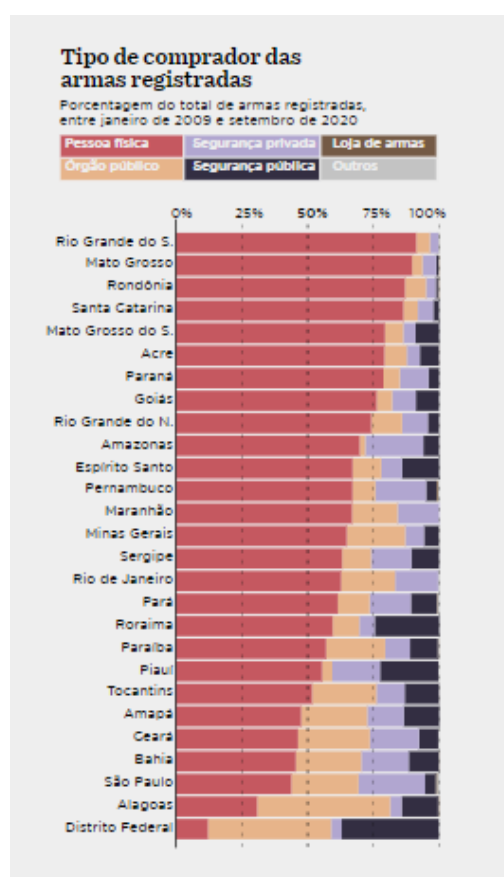
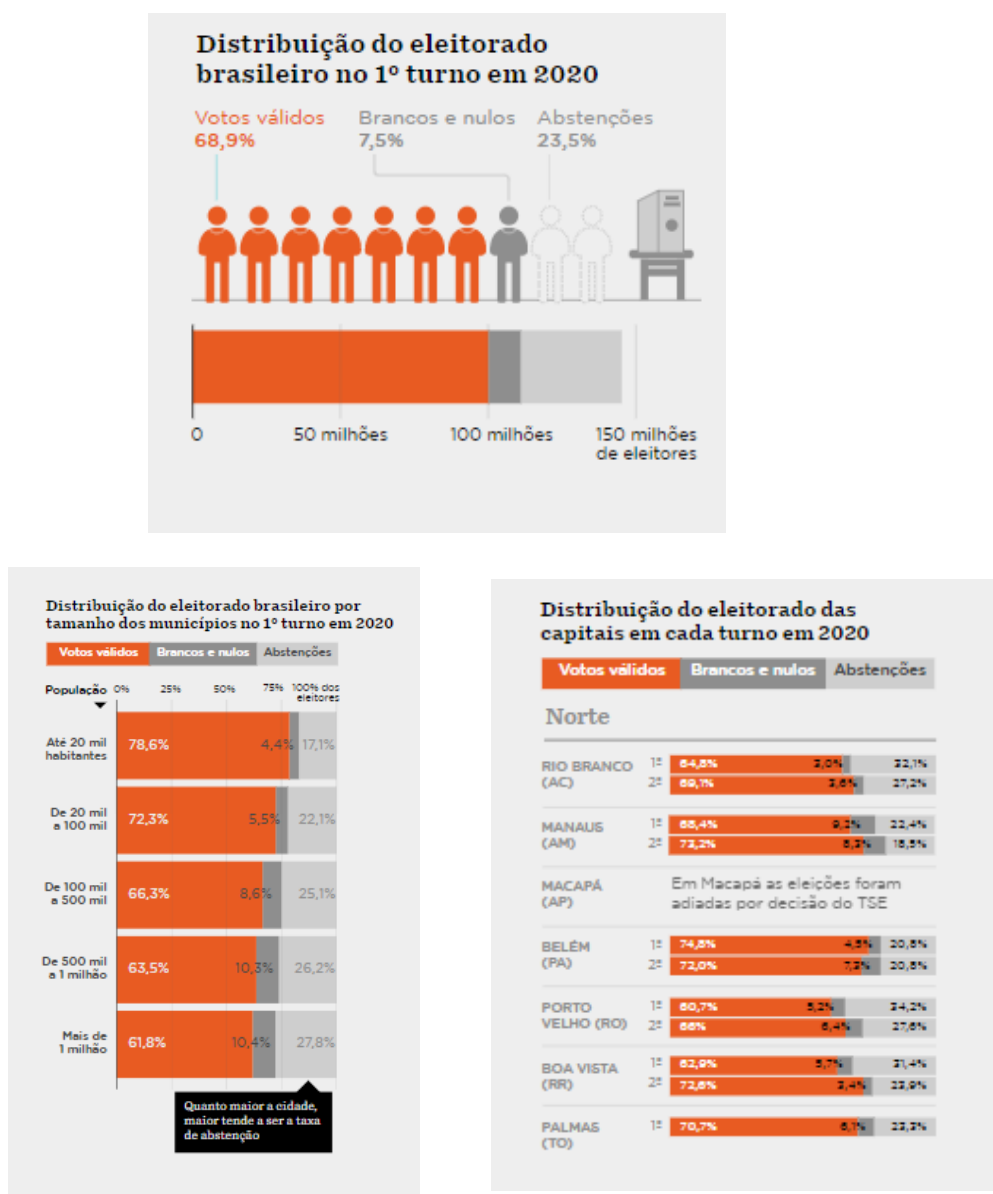


Figura 36 – Compradores de armas no Brasil – Nexo (2020)

De modo bastante parecido, a matéria “Abstenções, brancos e nulos: os não-votos em 2020”, do Nexo, também trabalha com o efeito de proporções e hierarquias. Para isso, constrói diferentes gráficos. Se, anteriormente, desenhos de armas formaram as barras para identificar os dados, agora os “eleitores” são desenhados para medir a distribuição

do eleitorado no 1º turno de 2020. Abaixo deles, também há a representação pela barra, conforme observado a seguir. Nos dois gráficos posteriores, os dados elencam a distribuição do eleitorado brasileiro de acordo com a localidade (por tamanho dos municípios e por capitais).



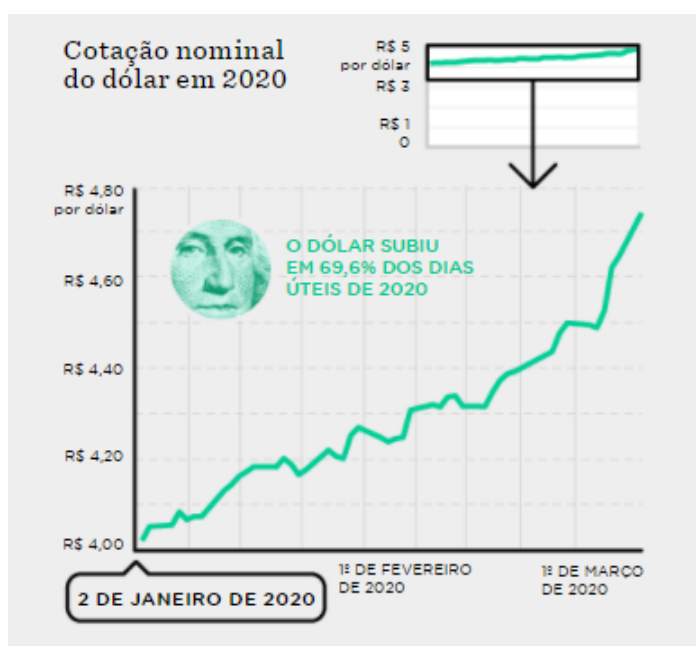
Figuras 37 a 39 – Eleitorado brasileiro – Nexo (2020)

Outro modelo de gráfico bastante presente no material analisado é o formato de “linhas”. Alguns exemplos aparecem nas notícias “O histórico do valor do dólar frente ao real” (NEXO, 2020), “Total de idosos que vivem em abrigos públicos sobe 33% em cinco

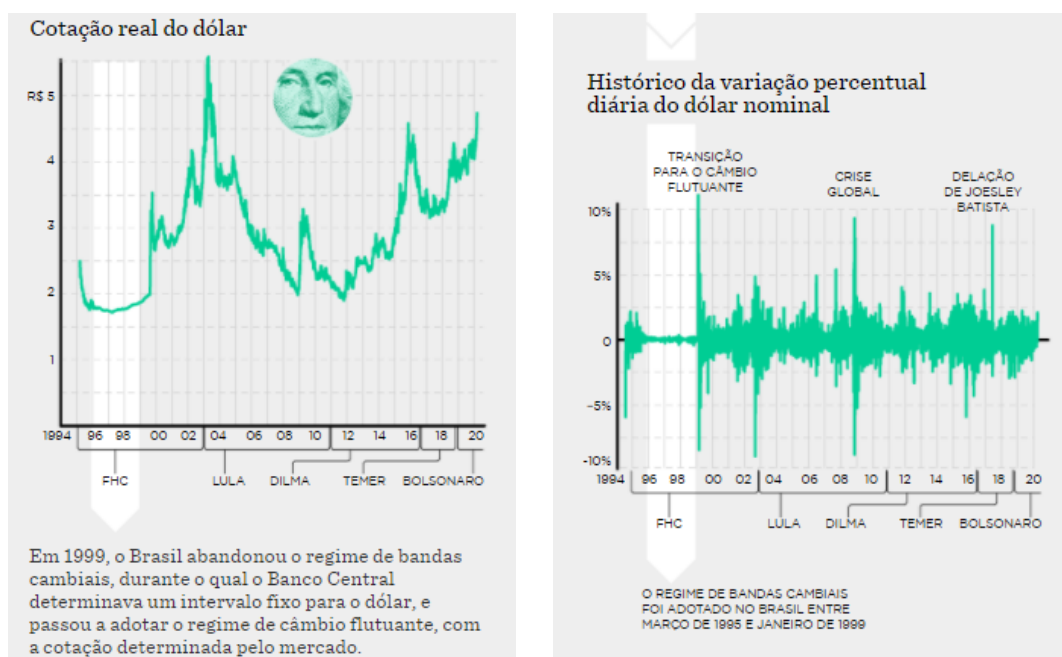
anos” (FOLHA DE S. PAULO, 2018) e “Mortos por Covid na América do Sul”¹¹² (LA NACION, 2020). A partir deles, notamos a representação de “frequência” ou “movimento” na narrativa.

O conteúdo do Nexo aborda a variação do dólar em comparação ao real entre janeiro e março de 2020. Considerando a cotação nominal, o título poderia tratar o dado como um “recorde”, uma vez que “[...] a moeda americana se valorizou em quase 20% e atingiu a maior cotação nominal desde 1994”. Contudo, o direcionamento muda quando se considera a cotação real, uma vez que, “[...] corrigindo pela inflação, o valor ainda não supera a alta de 2002” (NEXO, 2020).

O primeiro gráfico destaca a cotação nominal no período mencionado. A curva do gráfico movimenta a cotação para cima nessa faixa temporal e, conforme observado abaixo, destaca-se que “o dólar subiu em 69,6% dos dias úteis de 2020”, o que significa a frequência de alta. Nos gráficos seguintes, além do ano, os períodos estão separados com a indicação do presidente da República. A inclusão desse dado também representa um importante elemento para a significação das variações, já que é possível depreender subentendidos de seus governos no que se refere ao aspecto econômico. Nos dois últimos, também se notam observações sobre eventos históricos que, pressupõe-se, afetaram as variações das cotações.



¹¹² Tradução livre a partir do original: “Fallecidos por Covid-19 en América del Sur”.

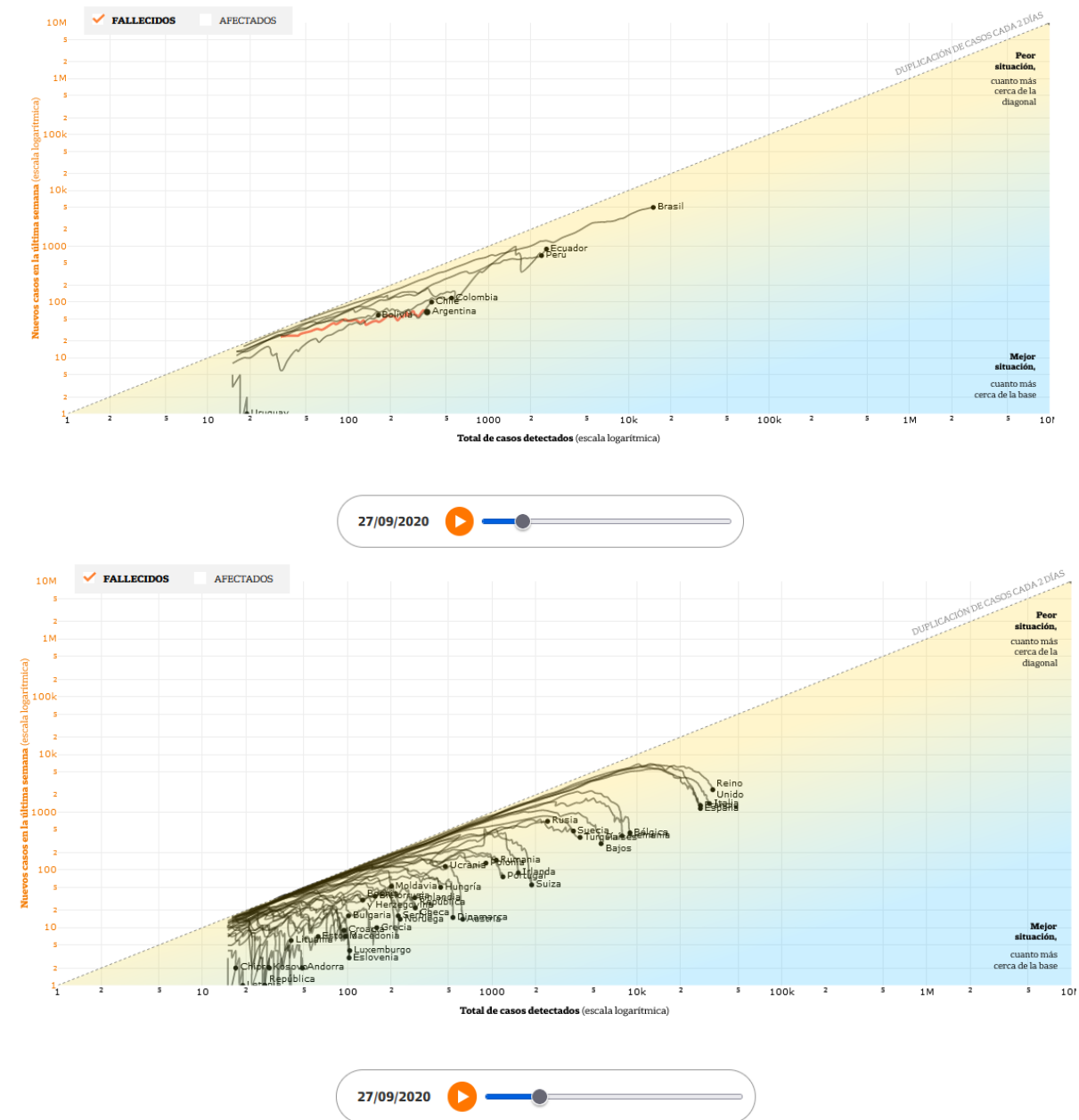


Figuras 40 a 43 – Variação do dólar – Nexo (2020)

O desenho das curvas também indica facilmente essa percepção de movimento, assemelhando-se ao indicativo de frequência cardíaca em um eletrocardiograma ou a frequência (as “ondas”) sonora. Assim também observamos o gráfico apresentado pelo La Nacion – em “Mortos por Covid-19 na América do Sul”¹¹³ – para comparar as curvas de crescimento semanais de mortes em função do coronavírus (eixo vertical) em relação ao total de casos detectados (eixo horizontal).

Outro dado agregado ao gráfico é o tempo transcorrido, uma vez que há um indicador da data e, conforme os dias passam, as linhas progridem na imagem. Abaixo, selecionamos o filtro da América do Sul e da Europa na mesma data. A partir das evidentes diferenças entre os “progressos”, pode-se indagar as motivações da tendência de queda em um continente e de alta no outro.

¹¹³ Tradução livre a partir do original: “Fallecidos por Covid-19 en América del Sur”.

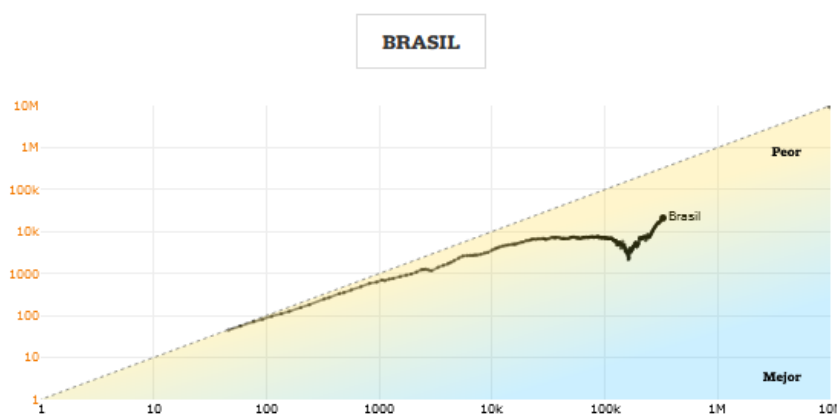


Figuras 44 e 45 – Mortes pelo coronavírus – La Nacion (2021)

Na sequência do conteúdo, o La Nacion aborda separadamente os países da América do Sul, agregando contextualizações aos dados. Abaixo, podemos notar o caso do Brasil.

PAÍSES CON MÁS FALLECIDOS

Entre los países más golpeados de la región se encuentra Brasil, el segundo con más cantidad de muertes en todo el mundo. Si bien muestran cierta ralentización en las últimas semanas, la situación es crítica. Ecuador no fue considerado en este grupo debido a que muestra inconsistencias en sus reportes de fallecidos.



Con los mayores focos en San Pablo y el estado de Amazonas, Brasil ya rompió la barrera de los 80.000 fallecidos y solo es superado por Estados Unidos en el mundo. La primera muerte por Covid-19 se anunció el 17 de marzo y, desde entonces, mostró un crecimiento exponencial de la cantidad de fallecimientos. Al observar el último tramo de la curva, hay una desaceleración del crecimiento de víctimas fatales, aunque no se ve una caída de la pendiente.

Figura 46 – Países com mais falecidos (Brasil) – La Nacion (2021)

Já na matéria da Folha a respeito do crescimento do número de idosos em abrigos públicos nos últimos cinco anos (2012 a 2017), o gráfico conta “[...] um dilema que começa a se repetir com maior frequência no país” (FOLHA DE S. PAULO, 2018). Dilema que acompanha um debate: “[...] com mais brasileiros vivendo por mais tempo e famílias com menos filhos, cresce o debate sobre a oferta de cuidados de longa duração, moradia e assistência na velhice”.

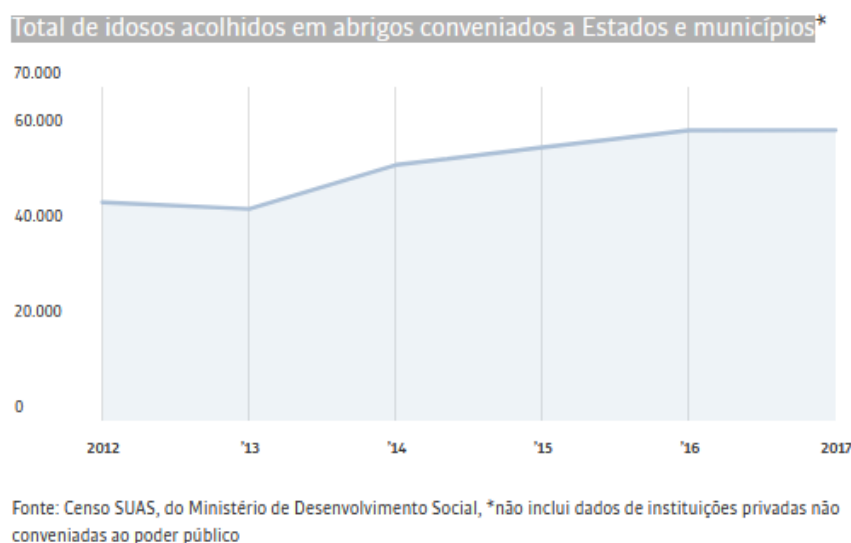
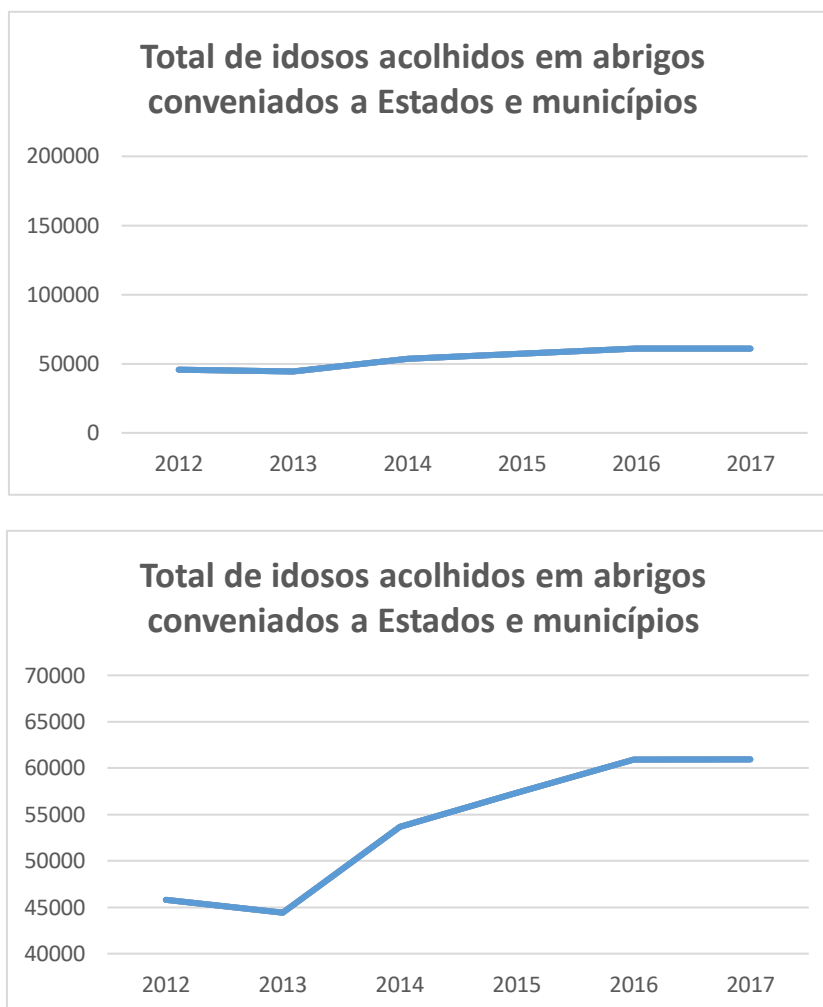


Figura 47 – Idosos em abrigos – Folha de S. Paulo (2018)

A notícia da Folha – considerando o conjunto da construção de elementos textuais e gráficos – demonstra a preocupação com o crescimento expressivo de idosos nos abrigos públicos. O país “[...] ainda não tem respostas estruturadas para o problema, dizem especialistas em envelhecimento”. E os dados dão a dimensão do problema: “[...] dados do Ministério de Desenvolvimento Social dão sinais dessa urgência em discutir o tema”, já que “[...] desde 2012, o número de idosos em abrigos conveniados aos estados e municípios, a maioria em instituições de longa permanência, cresceu 33% —passou de 45.827 naquele ano para 60.939 em 2017, ano dos dados mais recentes disponíveis” (FOLHA DE S. PAULO, 2018).

O modo de construção do gráfico é bastante representativo para corroborar ou não com a narrativa textual. Para evidenciar tal circunstância, reconstruímos o mesmo gráfico apresentado acima. Fizemos esse procedimento de dois modos diferentes, mas utilizando exatamente os mesmos dados. Se considerarmos o desenho da curva de ambos, observamos que, no primeiro, uma notícia poderia apontar “estabilidade” na variação de idosos acolhidos. Já no segundo, a variação fica mais “exagerada”. Essa percepção visual, evidentemente, é um elemento fundamental na construção da narrativa e de sua legitimidade. O que causou tamanha diferença foi a montagem do eixo vertical. A “estabilidade” ocorreu quando ele foi de 0 a 200 mil, o que “achatou” a curva. Enquanto isso, o segundo trouxe a escala de 40 mil a 70 mil, tornando o crescimento mais visível.

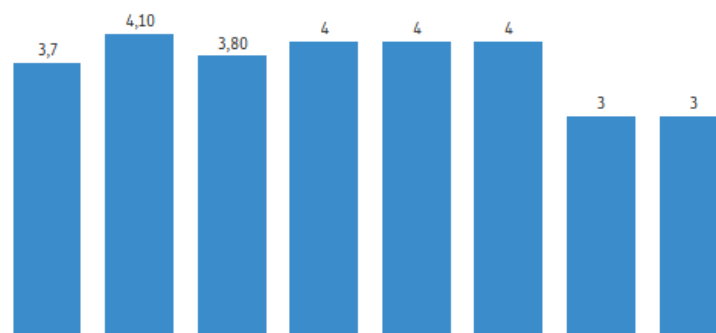


Figuras 48 e 49 – Gráficos idosos em abrigos – Autoria própria (2021)

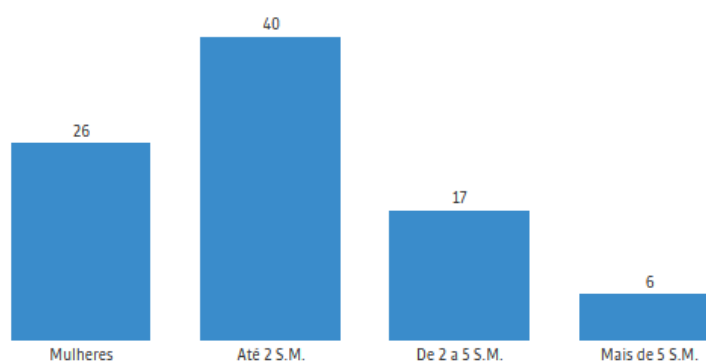
Outro formato encontrado na mesma matéria é o gráfico de colunas. Visualmente semelhante ao de barras, ele faz comparações e relações entre itens ou as alterações em determinado período. Nesse caso específico, o gráfico relaciona a insatisfação com morar sozinho com a faixa etária, concluindo que ela é maior entre os mais velhos. No segundo exemplo, a relação é entre a renda e o sexo, destacando apenas algumas faixas (no caso, apresentam os dados das mulheres, não trazendo o percentual de homens, e algumas das variações salariais). Já o terceiro relaciona o sexo da pessoa idosa que não mora sozinha com a companhia mais comum. Entre as mulheres, observa-se que a frequência dos dados aponta filhos no topo, enquanto o cônjuge é a companhia mais comum dos homens. Com essas variações dos gráficos dentro das mesmas temáticas, observamos o quanto as escolhas dos dados que irão contar a história são determinantes no direcionamento das narrativas.

Insatisfação com morar sozinho é maior entre os mais velhos

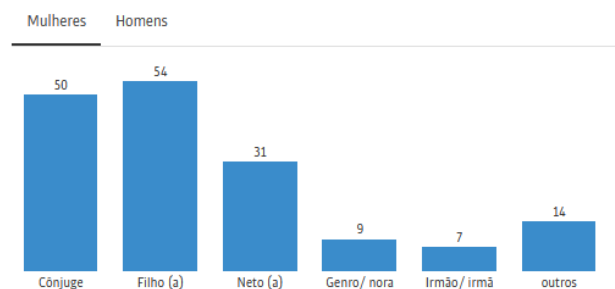
Resposta estimulada e única, em %, média das respostas, de 1 a 5



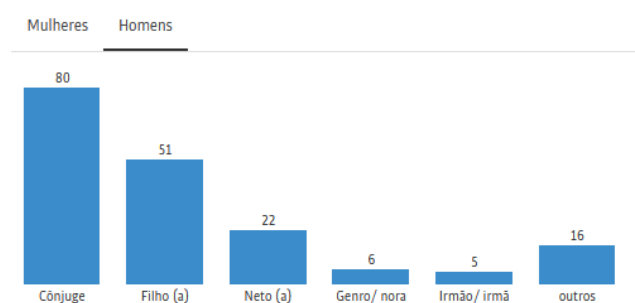
Idosos pobres e mulheres têm maior taxa dos que moram sozinhos



Entre as idosas que não moram sozinhas, filho é companhia mais comum que marido



Entre as idosas que não moram sozinhas, filho é companhia mais comum que marido



Figuras 50 a 53 – Pessoas que moram sozinhas – Folha de S. Paulo (2018)

Um modelo de gráfico que relaciona categorias com suas mudanças em um intervalo temporal encontra-se em “Emigrantes: radiografia de pessoas forçadas a deixar

seu país na última década”¹¹⁴, do La Nacion (2020). No gráfico abaixo, cada coluna representa um ano. Acima delas, há o agrupamento dos dados por década. Dessa forma, além da variação anual, essa junção permite mensurar a movimentação ao longo de dez anos.

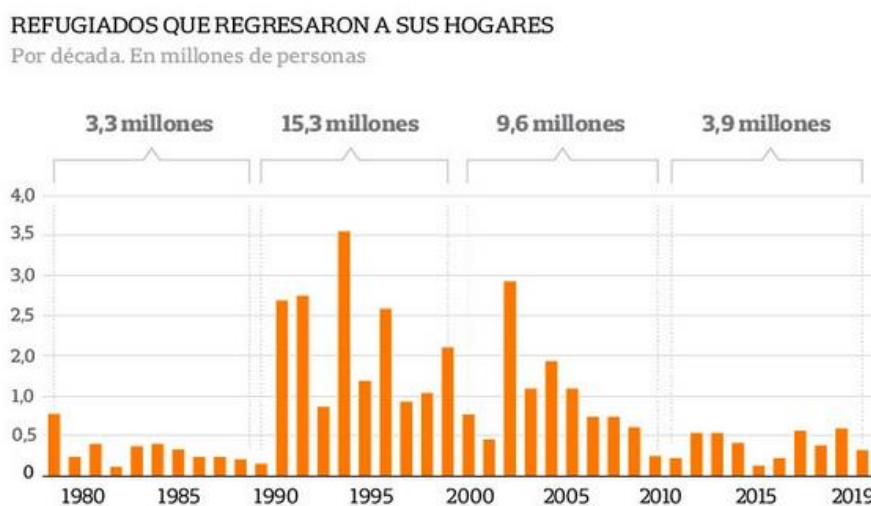


Figura 54 – Refugiados – La Nacion (2020)

Na mesma matéria, outro modelo de gráfico é o de colunas sobrepostas. Neste, observa-se a variação de acordo com o tempo, mas também a relação de proporcionalidade de diferentes categorias, as quais especificam o motivo da emigração. Cada uma delas aparece representada por uma cor. Sobrepostas, essas categorias somam o total de emigrantes a cada ano, a saber:

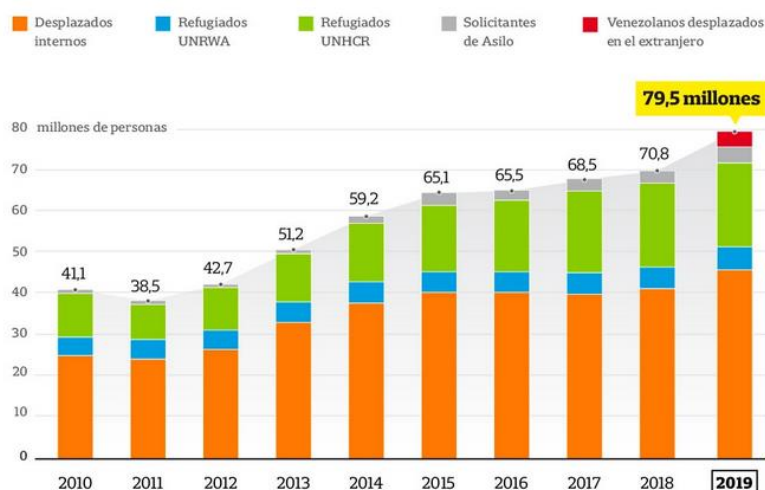


Figura 55 – Refugiados por categoria – La Nacion (2020)

¹¹⁴ Tradução livre a partir do original: “Desplazados: radiografía de las personas forzadas a dejar su país en la última década”.

Também em colunas, mas apresentado em conjunto com uma série de dados no formato de linha, observa-se no gráfico abaixo – da matéria “200 mil mortes: mais um marco da pandemia no Brasil” (NEXO, 2021) – a relação diretamente proporcional entre as séries consideradas: o número total de mortes pelo coronavírus (linha) e a média móvel¹¹⁵ (colunas). Essa junção entre um gráfico de coluna e outro de linha leva o olhar a buscar uma relação entre os movimentos dos dados. Essa visualização seria mais difícil se os indicadores fossem colocados em gráficos separados. No caso, nota-se que um acompanha o outro, ou seja, quando as colunas sobem, as linhas tendem a fazer o mesmo movimento, e vice-versa. Em dois dos gráficos, a seleção do intervalo de tempo (por meio da cor) destaca períodos de crescimento.

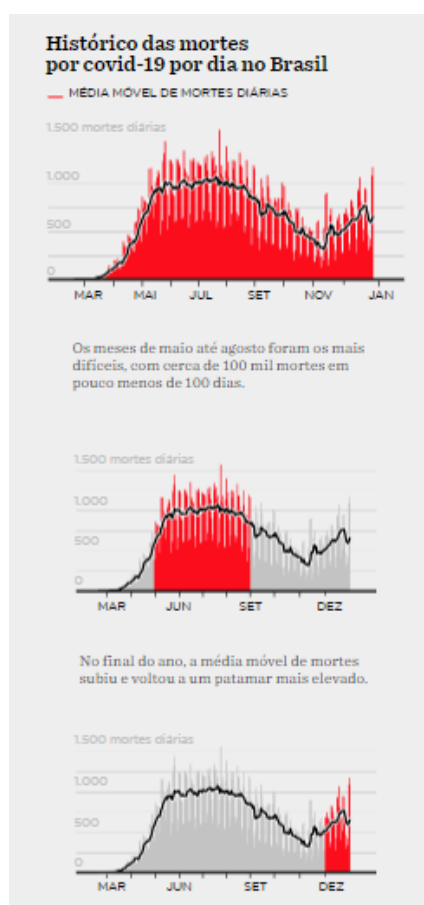


Figura 56 – Mortes por Covid no Brasil – Nexo (2021)

¹¹⁵ O cálculo da média móvel permite analisar se o número de casos confirmados e o de mortes na última semana tem aumentado ou diminuído, de acordo com o mesmo intervalo de tempo das semanas anteriores.

A respeito da relação entre séries de dados, aliás, o gráfico de dispersão mostra essa dinâmica. Se uma variável tem o valor diminuído com o aumento da outra, elas estão negativamente correlacionadas. Caso ocorra o contrário, estão positivamente. A ferramenta GPS Ideológico, desenvolvida pela Folha, trabalha com essa proposta, como ficou evidenciado na notícia a respeito do deputado Alexandre Frota. A Folha explica o funcionamento da seguinte maneira:

[...] o posicionamento nessa reta ideológica leva em conta a afinidade entre os seguidores que o perfil-influenciador tem. Ou seja, mostra para qual público o perfil mais fala ou representa na rede, mesmo que o influenciador não tenha intenção de ter esse público. Dois influenciadores que possuem tendência de serem seguidos por um grupo parecido de pessoas ficam mais próximos; perfis que têm seguidores distintos ficam mais distantes nessa reta ideológica (FOLHA DE S. PAULO, 2019).

Desse modo, criam-se afinidades entre influenciadores e seguidores, considerando-se as respectivas visões ideológicas, o que caracteriza os perfis desses indivíduos. Muitas vezes, há o poder de (re)significar a memória sobre a pessoa buscada, como foi o caso de Alexandre Frota. Entretanto, ressalte-se que, conforme discorreremos ao longo de todo o trabalho, todas as escolhas determinam os efeitos de sentido. Nessa narrativa em questão, a elaboração tomou como base os perfis dos seguidores. Os motivos para que estes acompanhem determinado perfil são desconhecidos. Indivíduos que se caracterizam como “mais à esquerda” podem, por exemplo, seguir o perfil do presidente Jair Bolsonaro – que se encontra “mais à direita” – sem que tenham afinidades ideológicas com o mesmo, desejando apenas acompanhar suas atividades em função de seu cargo ter o poder normalizador dentro do país. Assim, esse grupo de seguidores influenciará que o perfil do presidente se direcione “algumas casas” à esquerda dentro do gráfico. Vale observar, ainda, que o tamanho das bolhas indica o número de seguidores analisados.

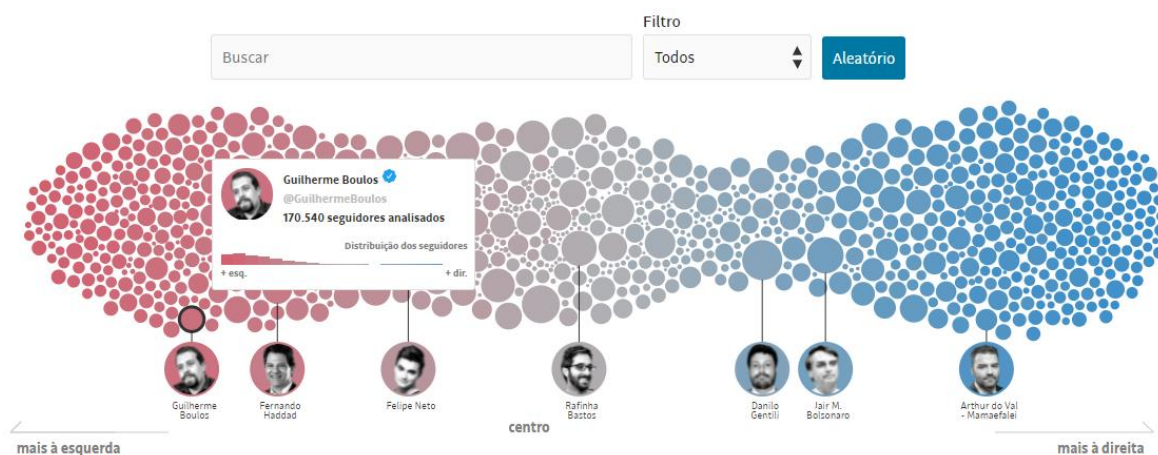


Figura 57 – GPS Ideológico dispersão – Folha de S. Paulo (2019)

A respeito de caracterizações, aliás, o gráfico no formato de radar compararam valores agregados das categorias de dados, como os pontos fortes e fracos. Ele plota os valores de cada uma em um eixo separado que começa no centro do gráfico e irradia para o anel externo. Observamos esse modelo em “O desempenho das escolas de samba no Carnaval paulistano de 2020” (NEXO, 2020). O primeiro gráfico é uma espécie de legenda que aponta os quesitos e os pontos dentro do desenho. Os seguintes classificam cada escola em cada categoria, criando um radar com seus desempenhos. As pontuações indicam os quesitos em que determinada escola é melhor ou pior, hierarquizando as categorias.



Figuras 58 e 59 – Escolas de samba – Nexo (2020)

Já com a perspectiva da proporcionalidade de uma categoria em relação a um todo, os gráficos de rosca, pizza e de mapa de árvore aparecem em diversos momentos nos conteúdos analisados. O primeiro modelo, retirado da matéria “Qual é a demanda por vagas em creche no Brasil” (NEXO, 2020), divide a rosca em três categorias: crianças matriculadas em creches, pais que não querem matricular a criança em creches e a demanda potencial. Esse formato permite que se tenha a dimensão do quanto cada fatia representa em relação ao todo, lembrando que a soma das três resulta em 100%.

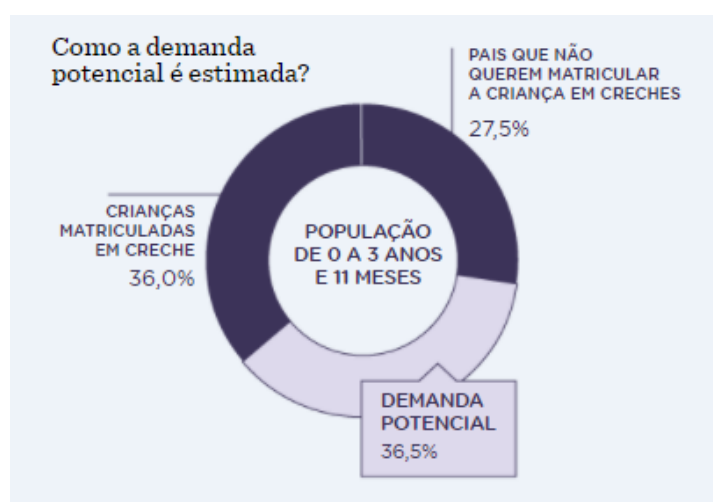


Figura 60 – Demanda por creches – Nexo (2020)

O gráfico de pizza funciona de modo semelhante, mostrando o quanto a “fatia” significa para o todo. No exemplo abaixo, da matéria “Infográfico mostra evolução de medalhas dos principais países nas Olimpíadas de Tóquio” (FOLHA DE S. PAULO, 2021), a relação se dá entre o número de medalhas de dois países (China e Estados Unidos) por milhão de habitantes. A pizza completa equivale a uma medalha. A fatia chinesa tem a proporção de 0,06 desta, ou seja, 0,06 medalha por milhão de habitantes. Ela fica atrás do valor dos Estados Unidos, o qual possui 0,3 medalha por milhão. Essa escolha avalia qual país teve melhor desempenho a partir desse critério especificado, diferenciando-se do padrão oficial, o qual considera a quantidade de medalhas de ouro, seguida pelas de prata e, posteriormente, pelas de bronze como critério para estabelecer o ranking de desempenho por nações.

Medalhas de Tóquio-2020, por milhão de habitantes

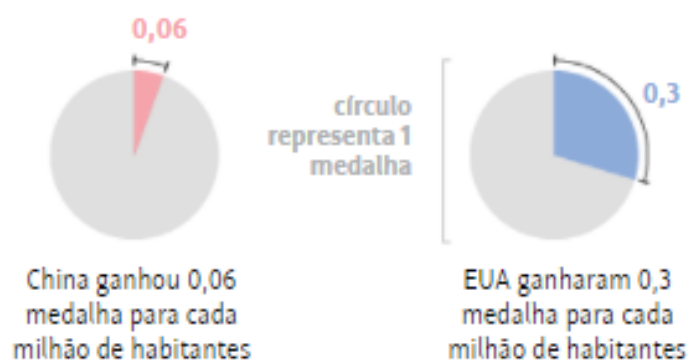
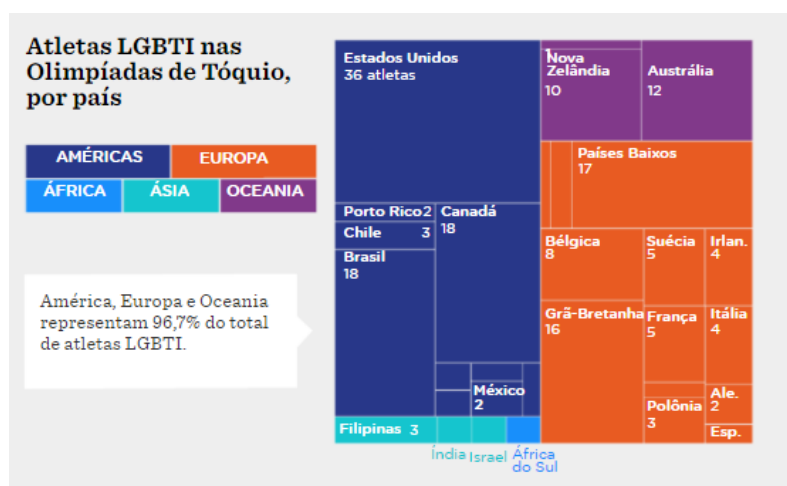
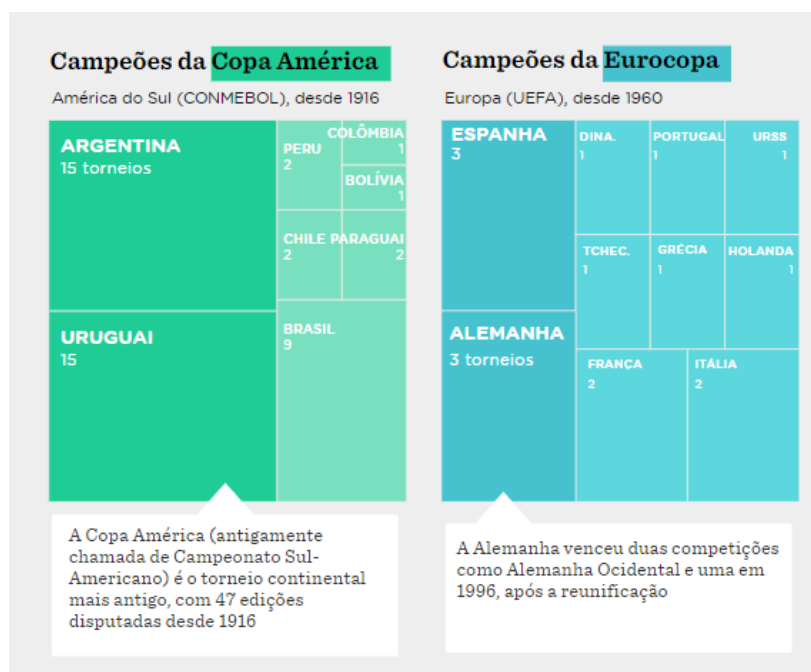


Figura 61 – Medalhas por milhão de habitantes – Nexo (2021)

Enquanto isso, o mapa de árvore são costumeiramente utilizados para mostrar grandes quantidades de dados hierarquicamente estruturados. Seu espaço é dividido em retângulos que são dimensionados por uma variável quantitativa. O Nexo utiliza com frequência esse recurso, como nos exemplos abaixo. Na publicação “A participação de atletas LGBTI na Olimpíada de Tóquio” (NEXO, 2021), observam a proporção de atletas LGBTI nas Olimpíadas agrupados em países (cada quadrado) e em continentes (cores). Já em “Os maiores campeões dos torneios continentais de futebol” (NEXO, 2021), há um mapa de árvore para cada campeonato continental, o qual é dividido de acordo com a quantidade de títulos de cada país. Essa construção que mostra as taças conquistadas cria, com isso, a percepção de hierarquia pela quantidade.





Figuras 62 e 63 – Atletas LGBTI e competições por continentes – Nexo (2021)

O mesmo se observa nas chamadas nuvens de palavras, as quais aparecem hierarquizadas pelo tamanho. Quanto maior a palavra, mais vezes ela apareceu naquela situação. A seguir, apresentamos dois casos relacionados a conteúdos musicais. O primeiro mede as palavras mais presentes em músicas natalinas, de acordo com a publicação “As palavras mais comuns nas canções natalinas” (NEXO, 2020). Observa-se que a nuvem é criada no formato de uma árvores de natal. O segundo, as que mais aparecem nas músicas de Leci Brandão, de acordo com a publicação “Compositoras do Brasil e do samba: Leci Brandão”. Nesta, uma espécie de balão de fala apresenta as palavras em questão.

Além de hierarquizar as palavras pela proporção, esse tipo de gráfico cria caracterizações. No caso das músicas natalinas, observa-se, por exemplo, o componente religioso bastante presente. Nas canções de Leci Brandão, entre outras palavras, “amor” e “samba” são algumas em destaque, o que também atribui caracterizações a elas e, conseqüentemente, à cantora.



Figuras 64 e 65 – Músicas natalinas e de Leci Brandão – Nexo (2020)

Notamos, com isso, que todas essas escolhas gráficas não são aleatórias ou indiferentes, uma vez que também significam. Em certas situações, predomina a ideia de *ordenação*, como ocorre nos gráficos de barras que elencam os partidos políticos com

mais filiados no Brasil (Figuras 27, 28 e 29) ou naquele que classifica os países que mais fizeram postagens sobre as eleições argentinas (Figura 31).

Também nessa linha, os gráficos de árvore sobre os atletas LGBTI (Figura 62) e os maiores campeões dos torneios continentais de futebol (Figura 63) utilizam retângulo que criam essa ordenação entre países. A mesma lógica funciona nas nuvens de palavras, uma vez que o tamanho delas transmite essa percepção. Todas essas representações gráficas criam hierarquias entre os elementos ordenados.

A utilização da *proporção* como base de medida foi outro formato bastante comum nas produções analisadas. O tamanho dos retângulos nos gráficos de árvore e das palavras nas nuvens também criam esse sentido. Isso acontece, ainda, no gráfico de barras que demonstra a distribuição do eleitorado brasileiro no 1º turno das eleições de 2020 (Figura 37), com a proporção de votos válidos, brancos e nulos e abstenções dentro do total de votos. Na mesma matéria, os gráficos com a distribuição do eleitorado pelo tamanho do município (Figura 38) e também nas capitais (Figura 39) seguem essa proposta. Outro exemplo é o gráfico de colunas sobrepostas sobre os refugiados na última década (Figura 53). Cada coluna representa um ano, e as categorias de refugiados elencadas estão sobrepostas por meio de cores, o que demonstra a proporção sobre o todo de um ano específico. Gráficos de rosca (Figura 60) e de pizza (Figura 61) também demonstram, claramente, a proporção da parte sobre o todo.

A *evolução* ou *variação* dos dados também aparece nas barras dos gráficos com o saldo de novos filiados dos partidos políticos, citados anteriormente, e também dos gráficos sobre o número de armas registradas no Brasil por ano (Figuras 34 e 35), além das colunas sobre os refugiados. Eles passam a clara percepção de mudança, de variação dos números, apontando tendências. Isso fica evidente, ainda, nos gráficos de linhas que comparam as variações das cotações do real e do dólar (Figuras 40 a 43), sobre as mortes por coronavírus (Figuras 44 e 45) e a respeito do aumento de idosos em abrigos públicos (Figura 47). A sobreposição de um gráfico de colunas com um de linhas, como ocorre em matéria do Nexo para mostrar a evolução do número de mortes por covid-19 no Brasil (Figura 56), evidencia a proporcionalidade dos dados, mas também a evolução do número total de mortes (linha) e da média móvel (colunas).

A avaliação de *pontos fortes e fracos* é outro modo que observamos nas análises em gráficos de radar (como na Figura 59), além das relações de *afinidade* entre os dados na representação de dispersão, a exemplo do GPS Ideológico (Figura 57). As *caracterizações* de um conjunto de dados também aparecem, como nos gráficos de

nuvens (Figuras 64 e 65), uma vez que elencam as palavras mais frequentes, cujos sentidos se atrelam ao sujeito e/ou produto analisado. A *localização* também é um fator que devemos mencionar como um elemento importante dos gráficos de mapa (Figuras 30 e 33), já que vários subentendidos e relações entre as localidades podem ser depreendidas a partir dessa informação, como vimos anteriormente.

Não queremos limitar cada tipo de gráfico a um único sentido no jornalismo ou dizer que somente aquele determinado formato gráfico pode ser usado para indicar uma finalidade específica – embora sejam comuns certos usos, como o gráfico de linhas para evolução, de pizza para proporção etc. –, mas intentamos destacar a importância deles na integração com os outros elementos do conteúdo. Eles hierarquizam, legitimam, comparam, caracterizam, avaliam, etc. Enfim, todos os diálogos entre elementos textuais e visuais terão efeitos de sentido na narrativa.

CONCLUSÕES SOBRE A NARRATIVA DO JORNALISMO DE DADOS

“ A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”

Paulo Freire

Na obra “A ordem do discurso”, Michel Foucault (2014) apresenta a hipótese de um conjunto de procedimentos externos de controle e exclusão do discurso. Eles atuam na produção discursiva controlando-a, selecionando-a, organizando-a e redistribuindo-a “[...] por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2014, p. 8-9). O autor classifica tais procedimentos em três tipos: interdição, separação entre razão e loucura e vontade de verdade.

A respeito do terceiro aspecto, ele afirma que se trata de uma busca que rege muitas das ações dentro de uma sociedade. A título de exemplo, podemos comparar o discurso religioso com o científico para apontar uma convergência: cada um ao seu modo, os seus rituais e métodos baseiam-se na procura pela verdade. Foucault explica que, dentro desses sistemas, as oposições entre o verdadeiro e o falso criam formas de exclusão:

[...] certamente, se nos situamos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas se nos situamos em outra escala, se levantamos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se (FOUCAULT, 2014, p. 14).

Assim, a vontade de verdade de cada sociedade em seu contexto depende dos modos como o saber é aplicado, valorizado, distribuído, repartido e, de certo modo, atribuído. Foucault (2014, p.18) exemplifica essa situação com um princípio grego: “[...] a aritmética pode bem ser o assunto das cidades democráticas, pois ela ensina as relações de igualdade, mas somente a geometria deve ser ensinada nas oligarquias, pois demonstra as proporções na desigualdade”. Trata-se de uma analogia que demonstra como as estruturas sociais afetam os discursos circulantes e exercem pressões sobre os sujeitos. Quando o autor aborda a literatura ocidental, relata o fato de, durante séculos, ela ter buscado apoio no verossímil, no natural, na ciência, ou seja, no discurso verdadeiro. A procura pela racionalização, com isso, exerceu certas exclusões em suas produções discursivas.

Quando consideramos os usos de bases de dados dentro do atual contexto social, observamos essa vontade de verdade em inúmeras circunstâncias. Uma das mais

evidentes acontece nas dinâmicas de consumo. Atualmente, é notável a corrida de empresas por bases de dados que descrevam as preferências dos potenciais consumidores de seus bens e serviços. Ou a quantidade de aplicativos que permitem ao consumidor avaliar o produto e o atendimento recebidos, criando uma base de dados sobre a empresa.

O acesso a essas informações representa a busca citada por Foucault, uma vez que elas criam efeitos de verdade. Ao invés de apenas imaginar o que o cliente deseja, sem uma informação concreta disso, esses dados mostram o que supostamente ele ambiciona por meio de seus hábitos. Ao invés de imaginar se aquele produto ou atendimento são bons, sem nenhuma informação sobre experiências de outras pessoas, a nota e as avaliações pretendem concretizar essa vontade de saber.

Podemos traçar alguns contornos semelhantes em relação à atuação do jornalismo de dados. Nesta pesquisa, partimos da pergunta: de que modo o jornalismo de dados (re)constrói o acontecimento em suas diversas dimensões? Ao longo do percurso, verificamos múltiplos usos de dados que fazem delineamentos em relação aos fatos, temas e personagens. Eles são caracterizados, classificados, hierarquizados, julgados, dimensionados, enfim, (re)construídos por meios dessas narrativas.

A busca por bases de dados credíveis para investigar e compreender determinados acontecimentos e, posteriormente, relatá-los em uma narrativa passa por essa vontade de verdade. Contextualizemos, também, que uma sociedade com tantas facilidades para a circulação de informações alimenta mais desconfianças em relação à confiabilidade das mesmas. Não ao acaso, várias agências de fact-checking, cujo principal propósito é dimensionar a verdade das situações e sujeitos analisados, surgiram ao redor do mundo.

Já o nosso propósito de estudo foi analisar essas narrativas para compreendermos seus efeitos de sentido e papéis dentro das dinâmicas socioculturais. Quando trouxemos a ideia da complexidade de Morin dentro do contexto desta pesquisa, buscamos compreender que não se pode considerar a redução de uma atividade social, por exemplo, a dicotomias como verdadeiro e falso, causa e efeito, produto e produtor, ou outras classificações restritas.

As análises da atuação do jornalismo de dados na construção do acontecimento corroboraram com essa visão. Para Morin (2015, p. 74), “[...] a sociedade é produzida pelas interações entre indivíduos, mas a sociedade, uma vez produzida, retroage sobre os indivíduos e os produz”. Isso vale em todo o processo mimético da narrativa, como vimos anteriormente.

Assim, optamos por iniciar, no *Capítulo 1*, abordando a presença e os usos das bases de dados dentro da sociedade atual. Passamos a observá-las não como meros repositórios de informações e memórias, mas como formas culturais. A perspectiva de Manovich (2015, p.8) nos auxiliou nessa visada ao argumentar que “[...] o mundo nos aparece como uma infinita e desestruturada coleção de imagens, textos e outros arquivos de dados, é apropriado que sejamos movidos a modelá-lo como um banco de dados” e, a partir disso, “[...] também é apropriado que queiramos desenvolver uma poética, uma estética e uma ética do banco de dados”.

O desenvolvimento dessa narrativa do banco de dados se dá com influências dos sujeitos que os manejam e também da sociedade em que se encontra. As tecnologias disponíveis e as formas culturais locais são fatores determinantes nessa composição. Mas o mesmo se pode dizer sobre as interpretações dos dados organizados e também a sua tessitura em uma narrativa jornalística. Foi isso que buscamos analisar nos sites escolhidos nesta pesquisa.

Na sequência, trouxemos algumas considerações sobre tal prática do jornalismo de dados e seus usos ao longo da história. Não buscamos essa perspectiva para relatar um encadeamento de fatos na ordenação de causa e efeito, mas para notarmos que se trata de uma prática antiga que atua na sociedade. Evidentemente, cada contexto teve suas demandas específicas que levaram os profissionais das redações a buscar os mais diversos tipos de bases de dados para responder suas perguntas. Justamente por esse motivo, consideramos que devemos observar essa prática de forma pormenorizada, não simplificando-a apenas como uma narrativa unívoca que reflete o todo da realidade.

No *Capítulo 2*, nosso enfoque se deu sobre a construção do acontecimento em três eixos que consideramos relevantes durante a observação do material empírico: a (re)construção da memória do acontecimento; a legitimação e a credulidade dos enunciados e enunciadore; as relações de poder-saber normalizadoras e hierarquizantes. Essas escolhas estão em consonância com o nosso objetivo de analisar as diversas faces dos acontecimentos e também com nossa perspectiva teórica por julgarmos que um determinado fato pode ser visto e transmitido por vários ângulos, mas não por todos esses prismas ao mesmo tempo.

Pesamos esses eixos como vieses bastante perceptíveis no jornalismo de dados ao acompanharmos essas produções e notamos que tais delimitações seriam importantes para nos guiarmos e, assim, não termos um foco demasiadamente amplo e sem critérios metodológicos. Essas bases serviram como prismas para adentrarmos e organizarmos as

análises das caracterizações dos personagens das narrativas, da inserção do leitor como uma espécie de participante, além das reflexões a respeito dos direcionamentos temáticos e bases de medidas dos dados.

No *Capítulo 3*, aliás, trouxemos os caminhos percorridos pelos estudos linguísticos para, assim, escolhermos as direções que melhor nos ajudariam a responder a pergunta de pesquisa. Consideramos que as vertentes estruturalistas não contribuiriam com nossas análises em função de limitar as variantes que consideramos mais relevantes, como a presença do sujeito e suas características e o contexto sócio-histórico.

A visão mais fechada e acrônica excluiria tal caminho de pesquisa. Consideramos, como Morin (2015), que as realidades e seus fenômenos merecem uma análise que dialogue com suas complexidades. Também dialogamos com Lacan ao trazermos a sua visão sobre a relação entre significante e significado, tratando-a como sempre fluida. Nessa linha, observa-se a decisiva presença do sujeito nas construções narrativas e suas interpretações. Assim, partindo para o que se refere à análise discursiva do jornalismo de dados, essa visão abre caminhos para observar os modos de construção do acontecimento, além de não o tratar como algo unívoco ou fiel a um único direcionamento possível, limitado ou pré-programado.

Complementar a isso, o *Capítulo 4* fez o intercâmbio entre essas escolhas e as formas de observar a construção do acontecimento nas narrativas, costurando as relações entre sujeito e discurso. A ideia de uma antropofagia da composição do jornalismo de dados se refere a uma abertura para suas essências, sem prendê-lo ou limitá-lo a um objetivo de retratar fielmente a realidade e, assim, sem também anular a presença dos sujeitos em todas as etapas da mimese. Propomo-nos a analisar suas características, suas diversas possibilidades e seus distintos elementos de composição, observando os sentidos e as variações encontradas nas produções que verificamos. Fazemos a “deglutição” de suas características e a análise das mesmas.

Assim, com a antropofagia, referimo-nos à quebra da busca por uma estrutura capaz de conduzir todas as obras, além de considerar a importância de seu contexto temporal e cultural de produção e recepção. De tal modo, pudemos buscar a resposta para a pergunta sobre a (re)construção dos acontecimentos nas narrativas do jornalismo de dados.

Com vistas a esses arranjos, os *Capítulos 5 e 6* trouxeram as análises de notícias publicadas por quatro veículos de comunicação latino-americanos que atuam com esse tipo de produção jornalística: a Folha de S. Paulo e o Nexo (Brasil), além do La Nacion

e do Chequeado (Argentina). Esses capítulos dialogaram com todos os aparatos teórico-metodológicos elencados nos seus predecessores, uma vez que as análises se basearam nas nossas visões sobre as bases de dados e o jornalismo de dados, além de levar em conta os três eixos delimitados sobre a construção dos acontecimentos.

A respeito da *memória*, discorreremos sobre o jornalismo enquanto um modelador, uma vez que suas narrativas não são uma revivescência do acontecimento testemunhado, analisado e relatado. Nossa perspectiva considera que sua atuação é como um construtor e reconstrutor de memórias. Isso significa dizer que o jornalista observá-lo-á sob uma ótica e produzirá sentidos diversos de acordo com suas escolhas na tessitura da narrativa.

Ao longo das análises, evidenciou-se tal fato no que se refere aos sujeitos-analisados, sejam eles abordados individualmente ou como parte de determinados grupos. A memória a respeito deles é construída ao longo do conteúdo, e os dados estão diretamente ligados a isso. Estes são a base das caracterizações e avaliações a respeito dos personagens envolvidos. O mesmo vale quando o sujeito em questão é o próprio leitor.

Os especialistas – que aparecem como autoridades para comentar os dados e fatos – também atuam nessa construção da memória a respeito do evento tratado e são construídos por meio das falas selecionadas para a composição da notícia e pela forma como estas transmitem suas visões pessoais sobre o acontecimento. Assim também ocorre com as testemunhas, que personificam o que foi interpretado por meio dos dados.

Nos direcionamentos temáticos e bases de medidas, observamos que as diversas maneiras de representar e dialogar com os dados – tanto nos textos quanto nas construções imagéticas – também atuam na construção da memória. Todas as escolhas moldam os recortes dados ao acontecimento. O uso de distintas fontes, as comparações históricas, as proporções e todas os possíveis modos de representar os dados dentro de uma narrativa afetam as visões sobre determinado fato ou tema ao ressignificarmos ideias, ao fazermos projeções sobre desdobramentos, enfim, ao termos novos elementos e direcionamentos a respeito deles. Lembrando que a escolha desses direcionamentos dentro de uma narrativa é apenas um dos prismas do acontecimento em questão.

Já a verificação dos meios de legitimação do discurso permitiu que refletíssemos sobre a “performance credível”, ou seja, sobre os elementos presentes na narrativa que afetam essa ideia de veracidade. Observamos recursos utilizados para isso. Primeiramente, destaquemos que ela se diferencia da perspectiva do poder em função da “autoridade”. Como explica Charaudeau (2018, p. 68), “[...] não se confundirá

legitimidade e autoridade. A primeira, como acabamos de ver, é um direito adquirido. A autoridade, em contrapartida, está intrinsecamente ligada ao processo de submissão do outro”. Assim, “[...] ela coloca o sujeito em uma posição que lhe permite obter dos outros um comportamento (fazer fazer) ou concepções (fazer pensar e fazer dizer) que eles não teriam sem sua intervenção”. O nosso foco nessas relações de poder está, sobretudo, nas construções de hierarquias e normas de comportamento por meio do jornalismo de dados.

No que se refere à *legitimação*, portanto, há uma retroalimentação entre os dados, os demais elementos discursivos e o contexto sócio-histórico. Ou seja, eles caminham conjuntamente na produção de sentidos, em sintonia com o que trabalhamos a respeito do deslizar da cadeia significante de Lacan. Nessa construção dos sujeitos, os dados podem legitimar ou deslegitimar suas ações e características dentro daquele aspecto trabalhado. Assim, os dados selecionados e os direcionamentos do tema caminham em conformidade de várias formas.

No exemplo do deputado federal Alexandre Frota, o acontecimento motivador foi a observação de uma mudança de perfil de suas postagens e seguidores no Twitter. Os dados obtidos por meio de uma ferramenta criada pela Folha apontam o deslocamento ideológico da direita para a esquerda. O próprio título já o caracteriza: “No Twitter, Frota do PSDB é ‘esquerdista’ comparado ao Frota do PSL”. Assim, é como se houvesse um sujeito antes e outro depois. Um “esquerdista” se comparado ao “direitista” na época do antigo partido.

No mesmo alinhamento, a matéria aponta algumas características e avalia certas ações que corroboram com traços ligados à sua rotina de mudança de comportamento e com sua “nova ideologia”. Exemplo disso são seus posicionamentos agora contrários ao do presidente Jair Bolsonaro, que, no contexto de produção da notícia, trata-se de uma das principais representações da direita no Brasil. Ou seja, esses outros elementos alimentam o sentido da existência de um novo Frota, com nova visão política, o que dialoga com os dados apresentados. Essas escolhas atuam tanto na (des)legitimação do sujeito – no caso, é possível deslegitimar a posição política de Frota em função de suas constantes mudanças, ou seja, sua performance não convence que há veracidade em seu discurso – quanto na legitimação da própria narrativa jornalística e seu direcionamento.

Já nas matérias sobre a taxação de livros, há a deslegitimação daqueles que defendiam essa medida e também da leitura dos dados feita no relatório da Receita Federal. Para isso, utiliza-se outra base de dados e outro modo de leitura, sobretudo no que se refere a considerar a proporção de pessoas que compõem cada faixa de renda. Ou

seja, há a deslegitimação dos sujeitos que usaram os argumentos contrários e a legitimação da própria narrativa jornalística desses sites ao elencar outros elementos que se alinham com a nova leitura.

Essas relações com as formas de legitimação estão em jogo nos mais variados modos como os sujeitos aparecem e nos tipos de direcionamento temático dessas narrativas. A título de exemplo também, a matéria sobre a dupla Sandy & Junior traz dados e outras informações que legitimam e reforçam o papel e a representação de importância deles para uma geração de fãs.

E até mesmo o leitor da narrativa participa das relações de (des)legitimação. Ao realizar um dos testes nas produções que elencam perguntas e respostas, ele pode ser legitimado como um conhecedor da temática ou receber uma taxaço negativa. Ou quando analisa seu perfil político, pode receber uma resposta que confirma o que imagina em maior ou menor escala, mas também há a possibilidade de ocorrer o inverso, deslegitimando-o dentro da linha ideológica que imaginava se encontrar.

Até mesmo os elementos gráficos participam dessas elaborações. Se o texto de uma narrativa indica uma evolução impactante de determinados dados, mas o gráfico não se alinha a essa perspectiva, isso pode deslegitimar o que é dito. Quando reconstruímos os gráficos a respeito do aumento de idosos em asilos, buscamos evidenciar isso. Todos os desenhos utilizam os mesmos dados. Mas a inclinação da curva permite mudar o direcionamento dos textos. Se o produtor deseja diminuir o impacto, ele pode elaborar a curva de modo que aparente estabilidade. Se deseja mostrar um aumento grandioso, poderá realizar o mesmo com a curva. Essas construções se aplicam a todos os formatos observados. Ou seja, tudo dependerá do diálogo entre os dados e os demais elementos narrativos.

Enquanto isso, as relações de *poder-saber* também se mostraram presentes tanto nos aspectos hierárquicos quanto nas sanções normalizadoras. Pelo lado das representações dos sujeitos, observamos diversas formas de colocá-los dentro de hierarquias. Ao apresentá-los em uma lista ordenada – como os partidos políticos que mais ganharam adeptos – evidencia-se qual sua posição dentro de uma classificação. Do mesmo modo, a referência a seu cargo – como professor de determinada universidade ou diretor de um instituto – também se configura como um tipo de hierarquia.

O próprio leitor é hierarquizado quando imagina em que posição está dentro de uma dessas classificações apresentadas. Por exemplo, uma matéria que mostra quanto uma família deve ganhar para ser considerada pobre, mesmo que não faça menção ao

leitor, permite que este imagine os ganhos financeiros da própria família e tente se localizar dentro de tal estrutura. Ainda mais diretamente, isso aparece em matérias como a produção do Nexo que compara o salário do leitor ao da média de seu estado e também de algumas categorias de profissionais.

Essas percepções hierárquicas também aparecem como direcionamentos temáticos. Observar, por exemplo, que o número de registros de armas aumentou no governo Bolsonaro e fazer uma comparação com seus antecessores é um modo de mostrar a evolução (o aumento) por meio de uma hierarquia.

Conforme discorremos no segundo capítulo, as próprias hierarquias já representam formas de criação de normas, de avaliação das posturas. Na matéria em que se aponta a quantidade de postagens do presidente brasileiro sobre o meio ambiente, compara-se a referência à preservação com a quantidade de vezes que destaca outros assuntos, como soberania nacional e economia. Considerando um contexto social que valoriza os cuidados com o meio ambiente, essa enumeração cria uma hierarquia que coloca em xeque a postura do governante, uma vez que as questões econômicas e de soberania apareceram na dianteira nessa comparação. A vigilância sobre seus discursos, portanto, diz que ele não segue as boas condutas.

Mais nítidas ainda são as produções que checam se determinados dados ou falas são verdadeiros. A busca por fontes consideradas credíveis avalia tais discursos e os caracteriza dentro dessas normas. De acordo com as construções da narrativa, nota-se a comum referência ao histórico do indivíduo ou instituição que divulgou tal informação, sobretudo quando se trata de um boato (falsidade). Neste caso, costuma-se enumerar outras situações em que se repetiu a mesma atitude de proferir informações infundadas.

Depois de analisar todos esses elementos na composição das narrativas do jornalismo de dados, lembremos as considerações a respeito dos estudos linguísticos. Trabalhamos com a ideia de que a língua e suas funcionalidades não são como um jogo de xadrez, com peças que se deslocam conforme regras rígidas e movimentos pré-definidos. As variações, os ordenamentos sociais e diversos outros aspectos influenciam os sentidos. Principalmente, os sujeitos que comandam o jogo também são elementos essenciais.

Assim, todas as variações apresentadas nesta pesquisa evidenciam que o jornalismo de dados pode construir diversas realidades, o que demonstra sua pertinência dentro da sociedade. As singularidades que se desenvolvem ao longo de sua tessitura

fazem uma operação de demarcação e modelamento do real que será interpretado por outros sujeitos, os quais também podem apresentar novos contornos ao relatado.

Essas bases representam um espelho que reflete a realidade a respeito da temática tratada. Entretanto, o que esta pesquisa buscou enxergar é o fato de que um espelho pode possuir diversas formas e ser observado a partir de diferentes ângulos, o que altera os contornos e as proporções do retrato.

Desde a elaboração ou busca das bases de dados que servirão de insumo para as notícias, tudo influenciará essa composição. Como vimos em vários momentos nas análises, a metodologia usada e a leitura delas são elementos cruciais para o direcionamento do acontecimento.

A seleção dos dados e os modos como eles estarão dispostos em conjunção com os demais elementos da narrativa – o que inclui informações textuais e imagéticas – também influenciam diretamente nessa tessitura. É por esse motivo que consideramos a teoria lacaniana pertinente para refletirmos sobre o jornalismo de dados, uma vez que a significação não é algo pré-existente ou rigidamente estruturada, mas se dá nesse deslizar.

Ou seja, tanto a criação e/ou leitura das bases de dados, as escolhas dos constituintes da narrativa, os modos de organizá-los – enfim, todas as etapas que elencamos nos processos miméticos da produção do jornalismo de dados – por produtores distintos irão influenciar as formas de construção. Vimos, já nas análises, as edificações ligadas aos sujeitos presentes nas matérias e também aos direcionamentos temáticos e bases de medidas dos dados ao longo dos textos e dos elementos gráficos.

Por fim, assim como consideramos que as narrativas possuem diversos ângulos e vertentes, os estudos a respeito do jornalismo de dados também devem ser observados dessa forma. Esta pesquisa é um dos lados do prisma que faz parte desse importante modelo de jornalismo.

Outro ponto que desejamos ponderar é que, com a imensa quantidade de dados disponíveis e a velocidade de circulação por meio das tecnologias da informação e comunicação combinadas às demais atividades da vida social que criam a necessidade por agilidade nas tarefas diárias, é razoável imaginar a existência de uma demanda pela organização e interpretação que auxiliem a compreensão das informações de modo facilitado. Por essa necessidade, muitos sujeitos aproveitam-se disso para fazer circular conteúdos que se utilizam de relações que parecem lógicas e verídicas, mas que, contrariamente, realizam recortes e outras estratégias discursivas de modo a fazerem interpretações sabidamente falsas. Isso ocorre muito com os dados. Fazemos essa

ponderação para salientar que não consideramos tal modalidade de transmissão de informações como jornalismo. Nesta pesquisa, mostramos as diversas possibilidades de construções discursivas e interpretações, mas isso se diferencia de transmitir mentiras por meio de estratégias claramente deturpadas e sem metodologias claras.

Desse modo, o objetivo ao longo do percurso foi trazer uma contribuição com vistas a colaborar com as óticas de produção a respeito do jornalismo de dados. Acreditamos que analisar elementos narrativos contribui para que essa prática não seja apenas “intuitiva” com buscas à verdade, mas que todo o processo de produção seja considerado como produtor de sentido, o que também reverbera na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Adriana. **As metáforas do jornalismo**: identidades implícitas para uma profissão mutante. In: Lumina, v. 13, n. 2, 2019.
- AMARAL, Tarsila do. **Tarsila por Tarsila**. São Paulo: Celebris, 2004.
- AMARAL, Tarsila do. **Abaporu**: uma obra de amor. São Paulo: A & A Comunicação, 2015.
- ARISTÓTELES. Poética. In: ARISTÓTELES et al. **A poética clássica**. Introdução de Roberto de Oliveira Brandão. Tradução de Jaime Bruna. 3.ed. São Paulo: Cultrix, 1988. p.17-52
- BARBOSA, Suzana. **Jornalismo digital em bases de dados (JDBD)**: um paradigma para produtos jornalísticos digitais dinâmicos. 2007. 329 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Culturas Contemporâneas), Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/tese_suzana_barbosa.pdf. Acesso: 5 fev. 2019.
- BECERRA, Martín; MARINO, Santiago. **Chequeando a Chequeado. Informe sobre Chequeado – La Voz Pública**, 2014.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- _____. **Problemas de linguística geral II**. São Paulo: Pontes, 1989.
- BERGER, Peter L.; LUKHMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CALVEIRO, Pilar. **La memoria y el testimonio como asuntos del presente**. In: Megafón, n.16, 2017. Disponível em: https://www.clasco.org.ar/megafon/megafon16_articulo2.phpC
- CANAVILHAS, João. **Hipertexto e recepção de notícias online**. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-hipertexto-e-recepcao-noticias-online.pdf>> Acesso em maio 2020.
- CANCLINI, Néstor García. **Ciudadanos reemplazados por algoritmos**. Clasco, 2019.
- _____. **Diferentes, Desiguais e Desconectados**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- _____. **América Latina entre Europa y Estados Unidos**: mercado e interculturalidad. In: II Congreso Europeo de Latinoamericanistas, Halle, 1999.

CANGUILHEM, Georges. **O cérebro e o pensamento**. Nat. hum., São Paulo, v. 8, n. 1, p. 183-210, jun. 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302006000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 ago. 2021.

CASADEI, Eliza Bachega. **Os códigos padrões de narração e a reportagem**: por uma história da narrativa do jornalismo de revista no século XX. 2013. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano**: artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **História e psicanálise**: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2018.

_____. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) **O trabalho da tradução**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo**. Uma Impressão Freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DEZERTO, Felipe Barbosa. **Da Linguística formal à Análise do Discurso**: um breve percurso teórico. In: Veredas - Revista de Estudos Linguísticos, 2010. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04/artigo-05.pdf>>. Acessado em 10 agosto 2020.

DOR, Joel. **Introdução à leitura de Lacan**: o inconsciente estruturado como linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papirus, 2001.

_____; FURTADO, Beatriz. **Pós-fotografia, pós-cinema**: novas configurações das imagens. São Paulo: Edições Sesc, 2019.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Editora Boitempo, 1997.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

_____. **As astúcias da enunciação**. São Paulo: Ática, 2002.

_____. **Uma teoria da enunciação:** Benveniste e Greimas. In: Gragoatá, Niterói, v.22, n. 44, p. 970-985, set.-dez. 2017.

FLAUBERT, Gustave. **Madame Bovary.** São Paulo: Martin Claret, 2015.

FOLHA DE S. PAULO. **Perfil.** Folha de S. Paulo, 2012. Disponível em: <<https://folhaspdados.blogfolha.uol.com.br/perfil>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

_____. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de setembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **Vigiar e punir:** Nascimento da prisão. São Paulo: Editora Vozes, 2018.

_____. Acontecimentalização. Mesa-redonda em 20 de maio de 1978. In: **Ditos e escritos IV:** estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 335-351.

_____. **Microfísica do poder.** São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GRAY, Jonathan; BOUNEGRU, Liliana; CHAMBERS, Lucy. **Manual de Jornalismo de Dados.** Open Knowledge Foundation, 2012.

GREIMAS, Algirdas Julius; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica.** São Paulo: Cultrix, 1979.

_____. **Semântica estrutural:** Pesquisa de Método. Tradução de Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein. Edição da Universidade de São Paulo. São Paulo: Cultrix, 1973.

GOBBI, Maria Cristina; GOBBI Betti, Juliana; PEREIRA DE ASSIS, Ingrid. **Efemeridade e permanência:** a tecnologia na construção de uma memória jornalística. Razón y Palabra, vol. 21, núm. 97, abril-junio, 2017, pp. 346-360.

GOETHE, Johann. **Sufrimentos do Jovem Werther.** São Paulo: Martin Claret, 2014.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo:** discorrer, disciplinar, controlar. São Paulo: Hacker Editores, Edusp, 2003.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo:** questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vega Editora, 1999.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

JORGE, Marco Antonio C.. **Fundamentos da psicanálise:** de Freud a Lacan, vol. 1: as bases conceituais. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud (1953-54)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

_____. **O Seminário, livro 3: as psicoses**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

_____. **Escritos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

LA NACION. **La Nacion Data recibe el premio al mejor equipo global de periodismo de datos**. La Nacion, 2019. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/sociedad/la-nacion-data-recibe-premio-al-mejor-nid2257663>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

MANCINI, Leonardo; VASCONCELLOS, Fabio. **Jornalismo de Dados: conceito e categorias**. In: Revista Fronteiras: estudos midiáticos, v. 18, n. 1, 2016.

MEYER, Philip. **Precision Journalism: a reporter's introduction to social science methods**. Lanham: Rowman& Littlefield Publishers, 2002.

_____. **Por que o Jornalismo de Dados é importante?** Disponível em http://datajournalismhandbook.org/pt/introducao_2.html. Acesso em 29 jan 2018.

MANOVICH, Lev. **The language of new media**. Cambridge: MIT Press, 2001.

_____. O banco de dados. In: Revista ECO PÓS, v. 18, n. 1, 2015.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora UnB, 2013.

NEXO. **Sobre o Nexo**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/sobre/Sobre-o-Nexo>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

NEXO. **Padrões editoriais do Nexo**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/sobre/Padr%C3%B5es-editoriais-do-Nexo>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

PAUL, Christiane. **The Database as system and cultural form: anatomies of cultural narratives**. In: VESNA, Victoria (org.). Database Aesthetics. Disponível em: http://www.cityarts.com/paulc/RISD/Paul_Database.doc. Acesso em : 10 jan. 2020.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et all. **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p 49-57.

_____. **Análise de discurso**. Campinas: Campos Editores, 2015.

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2014.

_____. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997, p. 311-318.

_____. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Pontes: Campinas; 2008.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação:** a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ORLANDI, Eni. **Linguagem e educação social:** a relação sujeito, indivíduo e pessoa. In: Revista Rua, n. 21, v. 2, 2015. In: https://www.labeurb.unicamp.br/rua/artigo/verpdf?publicacao_id=59

_____. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2020.

_____. **Paráfrase e polissemia:** a fluidez nos limites do simbólico. RUA, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 9–20, 2015. DOI: 10.20396/rua.v4i1.8640626. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640626>. Acesso em: 11 jun. 2021.

_____. **Linguagem e educação social:** a relação sujeito, indivíduo e pessoa. In: Revista Rua, n. 21, v. 2, 2015.

POMER, León. **La guerra del Paraguay:** estado, política y negocios. Buenos Aires: Ediciones Colihue, 2008.

PROPP, Vladimir. **Morfologia do conto.** Lisboa: Vega, 2001.

QUÉRÉ, Louis. **Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento.** Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Lisboa, n. 6, p.59-75, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da escrita.** São Paulo: Editora 34, 1995.

_____. **A partilha do sensível:** estética e política. São Paulo; Editora 34, 2009.

RIBEIRO, Alexsandro; MARTINS, Rafael; JÚNIOR, José; FREY, João. **Jornalismo de dados:** conceitos, rotas e estrutura produtiva. Curitiba: InterSaberes, 2018.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa.** Tomo I. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **Tempo e narrativa.** Tomo II. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

ROSEGRANT, Susan. **Revealing the roots of a riot.** ISR Sampler, Ann Arbor, 1º abr. 2011. Disponível em: <http://www.sampler.isr.umich.edu/2011/featured/revealing-the-roots-of-a-riot>. Acesso: 10 jan. 2020.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** São Paulo: Cultrix, 2000.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente.** In: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>>

_____. **Teorias da notícia e do jornalismo.** Chapecó, SC: Argos, 2002.

STEINER, Peter. **Russian Formalism: A Metapoetics**. Ithaca, N.Y., and London: Cornell University Press, 1984.

TRÄSEL, Marcelo Ruschel. **Entrevistando planilhas: estudo das crenças e do ethos de um grupo de profissionais de jornalismo guiado por dados no Brasil.** / Marcelo Ruschel Träsel. – Porto Alegre, 2014.